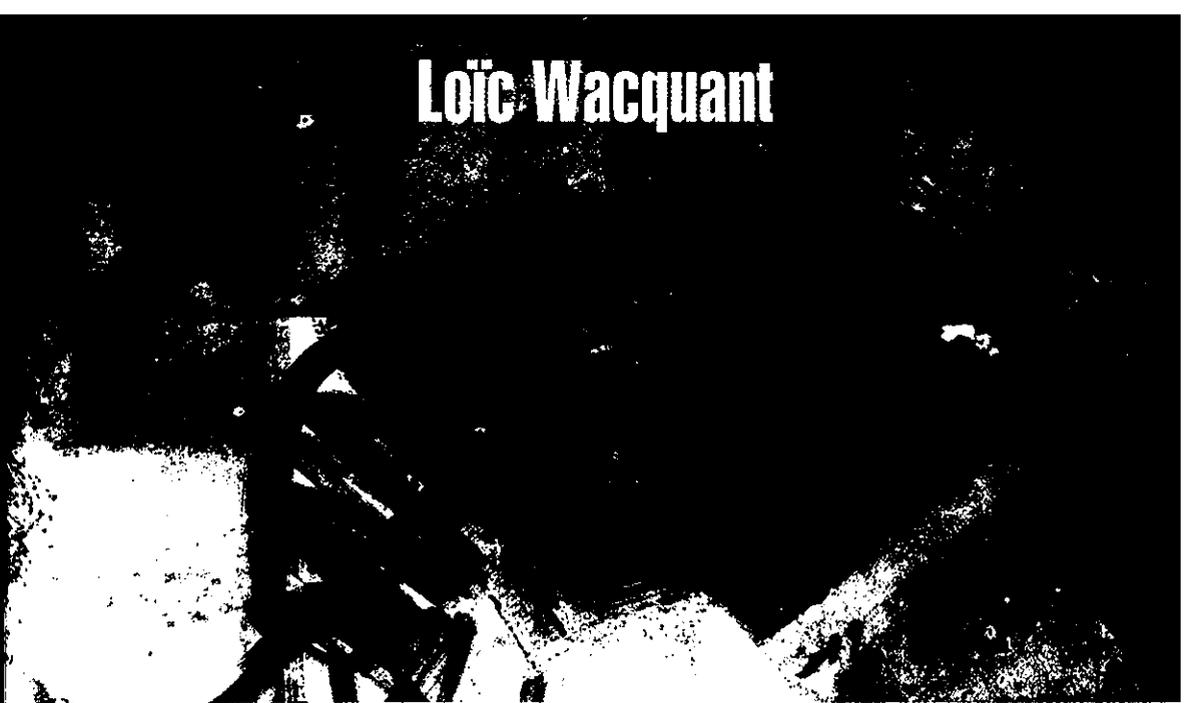


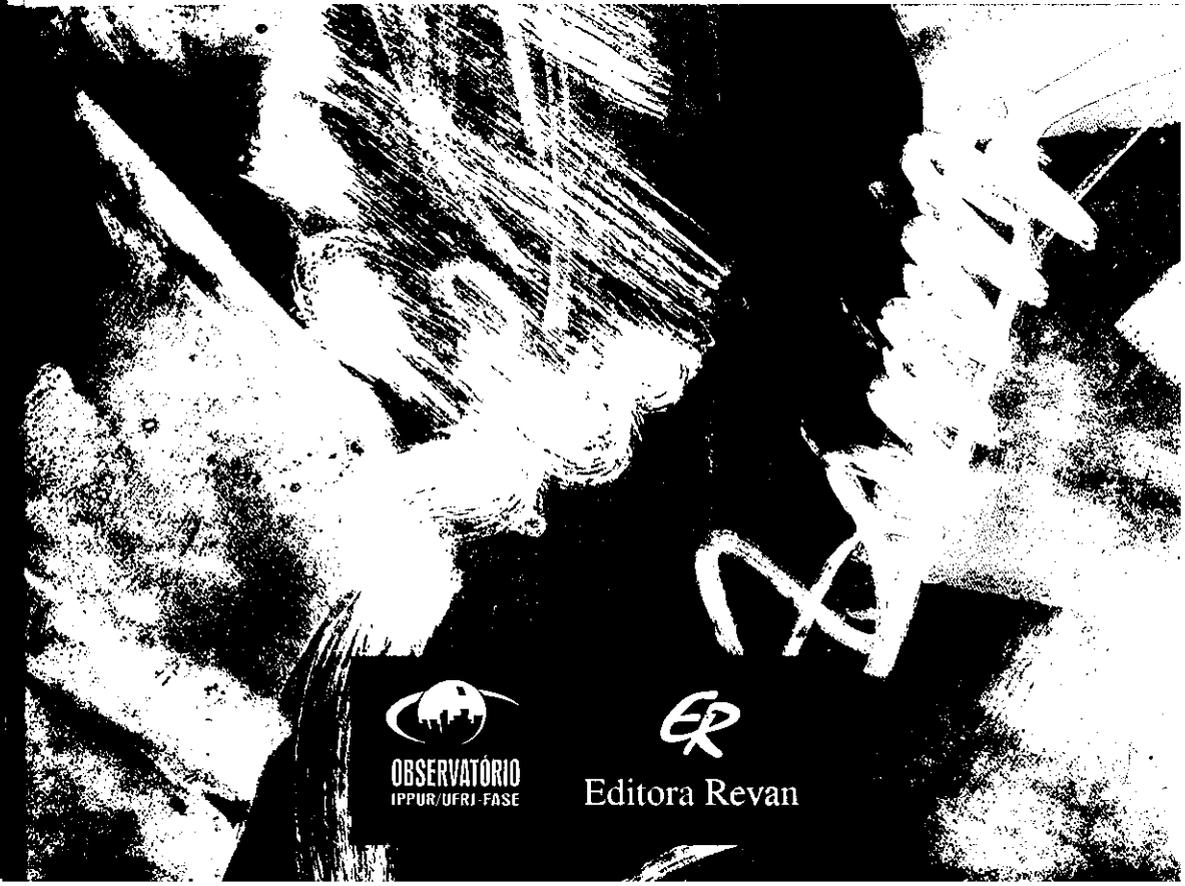
Loïc Wacquant

Loïc Wacquant

Os condenados da cidade



Os condenados da cidade



Os condenados da cidade

ISBN 85-7106-223-4



9 788571 062238



OBSERVATÓRIO
IPPUR/UFRI-FASE



Editora Revan

Loïc Wacquant

Os condenados da cidade –
estudos sobre marginalidade avançada

Supervisão editorial
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro



OBSERVATÓRIO
IPPUR/UFRJ-FASE



Editora Revan

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Revisão geral e editoração
Claudio Cesar Santoro

Revisão
Maria Angélica de Mello Moreira
Roberto Teixeira

Capa
Maurílio Guimarães

Impressão
(Em papel off-set 75g, após paginação eletrônica em tipo ZapfCalligr BT, c. 10,5/12,5)
Eba/Coopag

Agradecimentos:
RCBS, Estudos Afro-asiáticos, Novos estudos, Revista de Sociologia e Política e Urban Studies.

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

W11C

Wacquant, Loïc
Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada / Loïc Wacquant; [tradução de, João Roberto Martins Filho... et al.]. – Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

200p.

ISBN 85-7106-223-4

1. Marginalidade social. 2. Pobreza. I. Título

01-422.

CDD 305.56
CDU 316.344.7

210301

22-03-01

010504

Sumário

Apresentação, 7

Prefácio, 13

PRÓLOGO: UM VELHO PROBLEMA NO NOVO MUNDO?

O retorno do recalçado: violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas, 21

PARTE I

TRANSFORMAÇÕES DO GUETO NORTE-AMERICANO NA REALIDADE E NO DISCURSO PÚBLICO

Estado e destino do gueto: retrazendo a linha da cor urbana nos Estados Unidos pós-fordistas, 45

A "'underclass' urbana" no imaginário social e científico norte-americano, 93

PARTE II

CINTURÃO VERMELHO E CINTURÃO NEGRO: AMÉRICA DO NORTE E FRANÇA EM COMPARAÇÃO

Banlieues francesas e gueto negro norte-americano: do amálgama à comparação, 111

Proscritos da cidade: estigma e divisão no gueto norte-americano e na periferia urbana francesa, 131

EPÍLOGO: MARGINALIDADE NO TERCEIRO MILÊNIO

O surgimento da marginalidade avançada. Notas sobre sua natureza e implicações, 163

Lógicas de polarização urbanas: o olhar a partir de baixo, 183

Apresentação

GUETO, BANLIEUE, FAVELA: FERRAMENTAS PARA SE REPENSAR A MARGINALIDADE URBANA *

Favela no Brasil, *poblacione* no Chile, *villa miseria* na Argentina, *cantegril* no Uruguai, *rancho* na Venezuela, *banlieue* na França, *gueto* nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. Devido à aura de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não-legalizados é tipicamente retratada à distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal.

Este livro conduz o leitor para dentro de duas dessas comunidades em dois países desenvolvidos, a saber, o gueto negro norte-americano e a periferia urbana francesa, para mostrar que não é esse o caso: a marginalidade urbana não é a mesma em todos os lugares e há pouca exotismo sobre ela. Seus mecanismos genéricos e suas formas específicas tornam-se inteligíveis se estiverem firmemente ligados à matriz histórica da classe, do Estado e do sistema hierárquico característico de cada socie-

* Esta apresentação se originou de uma conferência proferida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ, Cidade Universitária - Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, em 5 de maio de 2000. Eu gostaria de agradecer aos membros do IPPUR por sua calorosa acolhida e suas perguntas estimulantes, e a Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro pelo vigor e rigor com os quais ajudou a conduzir a publicação deste livro longamente planejado.

dade. No entanto, é preciso desenvolver imagens mais complexas e diferenciadas dos "marginais da cidade", se quisermos compreender corretamente sua condição social e interpretar seu destino coletivo em contextos nacionais diferentes.

Os artigos que compõem este livro examinam e comparam as mudanças no pós-guerra e a formação contemporânea do "Cinturão Negro" norte-americano, relacionando seu discurso e sua realidade com a estrutura, a dinâmica e a experiência de destituição urbana no desindustrializado "Cinturão Vermelho" francês. Sua investigação empírica e sua proposta analítica têm um duplo objetivo. O primeiro é explicar a *transformação institucional sofrida pelo gueto afro-norte-americano*, depois dos anos 1960, ao seguir o exemplo de reorganização do regime racial, da economia e da constituição política dos Estados Unidos de uma maneira que mais integra do que separa os papéis do mercado de trabalho, da raça e do Estado. O segundo é comparar as diferenças e semelhanças entre o "hipergueto" norte-americano e a decadente "cidade periférica" da França, para pôr à prova uma especificação sociológica de *marginalidade avançada*, isto é, o recente regime de clausura excludente e de exílio socioespacial que surgiu na cidade pós-fordista como resultado de mudanças instáveis nos setores mais avançados das economias capitalistas e da desarticulação do Estado do Bem-Estar social, ou seja, a sua relação com os segmentos da classe trabalhadora e das categorias etnoraciais dominadas que habitam as regiões mais inferiores do espaço físico e social.

Ao analisar minuciosamente o reaparecimento inesperado de realidades reprimidas, como a violência coletiva, a miséria e a divisão etnoracial nas metrópoles do Primeiro Mundo nas três últimas décadas, a primeira parte do livro evidencia o nexos entre cor, classe e Estado no coração racializado da metrópole norte-americana. Rompe com o tropo de "desorganização" e com a tendência ao exótico das pesquisas convencionais sobre pobreza, ao propor uma concepção institucionalista do gueto como uma concatenação historicamente determinada, espacialmente estabelecida de mecanismos de controle etnoracial.¹ Reconstitui a mudança histórica do *gueto comunitário* da metade do século, uma formação socioespacial compacta e definida para a qual negros de todas as classes eram despachados e confinados por um conjunto de instituições específicas locais, para o *hipergueto do fin-de-siècle*, uma configuração nova descentralizada, territorial e organizacional, caracterizada por uma segregação conjugada com base na raça e na classe, num contexto duplo de redução do mercado e de omissão da política social nos centros urba-

nos, e de seu correspondente desdobramento em uma polícia ostensiva e onipresente e um aparato penal.

Uma variedade de pesquisas, de entrevistas e dados de campo, bem como de observações etnográficas, realizadas no South Side de Chicago em 1988-91, está reunida para delinear a estrutura da vida diária no gueto de hoje e para indicar com exatidão os fatores econômicos e políticos que determinaram sua recente evolução, incluindo a informalidade econômica e a desproletarização, a continuação de uma severa segregação, a erosão do Estado do Bem-Estar social norte-americano e as políticas locais de "encolhimento planejado" do setor público. O *colapso das instituições públicas* resultante das políticas estatais de abandono urbano e repressão punitiva do (sub)proletariado negro emerge como a causa mais importante e como a característica da marginalidade entrincheirada nas metrópoles norte-americanas².

A segunda parte do livro desenvolve uma comparação de estrutura, experiência de vida e fundações político-econômicas da marginalidade urbana nos Estados Unidos e na França. Estabelece ampla oposição entre as morfologias sociais, as constituições organizacionais e as funções metropolitanas das "regiões de exílio" no South Side de Chicago e na periferia parisiense, ressaltando os efeitos da estigmatização territorial nas estruturas e estratégias sociais locais, e põe a descoberto os princípios de visão e de divisão sociais que moldam a consciência e as práticas de seus respectivos habitantes. Tal análise revela que a decadente periferia urbana francesa e o gueto afro-norte-americano constituem duas *formações socioespaciais distintas*, produzidas por lógicas institucionais diferentes de segregação e agregação, cujo resultado são níveis significativamente diferentes de desgraça, isolamento e penúria. O isolamento e banimento agem em zonas raciais consolidadas pela classe e pelo Estado no Cinturão Negro, mas principalmente com base na classe e em parte mitigadas pelo Estado no Cinturão Vermelho. O primeiro Cinturão é um universo uniforme etnicamente caracterizado por baixas densidade organizacional e penetração do Estado (e assim de alta insegurança física e social), ao passo que o segundo é heterogêneo simultaneamente pela presença de classes etnoraciais e pela presença muito maior de instituições públicas.

O balanço de semelhanças e diferenças entre a "nova pobreza" na *banlieue* da França e sua contrapartida estrutural nos Estados Unidos ressalta a *dimensão especificamente racial* da exclusão urbana nas metrópoles norte-americanas e confirma que as *estruturas e políticas estatais assumem um papel decisivo* na união de cor, classe e posição social em

¹ Para um relatório condensado das tendências e limitações da pesquisa condutora sobre raça e pobreza urbana nos Estados Unidos, ver Wacquant, Loïc. Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 2, n. 2, out. 1996, p. 145-61.

² Estudei essas políticas em *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos; Instituto Carioca de Criminologia, 2001; e sua internacionalização em *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ambos os lados do Atlântico e, da mesma forma, na gênese e na trajetória da marginalidade avançada em cada país. Também sugere, entre outras, algumas das propriedades que distinguem a atual marginalidade da sua precedente, o regime fordista de pobreza característico da expansão industrial das décadas do pós-guerra, pelo fato de ser nutrido pelas crescentes instabilidade e heterogeneidade da relação trabalho-salário, cada vez mais desconectada das curtas flutuações na economia nacional e concentrada em territórios estigmatizados e isolados, onde a erosão do sentido de "lugar" e a ausência de um idioma coletivo de reivindicações exacerbam a experiência e os efeitos da desproletarização e da destituição.

Ao despontar de um novo século, a incapacidade dos governos dos países desenvolvidos, ou a má vontade de suas classes dominantes convertidas ao neoliberalismo, em enxergar o acúmulo social e espacial de privação econômica, de desafiliação social e de desonra cultural, com a deterioração da classe trabalhadora e dos enclaves etnoraciais da metrópole dual, promete provocar inquietação recorrente e um desafio assustador à moderna instituição da cidadania. Trata-se de uma das maiores forças que alimentam a rápida expansão e o endurecimento uniforme da polícia e das políticas penais armadas contra a pobreza urbana nos Estados Unidos e na União Européia. Para fazer uma diferença real, as políticas sociais dirigidas ao combate da marginalidade avançada terão eventualmente de ir além do emprego e mover-se em direção à criação de um direito à subsistência fora da tutela do mercado, via algumas variantes de "renda básica"³.

Ao especificar os diferentes mecanismos casuais, as modalidades sociais e as formas experimentais assumidas pelo banimento nas metrópoles norte-americanas e francesas, este livro se empenha também em oferecer ferramentas não só para se repensar a marginalidade nas sociedades do Primeiro Mundo, mas, em particular, para revigorar a sociologia comparativa de polarização social e mudança urbana no Brasil e em outros países da América Latina⁴. Sugere, primeiro, que se deve manter uma clara distinção entre os *conceitos folclóricos* usados pelos administradores públicos, pelas autoridades urbanas e pela população, para designar zonas de exclusão, e os *conceitos analíticos* que a pesquisa social deve *construir* para desvendar a sua maquiagem e para compreen-

³ Van Parijs, Philippe. Au delà de la solidarité: les fondements éthiques de l'Etat-providence et de son dépassement. *Futuribles*, n. 184, fev. 1994, p. 5-29; e, do mesmo autor, *Real Freedom of All*. Nova York: Oxford University Press, 1995.

⁴ Para uma discussão ampliada sobre o caso da Argentina, ver a introdução de Javier Auyero para Wacquant, Loïc. *Los parias urbanos*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2001; e seu *Poor People's Politics: Peronist Survival Networks and the Legacy of Evita*. Durham: Duke University Press, 2000, especialmente os capítulos 1 e 2.

der a sua posição na estrutura socioespacial da metrópole. Alerta para a circulação internacional de conceitos falsos, como o da "*underclass*", que não são apenas inadequados para serem importados, mas também não têm validade nas realidades urbanas de seu próprio país, e alerta para a imprecisa invocação de noções, como "gueto", que são meras metáforas que ocultam diferenças estruturais e funcionais fundamentais, e que, dessa forma, bloqueiam a investigação quando deveriam dar-lhe continuidade.

Em segundo lugar, é útil para distinguir, pelo menos, entre a *condição* social característica de uma área de banimento, sua *posição* no sistema hierárquico de cada sociedade, e a *função* que exerce na organização social de cada metrópole. Algumas dessas regiões servem como reservatórios ativos e elásticos de força de trabalho de baixa qualificação; outras são apenas armazenamento de população excedente sem utilidade política e econômica identificável no novo capitalismo dualizante; outras, ainda, são depósitos meramente espaciais para o exílio de categorias sociais indesejáveis. Assim, no Brasil, o mesmo rótulo de *favela* pode conter áreas estáveis que continuam a oferecer abrigos sólidos de integração da classe trabalhadora dentro da cidade, zonas nas quais as vítimas da "desindustrialização regressiva" são entregues ao seu próprio destino, vivendo da economia informal das ruas, cada vez mais dominada por atividades criminosas, e enclaves de *marginais* marcados pela experiência do estigma do grupo e da mácula coletiva⁵.

Finalmente, convém especificar o grau e a forma de penetração do Estado em comunidades relegadas, bem como a cambiante, e muitas vezes contraditória, relação que seus habitantes mantêm com funcionários, escolas, hospitais e agências públicas, com a burocracia da habitação e da previdência social, com os tribunais e a lei. Não se pode presumir que essa relação seja estática, uniforme ou adequadamente traduzida pela generalizante expressão "clientelismo": pois, mesmo quando os pobres urbanos deixam de subverter os "rituais de marginalidade" que os unem às elites governantes, a ação coletiva desses pobres gera compreensões novas e laços multitrancados que abrem espaço para autonomia e crítica sociais⁶. Entre as instituições estatais, uma particular atenção

⁵ Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, p. 167-82, jul. 1996; Valladares, Lúcia. *The Favela Revisited: The Poor from Community to Violence*. Comunicação apresentada aos encontros da Associação Internacional de Sociologia, ago. 1998. Pamuk, Ayse; Cavallieri, Paulo Fernando. Alleviating Urban Poverty in a Global City: New Trends in Upgrading Rio de Janeiro's Favelas. *Habitat International*, v. 22, n. 4, p. 449-62, dez. 1998. Batista, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fíccis. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.

⁶ Velez-Ibanez, Carlos G. *Rituals of Marginality: Politics, Process and Culture Change in Urban Central Mexico, 1969-1974*. Berkeley: University of California Press, 1983.

deve ser dada à polícia como um órgão de linha de frente que está cada vez mais encarregado da manutenção não só da ordem pública, mas, num sentido muito concreto que o leva de volta à sua missão histórica original, da nova ordem de desigualdade social vertiginosa e de uma conjunção explosiva de miséria feroz e de estupenda afluência criada pelo capitalismo neoliberal nas cidades de países desenvolvidos e em desenvolvimento por toda a parte do globo⁷.

L. W.

Berkeley e Paris, Fevereiro de 2001

Prefácio

A cidade tem sido um laboratório no qual a sociedade vivencia os dramas e desafios da sua coesão social e experimenta as formas de superar as ameaças à sua manutenção. No início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos as fortes e evidentes separações sociais reinantes entre bairros burgueses e operários foram reconhecidas e denunciadas por reformadores e especialistas da gestão social recém-surgida como riscos à realização das promessas de progresso e bem-estar contidas na sociedade industrial que despontava. A concepção moralista das “classes perigosas”, pela qual os pobres e seus territórios até então eram identificados como ameaças a serem conjuradas por intervenções moralizadoras foi, pouco a pouco, substituída pela visão que reconhecia os mecanismos sociais como causa dos “problemas urbanos”. Nesse sentido, o debate sobre os males urbanos e as utopias racionalizadoras participou do processo de descoberta intelectual e política da sociedade de que nos fala Karl Polanyi e legitimou a edificação de mecanismos institucionais de proteção social com os quais buscou-se agregar os espaços populares à vida social e política da cidade. O urbanismo e a política urbana tiveram, portanto, importante papel na construção das instituições sociais que, regulando o mercado e construindo um conjunto de direitos sociais, criaram as bases do regime de solidariedade que fundam o Estado de Bem-Estar social.

A leitura deste livro suscita inquietantes questões sobre o atual papel da cidade nestes tempos de reedição do mito do mercado auto-regulado que animou muitos dos pensadores e dirigentes públicos no século XIX. As análises magistralmente conduzidas por Loïc Wacquant das mudanças institucionais dos espaços segregados das grandes metrópoles, em curso nas três últimas décadas nos Estados Unidos e na França, bem como dos discursos públicos com os quais elas são hegemonicamente identificadas e explicadas, indicam o retorno de várias realidades e idéias “recalcadas” na consciência coletiva. Tendo como pano de fundo as transformações econômicas, sociais e políticas desencadeadas no início dos anos 1970, Wacquant analisa os impactos regressivos da decomposição do *salariat* e de suas formas de socialização nos territórios das metrópoles em desindustrialização que concentram as frações vulneráveis do proletariado urbano. Nos dois lados do Atlântico Norte, a combinação dos processos de desassalariamento, desafiliação do

⁷ Sobre essa questão, o trabalho de referência é o de Chevigny, Paul. *Edge of the Knife: Police Violence in the Americas*. Nova York: New Press, 1995.

sistema de proteção social e de decomposição da relação trabalho-salário, além da retração planejada da política social, produziram efeitos particularmente desestruturadores da organização social dos guetos negros norte-americanos e das periferias urbanas francesas e inglesas. Os primeiros perderam o caráter comunitário e transformaram-se em espaços da privação e do abandono. As periferias das cidades francesas, por sua vez, perderam o seu papel de substrato da sociabilidade e da identidade da classe operária e se tornaram o lugar do purgatório social. Guetos e periferias urbanas são desconectados econômica, política e culturalmente da sociedade de mercado em emergência. A concentração territorial das camadas operárias empobrecidas participa agora ativamente do processo da sua destituição como atores sociais e políticos. Por outro lado, a concepção moralista e moralizadora que hoje organiza as formas pelas quais são enunciadas as ameaças representadas pelas manifestas e crescentes distâncias sociais e culturais entre os deserdados e os vencedores da sociedade de mercado, ao responsabilizar os pobres e excluídos pela sua pobreza e exclusão, reintroduz no discurso público a ótica estigmatizadora que demonizou as camadas populares no século XIX. O recalco pânico social das "classes perigosas" retorna ao imaginário coletivo na sua versão social-política e social-acadêmica, e participa da condenação do subproletariado urbano. Condenando-o à desqualificação, à invisibilidade e à inutilidade sociais, transforma-o de fração pobre do *salariat* em segmento marginal da sociedade. Condenando-o à exclusão da divisão social do trabalho e a viver em uma economia da pobreza, não raro alimenta com as práticas do capitalismo predatório das drogas e do roubo. Condenando-o à privação da capacidade de construir identidades, permite-lhe desencadear ações coletivas emancipatórias. Condenando-o ao cárcere de um ambiente social e cultural que incentiva e valoriza a prática da violência como o único recurso simbólico, produz, especialmente para os jovens, a ilusão do reconhecimento social.

A leitura dos textos que compõem esta coletânea traz mais que a compreensão dos mecanismos estruturais e históricos que realizam essa condenação. Gostaríamos de comentar três deles, que parecem constituir importantes contribuições à nossa reflexão sobre as transformações sociais em curso em nossas grandes cidades.

Antes de tudo, a descrição da trajetória política e intelectual da noção de *urban "underclass"*, saída do bom-senso do jornalismo letrado, legitimada pela academia do senso bondoso e depois apropriada por gestores pragmáticos da pobreza, convida-nos à reflexão sobre as tendências atuais do mercado de idéias e noções que fortalecem discursos públicos em torno do pauperismo e deslegitimam a histórica questão distributiva brasileira. Temos sinais claros da crescente submissão da nossa intelectualidade às categorias de pensamento e ao vocabulário imposto pelas agendas dos organismos internacionais que chegam até nós sob o manto da legitimidade acadêmica dos países desenvolvidos.

A reflexão comparativa competente e criativamente empreendida por Wacquant, por outro lado, evidencia a trajetória de reestruturação econômica, e os seus impactos na sociedade se diferenciam em razão das matrizes históricas sob as quais em cada país se deu a formação das classes, do Estado e da hierarquia social. A análise das semelhanças e diferenças entre os guetos negros dos Estados Unidos e a periferia urbana francesa põe em dúvida algumas apressadas conclusões sobre a "guetificação das nossas favelas" como resultado socioterritorial da globalização econômica. Esquece-se da diferença conceitual entre condição e posição na análise do espaço social, pela qual podemos compreender o lugar e a função de certos territórios nas relações de segregação e agregação sociais. Uma favela brasileira pode ser muito semelhante a um gueto negro norte-americano quando comparamos as suas respectivas condições sociodemográficas, pois ambos são territórios de concentração de camadas pobres com forte presença de segmentos não-brancos, jovens e velhos, de altas taxas de desemprego, especialmente entre os jovens, de famílias chefiadas por mulheres etc. Quando comparamos, porém, os lugares ocupados por uma e outro em seus respectivos espaços sociais, verificamos a existência de fortes diferenças. Em primeiro lugar, o termo "favela", embora pretenda descrever uma situação socialmente homogênea, esconde fortes diferenças quanto ao papel dos territórios pobres na economia e na sociedade das grandes cidades brasileiras. O vocábulo favela e seus congêneres (mocambos, vilas, palafitas etc.) nem sempre exprimem posições sociais semelhantes na hierarquia socioespacial brasileira. As favelas na cidade de São Paulo, por exemplo, constituem uma posição hierarquicamente mais inferior do que no caso do Rio de Janeiro. No Distrito Federal, por outro lado, morar em favela é estar em posição de forte precariedade urbana, enquanto no Rio de Janeiro a favela já alcançou total estabilidade. Também, no interior das metrópoles, há importantes diferenças entre as posições sociais das favelas das áreas centrais e as localizadas nas periferias. Em contraposição, os guetos norte-americanos de Nova York ou de Chicago significam a mesma posição inferior dos habitantes negros e pobres no conjunto da sociedade norte-americana. Outra importante diferença refere-se às relações dos territórios da pobreza com o conjunto metropolitano. Os "favelados" não apresentam o mesmo grau de isolamento social que os moradores dos guetos norte-americanos. Estão inseridos na divisão social do trabalho, embora em posições marginais, mantendo relações de troca com o mundo social exterior. A sua grande maioria trabalha fora da favela e consome fora delas. A conexão da favela com a sociedade, ainda que subalterna, permite ao seu morador experimentar a alteridade. Por outro lado, se a favela é majoritariamente preta e parda, nem todos os pretos e pardos pobres estão nas favelas, o que dá ao "favelado" a oportunidade de escapar da estigmatização e circular no espaço social sem portar as insígnias da desqualificação social. Outro

aspecto diferenciador diz respeito à favela na trajetória social das camadas populares. Morar na favela não representa sempre estar em uma etapa da mobilidade social descendente. De fato, em razão das enormes desigualdades sociais entre a cidade e o campo, e como as favelas continuam a ser o lugar de residência do migrante recém-chegado, o morar na favela não é necessariamente vivido como purgatório social dos segmentos populares em processo de desclassificação. Pelo contrário, as favelas continuam representando a porta de entrada pela qual o trabalhador pobre do campo tem acesso às melhores condições de renda e de vida presentes na cidade. Acrescente-se, ainda, o fato de a composição da estrutura social das favelas ser bastante semelhante à encontrada nos outros espaços populares, e a análise da sua evolução no tempo indica tendência ao aumento da mistura social. O gueto norte-americano e a periferia francesa estudados por Wacquant apresentam estruturas sociais particulares, nas quais a presença de segmentos subproletários negros e imigrantes é muito maior do que a encontrada nos outros bairros populares, configurando-se, portanto, espaços socialmente bem delimitados. Entretanto, sabemos que a heterogeneidade social da favela tem limites.

Talvez a posição das favelas e seus congêneres no espaço social brasileiro tenha a ver com o fato de o poder de segregação das nossas elites econômicas e intelectuais, todas brancas, por meio do qual asseguram e legitimam a distância e as desigualdades sociais que as separam e diferenciam do "povo, todos negros ou quase negros", concretizar-se por outras instituições sociais que prescindem do isolamento territorial dos pobres. Por essa razão, a organização das nossas grandes cidades segue um modelo que combina proximidade física e distância e separação sociais, pois cada um sabe exatamente o seu lugar no espaço social.

O terceiro aspecto refere-se à relação entre violência e segregação urbana. Wacquant mostra como a situação de abandono e isolamento dos guetos negros norte-americanos resulta, de um lado, no crescimento de um capitalismo de pilhagem, em que se vem transformando a economia local dessas áreas e, de outro, no reforço entre os jovens de uma cultura machista que valoriza a busca do reconhecimento social pelo uso aberto da força física diante da sua crescente invisibilidade no espaço social da grande cidade. A expansão da violência acaba por acentuar a situação de segregação e marginalização dos moradores dos guetos e das periferias, uma vez que aumenta a desorganização social, desertifica o espaço da sociabilidade e das práticas cívicas. Tudo nos leva a crer que, no Brasil, estamos ainda distantes da situação radical de anomia descrita por Wacquant. Entretanto, existem hoje vários sinais de que a crescente presença do tráfico de armas e de drogas esteja produzindo impactos perversos na organização social e na sociabilidade reinantes nas favelas (e nos bairros populares), apontando para o surgimento de tendências semelhantes às que participaram da transformação do gueto

negro norte-americano em purgatório social. Por outro lado, as imagens e metáforas presentes no discurso público sobre a "cidade partida e conflagrada", embora muitas vezes mobilizadas com intuitos críticos e denunciadores das distâncias e separações sociais, têm contribuído para a formação do senso comum que hoje localiza nas favelas a origem do sentimento de ameaça experimentada pelos moradores das grandes cidades brasileiras e que nos anos recentes fundamentou a adoção da aventura de operações bélicas para integrá-las à cidade. São indícios da crescente estigmatização das favelas, que se estende a outros espaços populares, como "as zonas lestes", "as baixadas", "os alagados" etc., reverberados por uma crescente "cultura do medo", como propôs Luiz Eduardo Soares, com a qual muitos segmentos das elites justificam o movimento de abandono da cidade e de auto-isolamento social, hoje traduzido pela multiplicação dos condomínios-fechados e seus congêneres.

Este livro é certamente uma importante contribuição ao esforço coletivo de construção de um pensamento crítico da nossa trajetória histórica, pensamento rebelde às concepções fatalistas com que discute hoje os processos de reestruturação econômica e seus impactos nas grandes cidades. É a demonstração da força e da riqueza de um modelo intelectual que conjuga de maneira rigorosa e competente a crítica social e a crítica epistemológica no desvendamento e questionamento das formas estabelecidas de pensamento e das formas estabelecidas de vida social.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Extrema, Minas Gerais, março de 2001

PRÓLOGO: UM VELHO PROBLEMA NO
NOVO MUNDO?

O retorno do recalçado: violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas *

Nas décadas de crescimento que se seguiram aos traumas da depressão e da guerra em meados do século XX, as ricas sociedades do Ocidente capitalista passaram a pensar em si mesmas como pacíficas, coesas e igualitárias – numa palavra, *civilizadas*, tanto no sentido comum e moralmente efusivo do vocábulo, denotando a forma mais acabada de cultura e vida humana, como no sentido de "civilizador" de Norbert Elias (1978), um processo de reestruturação de longo termo nas relações sociais envolvendo a extensão de redes interpessoais, a multiplicação de organizações e a pacificação do intercâmbio social, à medida que o Estado estabeleceu firmemente seu monopólio sobre o uso da violência pública.

Os Estados-nação avançados, como os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha, adotaram uma visão de si próprios como crescentemente *democráticos*, na compreensão do termo em Tocqueville, isto é, orientados para a redução inelutável das desigualdades de *status*, particularmente as derivadas de posições e identidades "atribuídas". Na realidade, uma das dimensões mais proeminentes da autocompreensão das sociedades do Primeiro Mundo nesse período era que as condições herdadas – como classe, etnicidade ou "raça" – seriam cada vez mais irrelevantes para o acesso a posições sociais valorizadas e à correspondente parcela de oportunidades de vida.¹ O consumo de massa,

* Conferência plenária pronunciada no 17º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, em outubro de 1993. Gostaria de agradecer aos membros da audiência, demasiado numerosos para serem aqui mencionados, que reagiram a minha palestra com animados comentários e pertinentes indagações, algumas das quais tentei levar em consideração nesta versão revisada. Devo uma especial expressão de gratidão a Antônio Flávio Pierucci e a Alice Rangel de Paiva Abreu pelo convite para falar na Anpocs, assim como a Ilana Goldstein, Rosilene Alvim, José Sérgio Leite Lopes e Reginaldo Prandi por terem me oferecido uma introdução fascinante à sociedade e à cultura brasileiras.

Publicado na *Revista Brasileira de Ciências*, ano 9, n. 24, fev. 1994. Tradução de João Roberto Martins Filho.

¹ Esse breve quadro não permite reconhecer variações importantes no seio do que rotulamos apressadamente de sociedades do "Primeiro Mundo". Para uma aguda exposição das diferenças na construção sociopolítica da desigualdade e da pobreza na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, ver Silver (1993, especialmente p. 342-48).

o aburguesamento da classe operária, o crescente peso das credenciais educacionais na alocação competitiva das pessoas numa estrutura ocupacional diferenciada, a difusão do individualismo liberal: tudo isso prometia anunciar uma era sem precedentes de fraternidade e bem-estar social.² A sociologia deu expressão formal a essa crença elaborando a noção de “meritocracia”; na América do Norte, toda uma escola de pesquisa em estratificação cultuou essa crença na progressiva fluidez e porosidade da estrutura de classes, ao fazer da “aquisição de *status*” o esqueleto conceitual de incontáveis estudos sobre “oportunidade”.³

De modo correspondente, tornou-se amplamente aceito que as formas mais extremas de desigualdade nas circunstâncias básicas de vida tinham sido, ou estavam prestes a ser, aliviadas, quando não erradicadas, graças à ampla provisão de bens públicos como educação, saúde e segurança, pelas mãos do Estado de Bem-Estar – no caso dos países europeus-ocidentais –, ou via os efeitos “conta-gotas” do crescimento sustentado do mercado livre – nos Estados Unidos. Animadas pela consolidação industrial e pela contínua expansão de novos setores de serviços, as sociedades do Primeiro Mundo passaram a entender a pobreza como um *resíduo* de desigualdades e atrasos passados ou como o produto de *deficiências individuais*, de todo modo um fenômeno destinado a retroceder e desaparecer com a plena modernização da nação.⁴ Escrevendo no começo dos anos 1960, Galbraith (1963) caracteristicamente chamava a pobreza uma “reflexão tardia” e uma anomalia na sociedade norte-americana. É verdade, ainda haverá gente pobre por perto, e não em número insignificante, mas não por muito tempo. Em 1964, quando lançou sua “Guerra à Pobreza”, o presidente Lyndon B. Johnson anunciava com orgulho que os Estados Unidos eliminariam a pobreza por volta de 1976, de modo que o bicentenário dos Estados Unidos também pressagiaria o nascimento da primeira “sociedade da

² Dois livros, publicados simultaneamente em 1960 nos Estados Unidos, podem ser tomados como projeção emblemática dessa visão societal emergente: *Stages of Economic Growth: a Non-Communist Manifesto*, de W. W. Rostow (1971) e *The End of Ideology*, de Daniel Bell (1960).

³ A própria terminologia é reveladora dos pressupostos básicos dessa corrente. Knotterus (1987) fornece um escrutínio da imagem da sociedade subjacente à pesquisa de aquisição de *status*, efetuada em particular pela escola de Wisconsin. É possível mostrar que a ideologia da *meritocracia social* (conforme expressa nos escritos de Talcott Parsons, Peter Blau e Otis Dudley Duncan, e Raymond Aron, por exemplo) preencheu nas sociedades euro-norte-americanas uma função semelhante à do mito da “democracia racial” no Brasil, como aparece em Gilberto Freyre (1946).

⁴ Castel (1978) oferece um relato histórico dessa problemática no caso dos Estados Unidos, enquanto Wilson e Aponte (1985) registram o “desaparecimento” cíclico da questão da pobreza na América do Norte através do século. No recente debate francês, cf. Verdès-Leroux (1978) e Moreau de Bellaing (1988); sobre a discussão britânica, cf. Townsend et al. (1987).

afluência”. Na França, mais ou menos na mesma época, a imagem igualmente rósea de uma “Nova Sociedade” era irradiada pelo hegemônico partido gaullista, sob a liderança de Jacques Chaban-Delmas, para ser depois remodelada pelo presidente Giscard d’Estaing como a promessa de uma “sociedade liberal avançada”. Como nota Sinfield (1980, p. 93), no decorrer dos anos 1970 não houve “debate sobre a pobreza na França”, nem mobilização política em torno da questão, nem política oficial para combatê-la.

A obsolescência da classe presumivelmente se aplicava a etnicidade e “raça”.⁵ Em graus variados, as sociedades do Primeiro Mundo também passaram a ver-se como formações sociais “não-étnicas”, cada vez mais homogêneas e unificadas, enquanto relações *gemeinschaftliche* de linhagem, região e cultura davam lugar a afiliações instrumentais baseadas no interesse, na especialização profissional e nos imperativos funcionais de uma economia tecnológica complexa. A assimilação era a ordem do dia (Gordon, 1961), e a adoção da cultura nacional, aparentemente o único meio disponível para grupos estranhos que viviam no interior dessas sociedades ou nelas tinham ingressado.

Ao eludir a etnicidade, os ideólogos das sociedades avançadas seguiram os passos da ciência social clássica e contemporânea. Marx e Durkheim não tinham concordado em que a industrialização capitalista resultaria na substituição dos laços sociais tradicionais por formas racionalizadas e impessoais de identificação e pertencimento, enraizadas em relações mercantis e ideais cívicos cada vez mais abstratos? Do mesmo modo, os dois paradigmas de mudança social que dominaram a ciência social no período do pós-guerra, o estrutural-funcionalismo (e seu rebento, a teoria da modernização) e o marxismo desenvolvimentista (inclusive a obra dos *dependentistas* latinoamericanos e a teoria do sistema mundial) concordavam em que etnicidade e raça estavam fadadas à erosão. Para os defensores da modernização, como David McLelland, Alex Inkeles e Daniel Lerner, a “morte da sociedade tradicional” implicava a dissolução dos laços sociais “atribuídos” e a simultânea emergência do indivíduo livre, empreendedor e “realizador”, devido à ascensão da alfabetização, da tecnologia e dos meios de comunicação de massa. Para os advogados das várias teorias marxistas da transformação social, de André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso a Immanuel Wallerstein, a formação de classe deveria varrer a etnicidade e criar uma estrutura de classe global – resultante numa transição para a ordem mundial socialista. Várias teorias da sociedade pós-industrial compartilhavam esses pressupostos e, de forma similar, concebiam as divisões

⁵ Colocamos “raça” entre aspas para salientar que (1) a identidade racial não passa de um caso particular de etnicidade (que se *supõe* baseada na herança biológica), isto é, um princípio historicamente construído de classificação social; (2) o que se entende por raça (e racismo) pode variar significativamente de uma sociedade para outra, de uma conjuntura histórica para outra.

etnorraciais não como bases duráveis de estruturação social dotadas de sua própria dinâmica, mas como princípios de agrupamento “atrasados”, reativos ou derivados, impedimentos transitórios no curso natural da sociedade moderna rumo ao universalismo.⁶

A VIOLÊNCIA VINDA DE BAIXO: DISTÚRBIOS RACIAIS OU REVOLTAS DA FOME?

No decorrer da última década, mais ou menos, essa auto-imagem do Primeiro Mundo foi abalada por espetaculares explosões de insatisfação pública, crescentes tensões étnicas e raciais e cada vez maior indignação no coração das grandes cidades. Longe da reabsorção da pobreza e da erosão das afiliações etnonacionais, as sociedades avançadas foram assoladas pela concomitante disseminação da “nova pobreza” e pelo surto – ou ressurgimento – das ideologias raciais, amiúde acompanhadas pelo conflito violento na cidade (Mingione, 1993; Cross, 1992; Wilson, 1987). Consideremos três desses exemplos de desordem urbana na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos.⁷

Outubro de 1990, em Vaulx-en-Velin, cidadezinha operária pacata e sem atrativos na periferia de Lyon, França: algumas centenas de jovens, muitos deles imigrantes de segunda geração provenientes do Magrebe, tomam as ruas para enfrentar a polícia, depois que um adolescente do local morre em um acidente de motocicleta, causado por um carro da polícia. Durante três dias e três noites eles se confrontam com os policiais e as *compagnies républicaines de sécurité* (tropas antichoque), rapidamente despachadas pelo governo, crivando de pedras os furgões da polícia, saqueando lojas e ateando fogo a duas centenas de carros. Quando a calma finalmente retorna, contam-se dezenas de feridos, estimam-se danos de 120 milhões de dólares e o país está em estado de choque. A longa ebulição da ira das *banlieues* – áreas periféricas decadentes com altas densidades de conjuntos habitacionais públicos e

⁶ Florestan Fernandes (1965) oferece uma expressão sintética dessa visão disseminada, em sua apreciação da natureza e do destino das divisões raciais na sociedade brasileira: “O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social antológico, que apenas pode ser corrigido por processos que removeriam a obstrução da desigualdade racial da ordem social competitiva.” Tal posição é certamente muito mais antiga: lembre-se que o “ciclo de relação de raça”, no início da escola de Chicago, com sua progressão ordenada do conflito e da competição para a acomodação e a assimilação, é voltado para a reabsorção das divisões etnorraciais.

⁷ Aqui, posso apenas fornecer o mais breve esboço de tais incidentes. Para um relato mais completo da ascensão da violência e das tensões etnorraciais nos projetos habitacionais da periferia francesa, ver Jazouli (1992); para um caso norte-americano exemplar, ver a análise de Poster e Dunn (1984); para uma resenha dos distúrbios britânicos do começo dos anos 1980, consultar Benyon (1984).

degradados – chega ao topo da agenda política e dominará o debate público por meses a fio.⁸

Julho de 1992, em Bristol, Inglaterra: uma cadeia de eventos quase idêntica provoca várias noites de tumultos no conjunto Hartcliffe, um distrito industrial pobre na margem sul da cidade. A violência eclode depois que dois homens da vizinhança, passeando numa motocicleta roubada da polícia, são mortos em uma colisão com um carro policial de chapa fria. Tarde da noite, algumas centenas de jovens geram tumulto no *shopping center* local. Quando a polícia contra-ataca, chovem tijolos e pedras, bolas de aço, andaimes e bombas de gasolina. O confronto se espalha rapidamente pelas áreas vizinhas. Cerca de 500 policiais de elite têm que ser convocados para restaurar a ordem numa região de um quilômetro quadrado, temporariamente transformada em zona de guerrilha urbana. Incidentes similares de larga escala explodem nesse mesmo verão em Coventry, Manchester, Salford, Blackburn e Birmingham.⁹

Abril de 1992, em Los Angeles: a absolvição dos quatro policiais brancos envolvidos no brutal espancamento, gravado em videocassete, de Rodney King, um indefeso motorista negro preso após uma perseguição de automóvel, desencadeia uma explosão de violência civil sem paralelos na história da América do Norte no século XX. No gueto de South Central, motoristas brancos são arrancados de seus carros e espancados, lojas são depredadas, carros da polícia virados e incendiados. Propriedades de coreanos, suas mercearias, lojas de bebida e de objetos usados, abundantes na área, são alvo de destruição sistemática. Tão avassaladora é a explosão que nem os bombeiros nem a polícia são capazes de impedir o incêndio de centenas de prédios. A rebelião espalha-se prontamente, multiplicando as cenas de saques em massa. É decretado estado de emergência e 7 mil efetivos federais, incluindo 1.220 fuzileiros navais, são convocados. Francoatiradores e tiroteios entre amotinados, polícia e comerciantes, que pegam em armas para defender suas lojas, elevam o cômputo das mortes a 45. Ao final do terceiro dia de levante, cerca de 2.400 pessoas sofreram ferimentos, 10 mil foram presas; mil famílias perderam suas casas, milhares de indivíduos, o emprego. A destruição total é estimada na desconcertante soma de 1 bilhão de dólares.

Essas explosões de violência coletiva são apenas três casos extraídos de uma lista de tumultos urbanos demasiado longa para ser enumerada.¹⁰

⁸ Os choques continuaram por todo o verão de 1991, forçando o governo central a expandir e a institucionalizar vários programas de “prevenção de incidentes”, em particular durante as temporadas de verão (as chamadas *opérations été chaud*).

⁹ Em 1980, 1981 e 1985, grandes rebeliões eclodiram em áreas da *inner city* de Bristol, Londres, Liverpool, Birmingham e uma série de outras regiões operárias decadentes.

¹⁰ Devem-se acrescentar aos incidentes na França, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a recente onda de ataques violentos a estrangeiros candidatos a asilo, na Alemanha, e os constantes incidentes envolvendo forasteiros norte-africanos no sul da Itália.

A maior parte das desordens, grandes ou pequenas, que sacudiram a *banlieue* francesa, a *inner city* britânica e os guetos e *barrios* da América do Norte envolveu basicamente os jovens das áreas pobres, segregadas e amiúde dilapidadas, e parece ter sido alimentada pelas crescentes tensões raciais dentro e em volta dessas regiões. Assim, a interpretação dominante nos relatos da mídia e nos debates políticos foi a de que se tratava essencialmente de “distúrbios raciais”, que expressam animosidade contra, ou entre, as “minorias” étnicas e/ou imigrantes de tais países (Cross e Keith, 1993).

No nível superficial, muita coisa ampara essa visão. A Europa dos anos 1980 foi, com efeito, varrida por uma onda aparentemente incontível de sentimento racista.¹¹ Na França, a hostilidade “anti-árabe” há muito encoberta veio à luz explosivamente (Silverman, 1990) e motivou um aumento nos ataques racistas. Encontrou expressão política no populismo xenófobo da Frente Nacional (Husbands, 1991), que, por sua vez, estimulou o crescimento de um amplo movimento “anti-racista” liderado pela organização SOS-Racisme. Na Grã-Bretanha, o antagonismo entre negros antilhanos, asiáticos e brancos pegou fogo em sucessivos confrontos de rua e tornou-se mais rancoroso. Os debates sobre a criminalidade e o policiamento nas ruas foram “racializados” a ponto de a inquietação e a violência públicas serem cada vez mais percebidas como problemas essencialmente “negros” (Solomos, 1988). Enquanto isso, nos Estados Unidos, uma reação de ampla escala contra os avanços conquistados pelas chamadas minorias (principalmente os afro-norte-americanos, mas também os grupos latinos e asiáticos), na esteira do movimento dos Direitos Civis dos anos 1960, levou a uma notável deterioração das relações raciais, registrada *inter alia* pela escalada dos crimes racialmente motivados ou “de ódio”, pelo medo generalizado dos homens negros na rua, por incidentes interétnicos nos *campi* universitários e pela flagrante explosão de sentimentos antinegros nas campanhas políticas locais e nacionais (Franklin, 1992). E enquanto a Europa passava a ser assombrada pelo espectro da cristalização, no seu solo, dos guetos ao estilo norte-americano, os Estados Unidos consumiam-se nas visões de pesadelo da chamada “*underclass*”, um grupo aterrador que se teria aglutinado no coração da metrópole segregada, epítome de todas as patologias urbanas da América do Norte.¹²

¹¹ Sobre a ascensão (ou ressurgimento) do racismo em escala européia e suas várias manifestações nacionais, ver Allen e Macey (1990), Miles (1992) e Wieviorka (1992).

¹² Misturando ciência social, jornalismo e senso comum, análise empírica e preconceções ordinárias, o mito da “*underclass*” deu vida a antigos preconceitos contra os afro-norte-americanos, os pobres e a intervenção estatal, ao converter em demônio o subproletariado urbano negro (Wacquant, 1992a). Sua invenção compartilha a reconfiguração do mapa ideológico da “raça”, nos Estados Unidos, com o mito dos asiáticos como “minorias modelo” e com a unificação simbólica das variadas correntes de população hispânica nos “latinos”.

Assim, nos três países, a violência e a inquietação urbanas passaram a ser estreitamente vinculadas, senão igualadas, na mentalidade pública, à “raça” e à imigração. Nos Estados Unidos, tal associação é antiga, datando da era da urbanização negra depois da Emancipação, se não anterior a ela, sendo periodicamente reativada durante os períodos de dificuldade econômica ou de conflito social (Curtis, 1989). Na Europa, ela é mais recente e atenuada, embora tenha se mostrado ideologicamente poderosa na dura conjuntura socioeconômica aberta pelas recessões de meados dos anos 1970 (Jacquin e Wieviorka, 1991). Todavia, vários elementos sugerem que o termo “distúrbios raciais” é enganador e oculta um outro fenômeno, mais profundo, que se combina com ele em proporções diferentes.

As desordens coletivas urbanas dos anos 1980 não são uma simples extensão dos levantes raciais tradicionais, tais como os experimentados pelos Estados Unidos no decorrer do século XX (Young, 1970). E não estamos presenciando uma “americanização” da pobreza e do protesto urbano, uma transformação no regime de marginalidade urbana, que marcaria memorável convergência transatlântica entre os dois continentes (Wacquant, 1992b, 1993a). Um olhar mais atento à sua anatomia sugere que tais desordens, em proporções diversas conforme o país, combinaram duas lógicas: a do protesto contra a *injustiça racial* com raízes no tratamento discriminatório – de uma quase-casta estigmatizada nos Estados Unidos, dos imigrantes “árabes” e outros imigrantes de cor na França e na Grã-Bretanha – e a dos pobres que se levantam contra a *privação econômica e as desigualdades sociais crescentes* com a arma mais efetiva, quando não a única de que dispõem, notadamente a ruptura da vida civil com o recurso direto à força.

É possível que os anos 1980 se revelem a década da lenta maturação dos *levantes mistos* – mistos tanto em termos de suas dinâmicas e objetivos como em virtude de sua composição multiétnica. Pois, ao contrário das descrições da mídia, nem as *banlieues* francesas nem as *inner cities* britânicas são exclusiva ou mesmo predominantemente habitadas por imigrantes, e os que nelas participaram das rebeliões foram na maioria das vezes recrutados num caleidoscópio de linhas étnicas. Embora os jovens da segunda geração de imigrantes do Magrebe e das Antilhas tenham assumido papéis de liderança destacada nos choques urbanos que sacudiram a França e a Inglaterra, eles agiram em comum acordo e com o apoio ativo dos filhos de famílias naturais da Europa residentes em bairros industriais degradados. E suas reivindicações são as de jovens de classe operária em toda parte: empregos, escolas decentes, moradia melhor ou acessível, acesso a serviços públicos e tratamento justo pela polícia e outras agências do Estado (Jazouli, 1992).

Do mesmo modo, os milhares que, durante o levante em Los Angeles, pilharam supermercados e pequenos *shoppings* em chamadas no bairro South Central, estavam longe de serem todos negros: mais da

metade das primeiras 5 mil prisões eram de latinos e 10%, de brancos. O motim não foi exclusivamente um protesto afro-norte-americano contra a flagrante discriminação racial perpetrada pela polícia e posteriormente confirmada por um notório erro judicial. Foi também uma "revolta da fome" contra a pobreza, a carestia e as severas agruras materiais trazidas pela recessão econômica e pelos cortes nos programas governamentais, como testemunharam os latinos e mesmo os asiáticos e brancos que podiam ser vistos na televisão enxameando em torno de lojas saqueadas em busca de mercadorias gratuitas. Conforme a expressão de um dos mais argutos observadores da cidade, "o primeiro motim multirracial da nação teve a ver tanto com barrigas vazias e corações despedaçados quanto com cassetetes policiais e Rodney King."¹³

A VIOLÊNCIA VINDA DE CIMA: DESPROLETARIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO, ESTIGMATIZAÇÃO

É tentador encarar explosões de violência coletiva "vinda de baixo" como sintomas de crise moral, de patologias das classes baixas, ou como tantos outros indícios de iminente ruptura societal da "lei e da ordem". Assim, a resposta típica das autoridades britânicas à onda de incidentes violentos que varreu as cidades dos Midlands no verão de 1992 foi queixar-se do comportamento desviante e da amoralidade dos elementos inferiores da classe trabalhadora. Depois dos distúrbios de Bristol, elas procuraram culpar o "hoolliganismo insensato", alimentado pelo álcool, ainda que os moradores de Hartcliffe concordassem em que a hostilidade entre os jovens e a polícia estivesse em gestação por meses e ainda que jamais tenha sido apresentada nenhuma prova de envolvimento dos *hoolligans* ou que o consumo de álcool nas noites da desordem tenha sido acima do normal. Da mesma forma, nos Estados Unidos a odiosa (e fictícia) história da "*underclass*" forneceu um discurso barato e pronto para explicar a ascensão da violência no gueto e em seus arredores.

Entretanto, a atenta análise comparativa de seu tempo, contexto e desenvolvimento mostra que, longe de expressões irracionais e atávicas de incivilidade, a recente inquietação pública dos pobres urbanos da Europa e da América do Norte constitui uma resposta (socio)lógica à compacta *violência estrutural* liberada sobre eles por uma série de transformações econômicas e sociopolíticas que se reforçam mutuamente. Tais mudanças resultaram em uma polarização de classes que, combinada com a segregação racial e étnica, está produzindo uma *dualização da metrópole*, que ameaça não apenas marginalizar os pobres como con-

¹³ Davis, Mike. L. A., *Burning All Illusions*. In: Institute for Alternative Journalism, 1992; para mais elementos, ver também Davis (1992) e a excelente coletânea de reportagens compilada pelo Institute for Alternative Journalism.

dená-los à redundância social e econômica direta.¹⁴ Essa violência "vinda de cima" tem três componentes principais: (1) desemprego em massa, persistente e crônico, representando para segmentos inteiros da classe trabalhadora a desproletarização que traz em seu rastro aguda privação material; (2) exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados à medida que a competição por eles aumenta, devido à imigração; (3) crescente estigmatização na vida cotidiana e no discurso público, tudo isso ainda mais terrível por ocorrer em meio a uma escalada geral de desigualdade. Longe de representar um subproduto periférico da terceiro-mundialização ou reversões a formas sociopolíticas pré-modernas de conflitos, essa volta das realidades reprimidas de pobreza, violência e divisões etnoraciais, ligadas a seu passado colonial, no coração da cidade do Primeiro Mundo, deve ser entendida como resultado da transformação desigual e desarticuladora dos setores mais *avançados* das sociedades ocidentais, e, portanto, suas manifestações não parecem passíveis de amainar tão cedo.

Ao contrário dos períodos anteriores de crescimento econômico, a expansão desigual dos anos 1980, onde ela ocorreu, fracassou em "içar todos os botes", produzindo em vez disso uma cisão cada vez mais profunda entre ricos e pobres e entre os empregados com estabilidade nos setores centrais e de classe média da economia e os inseridos nas margens de um mercado de trabalho cada vez mais inseguro, de baixa qualificação e de serviços.¹⁵ Nos Estados Unidos, essa brecha cresceu de forma tão pronunciada que é prontamente palpável nas ruas das grandes cidades – onde mendigos e sem-teto tornaram-se visão comum mesmo nos opulentos distritos empresariais – e nos extremos de luxo e carência – alta sociedade e guetos sombrios –, que floresceram e decaíram lado a lado. Assim, enquanto a parcela da riqueza nacional correspondente a 1% dos norte-americanos mais ricos dobrou em uma década, saltando de 17,6% em 1976 para 36,3% em 1989, há mais gente vivendo abaixo da "linha de pobreza", em 1992, do que em qualquer outra época desde 1964: 36 milhões de pessoas, incluindo uma em cada três famílias negras ou latinas.

Na França, a desigualdade de renda aumentou pela primeira vez no pós-guerra, apesar de uma série de medidas de transferência social implementadas pelo governo socialista. À medida que inchavam as fileiras dos "Golden Boys" no Palais Brogniard, juntamente com os valores das ações e dos bens imobiliários, aumentava o número de desempregados, de sem-casa e de destituídos. Hoje, segundo estimativas

¹⁴ Para uma investigação sobre a complexidade e a dinâmica desse processo de dualização, ver Mollenkopf e Castells (1991), Fainstein et al. (1992), e para uma discussão acauteladora, ver Marcuse (1989).

¹⁵ Para pesquisas sobre o aumento da desigualdade de renda na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, ver Townsend (1990), Centre d'études des revenus et des coûts (1989) e Danzinger e Gottschalk (1992), respectivamente.

oficiais regularmente divulgadas pela mídia, três milhões de franceses vivem na pobreza, 300 mil estão privados de moradia regular e meio milhão são beneficiários do plano nacional de rendimento mínimo garantido (RMI). Nos noticiários nacionais, relatos de “trabalhadores” e sindicatos em greve para defender seus salários e benefícios sociais foram substituídos pela discussão da “exclusão” e por sombrias avaliações sobre as agruras dos *Rmistes*, termo cunhado para expressar a nova realidade da rejeição quase-permanente no mercado assalariado. Na Grã-Bretanha, a economia baseada na oferta (*supply-side*) e os cortes nos gastos sociais do Estado causaram igualmente uma redistribuição de riqueza para cima e uma aguda divergência de padrões de vida entre classe trabalhadora e classe alta, assim como entre as regiões. A parte norte do país foi dramaticamente empobrecida, ao mesmo tempo que entraram em colapso as economias regionais de grandes cidades como Manchester, Liverpool e Glasgow. E isso aconteceu com tal intensidade que os analistas a comparam agora ao Mezzogiorno italiano, para salientar o crescente dualismo nacional.

Os deslocamentos no emprego, das manufaturas para os serviços que exigem treinamento intensivo, o impacto das tecnologias de eletrônica e automação nas fábricas e mesmo nos setores de colarinho-branco, como seguros e bancos, a erosão dos sindicatos e da proteção social – tudo isso se combinou para produzir destruição, informalização e degradação simultâneas do trabalho para os moradores pobres das grandes cidades. Para muitos, porém, a reestruturação econômica trouxe não apenas a perda de renda ou de emprego definido: significou a negação direta do acesso às atividades assalariadas, isto é, a *desproletarização*. Assim, a maioria dos países europeus ocidentais testemunhou um aumento constante não só em desemprego – a taxa média na Comunidade Européia cresceu de 2,9% em 1973 para cerca de 11% em 1987 –, mas, de forma mais significativa, no número de desempregados de *longo prazo*. No final dos anos 1990, a proporção de sem-emprego sem trabalho por um ano ou mais excedia os 75% na Bélgica, a metade na Holanda e os 45% na França e no Reino Unido. A cifra comparável de 8% para os Estados Unidos é enganadora, pois sua medição é diferente e oculta enormes variações grupais e geográficas: em muitas áreas de *inner city*, as taxas de sem-emprego efetivas entre adultos rondam acima dos 50% e para muitos o desemprego pode durar anos e mesmo décadas.¹⁶

A exclusão contínua e permanente de grande quantidade de pessoas do mercado assalariado e o crescimento paralelo da economia informal nas áreas urbanas decadentes são dois indicadores convergentes da formação, no âmago das cidades do Primeiro Mundo, do que Fer-

¹⁶ No coração do gueto de Chicago, por exemplo, de cada 10 adultos, quase seis sobrevivem de esqualidos pagamentos de *welfare* e 80% dos beneficiários preveem permanecer no auxílio público por mais de um ano (Wacquant e Wilson 1989, p. 19).

nando Henrique Cardoso e Enzo Faletto chamam um “exército de reserva de trabalho excedente”, para quem o avanço econômico se traduz em uma regressão das condições materiais e das oportunidades de vida. Vejam-se a expansão da fome e o reaparecimento de doenças contagiosas erradicadas como a tuberculose nas áreas de *inner city* degradadas de Nova York, Paris e Londres.

Ao mesmo tempo que suas economias sofriam a desindustrialização e a globalização, as sociedades avançadas absorveram um novo influxo (ou o estabelecimento definitivo) de imigrantes do Terceiro Mundo, canalizado justamente para esses bairros onde as oportunidades econômicas e os recursos coletivos encolhem constantemente.¹⁷ A formação de um espaço mundial de circulação de capital nas últimas três décadas levou ao entrelaçamento de uma rede global de circulação de mão-de-obra, que trouxe grande número de migrantes para as grandes cidades da Europa e da América do Norte. Esses “novos imigrantes”, como são amiúde chamados para distingui-los das correntes de migração transatlântica que anteriormente ligaram o Velho Mundo e o Novo Mundo até meados do século XX, originam-se das antigas colônias da Europa Ocidental ou dos satélites econômicos e políticos dos Estados Unidos. Tendem a congregar-se nos bairros mais pobres dos grandes centros urbanos, bairros onde a moradia é mais barata, onde podem mais facilmente se estabelecer nos setores informais e empreendedores da economia e onde as redes de compatriotas ou companheiros étnicos fornecem assistência crucial no processo de adaptação à vida em um novo país (Portes e Rumbaut, 1990).

Não está claro se a chegada de novos imigrantes acelerou a desproletarização parcial das classes trabalhadoras nativas, ao fornecer a mão-de-obra substituta necessitada pelos setores de serviços não-especializados em expansão. Parece fora de dúvida que sua concentração em bairros segregados e degradados acentuou a polarização social na cidade, porque isso ocorreu numa época em que, graças em grande parte ao apoio do Estado à moradia individual, as classes médias mudavam-se de áreas urbanas mistas e realojavam-se em territórios protegidos, onde se beneficiavam de um padrão mais elevado de serviços públicos (França), proviam suas necessidades familiares básicas no mercado privado (Estados Unidos) ou gozavam de uma combinação de bens públicos e privados superiores (Inglaterra).

A segregação espacial intensifica as dificuldades, ao concentrar em enclaves urbanos isolados famílias da classe trabalhadora local em trajetória descendente e populações imigrantes de nacionalidades variadas, tanto umas quanto outras compostas majoritariamente por jovens, economicamente frágeis e desprovidas de habilidades utilizáveis no

¹⁷ Sobre as causas e o papel da migração internacional nos processos de transformação social nas sociedades avançadas, ver a excelente sinopse analítica de Zolberg (1991) e a detalhada análise empírica de Sassen (1989) e Castles et al. (1984).

mercado, no núcleo da nova economia. Assim, mais da metade dos habitantes de Vaulx-en-Velin vivem em um lúgubre conjunto habitacional público e um em cada quatro são de origem estrangeira; mais de 40% têm menos de 20 anos e 1/3 dos adultos não consegue emprego. Programas governamentais de treinamento e de assistência na procura de trabalho mostram-se incapazes de ajudar os jovens a conquistar uma base firme no mercado de trabalho em contração, e as atividades esportivas e culturais propiciam apenas diversão. De modo semelhante, entre os moradores de South Bristol entre 16 e 25 anos, os sem-emprego chegam a 50% e o número aumentou com a crescente presença de famílias estrangeiras. A taxa de criminalidade em Hartcliffe – uma das mais altas da Inglaterra – deve-se em parte não-desprezível à severa escassez de recursos comunitários e de instalações recreativas necessárias para manter os jovens ocupados. Entre 1978 e 1990, o condado de Los Angeles perdeu cerca de 200 mil postos de trabalho, dos quais a maior parte era de empregos industriais sindicalizados e de salários altos, ao mesmo tempo que recebia um influxo de 1 milhão de imigrantes. Muitos desses postos foram perdidos para vizinhos de minorias na área de South Central e para comunidades de *inner cities*, onde programas e investimentos públicos estavam sendo simultaneamente cortados de forma drástica (Johnson et al., 1992). Como conseqüência, o desemprego em South Central ultrapassa 60% entre os jovens latinos e negros e a economia ilegal da droga tornou-se a fonte mais confiável de emprego para muitos deles.

Tal acúmulo de males sociais explica a atmosfera de desânimo, enfado e desespero que impregna as comunidades pobres nas grandes cidades ocidentais e o clima opressivo de insegurança e medo que invade a vida cotidiana no gueto negro norte-americano (Wacquant, 1992b). Os moradores desses bairros sentem que eles e seus filhos têm pouco futuro, além da miséria e da exclusão a que parecem destinados no presente. Acrescente-se a essa sensação de cercamento social a raiva nutrida pelos jovens urbanos sem emprego, como resultado da mácula que afeta os habitantes das áreas urbanas decadentes, à medida que seus bairros são identificados como instáveis solos de cultivo de “problemas sociais”. Os árabes do norte de Marselha, os jamaicanos e os paquistaneses do Brixton londrino e os negros do South Side de Chicago não sofrem somente de privação material – compartilhada, nas áreas urbanas mistas da Europa, com seus vizinhos brancos – e de rancor racial: devem também suportar o desprezo público associado ao fato de morarem em locais amplamente percebidos como “áreas a serem evitadas” (*no-go areas*), profusas em crimes, em marginalidade e em degeneração moral, onde se pressupõe que habitem apenas membros inferiores da sociedade.

A realidade e a força do estigma territorial imposto aos novos “párias urbanos” da sociedade avançada não devem ser subestimadas

(Wacquant, 1993a). Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.

Finalmente, existe o estigma de ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se condição *sine qua non* da dignidade social – um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos. Como testemunham a proliferação do “assalto à mão armada” na *inner city* britânica, da *dépouille* (ato de tirar as roupas sob ameaça de uso da força) nos terrenos da *banlieue*, do roubo de correntes de ouro e do tráfico de drogas nas ruas do gueto negro norte-americano, a violência e o crime são amiúde o único meio à mão dos jovens da classe trabalhadora sem perspectivas de emprego para adquirir dinheiro e os bens de consumo indispensáveis para ascender a uma existência socialmente reconhecida.¹⁸

A ALIENAÇÃO POLÍTICA E OS DILEMAS DO POLICIAMENTO

Se formas diretas de *protesto infrapolítico*, através da ruptura popular da ordem pública, da tomada direta de bens e da destruição de propriedades, espalharam-se nos distritos urbanos pobres da sociedade avançada, é porque também os meios formais de pressão sobre o Estado declinaram, juntamente com a decomposição dos mecanismos tradicionais de representação política dos pobres.

Na França, o desmoronamento do Partido Comunista e a guinada reformista do governo socialista deixaram a classe trabalhadora em completa desorientação política – um desarranjo que o partido de extrema direita de Le Pen tratou rapidamente de capitalizar com a ideo-

¹⁸ Para exemplos no contexto norte-americano, ver Padilla (1992) e Taylor (1989). É possível suspeitar que uma lógica semelhante esteja em ação, *mutatis mutandi*, nas temíveis irrupções de *funkers* nos fins de semana nas praias ricas e brancas de Ipanema e Copacabana, no Rio de Janeiro.

logia dos imigrantes como bodes expiatórios, a qual, embora sem fundamento, tinha pelo menos a virtude de oferecer um retrato cristalino da sociedade, um diagnóstico coerente de seus males e um remédio radical que prometia restaurar o senso de dignidade dos trabalhadores como cidadãos. Na Grã-Bretanha, uma década de thatcherismo acelerou o longo declínio dos sindicatos e do Partido Trabalhista, enquanto o colapso das comunidades da classe trabalhadora minou a capacidade de mobilização local das organizações populares de base. Nos Estados Unidos, onde as classes baixas nunca tiveram muita voz política, o êxodo dos brancos e das classes médias para os subúrbios, a nacionalização das campanhas políticas, a falência das “máquinas” eleitorais das grandes cidades e a fragmentação administrativa da metrópole tornaram as minorias pobres politicamente expansíveis (Weir, 1993). Na ausência de um mecanismo político apto a formular demandas coletivas em uma linguagem compreensível aos administradores do Estado, o que resta aos jovens urbanos senão tomar as ruas? Um jovem amotinado de Bristol fala por muitos de seus pares no East Harlem, no Cinturão Vermelho de Paris e no Toxteth em Liverpool, quando exclama:¹⁹

Não tenho emprego e nunca vou ter. Ninguém quer nos ajudar a sair desta merda. Se o governo pode gastar tanto dinheiro para construir um submarino nuclear, por que não para gastar com as *inner cities*? Se brigar com os tiras é a única forma de ser ouvido, então vamos brigar com eles.

O abismo cada vez maior entre ricos e pobres, o crescente autocerco das elites políticas, a distância cada vez maior entre as instituições dominantes e a sociedade, tudo isso alimenta a hostilidade e a desconfiança. Tais fatores convergem para minar a legitimidade da ordem social e a da autoridade, que passou a simbolizar sua irresponsabilidade e seu caráter nitidamente repressivo: a polícia. No vácuo criado pela ausência de laços políticos e pela falta de mediações reconhecidas entre populações urbanas marginalizadas e uma sociedade pela qual se sentem rejeitadas, não é de espantar que as relações com a polícia tenham se tornado não só centrais como belicosas (Cashmore e McLaughlin, 1992) e que os incidentes com as forças da ordem sejam invariavelmente o detonador de explosões de violência popular na cidade.²⁰

Nas *banlieues* francesas, os policiais são cada vez mais encarados como uma presença indesejável, enviados com o propósito expresso

¹⁹ Publicado em *The Guardian*, em 20 de julho de 1992, numa reportagem realizada na esteira do tumulto de Bristol.

²⁰ A outra instituição dominante cada vez mais vista como veículo de intromissão oficial e de imposição externa, embora de tipo diferente, é a escola. Para uma investigação sobre as reações à violência simbólica na educação pública, na *banlieue* francesa de Vaulx-en-Velin, incluindo rudeza, vandalismo, violência e evasão, ver Balazs e Sayad (1991).

de intimidar e perseguir os jovens, árabes ou franceses, e quase todos os exemplos de rebeldia coletiva têm em sua origem atritos recorrentes e incidentes crônicos com os agentes da lei locais. O relatório Scarman (Benyon, 1984) sobre os distúrbios britânicos do início dos anos 1980 demonstra igualmente que os jovens da *inner city* são “hostis e vingativos em face da polícia e nela não têm mais qualquer confiança”. Mas é nas segregadas áreas negras e latinas do coração urbano da América do Norte que as relações com a polícia são as mais antagônicas e virulentas. Os moradores do gueto vêem-se divididos entre a necessidade de proteção diante da criminalidade generalizada e o medo de que a intervenção policial aumente a violência, ao invés de diminuí-la, devido a seu comportamento discriminatório e brutal. Em Los Angeles, as forças da ordem agem como se estivessem travando uma guerra de trincheiras contra os habitantes das áreas de minorias, tratando-os como um exército de ocupação traria os inimigos (Davis, 1992). Em junho de 1992, a Anistia Internacional divulgou um relatório reunindo evidências de um padrão consolidado de brutalidade policial rotineira contra os afro-norte-americanos e hispânicos pobres de Los Angeles, padrão que opera sem controle há anos, sob quase completa impunidade por parte das autoridades locais e federais.²¹ O relatório de 60 páginas detalha incidentes abomináveis de uso excessivo da força, com frequência “chegando à tortura ou outro tratamento cruel, desumano ou degradante”, inclusive uso injustificado de arma de fogo “em violação dos padrões internacionais”, execuções ou espancamentos de suspeitos já sob controle e mesmo de passantes, uso excessivo da *tazer gun* elétrica²² e atijamento de cães de ataque sobre suspeitos (incluindo infratores adolescentes e crianças, alguns deles detidos), já rendidos e inofensivos.

Para os jovens irados dos enclaves urbanos decadentes, a polícia é, assim, o último amortecedor entre eles e a sociedade e representa “o inimigo”, o intruso num território onde seu domínio é amiúde contestado abertamente e no qual ela incita o desafio e a hostilidade, quando não a agressão – como ilustra a controversa música *Cop Killer*, do cantor de *rap* afro-norte-americano Ice T. Trends. Reconhece-se que em todos os países a polícia, quando é considerada uma força estranha pela comunidade, torna-se incapaz para cumprir outro papel que não seja o puramente repressivo e, em tais circunstâncias, pode apenas *acrescentar* ainda mais desordem e violência (Wacquant, 1993b).

As respostas políticas à violência urbana e à ruptura civil por ela causada variaram significativamente de país para país, dependendo das ideologias nacionais de cidadania, das estruturas e dos recursos

²¹ Recomendo enfaticamente a leitura do livreto *Police Brutality in Los Angeles, California, United States of America*. Londres: International Amnesty, 1992.

²² A *tazer gun* é uma arma portátil que permite à polícia neutralizar agressores reais ou em potencial, submetendo-os a um poderoso choque elétrico. Dá margem a abuso, uma vez que seu emprego deixa pouca ou nenhuma marca física externa.

estatais e da conjuntura política. Abrangem um amplo *espectro entre a criminalização e a repressão a ela atrelada*, num extremo, e a *politização do problema*, através da renegociação coletiva dos direitos sociais, no outro. Ambas as tendências, simbolizadas pela prisão e pela urna, podem ser observadas operando simultaneamente em todas as sociedades, embora em diferentes combinações e visando a grupos diferentes, à medida que várias frações de suas respectivas classes dominantes tentam guiar a resposta do Estado para um ou outro desses pólos. Nenhum país evitou por completo o recurso ao sistema de justiça criminal e todos tiveram que reconsiderar alguns direitos sociais e de cidadania, seja para restringi-los, seja para expandi-los. Ainda assim, para formular de forma grosseira, parece certo que a questão foi mais plenamente politizada na França, apenas parcialmente no Reino Unido, e quase totalmente despolitizada nos Estados Unidos.²³

No decorrer de uma década de discórdia urbana, o governo francês aprovou uma legislação que garantia uma renda mínima, expandia as garantias para os desempregados, criava esquemas de treinamento para os jovens, estabelecia mecanismo (ainda que muito limitado) para transferir riqueza das cidades ricas para as pobres e instituiu um amplo programa de replanejamento urbano destinado a melhorar as condições em 400 "áreas sensíveis" em todo o país.²⁴ O novo ativismo estatal culminou na nomeação, no final de 1990, de um ministro da Cidade (com *status* de ministro de Estado, o mais alto no governo) e no engajamento político tanto do presidente como do primeiro-ministro na batalha da renovação urbana. Todavia, ao longo dos três anos seguintes, os distúrbios urbanos continuaram, embora de uma forma mais ou menos encoberta, e o fermento da inquietação continua presente, como testemunham os eventos recentes nos conjuntos habitacionais públicos decadentes de Argenteuil, Satrouville e Mantes-la-Jolie, no Cinturão

²³ A caracterização subsequente dos padrões de reações oficiais à desordem e à marginalidade urbanas nas sociedades avançadas constitui uma simplificação, que exagera grandemente a homogeneidade e a coerência das reações estatais em cada sociedade. Seria necessário distinguir em cada caso entre planos diferentes (central e local) e domínios diversos (ideológico, legislativo, judiciário, do *welfare* etc.) de resposta, bem como entre questões diferentes de intervenção (por exemplo, dos sem-teto ou da violência coletiva) e grupos-alvo (estrangeiros ou todos os cidadãos etc). Na medida em que os Estados são mecanismos organizacionais altamente diferenciados e imperfeitamente coordenados, eles se engajam repetidamente em políticas que ou são incoerentes ou operam com propósitos cruzados umas com as outras. Além disso, há com frequência uma lacuna considerável entre os propósitos proclamados e os objetivos reais de uma dada política, de um lado, e sua implementação e efeitos burocráticos no "mundo real", de outro.

²⁴ Ver Paugam (1993), para uma discussão detalhada da pedra de toque dessa política, a criação de um programa de renda mínima garantida, sua lógica política, suas deficiências e seu impacto real.

Vermelho parisiense. O "tratamento social" da marginalidade urbana pode aliviar os seus sintomas, mas pouco faz para atacar suas causas últimas.

A resposta do governo dos Estados Unidos ao tumulto de Los Angeles marcou um forte contraste: uma vez controlado o levante pela presença militar maciça, a primeira prioridade do governo Bush foi enviar uma equipe de promotores especiais e aumentar os fundos disponíveis para que todo o peso da lei caísse sobre os ombros dos milhares de detidos durante o distúrbio.²⁵ Ao contrário do que ocorre em casos de desastres naturais (como furacões e enchentes), em que o governo federal oferece pronta e generosa assistência material e financeira às vítimas, Washington contentou-se com coordenar auxílio de caridade e estimular esforços privados de reconstrução e reinvestimento. E apesar de o tumulto ter eclodido em meio à campanha presidencial, a sina dos pobres urbanos não foi considerada digna de menção por nenhum dos três principais candidatos à Casa Branca. A teimosa recusa a reconhecer os alicerces estruturais e o significado político dos levantes atesta a continuação da política de negligência estatal que ajudou a causá-los de início e só garante que o custo humano – em criminalidade, prisões, medo e morte – cobrado pela marginalização urbana continuará a crescer sem controle.

O Reino Unido situa-se num ponto intermediário entre esses dois pólos. A tendência a atribuir a desordem a uma "minorias negra marginal" é sempre forte; no entanto, mesmo os governos zelosamente *laissez faire* de Thatcher e Major tiveram de restabelecer algum controle estatal sobre o zoneamento urbano e a melhoria habitacional. No plano local, muitas cidades britânicas seguiram uma abordagem bifocal, elaborando técnicas de policiamento mais efetivas, a fim de retomar controle sobre as ruas no nascedouro de um levante virtual, por um lado, e empenhando-se na construção da confiança e no policiamento comunitário, por outro. Após os tumultos de Handsworth, por exemplo, a polícia de Birmingham desenvolveu uma série de indicadores de tensão local destinados a prevenir a irrupção de violência e foi capaz, em colaboração com os líderes sociais, de manter os jovens longe das ruas. Mas deve-se indagar por quanto tempo essa política de "disfarçar" as crescentes clivagens sociais ainda poderá inibir o descontentamento.

²⁵ Efetuou-se mesmo um esforço amplamente divulgado (e malsucedido) no sentido de identificar e prender os suspeitos de crimes e saques, com base na evidência presente em centenas de horas de vídeos amadores. Um outro indício da ênfase norte-americana na repressão: mais de 2/3 dos 12 bilhões de dólares gastos anualmente pelo governo federal na sua muito propalada "Guerra contra as drogas" foram alocados para a imposição da lei, enquanto os serviços educacionais e de saúde ficaram muito aquém do exigido, devido à insuficiência de recursos. O resultado foi a duplicação das pessoas presas em uma década, com nenhum impacto visível no comércio e no uso de narcóticos.

CONCLUSÃO: UM DESAFIO À CIDADANIA

As desordens populares e os protestos urbanos que abalaram as sociedades avançadas do Ocidente capitalista no decorrer da década passada encontram suas raízes na memorável transformação de sua economia, na polarização das cidades e em políticas estatais que promoveram de forma mais ou menos deliberada a expansão das grandes corporações, em detrimento da redistribuição social, e a mercantilização, em vez da proteção social.²⁶ As classes dominantes e os governos das nações ricas mostraram-se, em graus variados, incapazes ou relutantes em estancar a ascensão da desigualdade e fracassaram em prevenir o acúmulo social e espacial de dificuldades econômicas, de marginalidade e de estigmatização nos bairros operários em deterioração da metrópole dual.

A conjugação de desigualdade étnica com a inclusão de classe nos enclaves urbanos decadentes e desprovidos de recursos organizacionais de formação de identidade e de resolução de reivindicações promete produzir mais inquietação, lançando um desafio atemorizador à instituição da moderna cidadania por vários anos. A cidadania, na famosa formulação de T. H. Marshall (1964), serviu essencialmente para mitigar as divisões de classes geradas pelo mercado: é a extensão da cidadania, do domínio civil para o político e o social, que "alterou o padrão de desigualdade social" e ajudou a tornar a sociedade avançada relativamente pacífica e democrática.²⁷ Durante o período de crescimento protegido do pós-guerra, os Estados-nação bem-definidos e soberanos foram capazes de estabelecer uma clara separação entre membros e não-membros e de garantir um grau relativamente alto de congruência entre as dimensões básicas do pertencimento. Hoje, essa capacidade desapareceu e as rupturas antes escondidas do espaço da cidadania aparecem com nitidez. Na medida em que se corroem as fronteiras externas e a homogeneidade interna (real ou imaginária) das sociedades avançadas, a partir de cima, pelos fluxos de capital de alta velocidade e, a partir de baixo, pela combinação de crescentes correntes de imigração e a concomitante decomposição da classe operária industrial, torna-se cada vez mais claro que a cidadania não é uma condição adquirida ou garantida de uma vez por todas e para todos, mas um "processo instituído" con-

²⁶ Como notam Mollenkopf e Castells (1991, p. 404), no caso dos Estados Unidos "o setor público não desempenhou um papel redistributivo e retificador, mas ampliou as tendências no sentido da desigualdade de renda, da segregação espacial e da ausência de serviços adequados para uma grande parte da população."

²⁷ Turner (1986) defende com veemência a importância da cidadania na inibição das contradições da sociedade avançada e oferece uma interessante exegese crítica da influente tese de Marshall. Para uma instigante reconceitualização histórica da cidadania como um "processo instituído" à la Polanyi, ver Somers (1993). Para um estudo exemplar da variação transnacional nos padrões de incorporação do imigrante, devida às diferenças na definição política de cidadania, ver Brubaker (1992).

flituoso e desigual, que precisa ser continuamente conquistado e reassegurado.

Assim, a questão com que se defrontam os Estados-nação do Primeiro Mundo no apagar do milênio é saber se suas políticas têm a capacidade de impedir maior contração e fragmentação da esfera da cidadania e, de forma correspondente, saber que novas instituições mediadoras elas precisam inventar para proporcionar livre acesso e ativa participação. Se isso não ocorrer, podemos testemunhar não apenas contínua desordem urbana, violência e conflitos etnorraciais no coração da sociedade avançada, como um prolongado processo de fissão social e uma ramificação de desigualdade e de insegurança equivalente a uma "brasilinização" da metrópole europeia e da norte-americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, Sheila; MACEY, Marie. Race and Ethnicity in the European Context. *British Journal of Sociology*, v. 41, n. 3, p. 375-93, 1990.
- BALAZS, Gabrielle; SAYAD, Abdelmalek. La violence de l'institution. Entretien avec le principal d'un collège de Vaulx-en-Velin. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 90, p. 53-63, dez. 1991.
- BELL, Daniel. *The End of Ideology*. Glencoe: The Free Press, 1960.
- BENYON, John. (Org.). *Scarman and After*. Oxford: Pergamon Press, 1984.
- BRUBAKER, William Rogers. *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CASHMORE, Ellis; MCLAUGHLIN, Eugene. (Org.). *Out of Order: Policing Black People*. Londres: Routledge, 1992.
- CASTEL, Robert. La guerre à la pauvreté et le statut de la misère dans une société d'abondance. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 19, p. 47-60, jan. 1978.
- CASTLES, Stephen; BOOTH, Heather; WALLACE, Tina. *Here for Good: Western Europe's New Ethnic Minorities*. Londres: Pluto, 1984.
- CENTRE D'ETUDES DES REVENUS ET DES COÛTS (CERC). *Les Français et leurs revenus: le tournant des années 80*. Paris: La Documentation française, 1989.
- CROSS, Malcom. (Org.). *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CROSS, Malcom; KEITH, Michael. (Org.). *Racism, the City and the State*. Londres: Unwin Hyman, 1993.
- CURTIS, Lynn. Race and Violent Crime: Towards a New Policy. In:

WEINER, Neil Alan; WOLFANG, Marvin E. (Org.). *Violent Crime, Violent Criminals*. Newberry Park: Sage Publications, 1989. p. 139-70.

DANZINGER, Sheldon; GOTTSCHALK, Peter. (Org.). *Uneven Tides: Rising Inequality in America*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1992.

DAVIS, Mike. L.A. Intifada: An Interview with Mike Davis. *Social Text*, n. 33, p. 19-33, dez. 1992.

DUBET, François; LAPEYRONNIE, Didier. *Les Quartiers d'exil*. Paris: Editions du Seuil, 1992.

ELIAS, Norbert. *The Civilizing Process*. Oxford: Basil Blackwell, 1978 (primeira edição 1937).

FAINSTEIN, Susan S.; GORDON, Ian; HARLOE, Michael. (Org.). *Divided Cities: New York and London in the Contemporary World*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. 2 v.

FRANKLIN, Raymond. *Shadows of Race and Class*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1992.

FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization*, Nova York, 1946 (primeira edição 1938).

GALBRAITH, John Kenneth. *The Affluent Society*. Nova York: Dutton, 1963.

GORDON, Milton. Assimilation in America: Theory and Reality. *Daedalus*, v. 90, n. 2, p. 263-85, Spring 1961.

HUSBANDS, Christopher T. The Support for the "Front national": Analyses and Findings. *Ethnic and Racial Studies*, v. 14, n. 3, jul. 1991.

INSTITUTE FOR ALTERNATIVE JOURNALISM. *Inside the LA Riots: What Really Happened and Why it Will Happen Again*. Nova York: Institute for Alternative Journalism, 1992.

JACQUIN Daniel; WIEVIORKA, Michael. Mutation sociale et racisme. L'expérience de la ville de Mulhouse. *Cahiers internationaux de sociologie*, n. 60, p. 89-106, jan./jun. 1991.

JAZOULI, Adil. *Les Années banlieues*. Paris: Edition du Seuil, 1992.

JOHNSON, James H. et al. The Los Angeles Rebellion: A Retrospective View. *Economic Development Quarterly*, v. 6, n. 4, p. 356-72, nov. 1992.

KNOTTERUS, J. David. Status Attainment Research and Its Image of Society. *American Sociological Review*, n. 52, p. 13-121, 1987.

MARCUSE, Peter. Dual City: A Muddy Metaphor for a Quartered City. *International Journal of Urban and Regional Research*, n. 28, p. 195-240, 1989.

MARSHALL, T. H. *Class, Citizenship, and Social Development*. Nova York: Doubleday, 1964 (primeira edição 1949).

MILES, Robert. Le racisme européen dans son contexte historique. Réflexions sur articulation du racisme et du nationalisme. *Genèses*, n. 8, p. 108-31, jun. 1992.

MINGIONE, Enzo. (Org.). Special Issue: The New Urban Poverty and the Underclass. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 324-428, 1993.

MOLLENKOPF, John; CASTELLS, Manuel (Org.). *Dual City: Restructuring New York*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1991.

MOREAU DE BELLAING, Louis. *La Misère blanche. Le mode de vie des exclus*. Paris: L'Harmattan, 1988.

PADILLA, Felix M. *The Gang as An American Enterprise*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

PAUGAM, Serge. *La Société française et ses pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

PORTES, Alejandro; RÚMBAUT, Ruben G. *Immigrant America: A Portrait*. Berkeley: University of California Press, 1990.

POSTER, Bruce; DUNN, Marvin. *The Miami Riot of 1980: Crossing the Bounds*. Lexington: Lexington Books, 1984.

ROSTOW, W. W. *Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

SASSEN, Saskia. *The Mobility of Labor and Capital; A Study in International Investment and Labor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SILVER, Hilary. National Conceptions of the New Urban Poverty: Social Structural Change in Britain, France, and the United States. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 336-54, 1993.

SILVERMAN, Maxim. The Racialization of Immigration: Aspects of Discourse from 1968-1981. *French Cultural Studies*, n. 1, p. 111-28, 1990.

SINFIELD, Andrew. Poverty and Inequality in France. In: LAWSON, Roger. (Org.). *Poverty and Inequality in Common Market Countries*. Londres: Routledge; Kegan Paul, 1980.

SOLOMOS, John. *Black Youth, Racism, and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SOMERS, Margaret R. Law, Community, and Political Culture in the Transition to Democracy. *American Journal of Sociology*, v. 58, n. 5, p. 587-620, out. 1993.

TAYLOR, Carl. *Dangerous Society*. East Lansing (Michigan): Michigan State University Press, 1989.

TOWNSEND, Peter. Underclass and Overclass: The Widening Gulf Between Social Classes in Great Britain in the 1980s. In: PAYNE, G.; Cross, M. (Org.). *Sociology in Action*. Londres: MacMillan, 1990.

TOWNSEND, Peter et al. *Poverty and Labor in London*. Londres: Low Pay Unit, 1987.

TURNER, Bryan S. *Citizenship and Capitalism*. Londres: Methuen, 1986.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. Les "exclus". *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 19, p. 61-5, 1978.

WACQUANT, Loïc. Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain. In: FAURÉ, Christine; BISHOP, Tom. (Org.). *L'Amérique des français*. Paris: Editions François Bourin, 1992a. p. 103-25.

_____. Banlieues françaises et ghetto noir américain: de l'amalgame à la comparaison. *French Politics and Society*, v. 10, n. 4, p. 81-103, Fall 1992b. (Incluído nesta publicação).

_____. Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 366-83, set. 1993a. (Incluído nesta publicação).

_____. Désordre dans la ville. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 99, p. 79-82, set. 1993b.

WACQUANT, Loïc; WILSON, William Julius. The Cost of Racial and Class Exclusion in the Inner City. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 501, p. 8-25, jan. 1989.

WEIR, Margaret. Race and Urban Poverty: Comparing Europe and America. *The Brookings Review*, v. 11, n. 3, p. 23-7, Summer 1993.

WIEVIORKA, Michel. Violence et racisme. *Revue Européenne des sciences sociales*, n. 94, p. 135-44, 1992.

WILSON, William Julius. *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

WILSON, William Julius; APONTE, Robert. Urban Poverty. *Annual Review of Sociology*, n. 11, 1985.

YOUNG, Richard P. (Org.). *Roots of Rebellion: The Evolution of Black Politics and Protest Since World War II*. Nova York: Harper and Row, 1970.

ZOLBERG, Aristide. (1991) Bounded Cities in a Global Market: The Uses of International Labor Migrations. In: BOURDIEU, Pierre; COLEMAN, James S. (Org.). *Social Theory for a Changing Society*. Boulder: Westview Press; Russell Sage Foundation, 1991. p. 3101-325.

PARTE I

TRANSFORMAÇÕES DO GUETO NORTE-AMERICANO NA REALIDADE E NO DISCURSO PÚBLICO

Estado e destino do gueto: retraçando a linha da cor urbana nos Estados Unidos pós-fordistas *

*Tentando sobreviver, tentando permanecer vivo
O gueto, falando sobre o gueto
Mesmo que as ruas sejam sujas, as luzes queimadas
Viciados morrem com um cachimbo na boca
Velhos colegas de escola que não estão indo bem
Todo dia é a mesma coisa e é a mesma coisa toda noite
Eu não te mataria, mano, mas mataria aquele idiota
Se ele chegasse perto e quisesse me testar
Todo dia imagino como vou morrer
A única coisa que sei é como vou sobreviver*

Too Short, *The Ghetto*, do disco *Short dog's in the house*,
Zomba Recording Corp.¹

DOS DISTÚRBIOS RACIAIS AOS DISTÚRBIOS SILENCIOSOS: VISÕES CAMBIANTES DO GUETO

Vinte anos depois dos levantes que atiçaram a frustração e o ódio nas favelas negras das metrópoles norte-americanas, o gueto retornou à linha de frente das questões nacionais. Só que dessa vez os levantes raciais que se espalharam pelas comunidades afro-norte-americanas das cidades do Norte, em desafiante revolta contra a autoridade branca, deram lugar aos “distúrbios lentos” (Curtis, 1985) dos crimes de negros contra negros, da rejeição maciça das escolas, do tráfico de drogas e da decadência social interna.²

* Publicado em *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Candido Mendes, n. 26, set. 1994.

¹ *The Ghetto*, de Leroy Hutson, Donna Hathaway, Al Eaton e Todd Shaw, *copyright* 1990, Don Pow Music; administrado por Peer International Music Corporation, todos os direitos reservados; reproduzido com permissão.

² Essas linhas foram escritas antes dos eventos da área South Central de Los Angeles, em abril de 1992, mas o quase completo desaparecimento deles do debate público apenas algumas semanas depois de sua exposição não me encoraja a revisar essa afirmação introdutória. De fato, o mais notável sobre essa erupção da violência urbana parcialmente baseada em raça é como ela foi profundamente assimilada a imagens e discursos preexistentes sobre o gueto (a ponto de desfigurá-la, pois isso apagou tanto sua composição multiétnica quanto sua dimensão de classe) e como foi pequeno o impacto que teve sobre a discussão acadêmica e de políticas públicas a respeito do nexos entre raça, classe e Estado na cidade – como se não tivesse sido mais que um *reality show*, ainda que particularmente chocante e ameaçador (Wacquant, 1993b).

Nos noticiários noturnos, cenas de policiais brancos lançando a violência do Estado sobre pacíficos negros em marcha pelo mero reconhecimento de seus direitos constitucionais elementares foram substituídas por relatos sobre tiroteios entre carros, sobre a questão dos sem-teto e sobre a da gravidez na adolescência. Sacerdotes negros, políticos municipais e mães preocupadas ainda fazem movimentos e demonstrações, mas seus pleitos e marchas se dirigem menos ao governo do que aos traficantes e às gangues que transformaram muitos bairros das zonas centrais das cidades em palcos de desolação e morte.

A visão de saqueadores negros e de ativistas dos Panteras Negras exigindo o vigoroso controle do destino de sua comunidade (Boskin, 1970) e navegando na crista de uma onda de orgulho e auto-afirmação raciais deu lugar a imagens da "underclass", termo que pretende denotar um novo segmento dos pobres das minorias, supostamente caracterizados pela deficiência comportamental e pelo desvio cultural (Auletta, 1982; Sawhill, 1989), uma ameaçadora hidra urbana personificada pelo desafiador e agressivo membro de gangue e pela dissoluta, embora passiva, "mãe previdenciária", emblemáticas figuras gêmeas cujo comportamento (auto)destrutivo se diz representar uma ameaça física, no caso de uma, e um ataque moral à integridade dos valores e da vida nacional norte-americanos, no da outra.

A onda de movimentos sociais que energizou a comunidade negra e ajudou a acender as esperanças coletivas durante os anos 1960 (Morris, 1984; McAdam, 1981) refluuiu, carregando consigo o compromisso do país em combater a desigualdade racial. Isso se reflete bem na mudança da linguagem do debate público sobre o gueto. Na medida em que a "Guerra à Pobreza" de Lyndon B. Johnson foi substituída pela "Guerra ao Estado de Bem-Estar" de Ronald Reagan (Katz, 1989), a questão da conexão societal entre raça, classe e pobreza foi reformulada em termos de motivações pessoais, de normas familiares e de valores de grupo dos residentes das zonas centrais, com a previdência no papel de vilão.

Os objetivos da política governamental também foram correspondentemente rebaixados. Em vez de buscar a erradicação da pobreza – o alvo otimista para o qual se deslançou o programa da Grande Sociedade em 1976, como tributo ao bicentenário nacional norte-americano – e a redução das disparidades raciais, o Estado agora se contenta em supervisionar a contenção da primeira em fragmentados enclaves minoritários (e nas prisões que foram construídas a um ritmo assombroso na última década para absorver seus ocupantes mais perturbadores da ordem) e em "negligenciar de forma benigna" a segunda.

Do mesmo modo, o foro da pesquisa social mudou. Passou da linha de cor urbana para as deficiências individuais dos negros pobres; do gueto como mecanismo de dominação racial e de opressão econômica (Clark, 1965; Liebow, 1967; Rainwater, 1970) e dos impedimentos políticos e econômicos de ordem estrutural, que impedem a plena partici-

pação dos negros pobres urbanos na coletividade nacional, para as "patologias" da chamada "underclass" que o habitaria e para as medidas punitivas que podem ser empregadas para minimizar suas demandas por recursos coletivos e forçá-los a participar dos segmentos periféricos de um mercado de trabalho de baixos salários que se encontra em expansão (por exemplo, Ricketts e Sawhill, 1988; Mead, 1989)³.

Essas mudanças na representação simbólica e no tratamento político do gueto, contudo, dificilmente poderiam disfarçar o fato de que a terrível advertência da Comissão Consultiva Nacional sobre Desordens Civis (Kerner Commission, 1989, p. 396 e 389) se tornou realidade:

O país [caminhou] em direção a duas sociedades, separadas e desiguais, em conseqüência da crescente segregação dos negros de baixa renda e em situação de desvantagem no interior dos guetos das maiores cidades norte-americanas.

Enquanto a classe média negra experimentou um progresso e uma expansão reais, ainda que tênues, graças principalmente aos esforços governamentais e (secundariamente) à crescente pressão jurídica sobre as grandes empresas empregadoras (Collins, 1983; Landry, 1987; Son et al., 1989), a pobreza negra urbana é hoje mais intensa, mais tenaz e mais concentrada do que na década de 1960 (Wilson, 1987). E a distância econômica, social e cultural entre as minorias das zonas centrais e o restante da sociedade alcançou níveis sem precedentes na moderna história norte-americana e desconhecidos em outras sociedades avançadas.

Não se trata do mesmo velho gueto

Significaria isso, tomando emprestadas as palavras do historiador Gilbert Osofsky (1971, p. 189), que há uma "infundável e trágica permanência na vida dos negros das metrópoles", a do "gueto persistente", que se perpetua através do tempo sem ser afetada pelas tendências sociais e por forças políticas tão momentosas quanto o desencadear da economia

³ Assim, a pesquisa sobre "pobreza urbana" se fixou nos temas relativos a família, a previdência e a desvio (particularmente nas áreas da sexualidade e do crime), o que levou a negligenciar, se não ofuscar, tanto as crescentes disparidades de classe e a divisão racial da sociedade norte-americana quanto as mudanças de poder político que propiciaram uma série de políticas públicas (em educação, moradia, saúde, desenvolvimento urbano, justiça etc.) responsáveis pela redução das oportunidades de vida nas zonas centrais. As questões de estrutura familiar, de raça e de pobreza se tornaram virtualmente confundidas (Zinn, 1989), como se uma relação casual necessária operasse entre elas. Da mesma forma, as questões de raça e de declínio urbano se tornaram profundamente entrelaçadas, a ponto de o termo "urbano" se transformar em eufemismo para negros pobres e outras categorias etnoraciais dominadas (Franklin, 1991, capítulo 4).

pós-industrial, a decretação de amplos direitos civis e da legislação de ação afirmativa, além da reorganização do espaço urbano sob as pressões gêmeas da desconcentração suburbana e da mobilização dos Centros das cidades? Muito pelo contrário: por baixo da aparente persistência da subordinação econômica e da armadilha racial, o gueto dos anos 1980 é bem diferente daquele da década de 1950.

O gueto comunal da era do imediato pós-guerra – compacto, marcadamente confinado, que compreendia um pleno complemento de classes negras entrelaçadas por uma consciência coletiva unificada, uma divisão social do trabalho quase completa e agências comunitárias de base ampla voltadas à mobilização e à representação – foi substituído pelo que podemos chamar de *hipergueto* dos anos 1980 e 1990 (Wacquant, 1989 e 1991), cujas configurações espacial, institucional e demográfica, posição e função estruturais na sociedade urbana são bem novas. Além disso, a separação do gueto em relação ao restante da sociedade norte-americana é apenas aparente: constitui um “mundo de vida” (*lifeworld*), não um “sistema”, para usar uma distinção conceitual elaborada por Habermas (1984). Refere-se às experiências e relações concretas de seus ocupantes, não aos laços subjacentes que os ancoram firmemente ao conjunto metropolitano – como num modelo excludente.

Como sustentarei neste artigo, existem laços casuais e funcionais profundamente assentados entre a transformação do gueto e as mudanças na estrutura da economia, da sociedade e da organização política dos Estados Unidos nas três últimas décadas.

A análise dos fatores políticos e econômicos que se combinaram para transformá-los em verdadeiros “bantustões” domésticos revela que os guetos não são entidades sociais autônomas que contêm em si o princípio de sua própria reprodução e mudança. Ela demonstra também que a perigosa situação dos históricos Cinturões Negros dos Estados Unidos não é simples resultado mecânico da desindustrialização, de movimentos demográficos, de “desajustes” espaciais ou de habilidades com raízes em processos ecológicos. E muito menos é o produto do crescimento de uma “nova” “*underclass*”, *in statu nascendi* ou já cristalizada num acessório “permanente” da paisagem urbana norte-americana (Loewenstein, 1985; Chicago Tribune, 1986; Nathan, 1987), seja ela definida por seu comportamento, renda, cultura ou isolamento. É o produto, em vez disso, de uma transformação da articulação política de raça, classe e espaço urbano tanto no discurso quanto na realidade objetiva.

O gueto ainda está conosco, mas é um tipo de gueto “diferente”. Sua composição interna tem mudado juntamente com seu ambiente e com os processos institucionais que simultaneamente o atrelam ao restante da sociedade norte-americana e nela asseguram sua localização dependente e marginal. Para entender essas diferenças – o que é e o que significa o gueto tanto para os de dentro quanto para os de fora –, deve-se pôr de lado o discurso de “*underclass*” que tem caracterizado o

estágio do ressurgente debate sobre raça e pobreza na cidade (Fainstein, 1993). Em lugar disso, devem-se reconstruir as relações encadeadas entre a transformação da vida cotidiana e das relações sociais dentro do centro urbano, por um lado, e a reestruturação do sistema de forças – econômicas, raciais e políticas – que respondem pela particular configuração de casta e classe que ele materializa, por outro.

Conseqüentemente, o principal foco dessa análise serão os fatores *externos* que têm remodelado o território social e simbólico dentro do qual os residentes do gueto se auto-(re)definem e (re)definem a coletividade que formam – e essa análise aborda a produção *interna* da consciência dos residentes e da ordem social específica de modo apenas indireto. Essa ênfase não nasce da crença de que a determinação estrutural constitui alfa e ômega da formação da identidade, longe disso. Baseia-se, ao invés, em duas premissas, uma teórica e a outra empírica.

A primeira considera que a elucidação das condições objetivas sob as quais a identidade vem a ser construída, afirmada e disputada nas zonas centrais constitui um pré-requisito sociológico para a análise do *Lebenswelt* vivencial do gueto e de suas formas embutidas incrustadas de práticas e significação. É nesse espaço objetivo de posições e recursos materiais e simbólicos que se radicam as estratégias empregadas pelos moradores do gueto para imaginar quem eles são e quem podem ser. Embora eu não tenha dúvida de que tal análise permanece incompleta com a ausência do complemento de uma “perspectiva indígena” (à maneira de Aldon Morris) iluminando as complexidades da formação da identidade “a partir de baixo” (ou, para ser mais exato, a partir de dentro), também creio que a celebração populista do “valor da negritude” e da riqueza da “cultura negra de oposição” (Hooks, 1992, p. 17) não oferece nem um substituto nem um ponto de partida adequado para uma vigorosa avaliação do estado e do destino do gueto no final da era fordista.

A segunda considera que a realidade do gueto como lugar físico, social e simbólico na sociedade norte-americana, quer se goste disso ou não, está sendo amplamente decidida – na verdade, imposta – a partir de fora, à medida que seus moradores se vêem crescentemente destituídos dos meios de produzir suas próprias identidades coletivas e individuais. Um breve contraste entre a origem, os usos e a carga semântica opostos dos vocábulos *soul* e “*underclass*” é instrutivo a esse respeito.

A noção de *soul*, que ganhou amplo prestígio durante a turbulência racial dos anos 1960, foi uma “concepção popular do ‘caráter nacional’ próprio do negro urbano de classe baixa” (Hannerz, 1968, p. 54). Produzida internamente para consumo no grupo, serviu como símbolo de solidariedade e emblema de orgulho pessoal e grupal. Em contraste, o “*status* de *underclass*” é estabelecido totalmente a partir de fora (e de cima) e imposto a seus “membros” putativos por especialistas em

produção simbólica – jornalistas, políticos, acadêmicos e peritos do governo – para fins de controle e disciplinamento (no sentido em que Foucault usa o termo) e sem a menor preocupação com a autocompreensão dos que são arbitrariamente agrupados nessa ficção analítica. Enquanto o conceito popular do *soul*, como parte de um “diálogo interno do gueto” no sentido de uma reavaliação “indígena” na identidade negra (Keil, 1966), era valorizado, a expressão “*underclass*” é um rótulo depreciativo, uma identidade que ninguém reclama, exceto para impingir-la ao outro. E é revelador do grau que o gueto alcançou como *objeto estranho* na paisagem da sociedade norte-americana o fato de até intelectuais negros “insurgentes” como Cornel West abraçarem a linguagem da “*underclass*”.

Três advertências preliminares

Três advertências devem ser feitas antes de se traçar um retrato das condições sociais e da vida nas zonas centrais contemporâneas, usando Chicago como caso ilustrativo.

Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que o gueto não é apenas uma entidade topográfica ou uma agregação de famílias e indivíduos pobres. É também uma *forma institucional*. Ou seja, é uma concatenação particular, com base espacial, de mecanismos de *fechamento e controle etnorraciais*. Em resumo, definindo como ideal-tipo, o gueto pode ser caracterizado como uma formação socioespacial delimitada, racial e/ou culturalmente uniforme, baseada no banimento forçado de uma população negativamente tipificada – como os judeus na Europa medieval e os afro-norte-americanos nos Estados Unidos modernos – para um território reservado no qual essa população desenvolve um conjunto de instituições específicas que operam ao mesmo tempo como substituto das instituições dominantes da sociedade abrangente e como neutralizador contra elas (Wacquant, 1991).

O fato de os guetos, na maioria, terem sido historicamente lugares de miséria material generalizada e por vezes aguda não significa que tenham necessariamente de ser pobres – certamente, a “Bronzeville” dos anos 1940 era mais próspera do que a maior parte das comunidades negras do Sul – nem que devam ser uniformemente despossuídos⁴.

⁴ Inversamente, nem todas as áreas de baixa renda são guetos, ainda que extremamente decadentes – como as decadentes cidades industriais brancas do desindustrializado *Midwest*, como Pontiac e Michigan, os condados rurais do delta do Mississippi, as reservas indígenas ou partes inteiras dos Estados Unidos na década de 1930. Chamar de gueto uma área que exiba alto grau de concentração de pobreza não é apenas arbitrário (qual é o ponto de partida adequado e qual é a unidade de medida?) – é roubar ao termo o significado histórico e esvaziá-lo de seus conteúdos sociológicos, evitando assim a investigação dos mecanismos e critérios precisos pelos quais opera a exclusão (discussões com Martín Sánchez-Jankowski ajudaram-me a esclarecer essa questão).

Não obstante a extrema decadência, muitos bairros de zonas centrais ainda contêm uma parcela de variedade ocupacional, cultural e familiar. Tampouco é o gueto totalmente desolado: em meio à desolação, persistem ilhotas espalhadas de (relativa) estabilidade social e econômica, que oferecem plataformas de lançamento, frágeis mas cruciais, para as estratégias de enfrentamento e fuga de seus moradores, e novas formas de sociabilidade se desenvolvem continuamente nas feridas do sistema fragmentado.

Em segundo lugar, deve-se resistir à tendência de tratar o gueto como um espaço estranho, ver nele apenas o que é diferente, em suma, exorcizá-lo, tal como os proponentes do mito intelectual da “*underclass*” têm se acostumado a fazer em suas horrorosas histórias de comportamento “anti-social” de tamanha ressonância nas reportagens jornalísticas (de onde freqüentemente são tiradas) e nos preconceitos de raça e classe comuns contra os negros pobres.

Com efeito, uma superficial sociologia da sociologia mostraria que a maior parte das descrições da “*underclass*” revela mais sobre a *relação* do analista com o objeto e sobre seus preconceitos de raça e classe, seus medos e fantasias, do que sobre o seu objeto putativo. E mais, que as representações das “áreas de *underclass*” trazem a marca distintiva do olhar pretensamente “neutro” (ou seja, dominante) lançado sobre elas, a distância, por analistas que com muita freqüência raramente lá pisaram⁵. Os habitantes do gueto não são um ramo distinto de homens e mulheres necessitados de uma denominação especial. São pessoas comuns tentando ganhar a vida e melhorar a sorte o mais que podem sob as condições incomumente opressivas e depressivas a elas impostas. Embora seus códigos de conduta e padrões culturais possam, do ponto de vista de um seguro observador de fora, parecer peculiares, quixotescos ou mesmo “aberrantes” (palavra tão freqüentemente reiterada ao se falar sobre o gueto que a expressão praticamente constituiu um oxímoro), a um observador mais próximo eles revelam obedecer a uma racionalidade social que se alimenta de experiências passadas e se ajusta bem ao seu contexto e possibilidades socioeconômicas imediatos (Wacquant, 1992a).

⁵ Talvez fosse necessário, para produzir essa estranha formação discursiva – amplamente composta de moralismos e invocações das políticas públicas empiricamente focalizadas, cuja função básica é isolar e abrigar a sociedade “abrangente” da ameaça e da contaminação dos negros pobres, afastando-os dela simbolicamente –, que os proponentes da mitologia da “*underclass*” primeiro se afastassem do gueto a fim de “teorizar” a respeito dele de longe e de cima, e apenas através do reconfortante neutralizador de seu burocrático aparato de pesquisa. Um exemplo: é notável (e infelizmente bem típico) que, dos 27 autores que contribuíram para a extravagantemente financiada e divulgada coletânea de comunicações de conferência com o suave título *The Urban Underclass* (Jencks e Peterson, 1991), apenas um tenha realizado observações amplas e obtidas a partir do contato direto com o gueto.

A terceira advertência enfatiza, contra a premissa central da pesquisa norte-americana sobre a pobreza, que o gueto não sofre de “desorganização social” – outro conceito moralizante que deveria ser banido das ciências sociais. É, em vez disso, *diferentemente organizado*, em resposta à impiedosa pressão da necessidade econômica, da insegurança social, da hostilidade racial e da estigmatização política. O gueto abrange um tipo particular de ordem social baseado na marca racial e na dualização do espaço, “organizado em torno da intensa competição e conflito por recursos escassos”, que se difunde num ambiente repleto de “predadores sociais” (Sánchez-Jankowsky, 1991, p. 22 e 183-92) e politicamente reconhecido como inferior.

Finalmente e de modo relacional, deve-se ter em mente que os habitantes do gueto não são parte de um grupo distinto de algum modo separado do restante da sociedade, como muitos defensores da tese da “*underclass*” gostariam que acreditássemos. Pertencem, em vez disso, a frações não-habilitadas e socialmente desqualificadas da classe trabalhadora negra, em virtude de multifárias ligações conjugais e de parentesco, laços sociais, conexões culturais e processos institucionais que cruzam a alegada divisa entre eles e o restante da comunidade afro-norte-americana (Aschenbrenner, 1975; Collins, 1983, p. 370; Pétonnet, 1985)⁶.

DO GUETO “COMUNAL” DA DÉCADA DE 1950 AO “HIPERGUETO” DOS ANOS 1980

O processo de guetização negra – da constituição e expansão iniciais à súbita fuga e desinvestimento dos brancos, seguidos de abruptos aumentos do desemprego, do crime, do atraso educacional e de outros deslocamentos sociais – é velho e bem conhecido: remonta à formação inicial do gueto como instituição de *exclusão racial* nas primeiras décadas do século XX.⁷

⁶ Num original – embora, lamentavelmente, muitas vezes ignorado – estudo analítico de rede, Melvin Oliver (1988) fornece um retrato sugestivo da comunidade afro-norte-americana urbana como conjuntos de laços interpessoais que contradizem diretamente sua representação comum como um antro de desafiliação e patologias sociais. Em particular, ele descobriu que os moradores do histórico gueto de Watts, em Los Angeles, e da área segregada mais nova e de classe média de Crenshaw-Baldwin Hills apresentam redes bem similares (caracterizadas por tamanho, contexto relacional, distribuição espacial, densidade, capilaridade e reciprocidade) e que os laços extralocais com os parentes prevalecem igualmente em ambas as áreas.

⁷ Ver Spear (1967), Philpott (1978) e Drake e Cayton (1962, v. 1), para o caso do gueto de Chicago, e Kusmer (1986) e Franklin (1980), para uma panorâmica mais ampla sobre a urbanização negra. Não é possível dar aqui um tratamento adequado das

De início, deve-se enfatizar que os negros são o único grupo que vivenciou a guetização na sociedade norte-americana. Imigrantes brancos de várias procedências periféricas (italianos, irlandeses, poloneses, judeus etc.) viveram inicialmente em *bairros étnicos* heterogêneos que, embora pudessem parecer favelas, eram temporários e na maior parte, estações intermediárias voluntárias no caminho da integração a uma sociedade branca variada; não eram (Wirth, 1927) guetos senão no sentido impressionista ou jornalístico. A segregação neles era apenas parcial e baseada numa mistura de classe, nacionalidade e cidadania.

O confinamento racial dos negros, por outro lado, era (e ainda é) singular no sentido de que só os afro-norte-americanos tiveram de viver em áreas “onde a segregação era praticamente total, essencialmente involuntária e também perpétua” (Philpott, 1978, p. xvi)⁸. Ademais, a segregação forçada dos negros ia além da moradia, abrangendo outras arenas institucionais básicas, da escola e do emprego aos serviços públicos e à representação política, levando ao desenvolvimento de uma estrutura social paralela sem correspondência com a dos brancos.

O que distingue a guetização negra de hoje é, em primeiro lugar, ter-se ela tornado espacial e institucionalmente diferenciada e *descentralizada*, por assim dizer, entre um núcleo urbano decadente, embora em expansão, por um lado, e bairros-satélites de classe trabalhadora e classe média localizados na periferia das cidades e, cada vez mais, em subúrbios segregados freqüentemente adjacentes ao histórico Cinturão Negro, por outro.

O segundo traço novo da guetização negra nos Estados Unidos pós-fordistas são sua escala absoluta e a “intensidade do colapso sofrido pelo centro do gueto”, assim como o fato de “o ciclo” ainda operar “duas décadas depois de as leis sobre moradia justa terem sido aprovadas” (Orfield, 1985, p. 163). Com efeito, nesse mesmo período em que mudanças legais presumivelmente deveriam provocar seu melhoramento, as zonas centrais foram acometidas pela degradação física acelerada, pela insegurança e pela violência crescentes e por níveis de exclusão econômica e de dificuldade social comparáveis apenas aos dos piores anos da Grande Depressão.

raízes históricas da trajetória do gueto sombrio na *longue durée* do seu tempo de existência. Basta observar que, embora suas causas motoras se situem fora dele, a transformação do gueto, como ocorre com toda forma social, é mediada em parte por sua estrutura interna, de modo que a plena resolução de sua evolução recente deve começar um século antes, nas décadas de sua incubação.

⁸ Por exemplo, em 1930, numa época em que o gueto totalmente negro do South Side de Chicago já abrigava mais de 90% da população afro-norte-americana da cidade, a “Pequena Irlanda” de Chicago era uma miscelânea de 25 “nacionalidades” composta de apenas 1/3 de irlandeses e contendo menos de 3% dos moradores de ascendência irlandesa da cidade (Philpott, 1978, p. 171-2).

Experimente caminhar pela Rua 63, no South Side de Chicago, a um passo do *campus* da Universidade de Chicago, ao longo do que costumava ser uma das áreas comerciais mais vibrantes da cidade, e você vai testemunhar um sinistro espetáculo que se repete muitas vezes pelos guetos negros dos Estados Unidos⁹ – no Harlem ou no distrito de Brownsville no Brooklyn, em Nova York; em Camden, em Nova Jersey; no East Side de Cleveland; ou em Roxbury, em Boston. Prédios abandonados, terrenos baldios cheios de detritos e lixo, calçadas danificadas, igrejas com fachadas de lojas e restos chamuscados de estabelecimentos comerciais alinham-se por quilômetros e quilômetros de bairros decadentes abandonados que apodrecem desde os anos 1960.

Quarenta anos atrás, a Rua 63 era chamada a “Milha do Milagre” pelos comerciantes locais, que competiam por espaço e por uma fatia do bolo. Havia quase 800 estabelecimentos e nenhum terreno baldio numa área de 18 por 4 quarteirões. O bairro era animado, com ondas de pessoas vindas de outras partes da cidade, que formavam multidões tão densas na hora do *rush* que se era literalmente arrastado ao sair da estação do trem elevado. Amplos restaurantes ficavam abertos noite e dia, havia nada menos que cinco bancos e seis hotéis, e os cinemas, bares e salões de baile jamais pareciam esvaziar-se. Eis a descrição da rua pelo único lojista branco remanescente daquele período:

Parece Berlim depois da guerra, e isso é triste. A rua está arruinada, decadente, 75% dela está vazia. É uma grande infelicidade, mas parece que a única coisa que cresce aqui são as lojas de bebidas alcoólicas. E elas não contribuem em nada para a comunidade: é só “compre, compre, compre!” Muito deprimente. [Suspira profundamente.] É uma área destituída de esperança, destituída de investimento. As pessoas não vêm a Woodlawn.

Agora o apelido da rua assumiu um tom irônico: é um milagre que algum estabelecimento comercial lá se mantenha. Nem um único cinema, clube de jazz ou loja de consertos sobreviveu à década de 1970. Depósitos de madeira, lojas de tinta, garagens e pequenas manufaturas também desapareceram. Há menos de 90 estabelecimentos, a maioria pequenos restaurantes, salões de beleza e barbearias, lojas de roupas, de comida e de bebidas alcoólicas, que empregam, na melhor das hipóteses, uns poucos trabalhadores.

⁹ A menos que indicado de outra forma, as citações de entrevistas e observações de primeira mão são do trabalho de campo que realizei no South Side de Chicago em 1988-1991, no curso de um estudo etnográfico da cultura e da economia do boxe profissional no gueto.

Talvez o fato mais significativo na vida cotidiana do gueto atual, contudo, seja a extraordinária *prevalência do perigo físico e o agudo senso de insegurança que dominam suas ruas*¹⁰. Somente entre 1980 e 1984, os crimes graves em Chicago se multiplicaram por quatro, atingindo a espantosa taxa de 1,254 por mil habitantes. A maioria deles foi cometida por e contra habitantes do gueto. A maior parte das 849 vítimas de homicídios oficialmente registrados em Chicago no ano de 1990 foi de homens jovens afro-norte-americanos, a maioria deles morta a tiros em bairros pobres totalmente negros.

Com a ampla disseminação das drogas e das armas de fogo, a mortalidade nas grandes zonas centrais alcançou “taxas que justificam uma consideração especial análoga à das áreas de calamidade pública”: os homens de Bangladesh têm hoje maior probabilidade de viver além de 35 anos do que os do Harlem (McCord e Freeman, 1990). Não admira que alguns analistas da cena urbana falem amplamente dos jovens negros como “uma espécie ameaçada” (Gibbs, 1988).

A combinação da disponibilidade de armas, da expulsão prolongada do trabalho assalariado e da difusão do tráfico de drogas modificou as regras do confronto masculino nas ruas, de forma que fornecem combustível à escalada dos crimes de morte. Um antigo líder dos Discípulos dos Gângsteres Negros pondera:

Veja, naquela época, se dois caras queriam brigar, eles deixavam eles brigarem *um contra o outro*. Mas agora não é mais assim: se você quer brigar comigo, eu vou descolar uma arma e atirar em

¹⁰ A violência é um aspecto da vida do gueto difícil de ser discutido sem evocar de imediato as imagens propositalmente sangrentas – e muitas vezes grosseiramente enganosas – das descrições estereotipadas feitas pelos meios de comunicação sobre o crime e a ilegalidade, que se tornaram a marca do discurso político e intelectual da “*underclass*”. No entanto, com base no meu trabalho de campo etnográfico sobre o South Side de Chicago, sinto que qualquer relato sobre o gueto deve começar com essa violência em função de sua acuidade vivencial e das ramificações enormemente dilaceradoras nas vidas dos que são por ela apanhados. Ao mesmo tempo, quero insistir, mesmo que apenas por prolepse, em primeiro lugar que a violência das zonas centrais é, em suas formas e organização, bem diferente do que revelam os relatos jornalísticos; de certo modo, menos horrorosa e, de outro, muito pior, em particular devido à sua rotina e ao seu caráter socialmente entrópico. E em segundo lugar, que essa destrutiva violência “vinda de baixo” deve ser analisada não como uma expressão de “patologia”, mas como função do grau de penetração e do modo de regulação desse território pelo Estado – uma resposta a vários tipos de violência “vindos de cima” e um produto colateral do abandono político das instituições públicas no Centro da cidade (Wacquant, 1993b). Em outro trabalho (ver Wacquant, 1992a), tentei oferecer um relato mais matizado, a partir de dentro, do impacto da insegurança sistêmica sobre a textura da vida cotidiana no gueto, tal como vista pelos olhos e pelas estratégias de sobrevivência de uma prostituta profissional que trabalha nas ruas do South Side de Chicago.

você, saca o que estou dizendo? Quando você tem uma arma, essa é a primeira coisa que você pensa – nada de tratados de paz e deixa esses dois caras brigarem e resolverem seus problemas como dois homens crescidos. Agora a coisa dá medo porque esses caras, eles não têm [sua voz se eleva denotando choque], quer dizer, eles não dão valor à vida, não dão valor!

As residências são quase tão inseguras quanto as ruas. Janelas e portas das casas ou apartamentos são comumente protegidas por pesados pórticos de metal e grades contra ladrões. As instalações públicas não são desfrutadas. Os moradores mais velhos do gueto evocam com nostalgia uma época em que costumavam dormir nos parques municipais no verão, enrolados em mosquiteiros, ou nos telhados e varandas em busca de alívio contra o calor.

Hoje em dia os parques são considerados áreas “proibidas”, especialmente depois do cair da noite; alguns nem podem ser freqüentados pelos jovens que vivem na vizinhança imediata porque se situam no território de uma gangue rival. Os ônibus da Chicago Transit Authority, que trafegam desde o Loop, no Centro, até o South Side, são escoltados por carros de uma equipe especial da polícia para impedir assaltos, mas ainda assim são registrados vários incidentes violentos por mês. Diversas estações de trem da CTA na linha de Jackson Park foram fechadas na tentativa de reduzir a criminalidade, ao custo da negação aos moradores locais do acesso ao transporte público. A insegurança é tão profunda que o simples caminhar pelo espaço público se tornou um grande dilema na vida cotidiana dos residentes das zonas centrais, como se pode atestar por este comentário de um idoso do South Side num dia ensolarado do último mês de junho:

Ah, eu odeio sentir que o calor está de volta. Quer dizer, na verdade eu gosto do tempo quente, o que não gosto é das pessoas que ele traz: punks e viciados; a gente começa a ver esses caras fora dos prédios agora nas ruas. Realmente não é legal.

As escolas não são exceção a essa regra. Muitos estabelecimentos públicos da zona central de Chicago organizam milícias de pais que patrulham os pátios das escolas armados com bastões de beisebol enquanto as turmas estão em aula. Outros contratam policiais quando estão de folga para suplementar a segurança e usam detectores de metal para limitar o número de revólveres e outras armas em circulação nos pátios das escolas. A escola primária do South Side, situada na Rua 55, ficou por algum tempo nas manchetes depois que cinco jovens foram mortos a tiros a poucos quarteirões de distância, no espaço de um único ano. Descobriu-se que os alunos estavam “entorpecidos pelo medo” da violência das gangues que os esperam fora da escola. As crianças “dizem que temem por suas vidas quando vão para a escola”, confes-

sou um professor. “Parece que a cada ano o filho de alguém perde a vida e não consegue ultrapassar a oitava série”, acrescentou a mãe de um aluno. E o diretor só podia lamentar que os seguranças da escola fossem incapazes de oferecer proteção quando os alunos saíam do estabelecimento (Chicago Tribune, 1990).

O gueto de hoje realmente “não é um lugar para se ser criança” como diz o título de um livro recente que compara a zona central de Chicago aos... campos de refugiados do Camboja arrasado pela guerra (Garbarino, Kostelny e Dubrow, 1991). Jovens criados nesse ambiente de violência pandêmica experimentam enormes danos emocionais e apresentam distúrbios pós-traumáticos de estresse semelhantes aos sofridos pelos veteranos. Um morador de um complexo de prédios altos do South Side (citado em Brune e Camacho, 1983, p. 13) concorda que Chicago

não é um lugar para se viver com a família: isso aqui no alto verão é como um circo em três picadeiros. Constantemente há brigas. Houve épocas em que a gente teve que pegar as crianças e botá-las no chão do saguão, tal era o tiroteio aqui em volta.

Aos cinco anos, praticamente todas as crianças que vivem em grandes conjuntos habitacionais tiveram experiências diretas com tiroteios ou mortes. Muitas mães optam por enviar os filhos para viver nos subúrbios ou com a família no sul, a fim de protegê-los das brutalidades do bairro.

A incidência do crime no gueto é exacerbada pelo confinamento racial do espaço nas cidades norte-americanas. Se há tanta violência do tipo “negro contra negro”, não é apenas porque os afro-norte-americanos das zonas centrais sofrem de extremas redundância econômica e alienação social. É também porque os homens negros anônimos se tornaram símbolos de perigo amplamente reconhecidos (Anderson, 1991, capítulo 6), de modo que, a menos que exibam os adornos da cultura de classe média, são rotineiramente impedidos de chegar às áreas brancas, onde a cor de sua pele faz com que sejam imediatamente vistos como criminosos ou arruaceiros potenciais:

Você não pode ir à comunidade branca fazer coisa alguma, pois, quando você é visto, logo suspeitam de você e te param. Assim, você tem que caçar no seu próprio canto, pois lá você é menos notado. Você é obrigado a assaltar o seu próprio povo. (Citado em Blauner, 1989, p. 223)

Despovoamento, exclusão econômica e colapso organizacional do gueto

No entanto, o continuado declínio físico e comercial, a crescente violência nas ruas e a ubíqua insegurança do gueto são apenas manifestações

superficiais de uma transformação mais profunda de seu tecido socioeconômico e institucional.

Em primeiro lugar, enquanto o gueto dos anos 1950 tinha uma superpopulação como resultado do influxo de migrantes negros provenientes do sul, desencadeado pelo *boom* do período de guerra e pela mecanização da agricultura nessa região, o gueto contemporâneo tem sofrido um constante despovoamento, à medida que famílias de melhor posição econômica se mudam em busca de ambientes mais compatíveis. Por exemplo, o miolo do South Side de Chicago perdeu quase metade de seus habitantes, à proporção que o número de moradores de Oakland, de Grand Boulevard e de Washington Park decresceu de cerca de 200 mil em 1950 para 102 mil em 1980, e continuou a cair, atingindo uma estimativa de 63 mil em 1990, segundo dados recentes do censo.

Durante esses anos, além disso, a despeito da construção de moradias públicas de massa em prédios altos, houve redução de 1/3 na quantidade de unidades habitacionais, devida a incêndios criminosos (freqüentemente perpetrados por senhorios absentistas procurando ganhar o dinheiro do seguro) e ao abandono e à destruição causados por programas de renovação urbana que derrubaram mais moradias do que construíram, de modo que a superlotação e a inadequação das habitações são ainda generalizadas no Centro da cidade.

Mas a mudança mais dramática na demografia do gueto foi o acentuado declínio da população empregada, causado por dois fatores que se reforçaram mutuamente: o contínuo êxodo de famílias negras em situação de mobilidade ascendente e o crescente desemprego dos que ficaram para trás. Em 1950, mais da metade dos adultos que viviam no coração do Cinturão Negro de South Side estavam bem empregados, taxa igual à da cidade como um todo. Chicago ainda era um centro industrial influente, e metade dos negros empregados exercia atividades *blue-collar*. Em 1980, o número de moradores que trabalhavam havia caído 77% – um número chocante –, de modo que, de cada quatro pessoas acima de 16 anos, quase três estavam desempregadas. Em 30 anos, o número de operários e trabalhadores despencou de 33.808 para 4.693, o de artífices, de 6.564 para 1.338, enquanto o correspondente aos empregados domésticos e de serviços, de 25.181 para 5.203. E, enquanto a classe média negra da cidade se multiplicou por cinco entre 1950 e 1980, o número de trabalhadores, gerentes e profissionais *white-collar* que viviam no Centro da cidade foi reduzido à metade, de 15.341 para 7.394. Um morador de longa data de Woodlawn (que por ironia se mudou recentemente para o North Side da cidade a fim de proteger seus filhos da violência nas ruas) queixa-se do desaparecimento das famílias de melhor situação econômica de seu velho bairro do South Side:

[Costumava] ter mil professores vivendo no bairro, mas agora eles estão mudando, *todo mundo está se mandando* (...). Se você der uma olhada na comunidade, Louie, ela está decaindo: não

tem ninguém lá. Não tem professor na Rua 63, aqui em Maryland, não tem nenhum, sacou o que eu tô dizendo? Todo mundo que tem um pouco de conhecimento, eles estão saindo. Se essas pessoas ficassem e ajudassem na reconstrução, *elas poderia[m] reconstruir [o bairro]*. Professores, policiais, bombeiros, líderes empresariais, todos são *responsáveis: todo mundo está indo embora*. E levando o dinheiro com eles.

Como aconteceu isso? No final da guerra, todos os negros, a despeito de seu *status* social, foram forçosamente relegados ao mesmo enclave social comprimido e não tiveram escolha, senão coexistir nele. À medida que fugiram em massa para os subúrbios, com as bênçãos e o apoio do governo federal, os brancos abriram áreas adjacentes às suas para as quais famílias negras de classe média e dos estratos superiores da classe trabalhadora podiam mudar-se para criar novos bairros, que em breve se tornariam compactamente negros. A desconcentração da comunidade afro-norte-americana, por sua vez, dispersou as instituições do gueto e aumentou suas diferenciações de classe¹¹. Simultaneamente, num esforço sistemático e consciente para manter o padrão predominante de segregação racial, a cidade se assegurava de que todas as novas moradias públicas fossem construídas exclusivamente nas áreas de guetos existentes (Hirsch, 1983), onde, portanto, somente os mais pobres tolerariam morar. Na década de 1970, então, *a linha da cor urbana tinha sido efetivamente retraçada ao longo da linha de classe* com o beneplácito do governo, em que o centro histórico do Cinturão Negro continha concentrações excessivas de desempregados e dependentes, enquanto o grosso da classe média e da classe trabalhadora negra mais estável residia em bairros segregados na periferia da cidade.

A conseqüência desse triplo movimento – a emigração de famílias afro-norte-americanas com emprego estável, tornada possível pela fuga dos brancos para o subúrbio, e sob o patrocínio do Estado; a aglomeração das moradias públicas nas áreas de favelas negras; a expulsão dos moradores remanescentes do gueto do mercado de trabalho assalariado – tem sido a pobreza crescente e endêmica. Em Grand Boulevard, seção do South Side que abriga cerca de 50 mil pessoas, metade da população vivia abaixo da linha de pobreza em 1980, mais de 37% acima do número

¹¹ Sem dúvida, essa diferenciação de classe tem existido, de forma mais ou menos acentuada, desde as origens do Cinturão Negro: este nunca foi o compacto *gemeinschaftliche* por vezes invocado por analistas nostálgicos de uma “idade de ouro” do gueto que nunca existiu. Embora brutal, a divisão de castas imposta pelos brancos jamais obliterou clivagens internas ao longo das linhas de classe (em parte correspondentes às persistentes diferenças de cor da pele) entre os afro-norte-americanos, como se pode ver, por exemplo, na difusão das “igrejas com fachadas de lojas” em face da velha-guarda das igrejas batistas e metodistas na década de 1920 (Spear, 1967, capítulo 9), ou na bifurcação do *jook continuum* e do “complexo comercial urbano” no reino da dança e do entretenimento.

de 10 anos antes, e três em cada quatro residências eram chefiadas por mães solteiras. Com a renda de uma família média abaixo de US\$ 7 mil por ano (menos de 1/3 do número para a cidade como um todo), muitas famílias de fato não recebiam a metade do valor assinalado pela linha da pobreza. Seis em cada 10 moradores tinham de depender de algum tipo de assistência pública para sobreviver.

A desolação social e econômica do gueto de hoje é distintamente percebida por seus habitantes, como mostram dados do levantamento sobre a vida das famílias urbanas¹². Perguntados sobre quantos homens têm emprego estável no bairro, 55% dos moradores do tradicional Cinturão Negro de Chicago (que compreende o South Side e o West Side) responderam “muito poucos ou nenhum”, em comparação com 21% das áreas negras periféricas, que abrigam um misto de famílias pobres, de classe trabalhadora e de classe média. Metade também declara que a proporção de homens empregados em sua área diminuiu em relação a anos anteriores. Um em cada quatro adultos mora em casa sem telefone funcionando (apenas um em 10 nas áreas negras afastadas) e 86%, em casa em que se alugam alojamentos (contra cerca de metade dos negros nas áreas de pouca pobreza); quase 1/3 reside em prédios administrados pela Chicago Housing Authority (CHA), embora ela só supervisione 4% do suprimento de moradias da cidade. Fica bastante claro que o Centro da cidade contém hoje principalmente frações despossuídas do (sub)proletariado negro que são incapazes de escapar às suas sofridas condições. Se fosse possível escolher, menos de um em cada quatro moradores do gueto de Chicago permaneceria no bairro, contra quatro em 10 nas áreas negras de baixo nível de pobreza. Apenas 18% classificam seu bairro como um lugar “bom ou muito bom” para se viver, em contraste com 42% nas áreas negras periféricas, e quase metade relatou que o estado das redondezas tem piorado nos últimos anos.

Não surpreende que a atividade das gangues prevaleça no coração do gueto: metade de seus habitantes considera as gangues um “grande problema” em sua área, em comparação com menos de 1/3 nos bairros negros de baixo nível de pobreza. Quanto ao futuro, quase 1/3 prevê que não haverá melhorias em seu bairro, enquanto outros 30% acredi-

¹² Esse levantamento foi realizado como parte do Projeto Pobreza Urbana e Estrutura Familiar (dirigido por William Julius Wilson) da Universidade de Chicago. Consiste numa amostragem aleatória de múltiplo estágio dos moradores dos bairros pobres de Chicago (definidos, segundo o censo, como os que continham pelo menos 20% de pobres em 1980). O levantamento abrangeu 1.184 negros, com taxa de conclusão em torno de 80%, 1/3 dos quais vivia no South Side e no West Side da cidade. Registra-se, com gratidão, o apoio financeiro da Fundação Ford, da Carnegie Corporation, do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, do Instituto de Pesquisas sobre a Pobreza, da Fundação Joyce, da Fundação Lloyd A. Fry, da Fundação Rockefeller, da Fundação Spencer, da Fundação William T. Grant, do Fundo de Caridade Woods e do Chicago Community Trust a essa pesquisa.

tam que ele vai continuar se deteriorando. Assim, os atuais moradores do gueto não são apenas *individualmente mais pobres* do que os que nele habitavam há três décadas atrás no sentido de terem sofrido uma redução absoluta em seus padrões de vida e de a distância entre eles e o restante da sociedade ter-se ampliado – a linha de pobreza federal representava metade da renda familiar nacional média em 1960, mas somente 1/3 em 1980 (Beeghley, 1984, p. 355). Eles também são muito *mais pobres coletivamente* em relação a vários aspectos.

Em primeiro lugar, residem no seio de uma população esmagadoramente desprovida e em situação de mobilidade descendente ou de imobilidade e, portanto, tendem a se isolar de outros componentes da comunidade afro-norte-americana: como vimos, a classe média negra não só tem deixado o Centro da cidade como tem crescido fora dele¹³. Em segundo lugar e como consequência, eles não podem contar com o conjunto de instituições que costumava dar ao gueto sua coerência e coesão internas. A “Metrópole Negra” de meados do século, tão admiravelmente dissecada por Drake e Cayton (1962, p. 17), era uma “cidade distinta dentro da cidade”, que contava com ampliada divisão de trabalho e toda uma gama de classes sociais negras. A “proliferação de instituições”, que fez de “Bronzeville” – como seus moradores costumavam chamá-la – a capital da América negra, possibilitava-lhe duplicar (embora em nível marcadamente inferior) a estrutura organizacional da sociedade branca mais ampla e fornecia limitadas mas verdadeiras avenidas de mobilidade dentro de sua própria ordem.

Em contraste, o hipergueto do final do século XX tem suportado tamanho declínio organizacional que não contém nem uma ampla divisão do trabalho nem um corte longitudinal representativo das classes, nem tampouco duplicatas funcionais das instituições centrais da sociedade urbana mais ampla. A infra-estrutura organizacional – a imprensa negra e a igreja, as lojas maçônicas e os clubes sociais, os grupos políticos, os serviços comerciais e profissionais e o “jogo de números” –, que dava ao gueto clássico dos anos 1950 seu caráter e sua força comunais e servia como instrumento de solidariedade e mobilização coletivas, tem passado de modo geral por um processo de definhamento, enfraquecendo as redes de solidariedade e cooperação de âmbito municipal, típicas do gueto comunal (Mithun, 1973). E, embora no contexto de pleno emprego

¹³ O fato de um número crescente de negros de classe média nunca ter tido contato direto com a vida no gueto (embora, tendo em geral vivido em áreas totalmente negras, profundamente segregadas, estejam plenamente familiarizados com práticas racistas discriminatórias e outras) tende a afetar os processos de formação de identidade negra, individual e coletiva. O significado que os negros de classe média atribuem a uma série de expressões idiomáticas e símbolos expressivos (por exemplo, gêneros musicais, penteados, códigos de vestimenta, comportamentos lingüísticos) pode mudar, se seu aprendizado provém do saber familiar ou de fontes secundárias como a educação formal e os veículos populares, e não através de seu envolvimento pessoal.

e prosperidade industrial trazido pela Guerra da Coréia "toda a estrutura institucional de "Bronzeville" [estivesse] provendo a satisfação básica de todas as 'expectativas razoáveis' compartilhadas pelas pessoas dos vários níveis de classe" (Drake e Cayton, 1962, v. 2, p. xi), hoje em dia a prevalência do desemprego e o vácuo organizacional do hipergueto contemporâneo impedem-no de satisfazer sequer as necessidades básicas de seus moradores.

Opressivo como era, o gueto tradicional estabelecia "um meio para os negros norte-americanos em que estes [podiam] imbuir suas vidas de significado" (ibid., p. xiv) que propiciava pertinência e orgulho. Em contraste, o gueto de hoje é um local desprezado e estigmatizante do qual quase todo mundo está tentando desesperadamente escapar, "um lugar de esperanças sustadas e aspirações frustradas, uma cidade em cujos limites o alcance da ambição realista é sobreviver" (Monroe e Goldman, 1988, p. 251).

Malandragem e sobrevivência na economia informal

A prevalência do desemprego e do subemprego crônicos entre os moradores do gueto força-os a buscar assistência pública. A notória inadequação da ajuda pública até mesmo para a mera sobrevivência, por seu turno, obriga-os a procurar atividades geradoras de renda não-declaradas ou indeclaráveis (Scharf, 1987, p. 20). A maioria dos residentes do gueto tem pouca opção senão conseguir "bicos", "descolar" dinheiro através de uma diversificação de esquemas ou engajar-se em vários tipos de negócios ilegais (incluindo o mais perigoso e potencialmente lucrativo de todos, a venda de drogas), a fim de "ganhar o dólar". O crescimento da economia informal observado no cerne da maioria das grandes cidades norte-americanas pode ser atribuído diretamente à fraqueza provocada pela combinação da demanda de mão-de-obra de baixa qualificação, da desertificação econômica e organizacional do Centro da cidade e dos fracassos da cobertura previdenciária.

As estratégias de sobrevivência variam em função dos recursos sociais, econômicos e culturais dos lares pobres, bem como de sua composição. Quando se vêem sem dinheiro, como ocorre freqüentemente com beneficiários da previdência cujo cheque de auxílio mensal é geralmente gasto em uma ou duas semanas depois de recebido, uma das estratégias favoritas das mulheres chefes de família é pedir emprestadas pequenas quantias (de US\$ 5 a US\$ 30 na maioria dos casos) aos pais, namorados ou amigos próximos. Para muitas mulheres, as redes de parentesco são a principal, se não a única, fonte confiável de apoio financeiro em caso de emergência (Stack, 1970). Nas palavras de uma mãe desempregada que subsiste, com os quatro filhos, graças à previdência:¹⁴

¹⁴ Os trechos de entrevistas desta seção foram extraídos de dados coletados pelo Projeto Pobreza Urbana e Estrutura Familiar (ver nota 10).

Se eu ficar muito na pior, posso recorrer à mamãe, e a mamãe me ajuda um pouco. Ela não pode fazer muita coisa, mas diz que, para evitar que meus filhos passem fome, ela vai me ajudar um pouco. De modo que de vez em quando (...) ela me ajuda por alguns dias. Quer dizer, se fica muito... eu digo a ela... eu digo a ela: "É, a gente está sem nada aqui." Daí ela tenta arranjar alguma coisa.

Outra opção importante é procurar comida grátis num dispensário, numa igreja ou numa agência do governo. Em 1987, mais de 70% dos adultos com idades entre 18 e 48 anos no Cinturão Negro histórico de Chicago tiveram de recorrer a essa assistência externa para se alimentar e alimentar os parentes. As cozinhas pertencentes à igreja no South Side não conseguem atender à demanda e regularmente mandam embora famílias com fome. A desnutrição crônica é um fato bastante visível no gueto para os que se dão ao trabalho de olhar, não obstante programas do governo como cupons de ajuda alimentar e distribuição gratuita irregular de excedentes agrícolas e laticínios impróprios à comercialização.

Muitos moradores do gueto, a fim de levantar a renda necessária para atravessar um período de escassez, freqüentemente penhoram bens, dão pensão, vendem seus cupons de ajuda alimentar ou raspam suas pobres poupanças, caso as tenham. Mas 82% dos adultos não tinham contas de poupança em meados dos anos 1980 e apenas um em cada 10 possuía meios para manter uma conta corrente (Wacquant e Wilson 1989a, p. 22). Os estabelecimentos de penhores e de troca de cheques funcionam como substitutos caros dos bancos inexistentes (ou que rejeitam os moradores do gueto, quando existem), como indica esta mãe de três filhos residente no South Side:

Eu penho meus anéis de noivado e pego um dinheirinho, e quando consigo algum dinheiro eu volto e pego os anéis. Agora eles estão lá. Eu podia ter voltado e apanhado eles, mas eu me esqueci deles - eu penho eles tanto, penho todo mês. O cara da loja de penhores me vê chegando, me vê, ele me conhece! É, tem sido assim já tem dois anos agora, ele sabe que eu estou levando e começa a escrever antes mesmo de eu chegar lá. E eu pego eles de volta todo o mês e penho todo mês. É terrível. Vinte e cinco dólares não é muito. Dá pra comprar uns cigarros quando preciso, e esse é definitivamente um hábito aqui. Isso ajuda muito, muito mesmo.

O esteio da subsistência, contudo, é fornecido pelos trabalhos extras e pelo comércio marginal que floresceram na última década na zona central. Alguns moradores do gueto trabalham como *baby-sitters* cuidando de filhos de vizinhos, servem-lhes de mensageiros, cortam ca-

belo ou grama, consertam aparelhos elétricos, removem a neve no inverno, coletam latas de bebidas por pequenas quantias em dinheiro ou "tiram papel velho da calçada" para revendê-lo àqueles ainda menos afortunados. Outros tornam-se camelôs ou vendedores ambulantes ocasionais (Jones, 1988), vendem seu sangue ou procuram trabalho por dia na esperança de conseguir algum tipo de emprego, como observa esta mãe solteira cronicamente desempregada que mora no West Side:

Eles vão ao Handy Andy. É como um emprego, você vai para o Norte e ganha US\$ 20 por dia por oito horas de trabalho ou algo assim. É o que eu fazia antes, mas não vale a pena, é só coisa temporária.

Pode-se também achar emprego irregular num clube noturno ilegal, dirigir um táxi "pirata", tornar-se um prático em mecânica ou um daqueles "artistas do seguro", que tentam (especialmente quando as condições do tempo são ruins) provocar um acidente de carro ou de ônibus em que se ferem deliberadamente visando a compensações monetárias. Indivíduos mais endurecidos podem cometer pequenos crimes com o propósito expresso de serem encarcerados: a cadeia é violenta e punitiva, mas oferece uma cama segura, três refeições por dia, certos cuidados médicos e às vezes até trabalho – todas as coisas que o mundo externo é fortemente pressionado a distribuir aos pobres da zona central.

Nesse ambiente altamente precário governado pela infundável incerteza econômica, as crianças representam recursos importantes e estão sob constante pressão para gerar renda com pouca idade. Assim, no final do inverno, meninos de oito a dez anos de idade podem ser vistos a qualquer hora do dia ou da noite nos postos de gasolina do South Side oferecendo-se para bombear gasolina ou limpar pára-brisas por alguns trocados, ou na saída de supermercados esperando para carregar sacolas em troca de uma moeda ou de alguma comida.

A estratégia última de sobrevivência envolve ampla gama de atividades ilegais que vão do jogo e do crime com agressão, passando pelo roubo com arma branca e pela venda de mercadorias roubadas ("quentes"), até o assalto à mão armada, a prostituição e o tráfico de drogas. Perguntado sobre o que as pessoas do bairro de Grand Boulevard fazem para sobreviver, um empacotador, de 46 anos, de uma companhia de postagem responde:

Roubam, jogam senhoras de idade no chão e apanham seus cheques de pensão. Como naquela estação do "El" [trem elevado]. Especialmente quando elas recebem seu cheque do seguro social, eles estão lá, esperando por elas, agarram as bolsas delas e tudo mais. Um bocado disso está acontecendo por aqui. (...) Eles arrombaram minha casa quando mudei para

cá, de modo que eu botei grades. Levaram meu estéreo. Mas não tenho tido problemas desde que botei as grades.

E uma mãe solteira, desempregada, de 28 anos, acrescenta com franqueza:

Merda! Pequenos golpes, venda de drogas, qualquer coisa... qualquer coisa. Mete isso na cabeça: nem todo mundo é o bicho, sabe, mas toda e qualquer coisa. Eu mesma já vendi maconha. Não sou traficante, estou só tentando ter uma renda... estou tentando levar o pão para a mesa: tenho dois filhinhos.

Para indivíduos que são repetidamente rejeitados no mercado de trabalho ou que se negam a sujeitar-se a "trabalhos de escravo" sem possibilidade de ascensão, que os privam de dignidade porque envolvem tarefas servis e pagam salários de fome, sem incluir benefícios, as atividades subterrâneas podem transformar-se facilmente num emprego por tempo integral. Para eles, o crime predatório constitui uma espécie de pequeno empresariado no qual podem empregar seus únicos ativos valiosos – a força física e um conhecimento funcional do mundo das ruas (Wacquant, 1992a). Muito da atração das gangues para os negros das zonas centrais tem a ver com o fato de elas serem, entre outras coisas, negócios que aumentam as chances de economizar e oferecem um mínimo de segurança financeira (Sánchez-Jankowsky, 1991, p. 40-1).

No vácuo criado pela ausência de firmas legítimas, vias ilegais de trabalho como roubo e "depenagem" de carros, assalto e especialmente tráfico de drogas podem envolver complexas estruturas organizacionais que quase refletem as das empresas da economia oficial. Além disso, o tráfico é com freqüência a única forma de negócios conhecida pelos adolescentes do gueto, uma forma que tem a virtude adicional de ser um empregador que verdadeiramente oferece "oportunidades iguais" (Williams, 1989; Sullivan, 1989, capítulo 7). E também, diferentemente de tantos estabelecimentos de serviços em que se trabalha por salários de fome com pouca chance de aumento, o emprego no tráfico promete recompensa imediata aos que apresentam uma boa ética de trabalho. Uma mulher de 34 anos que divide um velho e malcuidado apartamento no South Side com o irmão, um servente, está considerando essa opção de emprego pela seguinte razão: "o cara me disse: 'Você ganha US\$ 250 por semana, certo' – neste bairro, ele tem um monte de gente trabalhando pra ele a US\$ 250 por semana – e se você for boa pode ganhar US\$ 400 por semana.'"

Desnecessário dizer que o impacto geral da economia das drogas sobre as comunidades do gueto é terrivelmente destrutivo. Se, de um lado, ajuda a solapar a disposição dos jovens para trabalhar por baixos

salários, oferecendo-lhes atraentes, embora arriscadas, oportunidades econômicas alternativas¹⁵ – um habilidoso traficante do East Harlem pode conseguir salários semanais de US\$ 100 mil; um “avião” do South Side de Chicago comumente recebe vários milhares de dólares por semana –, de outro, cria um ambiente pouco saudável com elevado risco de morte precoce, deforma as relações familiares e enfraquece seriamente a coesão racial local. Causa também uma violência desenfreada e um agudo declínio de segurança no bairro (Johnson et al., 1990), o que por sua vez acelera a retração do mercado de trabalho assalariado e isola ainda mais da economia e da sociedade regulares os moradores do gueto.

O explosivo crescimento dessa economia subterrânea dominada pelo tráfico de drogas no nível das ruas ajuda assim a entender a ascensão da “cultura do terror”, que hoje engloba muitas ruas de zonas centrais. O antropólogo Philippe Bourgois mostrou que, nessa economia, as demonstrações rotineiras de violência são uma exigência do negócio: servem para manter a credibilidade comercial e evitam que ele seja tomado por competidores ou roubado por intrusos e usuários (ou por policiais, alguns dos quais estão longe de ser os últimos a participar do tráfico). Por extensão, num universo esvaziado de seus recursos mais básicos e caracterizado pela alta densidade de predadores sociais, a confiança não é uma opção viável, de modo que todo mundo deve se proteger da violência... estando preparado para utilizá-la:

A violência das ruas das zonas centrais não se limita unicamente aos vendedores de drogas ou aos criminosos das ruas; em certa medida, todos os que vivem no bairro e desejam manter um senso de autonomia (...) acham útil participar, ao menos passivamente, de algum espaço da cultura do terror. (Bourgois, 1989, p. 647)

AS RAÍZES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA HIPERGUETIZAÇÃO

Por que motivo a decadência física e a violência interpessoal atingiram níveis tão altos que o espaço público quase desapareceu no gueto? Por que tantos adultos das zonas centrais se vêem desprovidos de uma

¹⁵ Mas até tais empregos de baixos salários estão cada vez menos à disposição: outro contraste entre a economia monetária e a economia informal ou ilegal das ruas é que esta última oferece constantemente alguma oportunidade de “ação” e de renda (especialmente desde que teve início a expansão da distribuição em massa de drogas), enquanto aquela se esgota periodicamente. De modo que a relação convencional entre esses dois setores de atividade pode ser invertida: o emprego oficial é visto como irregular e inafiançável, enquanto as atividades subterrâneas, tomadas coletivamente, parecem regulares e seguras: “Você sempre pode descolar alguma coisa no fundo do beco e arranjar dinheiro na rua, Louie, sempre.”

base segura na economia regular e lançam mão de um misto de atividades subterrâneas e predatórias e buscam o apoio estigmatizante e flagrantemente insuficiente da previdência para sobreviver? Por que as organizações públicas e privadas definham de modo tão acentuado no Centro das metrópoles norte-americanas? E o que explica a concentração de negros pobres nesses enclaves em processo de deterioração contínua?

As causas da hiperguetização das zonas centrais envolvem uma complexa e dinâmica concatenação de fatores econômicos e políticos que se desdobraram por todo o período do pós-guerra, a qual desmente a trama simplista e de curto prazo apresentada pela narrativa da “underclass”.

A mais óbvia dessas causas, embora não necessariamente a mais importante, é a transformação da economia norte-americana de um sistema “fordista” fechado, integrado, centrado na fábrica, que abastecia um mercado de massa uniforme, para um sistema mais aberto, descentralizado e intensivo em serviços, montado para atender a padrões de consumo crescentemente diferenciados.

Um segundo fator, com muita frequência desprezado, é a persistência da quase total segregação residencial dos negros e a deliberada concentração das moradias públicas nas áreas negras mais pobres das grandes cidades, o que significa um sistema de *apartheid* urbano de fato.

O terceiro fator é a deterioração de uma previdência social já mesquinha desde meados dos anos 1970, combinada com as crises cíclicas da economia norte-americana, o que contribuiu para garantir o aumento da pobreza nas zonas centrais.

Por último, é a reviravolta das políticas urbanas federais e municipais das duas últimas décadas, que levou ao “encolhimento planejado” dos serviços públicos e das instituições do gueto.

Para fins de clareza, apresento cada um desses fatores separadamente e *in seriatim*, embora seu pleno impacto só possa ser adequadamente avaliado levando-se em conta a interação de efeitos que emerge da mudança de sua articulação sincrônica e diacrônica¹⁶. Concluo afirmando que, num balanço, não é tanto o funcionamento impessoal de amplas forças macroeconômicas e demográficas, mas a vontade das elites urbanas, ou seja, sua decisão de abandonar o gueto a essas forças, na medida em que estas foram politicamente (pré-) estruturadas, que melhor responde por seu virtual colapso nos anos 1980 e por suas perspectivas sombrias para o restante do século XX.

¹⁶ Assim, por exemplo, a segregação racial, embora nominalmente constante durante o período do pós-guerra, opera de formas variáveis, tanto à maneira de um “acelerador” keynesiano, ampliando o efeito das mudanças econômicas externas, quanto como condição política, que permite a redução dos serviços públicos no Centro das cidades.

Desinvestimento empresarial, crescimento polarizado e segmentação racial no mercado de trabalho de baixos salários

Em meados dos anos 1960, sitiada pela saturação dos mercados domésticos, pela intensificação da competição internacional e das contradições internas, a economia norte-americana entrou numa fase de transição para uma nova forma de organização capitalista pela "especialização flexível", pelo aumento da mobilidade do capital e pela redução da proteção aos assalariados (Scott e Storper, 1986; Piore e Sabel, 1984; Lash e Urry, 1988). À medida que o velho sistema econômico ancorado na produção industrial padronizada, no consumo de massa, em sindicatos fortes e no correspondente "contrato social" entre as grandes firmas e sua força de trabalho estável foi abrindo espaço, progressivamente, a um novo regime baseado na preponderância das ocupações de serviços, na bifurcação do capital financeiro e industrial e na erosão das economias regionais integradas, ocorreu uma ampla reorganização dos mercados de trabalho e das estruturas salariais.

Durante esse período, uma polarizada demanda de mão-de-obra, caracterizada por um crescente hiato entre posições credenciadas e de altos salários e empregos de baixa remuneração e em horários variáveis, oferecendo poucos benefícios e nenhuma segurança, tornou-se um traço estrutural da nova economia de serviços norte-americana (Thurow, 1987; Sassen, 1991). Assim, dos 23 milhões de empregos criados entre 1970 e 1984, um total de 22 milhões era do setor de serviços, mais de 3/4 de todos os empregos gerados na década de 1980 eram de tempo parcial e 75% deles foram preenchidos por pessoas que preferiam trabalhar em tempo integral. Além disso, muitos desses empregos na área de serviços pagam entre US\$ 4 e US\$ 6 por hora, muito longe da taxa horária de US\$ 12 a US\$ 15, comum nas sindicalizadas indústrias de manufatura de bens duráveis. Na verdade, metade dos empregos criados entre 1970 e 1983 pagava menos de US\$ 8 mil por ano (Bureau of the Census, 1985, Tabela 40).

Essa mudança na estrutura dos mercados de trabalho foi ocasionada por algumas alterações inevitáveis, tecnologicamente pré-ordenadas, mas resultou de decisões de firmas norte-americanas em favor de estratégias de lucro e acumulação de curto prazo como forma de reduzir sua conta-salário e seus custos operacionais. Um estudo relatado por Squires et al. (1987, p. 28) estima que a perda de 2/3 dos 203.700 empregos fabris na área da Grande Chicago entre 1977 e 1981 em função do fechamento ou "contração" de firmas se deve, de fato, ao desinvestimento empresarial, voltado à *transferência* de atividades para locais de custo menor, força de trabalho mais barata e taxas de sindicalização baixas, especialmente nos estados do sul e em países do Terceiro Mundo como o México.

Políticas federais de desregulamentação governamental (em setores como transportes e comunicações) e de altas taxas de juros, junta-

mente com a postura *laissez faire* do Conselho Nacional de Relações de Trabalho na década de 1980, concorreram para essa reorganização da força de trabalho, acentuando o declínio dos sindicatos e minando a proteção dos trabalhadores periféricos (Rosenberg, 1983). Isso pavimentou o caminho para a proliferação do trabalho contingente e da sublocação, bem como para a ressurgência do trabalho doméstico e das *sweatshops**. Esse fato foi da maior relevância para os trabalhadores urbanos pertencentes a minorias, cujos ganhos, historicamente, têm vindo mais das políticas governamentais do que da operação do mercado. Dessas muitas forças cruzadas que têm remodelado a face dos mercados de trabalho urbanos nos últimos 30 anos, três são particularmente importantes para o gueto porque convergiram para eliminar a função de reservatório de mão-de-obra industrial não-qualificada e barata que ele assumira no estágio anterior da divisão racial do trabalho.

Em primeiro lugar, a mudança setorial para o emprego no setor de serviços provocou maciças reduções nas categorias ocupacionais tradicionalmente mais acessíveis aos negros e aos pobres. De modo muito semelhante a outras grandes cidades do Norte, tais como Nova York, Detroit, Filadélfia e Baltimore, Chicago viu sua base manufatureira ser cortada à metade entre a década de 1950 e o início da década de 1980. Em 1947, a cidade tinha quase 670 mil empregos fabris, ou 70% do total da região; em 1982, esse número caíra para 277 mil, representando apenas 1/3 do total metropolitano (Wacquant e Wilson, 1989b).

O processo de desaparecimento do trabalho fabril acelerou-se com o passar das décadas, de 52 mil empregos perdidos entre 1947 e 1954 para 269 mil no período 1967-1982. Como os negros da zona central estavam sobre-representados no trabalho fabril ainda no final dos anos 1970, e como, além disso, tendiam a se empregar nas ocupações industriais mais baixas e nas firmas menos protegidas dos setores em decadência (Stearns e Coleman, 1990), eles foram desproporcionalmente atingidos por esse reposicionamento setorial. E continuam a ser as vítimas básicas do custo de desindustrialização em Chicago: um total de 43% dos moradores do gueto, entrevistados pelo Projeto Pobreza Urbana em 1987, relatou que vários, ou a maioria, de seus amigos haviam ficado desempregados devido ao fechamento de uma fábrica nos últimos anos (contra 31% nos bairros negros periféricos). Uma mulher de 32 anos, mãe de três filhos, demitida, há 10 anos, de seu emprego como operária de linha de montagem, relata: "Simplesmente não há suficientes [empregos]. Antigamente havia... havia a indústria do aço e tudo mais. Mas ela foi fechada. Reagan fechou-a e levou-a para outros estados."

Em segundo lugar, a redistribuição espacial dos empregos, correlacionada à desaglomeração da economia urbana, também reduziu as

* Literalmente "lojas de suor": empresas que exploram os empregados exigindo-lhes trabalho excessivo e pagando-lhes salários de fome. (N. do T.)

opções do mercado de trabalho para as minorias das zonas centrais, à medida que as empresas se mudaram das cidades centrais em busca de redução de impostos e de mão-de-obra mais barata. Só em 1980, enquanto seus subúrbios ganhavam empregos em todas as categorias ocupacionais, adicionando meio milhão de posições a sua folha de pagamentos, a cidade de Chicago apresentou a perda líquida de aproximadamente 90 mil empregos de escritório e vendas e de 119 mil ocupações *blue-collar*. As únicas categorias que mostraram crescimento foram as de gerentes, de profissionais, técnicos e pessoal de apoio administrativo, ou seja, empregos que exigem ao menos algum grau de instrução superior (Kasarda, 1989, p. 29) e que, portanto, estão fora do alcance dos moradores da zona central, insuficientemente preparados por um sistema de ensino público esfacelado. A mudança geográfica do emprego para os subúrbios e regiões semi-rurais também afetou mais fortemente os guetos negros devido às graves deficiências do transporte público. Os negros de Chicago têm duas vezes mais probabilidade de usar o transporte público porque o custo de possuir e conduzir um automóvel está além de seus meios. Mas a rede pública de trens e ônibus, dotada de poucos recursos orçamentários, foi planejada de tal modo que isola os subúrbios da zona central, de maneira que "para todos os fins práticos, os empregos nas áreas suburbanas externas não são acessíveis por transporte público [aos moradores] da área com alto nível de desemprego" (Orfield, 1985, p. 179).

Em terceiro lugar, a mudança ocupacional para *empregos que exigem educação superior* restringiu as oportunidades de trabalho dos moradores do gueto por causa da incapacidade das instituições públicas – escolas, mas também programas públicos de treinamento e programas de empregos federais e municipais – em prepará-los para essa mudança. Em Grand Boulevard, 65% dos adultos com 25 anos de idade ou mais têm menos de quatro anos de ensino secundário e menos de 3% completaram quatro anos de faculdade. Apenas 16% da coorte que ingressa na rede pública municipal se forma quatro anos depois com o nível médio nacional de leitura ou acima dele. No entanto, de 1970 a 1980, o número de empregos ocupados por trabalhadores da cidade com nível de instrução menor que o secundário diminuiu de quase 1/5. Em contraste, o volume de empregos que exigem algum nível de instrução superior aumentou 44% e o de que exigem diploma universitário, 56% (Kasarda, 1989).

Um quarto fator fundamental para a marginalização econômica dos negros do gueto é a *continuada segmentação racial da mão-de-obra de baixos salários* (Fainstein, 1986-7; Bailey e Waldinger, 1991; Waldinger e Bailey, 1991). Nos setores manufaturados e de serviços, a maioria dos negros está empregada em "nichos ocupacionais" específicos que apresentam elevadas concentrações de afro-norte-americanos, uma vez que é rotineiramente excluída de outros, reservados para brancos ou mesmo

para outras minorias (especialmente hispânicos). Em muitas indústrias de serviços que têm experimentado rápido crescimento do emprego, tais como restaurantes e estabelecimentos que fornecem alimentos, os negros tendem a ser segmentados nas piores funções e mantidos em posições de início de carreira, sem possibilidade de ascensão profissional. Além disso, moradores de zonas centrais com baixo nível educacional, poucas habilidades e escassa experiência no trabalho têm sido empurrados ainda mais para as últimas posições na fila do emprego devido à crescente competição das mulheres e à "nova imigração", legal e ilegal, que inundou as grandes cidades norte-americanas de mão-de-obra barata, dócil e não-qualificada, em consequência das mudanças na lei de imigração em meados dos anos 1960 (Sassen, 1989). Uma mulher divorciada de 38 anos, com dois filhos, que trabalha como caixa num hotel do South Side queixa-se: "Gente demais, emprego de menos. Mil pessoas se candidatam a 100 empregos. As máquinas e computadores estão tomando um monte de empregos."

Assim, em meio à nova ordem pós-industrial, o aumento do número de posições não-qualificadas e de serviços e a decadência das manufaturas têm deslocado drasticamente os negros das zonas centrais, à medida que os empregadores se voltaram para outras fontes de mão-de-obra flexível, menos inclinadas a se opor ou a protestar contra condições de trabalho superexploradoras e instáveis. E, como as zonas centrais se tornaram cada vez mais intimamente associadas, na mente do público, ao crime, à depravação e à ilegalidade, o simples fato de morar no gueto se tornou uma desvantagem adicional, um signo que alguns empregadores utilizam para separar os bons (instruídos, de classe média) dos "maus" negros e para excluir os habitantes dos guetos do *pool* de candidatos. Uma enfermeira de 41 anos, moradora do West Side, mostra seu descontentamento:

Eu tenho procurado emprego, e tenho amigos que têm procurado emprego, e perguntaram a eles qual o bairro [em que eles moram]. E tão logo vêem seu endereço, eles dizem: "Caramba, você mora nessa área!", sabe como é.

O estigma vinculado a morar no gueto é outra barreira que os negros das zonas centrais devem superar na busca de um emprego: "Acho que se você tem um endereço decente, isso ajuda muito", diz uma mãe desempregada de 37 anos, moradora do South Side. "Quando se candidata a empregos, eles vêem que você não é do coração do gueto."¹⁷

¹⁷ Os dois estigmas que os moradores do gueto carregam no mercado de trabalho (e em qualquer outro lugar), o da cor da pele e o associado a morar num lugar vilipendiado, visto publicamente como epítome e centro da reprodução da "patologia social", não são obviamente, independentes entre si. Mas não se confundem em sua natureza nem são idênticos em seus efeitos. É impossível para quase todos os afro-norte-americanos eliminar as marcas raciais, mas a significação

No todo, a polarização da estrutura ocupacional e de salários, a decadência dos empregos e o endurecimento da segmentação racial na base do mercado de trabalho têm reduzido efetivamente as opções de trabalho dos negros do gueto, empurrando-os cada vez mais para o único setor de emprego a que eles têm pronto acesso: a economia informal irregular das zonas centrais.

A segregação racial e a concentração da pobreza negra via políticas de habitação

Mas as mudanças econômicas estruturais por si só dificilmente poderiam ser responsabilizadas pela acumulação de deslocamentos sociais no gueto. A segregação racial é variável interveniente crucial que explica de que modo os negros pobres têm sido excluídos das novas oportunidades de empregos abertas pela economia de serviços descentralizada e impedidos de buscar a mobilidade social através da mobilidade espacial.

A continuada segregação residencial dos negros pobres nas zonas centrais é fundamental para o declínio do gueto, pois, em paralelo com a suburbanização dos brancos (e, de modo crescente nos últimos anos, dos negros de classe média), ela reforça uma distribuição das oportunidades de emprego, das chances escolares, da riqueza tributável e da influência política que os priva de todo apoio ao melhoramento socioeconômico (Orfield, 1985). Opera, assim, à maneira de um "efeito multiplicador" que concentra a miséria no Centro da cidade. Como recentes estudos sobre as zonas centrais têm tendido a negligenciar a questão de raça, tal qual ocorre quando o gueto é confusamente igualado a uma área de alta pobreza sem relação com sua composição populacional e institucional (por exemplo, Jargowski e Bane, 1991), não é demais reafirmar que a *perpetuação do gueto é acima de tudo uma expansão da persistência da linha da cor urbana*.

Embora tenha eleito um prefeito negro em 1982, Chicago goza do duvidoso privilégio de ser a metrópole mais racialmente segregada dos Estados Unidos. Em 1980, mais de 2/3 do total de 1,2 milhão de negros da cidade viviam em áreas 95% negras. O índice de segregação pouco

destas pode ao menos ser invertida e revalorizada a partir de dentro (de acordo com o paradigma "negro é lindo"). A nódoa residencial pode, em muitas situações, ser limpa com o emprego de técnicas adequadas de dissimulação de aparência. Mas ter de esconder de estranhos (inclusive de outros negros) o local de moradia, especialmente quando esses estranhos são agentes oficiais de instituições dominantes como firmas, escolas ou repartições governamentais – que muitas vezes têm meios de descobri-lo de alguma maneira –, reativa constantemente o senso de indignidade social, e não há forma de reverter o valor simbólico de morar no gueto (poucos hoje em dia poderiam efetivamente advogar que "morar no gueto é lindo"). Para uma análise mais detalhada da lógica da estigmatização territorial e de seu impacto desintegrativo sobre a estrutura das relações sociais no gueto, ver Wacquant (1993a).

mudou desde a década de 1950 – chegou mesmo a aumentar de 89 em 1970 para 92 em 1980 (numa escala de 0 a 100), à medida que a proporção de negros residindo em áreas totalmente negras cresceu ligeiramente¹⁸. O "índice de exposição", outra medida de segregação comumente usada, revela que a pessoa negra típica da cidade vive num quarteirão em que há 4,5% de brancos (embora os brancos constituam perto da metade da população da cidade), enquanto no quarteirão do morador branco típico vivem menos de 2,6% de negros.

Os afro-norte-americanos são virtualmente tão separados de outros grupos em termos residenciais – inclusive dos hispânicos, cujas áreas de moradia tendem a funcionar como "zonas amortecedoras" entre os bairros negros e brancos (Squires et al., 1987, p. 111) – que parecem viver num regime de *apartheid* legal. Além disso, os negros são o único grupo a sofrer uma separação racial tão intensa, pois as famílias de ascendência hispânica e oriental exibem níveis de segregação comparativamente moderados a baixos. Assim, nas 30 maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos, latinos e asiáticos têm maior probabilidade de compartilhar espaços residenciais com brancos do que com seu próprio grupo,¹⁹ enquanto no caso de negros com brancos, a probabilidade raramente excede a 5% (Massey e Denton, 1987).

É importante enfatizar que o singular isolamento residencial dos afro-norte-americanos não é uma expressão de afinidade e escola étnicas, pois tanto em princípio como na conduta os negros preferem majoritariamente viver em bairros racialmente mistos (Streitweiser e Goodman, 1983; Farley et al., 1978), nem se deve a diferenças de renda entre famílias negras e brancas. Se fosse esse o caso, a expansão da classe média negra desde a década de 1960 teria sido acompanhada de um considerável decréscimo de separação racial. Na verdade, se a popu-

¹⁸ O índice de segregação é 100 quando os grupos raciais estão totalmente separados (ou seja, quando todos os quarteirões da cidade são racialmente homogêneos, seja 100% negros ou 100% brancos) e zero quando cada quarteirão tem a mesma composição branco-negro da cidade como um todo. Outras medidas de segregação resultam no mesmo padrão e revelam que os afro-norte-americanos são singulares na América urbana por sofrerem extrema segregação, simultaneamente, em todas as dimensões possíveis: desigualdade, isolamento, enfeixamento, centralização e concentração (Massey e Denton, 1989).

¹⁹ Evidentemente, essas populações não são, elas mesmas, homogêneas a esse respeito. A categoria "latino", por exemplo, compõe-se de diferentes correntes etnonacionais e imigracionais que enfrentam distintas condições de ingresso e incorporação ao espaço social e físico dos Estados Unidos. As integrações dos cubanos, dos mexicanos e dos porto-riquenhos diferem notavelmente; a situação destes é mais semelhante à dos afro-norte-americanos devido ao pronunciado antagonismo que encontram com base na cor da pele – embora, novamente, a comunidade urbana porto-riquenha não seja toda da mesma origem, como foi mostrado no retrato que Padilla (1987) fez da "Puerto Rican Chicago" e na descrição do "Rainbow People" por Rodríguez (1989, especialmente capítulo 3).

lação afro-norte-americana fosse distribuída num mercado residencial cego para a cor, orientado estritamente pela renda, a percentagem de negros por área censitária em Chicago variaria de um mínimo de 10% a um máximo de 27% (Berry, 1979, p. 9). Diferentemente dos outros grupos da sociedade norte-americana, os afro-norte-americanos que ascendem na hierarquia de classe não experimentam uma redução do ostracismo.

A linha da cor é resultado, em primeiro lugar, da persistente dualização do mercado residencial segundo linhas raciais (Farley, 1973; Berry, 1979). O direcionamento racial forçado por corretores de vendas e aluguéis, assim como o comportamento tendencioso no financiamento de hipotecas e a obstrução informal dos brancos no processo de procura de moradias – tudo isso tolerado pela reticência do Congresso e do governo federal em aplicar as leis de habitação justa exigidas –, ainda prevalecem em grandes cidades como Chicago (Schlay, 1987; Yinger, 1987). Os negros que tentam sair do território que lhes é reservado enfrentam omissão e constrangimento, quando não hostilidade aberta e resistência violenta. Embora uma considerável maioria dos brancos concorde com o princípio de que as pessoas têm o direito de morar onde queiram, esse é um direito que eles continuam a reservar para si mesmos: a maioria dos brancos se recusa a viver num bairro que contenha mais que uma pequena percentagem de negros e poucos deles apóiam as leis municipais destinadas a implementar esse princípio (Massey e Gorss, 1991)²⁰.

Uma segunda causa importante da persistente segregação racial são as políticas de habitação e renovação urbana implementadas pelos governos federal e municipais desde a década de 1950, que intencionalmente reuniram e atulharam os afro-norte-americanos pobres nas áreas totalmente negras mais pobres do Centro das cidades. A miopia histórica do debate contemporâneo sobre a “*underclass*” não deveria obscurecer o fato de que a fragmentação do gueto de hoje é o parafuso de uma espiral descendente cujo ímpeto inicial foi dado cerca de cinco décadas atrás pelas políticas habitacionais de Washington.²¹ Como mostra Kenneth Jackson (1985, p. 219) em sua abalizada história de suburbanização norte-americana, desde a Lei Wagner-Steagall de 1973, que estabeleceu a responsabilidade do governo em financiar moradias de baixo custo, até o presente,

²⁰ Levantamento realizado em Detroit em meados dos anos 1970 revelou que 42% dos brancos já se sentiram desconfortáveis num bairro que abrigasse apenas 1/5 de negros e que metade dos brancos relutaria em se mudar para uma área como essa.

²¹ A maioria das teorias da “*underclass*” remonta somente aos anos 1970 e enfatiza essa década como a de sua suposta “emergência”, em grande parte porque os dados censitários sobre taxas de pobreza invariáveis não estão prontamente disponíveis para anos anteriores.

o resultado, se não a intenção, do programa de habitação pública nos Estados Unidos [tem sido] segregar as raças, concentrar os desprivilegiados nas zonas centrais e reforçar a imagem dos subúrbios como lugar de refúgio para os problemas de raça, crime e pobreza.

A abordagem do Estado para resolver as tensões de raça e de classe na luta por espaço e por recursos urbanos escassos no período do pós-guerra se processou, de fato, em duas direções. De um lado, o governo federal subscreveu a maciça concessão de subsídios a moradias de classe média nos subúrbios por meio de uma combinação de incentivos fiscais, garantias federais às hipotecas e construção de auto-estradas, enquanto posturas municipais de zoneamento e restrições raciais aplicadas ou “toleradas” pela Agência Federal de Habitação asseguravam que somente brancos poderiam mudar-se para fora da cidade. Até 1949, era política oficial da AFH recusar fazer seguro de qualquer habitação dessegregada, e, até 1962, a agência não exigia garantias não-discriminatórias de candidatos a empréstimos. Até hoje, a legislação de habitação justa votada pelo Congresso em 1968 não ganhou um aparato voltado para a sua aplicação. O departamento de Justiça tem processado poucos casos por ano em todo o país e chegou a reduzir os pedidos de compensação sob a administração Reagan.

De outro lado, o Estado também embarcou num esquema de financiamento público a moradias de baixo custo, mas com duas grandes diferenças. Em primeiro lugar, em agudo contraste com as construções nos subúrbios brancos de classe média, a assistência para moradia de negros e pobres foi acintosamente sovina: de 1937 a 1968, 10 milhões de unidades privadas para pessoas de média e alta rendas foram construídas com o apoio da AFH, enquanto apenas 800 mil unidades públicas, de construção apressada e barata, foram erigidas com subsídios habitacionais federais (Kerner Commission, 1989, p. 474). Em segundo lugar, como se concedeu às municipalidades o poder do arbítrio em construir ou não habitações públicas e onde localizá-las, os projetos federais invariavelmente reforçaram a segregação, à medida que as localidades brancas periféricas se recusavam a criar agências de habitação pública e os bairros brancos da cidade resistiam ferozmente à penetração de negros em seu território.

De fato, em Chicago, a violência racial branca, por baixo, e a manipulação política dos brancos, por cima, convergiram para restringir a localização das moradias da Chicago Housing Authority exclusivamente ao território circunscrito pelos limites do gueto, “desse modo fixando e institucionalizando suas fronteiras como nunca antes” (Hirsch, 1983, p. 409). Quase todas as moradias públicas edificadas nas décadas de 1950 e 1960 situavam-se inteiramente dentro ou nas vizinhanças imediatas dos tradicionais Cinturões Negros do South Side e do West Side. Já em

1981, 95% de todas as unidades familiares alugadas pela Chicago Housing Authority eram ocupadas por negros. Em vez de construir moradias de baixa densidade em terras mais baratas e menos congestionadas fora das áreas centrais, como fizeram os países da Europa Ocidental, o governo norte-americano patrocinou lançamentos, abaixo do custo, de prédios altos e ordinários nos bairros mais atingidos pela pobreza, transformando as moradias públicas em favelas construídas e sustentadas pelo governo federal. Já em 1968, a Kerner Commission (1989, p. 474) revelava que "os programas federais de habitação" estavam concentrando

os segmentos mais empobrecidos e dependentes da população em guetos das zonas centrais onde já existia um hiato fundamental entre as necessidades da população e os recursos públicos para enfrentá-las.

Esse hiato só fez aumentar nas duas décadas seguintes, conforme os fundos para habitação pública se esgotaram e a cidade deixou de construir e até de manter as unidades da CHA, depois de ser considerada culpada de discriminação racial e obrigada judicialmente a construir moradias públicas espalhadas em bairros racialmente mistos.

Até hoje os Estados Unidos continuam sendo o único país industrializado do mundo sem um financiamento público significativo a habitações para pessoas de baixa renda, apesar do fato óbvio de que empreiteiras privadas não vão construir para os pobres – em 1980, as habitações de propriedade pública representavam apenas 1% do mercado norte-americano de moradias, em comparação com cerca de 46% na Inglaterra e 37% na França. São também a única nação avançada a gerar um "gueto vertical" imposto pelo Estado, duplamente segregado com base em raça e classe.²²

Se os negros pobres estão de tal modo concentrados no hipergueto dos anos 1980, portanto, é primeiramente porque a tolerância do governo com a permanente e gritante segmentação racial do mercado

²² Devido à brusca redução dos fundos federais, para não mencionar a deslavada pilhagem dos cofres públicos por altos funcionários federais municipais, a maioria das cidades grandes não é apenas financeiramente incapaz de assegurar a conservação de sua já insuficiente provisão de moradias para pessoas de baixa renda. Suas omissas burocracias, em muitos casos, perderam todo o controle sobre a administração cotidiana de suas propriedades. A derradeira hipocrisia e o coroamento da situação de abandono consistem então em propor (como o fez o secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Bush, Jack Kemp) que os inquilinos de moradias públicas sejam "promovidos" a proprietários dessas residências tão degradadas e inseguras que as autoridades públicas não conseguem controlá-las, salvo por meio de ocupações semimilitares que pisoteiam os direitos civis básicos dos inquilinos, como ocorreu na reação, modelada pela mídia, à série de assassinatos no infame conjunto Cabrini Green, em Chicago, no inverno de 1992.

habitacional torna mais difícil para eles mudar-se do Centro das cidades, pelo aumento artificial do custo da casa própria e dos aluguéis nos bairros afro-norte-americanos periféricos; e, em segundo lugar, porque as moradias, inadequadas e de qualidade inferior, construídas pelo Estado para as pessoas de baixa renda foram deliberadamente colocadas no Centro.

A redução do miserável Estado de Bem-Estar norte-americano

O recuo do Estado de Bem-Estar durante as décadas de 1970 e 1980 é outra importante causa política da contínua deterioração das oportunidades de vida dos moradores do gueto. Ao contrário da popular retórica neoconservadora (Murray, 1984), aquelas décadas não foram um período de expansão e generosidade da previdência, mas de retração geral.

Com efeito, o programa Ajuda a Família com Filhos Dependentes se tornou cada vez menos atraente para as famílias pobres desde 1970, por deixar de indexar os benefícios à inflação e por insuficiência de fundos: os desembolsos do programa atingiram o pico de 1,6% do orçamento federal em 1973 e têm declinado continuamente a partir de então. Não apenas a ajuda pública foi racionada através de restrições jurídicas e burocráticas à qualificação (Susser e Kreniske, 1987; Axinn e Stern, 1988), como o poder de compra do benefício médio da previdência sofreu corte substancial. Segundo um estudo do Centro de Orçamento e Prioridades Políticas de Washington, D.C. (Chicago Tribune, 16 ago. 1990, p. 20), o valor real do dólar do benefício médio em dinheiro às famílias no programa de ajuda pública do Estado de Illinois diminuiu pelo menos 50% desde 1970. Atualmente, uma família de três pessoas no programa da AFFD recebe, na melhor das hipóteses, um máximo de US\$ 645 por mês, incluindo cupons de ajuda alimentar, quantia simplesmente igual ao valor médio do aluguel de um apartamento quarto-e-sala em Chicago.

Em consequência de alterações programáticas e da redução nos gastos desde meados dos anos 1970, os benefícios do governo em dinheiro deixaram de representar o papel compensatório que desempenhavam na década anterior, quando a pobreza entre os negros do gueto estava decrescendo lentamente.

Com base numa detalhada análise das taxas de efetividade dos programas de bem-estar social do governo, ou seja, sua capacidade de manter os benefícios acima da linha da pobreza, Axinn e Stern (1988, p. 102) afirmam que a "explosão da pobreza na cidade central resultou muito mais da diminuição da efetividade do programa do que do colapso econômico". Com efeito, a taxa de efetividade dos programas governamentais é mais baixa nas cidades centrais, onde eles também se reduziram substancialmente com o passar do tempo: em 1983, 29,9%

de suas famílias, no plano nacional, eram pobres antes de receber o benefício e 18,4% depois, para uma taxa de efetividade de 38%, em comparação com uma taxa de 50% em 1973, quando os percentuais correspondentes da pobreza eram 27,5% e 14%. Se os programas públicos tivessem mantido sua limitada efetividade dos anos 1970, teriam amortecido os efeitos da desindustrialização e do crescimento econômico polarizado, de modo que a taxa de pobreza nas cidades teria crescido somente em percentual, de 14% para 15%. As economistas Rebecca Blank e Maria Hanratty (1991) demonstraram que, se os Estados Unidos adotassem o sistema canadense de medidas de benefício contra a pobreza, a taxa de pobreza para famílias monoparentais iria decrescer de 43% para algo entre 2% e 16%, dependendo de uma série de suposições sobre taxas de participação e suprimento de mão-de-obra. Uma genuína política de bem-estar social iria, com efeito, quase erradicar a pobreza entre as famílias chefiadas por mulheres, que hoje representam a esmagadora maioria dos pobres do gueto.

Os aliados do mercado de trabalho também foram desfavoravelmente afetados pelas ampliadas insuficiências do seguro social. Em teoria, o programa-padrão para o seguro-desemprego é destinado a atender às necessidades cíclicas e fornece 26 semanas de cobertura com cerca de 40% dos salários anteriores. Entretanto, em face da persistente e maciça falta de empregos desde meados dos anos 1970, o sistema tem implodido. A atuação dos *lobbies* empresariais e a preocupação política com a redução de custos conspiraram para produzir um severo estreitamento dos critérios de qualificação e multiplicaram os obstáculos administrativos à entrega de benefícios. Por conseguinte, a percentagem de desempregados atendidos, no plano nacional, declinou de 50% para 30% do total, entre 1975 e 1985.

Uma vez mais, esse declínio foi particularmente pronunciado nas grandes cidades e especialmente prejudicial às minorias das zonas centrais, que, sendo confinadas aos segmentos mais baixos do mercado de trabalho secundário, apresentam maior propensão a ter contratos de trabalho de curto prazo e freqüentes mudanças de empregador. De fato, a maioria dos moradores do gueto empregados de modo intermitente raramente se qualifica para os benefícios do desemprego ao ser despedido.

As políticas fiscais dos governos federal e estadual também aumentaram a angústia do gueto. As repercussões adversas das políticas de impostos federais de Reagan sobre os pobres estão amplamente documentadas; menos conhecido é o fato de que muitos estados desenvolveram esquemas de impostos que pioram ainda mais a já precária posição das famílias de baixa renda. Segundo números compilados pelo grupo de defesa Vozes para as Crianças de Illinois, centenas de milhares dessas famílias gastam, nesse estado, substancial porção de suas minguadas rendas em impostos estaduais. Illinois tem a segunda carga fiscal mais

pesada para os pobres, em que se combinam a estadual e as municipais, perdendo apenas para Kentucky. Como resultado, os 20% mais pobres das famílias do estado pagam quase 11% de sua renda anual em impostos estaduais e municipais, o dobro da percentagem paga pelo 1% mais rico. A profusão de evidências indica assim que a negligência dos órgãos públicos, e não a emergência de uma "*underclass*", explica a crescente pobreza e exclusão nos Centros das cidades.

Sacrificando a zona central: o "encolhimento planejado" e a marginalidade política do gueto

A negligência do setor público não se limita à política de bem-estar social, mas se estende a toda a gama de serviços urbanos. Nas décadas de 1950 e 1960, a constante expansão da economia criou um contexto favorável aos movimentos de oposição, e as demandas dos negros por uma partilha menos desigual dos recursos urbanos foram parcialmente atendidas pela expansão dos programas federais e locais. A retração econômica dos anos 1970 e o crescimento polarizado da década de 1980, em contraste, forneceram combustível para uma ampla reação política e empresarial contra os esforços do setor público para melhorar as zonas centrais.²³

No plano federal, a partir da esmagadora reeleição de Nixon em 1973, o governo efetuou uma súbita reviravolta nas políticas urbanas que praticamente anulou e até reverteu os modestos ganhos obtidos pela Guerra à Pobreza. Os fundos para as moradias públicas foram congelados e mais tarde substituídos por verbas federais controladas pelas elites locais, que as redirecionaram em benefício da indústria imobiliária e dos proprietários de imóveis. Toda uma série de programas compensatórios destinados a manter viáveis as instituições das zonas centrais, originalmente estabelecidos sob o guarda-chuva da Grande Sociedade, foi sucessivamente congelada, cortada e eliminada.

Na década de 1980, os recursos federais continuaram a minguar com a extinção do programa de treinamento para emprego da LAET (Lei Abrangente de Emprego e Treinamento), da Partilha de Rendas Gerais (*General Revenue Sharing*) e dos Subsídios ao Desenvolvimento Urbano. Na medida em que as máquinas urbanas e os partidos locais foram afastados da política nacional e se tornaram eleitoralmente menos relevantes, o sistema de subsídios intergovernamentais que amortecia

²³ Faz-se necessária aqui uma análise abrangente dessa reação, de suas raízes sociais e de sua imagística, de suas medições políticas e de seu impacto diferencial sobre os vários programas e burocracias do Estado que servem (ou controlam) os diversos componentes da população do gueto. Remeto o leitor ao fascinante relato de George Lipsitz (1989, capítulo 8) sobre seu período inicial na cidade de St. Louis para um estudo de caso e a Edsall e Edsall (1991) para um sugestivo exame do nexos entre "raça, direitos e impostos".

as agruras dos pobres urbanos acima das fronteiras políticas foi desarticulado. O isolamento político das cidades, por sua vez, reforçou-lhes o papel de empreendedores em vez do de fornecedores de serviços sociais, fragmentando ainda mais a base de renda na qual se assenta o financiamento das instituições públicas (Weir, 1991).

Em âmbito local, uma coalizão de empresas, bancos e interesses comerciais usou a crise fiscal das cidades para forçar o desmantelamento dos programas sociais que sustentavam os moradores do gueto e seus vizinhos. A ela se juntaram planejadores urbanos que viam na redução dos serviços municipais um meio eficiente de obrigar os pobres a sair das áreas designadas para revitalização. O resultado foi o que o historiador Robert Fisher (1984) chamou de encolhimento planejado ou "triagem" dos bairros de zonas centrais: o corte seletivo de serviços públicos como escolas, bibliotecas, clínicas, delegacias de polícia e postos de bombeiros, destinado não só a pressionar os pobres a deixar o Centro da cidade como a liberar recursos para novos projetos de desenvolvimento, voltados para empresas e para a classe média, em outros bairros.

Assim, em Chicago, desde meados dos anos 1960, a localização de instalações públicas e investimentos de infra-estrutura, assim como as decisões sobre liberação de terras e deduções de impostos, têm servido cada vez mais para atrair e reforçar o capital privado e para desenvolver um novo Centro da cidade, dedicado aos serviços financeiros e administrativos, e à classe média. Essa mudança na orientação dos recursos fez com que apenas gotas de investimento público fluíssem para os bairros de gueto do West Side e do South Side, abandonando-os à estase e à decrepitude (Squires et al., 1987).

Poucas organizações são mais reveladoras do grau de abandono institucional sofrido pelo gueto de Chicago do que as escolas públicas. Pois elas, de fato, foram reduzidas a instalações de *detenção*, em vez de educacionais, que servem mais para enclausurar os pobres do que para lhes abrir uma válvula de escape para fora do gueto. As escolas públicas são rigidamente estratificadas tanto por raça quanto por renda, com a segregação racial inalterada e a segregação por classe progressiva desde a década de 1960. As crianças da zona central de hoje freqüentam aulas em estabelecimentos cujo corpo discente é, em geral, inteiramente composto por membros de minorias, dos quais 80% provêm de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza. São instruídas nas mais velhas instalações, a maioria superlotada, em turmas maiores do que as das escolas suburbanas ou das escolas privadas da cidade, dirigidas por professores treinados em faculdades de menor seletividade e menos preparados para a função. Por exemplo, dos 601 alunos que freqüentavam a Escola Julia Lathrop, no West Side, em 1985, todos eles negros, 592 qualificaram-se para o café da manhã e o almoço grátis. Naquele ano, fazia duas décadas que a escola não tinha biblioteca (os alunos

eram deixados mofando no refeitório) e também não havia Associação de Pais e Mestres. Muitas das janelas estavam lacradas com madeira ou quebradas, e as paredes, cobertas de pichações; a quadra de basquete não tinha cestas e o *playground* estava cheio de vidro quebrado. Seus professores vinham de fora e raramente se aventuravam pela comunidade por medo da criminalidade. Com efeito, é difícil conseguir professores substitutos, uma vez descobertas a localização e as condições da escola: "Quando vêem o prédio e o bairro", lamenta o diretor, "eles tocam o carro em frente. Você não consegue nem táxi para trazê-los aqui" (Chicago Tribune, 1986, p. 151-2).

O segregado sistema de ginásios públicos da cidade alimenta uma rede de faculdades públicas comunitárias que também se caracterizam por raça e pobreza. Com as taxas de evasão pairando bem acima de 50% (contra 2,5% nos subúrbios) e com três em cada quatro escolas desequipadas para preparar os alunos para o ingresso numa faculdade que requeira um nível razoável de escolaridade, a educação superior está fora de alcance para a massa de adolescentes do gueto. Isso leva Gary Orfield (1985, p. 175) a insistir em que eles enfrentam

um ambiente de oportunidades educacionais separadas e desiguais que continua ao longo de toda a escolarização. Poder-se-ia facilmente afirmar que suas experiências educacionais não se destinam a, e não podem, prepará-los para funcionar na mesma sociedade e na mesma economia.

Como servem a uma população que as autoridades consideram pouco relevante, as escolas do gueto também estão na linha de frente dos cortes orçamentários periodicamente impostos por um Conselho de Educação em perpétuas dificuldades financeiras. No verão de 1991, o superintendente escolar de Chicago anunciou planos de fechar 16 escolas, para tentar reduzir um déficit esperado de US\$ 200 milhões: 14 delas ficavam em bairros negros pobres (Chicago Tribune, 5 jul. 1991). E as escolas das paróquias já não conseguem preencher o hiato criado pelo colapso da educação pública: apenas um ano antes a arquidiocese de Chicago revelara um plano para fechar 17 estabelecimentos, 11 dos quais em bairros negros pobres, devido a graves dificuldades financeiras.

A degradação das escolas públicas talvez só seja igualada pela das instalações públicas de saúde. Em 1990, o secretário de Saúde interino de Chicago reconheceu publicamente que o sistema de saúde pública da cidade era "um não-sistema", que era "insuficiente" e estava "perto do colapso total" (Chicago Tribune, 16 jan. 1990). Em função de mingua-dos e tardios reembolsos do Medicaid, uma dúzia de clínicas e hospitais da zona central faliram nas décadas de 1970 e 1980. Em 1987, o Hospital Provident, o mais antigo hospital negro do país, fundado quase cem anos antes, fechou as portas, deixando o South Side praticamente sem uma instalação hospitalar acessível aos pobres. Quatro anos depois, o

governo municipal ainda não havia cumprido a promessa de recolocá-lo em operação.

Além do excessivamente sobrecarregado Hospital do Condado de Cook, nenhum centro de saúde privado da área de Chicago oferece cuidados pré-natais a mulheres sem seguro-saúde. O "dumping perinatal" nas pacientes do gueto é também prática rotineira: mulheres pobres sem seguro-saúde e com tendência a gravidez de alto risco são reiteradamente recusadas por hospitais privados, que não hesitam em violar a lei, transferindo-as para o Hospital do Condado de Cook mesmo durante o trabalho de parto (Chicago Tribune, 1989).

Os moradores da zona central não exigem tratamento médico *high-tech*, mas apenas cuidados básicos, como a vacinação de crianças, testes de Papanicolaou para mulheres, exames de pressão e colesterol, e enfermeiras para visitar pacientes pobres. Em consequência desse colapso dos serviços médicos, enquanto a taxa de mortalidade infantil para brancos no Estado de Illinois era de 9,3 por mil nascimentos em 1985, para negros era de 21,4 por mil (Statistical Abstract of the United States, Tabela 116). E em muitas áreas de gueto essa taxa passou de 3%, superior a de países do Terceiro Mundo, como Costa Rica ou Mali. A cada ano mais de mil nascituros morrem no gueto de Chicago e outros 3 mil nascem com problemas cerebrais e outras moléstias neurológicas graves. Uma pormenorizada pesquisa ecológica e médica realizada na cidade de Nova York a respeito do padrão sinérgico do aumento da desigualdade no atendimento de saúde, morte violenta e desabrigo, difusão da AIDS e abuso de drogas estabeleceu uma relação urbana entre a desintegração social dos bairros do gueto, por um lado, e as reduções nos serviços municipais como controle de incêndios, proteção policial e saneamento em níveis bem abaixo dos necessários para manter a densidade da população urbana, por outro (Wallace e Wallace, 1990). Em todos os lugares onde os serviços municipais foram cortados ou extintos, as taxas de morbidade e incúria social aumentaram, desencadeando um círculo auto-realimentador de decadência urbana e violência mortal, empurrando bairros inteiros a uma espiral de deterioração.

O sistema previdenciário também interage com os senhorios para agravar as condições de vida dos moradores do gueto e contribui indiretamente para a abundância de moradias de baixo padrão. Sabendo que seus inquilinos constituem uma clientela cativa, os senhorios das favelas – incluindo as autoridades de habitação pública – cobram aluguéis elevados e negligenciam os reparos e serviços necessários, enquanto recebem o aluguel correspondente a apartamentos que apenas beneficiários da previdência pensariam em ocupar (Susser e Kreniske, 1987, p. 57).

Assim, muitos prédios residenciais públicos em Chicago estão literalmente desmoronando e quase todos apresentam inúmeras violações dos códigos habitacionais do município. São comumente infestados

de baratas, ratos e larvas. Conjuntos habitacionais de altos prédios como os Henry Horner Home, no West Side, ou o Cabrini Green, no Near North-Side, não têm *halls* de entrada nem guardas de segurança, os elevadores estão quebrados, as paredes, cobertas de pichações, e as escadas, sem iluminação, fedem a urina. Os apartamentos do primeiro andar estão geralmente abandonados e lacrados com madeira por falta de segurança. A maioria das unidades do conjunto Henry Horner não vê uma camada de tinta desde 1970 e seu estado de abandono é tal que em junho de 1991 a Associação das Mães de Henry Horner entrou com um processo contra o Chicago Housing Authority por promover a "demolição de fato" do conjunto: quase metade das 1.760 unidades do complexo estava vaga por falta de fundos para renovação ou limpeza para fins de aluguel.

O colapso das instituições públicas no Centro das cidades e a promovida marginalidade da população do gueto são, portanto, criação de uma política que fragmentou a esfera pública, enfraqueceu a capacidade política dos negros (Fainstein e Fainstein, 1989) e estimulou o êxodo para o setor privado de todos os que poderiam dar-se a esse luxo, deixando as frações mais pobres da classe trabalhadora afro-norte-americana apodrecer no purgatório social do hipergueto.

NOTAS CONCLUSIVAS

Alejandro Portes (1972, p. 286, sem grifo no original) observa num famoso artigo sobre os cortiços da América Latina que "o grave erro das teorias sobre a favela urbana tem sido transformar condições sociológicas em traços psicológicos e imputar às vítimas as características distorcidas de seus algozes". Essa é uma caracterização adequada do recente debate acadêmico e de políticas sobre o gueto nos Estados Unidos. Ao enfatizar estritamente as presumidas deficiências comportamentais e culturais dos moradores das zonas centrais ou o impacto agregado da consolidação de uma ordem econômica pós-industrial sem prestar a devida atenção às estruturas históricas da desigualdade racial e de classe, da separação espacial e da (in)ação governamental que as filtra ou amplia, os recentes estudos da chamada "*underclass*" têm ocultado as raízes políticas da situação do gueto e contribuído para aumentar a estigmatização e o isolamento político de seus moradores.

Não há espaço aqui para abordar as numerosas incongruências analíticas, as sérias falhas empíricas e os perigos políticos do conceito *demi-savant* de "*underclass*", incluindo sua estabilidade e heterogeneidade internas, que tornam possível retrair suas fronteiras ao bel-prazer para ajustar os interesses ideológicos à mão; sua essencialidade, que permite escorregar do substantivo para a substância, da mensuração para a realidade, levando a tomar erroneamente um artefato estatístico por um

verdadeiro grupo social; suas amplas conotações morais negativas e seu circuito falsamente desracializado, que permite aos que o empregam falar sobre raça sem aparentar fazê-lo. É suficiente, à guisa de conclusão, enfatizar sua embutida propensão a isolar o gueto das estruturas socio-políticas mais amplas da dominação de casta e classe de que ele é, ao mesmo tempo, produto e mecanismo central.

Ao reviver e modernizar a secular noção de que a pobreza urbana é o resultado dos vícios pessoais e patologias coletivas dos pobres, a retórica da "underclass" deu um verniz de legitimidade científica aos temores da classe média em relação ao subproletariado negro e obstruiu uma análise acurada, com base histórica, das mudanças da articulação política entre segregação racial, desigualdade de classe e desleixo do Estado nas cidades norte-americanas. Ela tem desviado a atenção que deveria estar voltada aos arranjos institucionais em matéria de educação, de habitação, de previdência social, de transporte e de serviços humanos e de saúde que perpetuam a concentração de negros desempregados e subempregados no Centro das cidades. Ao deixar de relacionar o estado do gueto ao colapso do setor público, ela absolveu as opções urbanísticas habitacionais e educacionais dos governos federal e locais, tanto democratas quanto republicanos, desde meados dos anos 1970.

No entanto, é essa política de abandono e confinamento punitivo dos negros pobres que explica por que, um século depois de sua criação e duas décadas após a abortada e maldenominada "Guerra à Pobreza", o gueto norte-americano permanece, para tomar de empréstimo uma frase do prefácio ao Kerner Commission Report (1968, p. XX), de 1968, "a personificação da vergonha nacional, de seu mais profundo fracasso e de seu maior desafio".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Elijah. *Streetwise: Race, Class, and Change in an Urban Community*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- ASCHENBRENNER, Joyce. *Lifelines: Black Families in Chicago*. Prospect Heights: Waveland Press, 1975.
- AULETTA, Ken. *The Underclass*. Nova York: Vintage, 1982.
- AXINN, June; STERN, Mark J. *Poverty and Dependency: Old Problems in a New World*. Lexington: Lexington Books, 1988.
- BAILEY, Thomas; WALDINGER, Roger. The Changing Ethnic Racial Division of Labor. In: MOLLENKOPF, John H.; CASTELLS, Manuel. (Org.). *Dual city: Restructuring New York*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1991. p. 43-78.

BEEGHLEY, Leonard. Illusion and Reality in the Measurement of Poverty. *Social Problems*, n. 31, p. 322-3, 1984.

BERRY, Brian J. L. *The Open Housing Question: Race and Housing in Chicago, 1966-1976*. Cambridge: Ballinger, 1979.

BLANK, Rebecca M.; HANRATTY, Maria J. Responding to Need: a Comparison of Social Safety Nets in the United States and Canada. *Center of Urban Affairs and Policy Research, Working Paper*, Evanston: Northwestern University, 1991.

BLAUNER, Robert. *Black Lives, White Lives: Three Decades of Race Relations in America*. Berkeley: University of California Press, 1989.

BOSKIN, Joseph. The Revolt of the Urban ghettos, 1964-1967. In: YOUNG, Richard P. (Org.). *Roots of Rebellion: The Evolution of Black Politics and Protest Since World War II*. Nova York: Harper and Row, 1970. p. 309-27.

BOURGOIS, Philippe. In search of Horatio Alger: Culture and Ideology in the Crack Economy. *Contemporary Drug Problems*, p. 619-49, Winter 1989.

BRUNE, Tom; CAMACHO, Eduardo. *A Special Report: Race and Poverty in Chicago*. Chicago: The Chicago Reporter and Center for Community Research and Assistance, 1983.

BUREAU OF THE CENSUS. *Current Population Reports*. Series P-60, n. 146. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1985.

CHICAGO TRIBUNE (Equipe do). *The American Millstone: An Examination of the Nation's Permanent Underclass*. Chicago: Contemporary Books, 1986.

_____. *High-risk pregnancies dumped on County Hospital, study finds*, 24 jan. 1989.

_____. *School lets out, fear rushes in: gangs terrorize area after classes*, 24 jan. 1990.

CLARK, Kenneth B. *Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power*. Nova York: Harper, 1965.

COLLINS, Sharon M. The Making of the Black Middle Class. *Social Problems*, v. 30, n. 4, p. 369-82, 1983.

CURTIS, Lynn A. *American Violence and Public Policy*. New Haven: Yale University Press, 1985.

DRAKE, St Clair; CAYTON, Horace R. *Black Metropolis: a Study of Negro Life in a Northern City*. 2. ed. rev. ampl. Nova York: Harper and Row, 1962 (edição original 1945). 2v.

EDSALL, Thomas Byrne; EDSALL, Mary D. *Chain Reaction*. Nova York: Norton, 1991.

FAINSTEIN, Norman. The Underclass/Mismatch Hypothesis as an Explanation for Black Economic Deprivation. *Politics and Society*, v. 15, n. 4, p. 403-52, 1986-87.

_____. Race, Class, and Segregation: Discourses about African-Americans. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 384-403, 1993.

FAINSTEIN, Susan S.; FAINSTEIN, Norman. The Racial Dimension in Urban Political Economy. *Urban Affairs Quarterly*, v. 25, n. 2, p. 187-99, 1989.

FARLEY, Reynolds et al. "Chocolate City, Vanilla Suburbs": Will the Trend Toward Racially Separate Communities Continue? *Social Science Research*, n. 7, 1978.

FISHER, Robert. *Let the People Decide: Neighborhood Organizing in America*. Boston: Twayne, 1984.

FOLEY, Donald. Institutional and Contextual Factors Affecting the Housing Choices of Minority Residents. In: HAWLEY, Amos H.; ROCK, Vincent P. (Org.). *Segregation in Residential Areas*. Washington: National Academy of Sciences, 1973. p. 185-247.

FRANKLIN, John Hope. *From Slavery to Freedom: A History of Negro Americans*. 5. ed. Nova York: Knopf, 1980.

FRANKLIN, Raymond S. *Shadows of Race and Class*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

GANS, Herbert H. The Dangers of the Underclass: Its Harmfulness as a Planning Concept. In: *People, Plans and Policies: Essays on Poverty, Racism, and Other National Urban Problems*. Nova York: Columbia University Press, 1991. p. 328-43.

GARBARINO, James; KOSTELNY, Kathleen; DUBROW, Nancy. *No Place to Be a Child*. Lexington: Lexington Books, 1991.

GIBBS, Jewelle Taylor (Org.). *Young, Black and Male in America: An Endangered Species*. Nova York: Auburn House Publishing Company, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984 (primeira edição 1981). V. 1: Reason and the Rationalization of Society.

HANNERZ, Ulf. The Rhetoric of Soul: Identification in Negro Society. *Race*, v. 9, n. 4, p. 453-65, 1968.

HAZZARD-GORDON, Katrina. *Jookin': The Rise of Social Dance Formations in African-American Culture*. Filadélfia: Temple University Press, 1990.

HIRSCH, Arnold. *Making the Second Ghetto: Race and Housing in Chicago, 1940-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOOKS, Bell. Loving Blackness as Political Resistance. In: *Black Looks: Race and Representation*. Boston: South End Press, 1992. p. 9-20.

JACKSON, Kenneth T. *Crabgrass Frontier: The Suburbanization of the United States*. Nova York: Oxford University Press, 1985.

JARGOWSKI, Paul A.; JO BANE, Mary. Ghetto Poverty in the United States, 1970-1997. In: JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul E. (Org.). *The Urban Underclass*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1991. p. 235-73.

JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul E. (Org.). *The Urban Underclass*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1991.

JOHNSON, Bruce et al. Drug Abuse in the Inner City: Impact on Hard-drug Users and the Community. In: TONRY, Michael; WILSON, James Q. (Org.). *Drugs and Crime*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p. 9-67.

JONES, Yvonne V. Street Peddlers as Entrepreneurs: Economic Adaptation to an Urban Area. *Urban Anthropology*, n. 17, p. 143-70, 1988.

KASARDA, John D. Urban Industrial Transition and the Underclass. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 501, p. 26-47, 1989.

KATZ, Michael B. *The Underserving Poor. From the War on Poverty to the War on Welfare*. Nova York: Pantheon, 1989.

KEIL, Charles. *Urban Blues*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

KERNER COMMISSION. *The Kerner Report, The 1968 Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders*. Nova York: Pantheon, 1989 (primeira edição 1968).

KUSMER, Kenneth B. The Black Urban Experience in American History. In: HINE, Darlene Clark. (Org.). *The State of Afro-American History: Past, Present, and Future*. Baton Rouge e Londres: Louisiana State University Press, 1986. p. 91-135.

LANDRY, Bart. *The New Black Middle Class*. Berkeley: University of California Press, 1987.

LASH, Scott; URRY, John. *The End of Organized Capitalism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

LIEBOW, Elliot. *Tally's Corner: A Study of Negro Streetcorner Men*. Boston: Little, Brown and Co., 1967.

LIPSITZ, George. *A Life in the Struggle: Ivory Perry and the Culture of Opposition*. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

MARKS, Carole. The Urban Underclass. *Annual Review of Sociology*, n. 17, p. 445-66, 1991.

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy A. Trends in Residential Segregation of Blacks, Hispanics, and Asians. *American Sociological Review*, n. 52, p. 802-25, 1987.

_____. Hypersegregation in U.S. Metropolitan Areas: Black and Hispanic Segregation among Five Dimensions. *Demography*, v. 26, n. 3, p. 373-91, 1989.

MASSEY, Douglas S.; CONDRAM, Gretchen A.; DENTON, Nancy. The Effect of Residential Segregation on Black Social and Economic Well-being. *Social Forces*, n. 66, p. 46-67, 1987.

McCORD, C.; FREEMAN, H. Excess Mortality in Harlem. *New England Journal of Medicine*, v. 322, n. 2, p. 173-7, 1990.

MEAD, Lawrence. The Logic of Workfare: the Underclass and Work Policy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 501, p. 156-69, 1989.

MITHUN, Jacqueline S. Cooperation and Solidarity as Survival Necessities in a Black Urban Community. *Urban Anthropology*, v. 2, n. 1, p. 25-34, 1973.

MONROE, Sylvester; GOLDMAN, Peter. *Brothers: Black and Poor – A True Story of Courage and Survival*. Nova York: William Morrow, 1988.

MORRIS, Aldon. *The Origins of the Civil Rights Movement: Black Communities Organizing for Change*. Nova York: Free Press, 1984.

MURRAY, Charles. *Losing Ground: American Social Policy, 1950-1980*. Nova York: Basic Books, 1984.

NATHAN, Richard P. Will the Underclass Always Be with Us? *Society*, v. 24, n. 3, p. 57-62, 1987.

OLIVER, Melvin. The Urban Black Community as Network: Toward a Social Network Perspective. *The Sociological Quarterly*, v. 29, n. 4, p. 623-45, 1988.

OSOFSKY, Gilbert. The Enduring Ghetto. In: *Harlem: the Making of a Ghetto-Negro, New York, 1890-1930*. 2. ed. Nova York: Harper, 1971. p. 189-201.

ORFIELD, Gary. Ghettoization and its Alternatives. In: PETERSON, Paul. (Org.). *The New Urban Reality*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1985. p. 161-93.

PADILLA, Felix. *Puerto Rican Chicago*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1987.

PÉTONNET, Colette. La pâleur noire. Couleur et culture aux Etats-Unis. *L'Homme*, v. 97, n. 8, p. 171-87, 1985.

PHILPOTT, Thomas Lee. *The Slum and the Ghetto: Neighborhood Deterioration and Middle-class Reform, Chicago 1880-1930*. Nova York: Oxford University Press, 1978.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York: Basic Books, 1984.

PORTES, Alejandro. The Rationality of the Slum: An Essay in Interpretative Sociology. *Comparative Studies in Society and History*, n. 14, 1972.

RAINWATER, Lee. *Behind Ghetto Walls*. Chicago: Aldine, 1970.

RICKETTS, Erol. A Broader Understanding Required (Reply to Steinberg). *New Politics*, v. 2, n. 4, 1989.

RICKETTS, Erol; SAWHILL, Isabel V. Defining and Measuring the Underclass. *Journal of Policy Analysis and Management*, n. 7, p. 316-25, 1988.

RODRÍGUEZ, Clara. *Puerto Ricans: Born in the USA*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

ROSENBERG, Sam. Reagan Social Policy and Labor Force Restructuring. *Cambridge Journal of Economics*, n. 9, p. 179-86, 1983.

RUGGLES, Patricia; MARTON, William P. Measuring the Size and Characteristics of the Underclass: How Much do We Know? *The Urban Institute*, Washington, D.C., 1986. Mimeo.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. *Islands in the Street: Gangs in Urban American Society*. Berkeley: University of California Press, 1991.

SASSEN, Saskia. America's Immigration Problem. *World Policy*, n. 6, p. 811-32, 1989.

_____. Internationalization, Informalization, and Economic Polarization in New York City's Economy. In: MOLLENKOPE, John H.; CASTELLS, Manuel. (Org.). *Dual City: Restructuring New York*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1991. p. 79-102.

SAWHILL, Isabel V. The Underclass: An Overview. *The Public Interest*, n. 96, p. 3-15, 1989.

SCHARF, Jagna Wokcika. The Underground Economy of a Poor Neighborhood. In: MULLINGS, Leith. (Org.). *Cities of the United States: Studies in Urban Anthropology*. Nova York: Columbia University Press, 1987. p. 19-50.

SCHLAY, Anne B. Credit on Color: Segregation, Racial Transition, and Housing-credit Flows. In: *Fair Housing in Metropolitan Chicago: Perspectives After Two Decades*. Chicago: The Chicago Area Fair Housing Alliance, 1987. p. 109-88.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. (Org.). *Production, Work, Territory: The Geographic Anatomy of Industrial Capitalism*. Boston: Allen and Unwin, 1986.

SON, In Soo; MODEL, Suzanne W.; FISHER, Gene A. Polarization and Progress in the Black Community: Earnings and Status Gains for Young Black Males in the Era of Affirmative Action. *Sociological Forum*, v. 4, n. 3, p. 309-27, 1989.

SPEAR, Allan H. *Black Chicago: The Making of a Negro Ghetto, 1890-1920*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

SQUIRES, Gregory D. et al. *Chicago: Race, Class, and the Response to Urban Decline*. Filadélfia: Temple University Press, 1987.

STACK, Carol. The Kindred of Viola Jackson: Residence and Family Organization of an Urban Black American Family. In: WHITTEN, Norman E.; SZWED, John F. (Org.). *Afro-American Anthropology: Contemporary Perspectives*. Nova York: The Free Press, 1970. p. 303-11.

STEARNS, Linda Brewster; COLEMAN, Charlotte Wilkinson. Industrial and Local Labor Market Structures and Black Male Employment in the Manufacturing Sector. *Social Science Quarterly*, v. 71, n. 2, p. 285-98, 1990.

STREITWEISER, Mary; GOODMAN Jr., John. A Survey on Recent Research on Race and Residential Location. *Population Research and Policy Review*, n. 2, p. 253-83, 1983.

SULLIVAN, Mercer L. "Getting paid". *Youth Crime and Work in the Inner City*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

SUSSER, Ida; KRENISKE, John. The Welfare Trap: A Public Policy for Deprivation. In: MULLINGS, Leith. (Org.). *Cities of the United States: Studies in Urban Anthropology*. Nova York: Columbia University Press, 1987. p. 51-68.

THUROW, Lester. A Surge in Inequality. *Scientific American*, v. 256, n. 5, p. 30-7, 1987.

TROTTER JUNIOR, William Joe. Blacks in the Urban North: The "Underclass Question" in Historical Perspective. In: KATZ, Michael B. (Org.). *The "Underclass" Debate: Views from History*. Princeton: Princeton University Press, 1993. p. 55-81.

WACQUANT, Loïc. The Ghetto, the State, and the New Capitalist Economy. *Dissent*, Fall 1989. p. 508-20.

_____. *What Makes a Ghetto? Notes Toward a Comparative Analysis of Modes of Urban Exclusion*. Comunicação apresentada à conferência Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 10-11 maio 1991.

_____. "The Zone". Le métier de "hustler" dans le ghetto noir américain. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 92, p. 38-58, 1992a.

_____. Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain. In: FAURÉ, Christine; BISHOP, Tom. (Ed.). *L'Amérique des Français*. Paris: Editions François Bourin, 1992b. p. 103-25.

_____. Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 366-83, 1993a.

_____. Morning in America, Dusk in the Dark Ghetto: the New "Civil War" in the American City. *Revue française d'études américaines*, 1993b.

WACQUANT, Loïc; WILSON, William Julius. The Cost of Racial and Class Exclusion in the Inner City. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 50, n. 1, p. 8-25, 1989a.

_____. Poverty, Joblessness and the Social Transformation of the Inner City. In: ELLWOOD, David; COLLINGHAM, Phoebe (Org.). *Welfare Policy for the 1990s*. Cambridge: Harvard University Press, 1989b. p. 70-102.

WALDINGER, Roger; BAILEY, Thomas. The Continuing Significance of Race: Racial Conflict and Racial Discrimination in Construction. *Politics and Society*, v. 19, n. 3, p. 391-424, 1991.

WALLACE, Rodrick; WALLACE, Deborah. Origins of Public Health Collapse in New York City: The Dynamics of Planned Shrinkage, Contagious Urban Decay and Social Disintegration. *Bulletin of the New York Academy of Science*, v. 66, n. 5, p. 391-434, 1990.

WEIR, Margaret. *Urban Political Isolation and the Politics of Marginality in the United States*. Comunicação apresentada à conferência Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 9-11 maio 1991.

WILLIAMS, Terry. *Cocaine Kids*. Reading: Addison-Wesley, 1989.

WILSON, William Julius. *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass and Public Policy*, Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

WIRTH, Louis. The Ghetto. *American Journal of Sociology*, n. 33, p. 57-71, 1927.

YINGER, John. The Racial Dimension of Urban Housing Markets in the 1980s. In: TOBIN, Gary. (Org.). *Divided Neighborhoods: Changing Patterns of Racial Segregation*. Beverly Hills: Sage, 1987. p. 43-67.

ZINN, Maxine Baca. Family, Race, and Poverty in the Eighties. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 14, n. 4, p. 856-74, 1989.

A "'underclass' urbana" no imaginário social e científico norte-americano*

O que importa não é distinguir as palavras; é conseguir distinguir as coisas que são encobertas pelas palavras.

Émile Durkheim

ENTRE CONCEITO E MITO: GENEALOGIA DE UMA CATEGORIA AMBÍGUA

Um novo animal social irrompeu na paisagem urbana norte-americana dos anos 1980, que semeia pavor entre a população e suscita uma inquietude crescente nas autoridades. Sua descoberta se fez acompanhar de uma verdadeira onda midiática: não há mídia de porte que não tenha consagrado artigos, editoriais e reportagens aos comportamentos nocivos e predadores que o caracterizam. Políticos de todas as facções fustigam, à porfia, sua sinistra presença no coração da cidade, que representa ora o sintoma ora a causa da delinqüência dos bairros degradados que afligem as metrópoles do país. Pesquisadores de ciências sociais e especialistas em políticas públicas foram chamados a localizar seu hábitat, contar seus efetivos e elucidar seus hábitos, a fim de elaborar meios de conter sua proliferação maligna (Jencks e Peterson, 1991; Devine e Wright, 1993).

Este animal é a "'underclass' urbana", termo de contornos mal-definidos e de conotações sulfurosas que nos privaremos de traduzir, visto fazer referência a uma realidade social e simbólica própria dos Estados Unidos, sem verdadeiro equivalente nos países europeus devido às profundas diferenças na maneira como os dois continentes concebem e tratam politicamente a marginalidade (Heisler, 1991; Mingione, 1995).

Na verdade, esta "underclass" não é nem o subproletariado da teoria marxista (o termo é, nesse caso, enganoso, pois não representa uma classe), nem a parcela mais desfavorecida da sociologia inspirada no catolicismo social (ela é mais objeto de terror e desprezo do que de compaixão), nem os "novos pobres" e outros "excluídos" do recente

* Publicado em *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Candido Mendes, n. 31, p. 37-50, out. 1997. Tradução de Leonor Estela de Souza Pinto.

debate francês sobre as desigualdades urbanas (o primeiro termo não passou de um modismo efêmero no início dos anos 1960; o segundo está ausente do vocabulário norte-americano sobre o assunto). É um agregado heterogêneo – um “amontoado de fracassos sociais”, conclui Carole Marks (1991) após uma revisão exaustiva dos trabalhos recentes sobre a questão – composto de categorias fundamentalmente heteróclitas, que só devem estar amalgamadas desse modo pelo fato de serem percebidas como geradoras de uma ameaça, ao mesmo tempo física, moral e fiscal, à integridade da sociedade urbana.

Descrita sucessivamente como uma “subcultura feroz”, uma “concentração de desvios”, um “entrelaçado de patologias” ou ainda uma “nação à parte” na iminência de constituir “enclaves permanentes de miséria e vício” (são muitas as expressões usadas tanto por jornalistas quanto em publicações de caráter erudito), a “*underclass*” não engloba todos os desprivilegiados, nem mesmo os mais marginais dos marginais urbanos. Ela designa, conforme a distinção vitoriana entre pobres “virtuosos” e “viciados” herdada da era colonial (Castel, 1978), os “maus pobres” dos bairros segregados, os que, por sua conduta, seu estilo de vida e seus valores “disfuncionais”, seriam responsáveis por seu destino lamentável e pelo declínio da cidade que eles sobrecarregam com um cortejo de “desagregações sociais” que lhes são como consubstanciais: desemprego quase perpétuo e recurso crônico à ajuda social, desorganização conjugal e anomia sexual, fracasso escolar e encarceramento, tráfico e consumo de drogas, delinquência de rua e criminalidade violenta.

UM TERMO NEBULOSO COM CONOTAÇÕES “DIABÓLICAS”

“O sufixo *class* é o componente menos interessante da palavra. Mesmo implicando uma relação entre dois grupos sociais, os termos dessa relação ficam indeterminados se não lhe acrescentamos a palavra mais familiar *under* [sob, embaixo]. *Under* sugere algo de baixo, de vil, de passivo, de resignado, e ao mesmo tempo algo de vergonhoso, de perigoso, de explosivo, de sombrio, de maléfico e até mesmo de diabólico. E, além desses atributos pessoais, implica a idéia de submissão, de subordinação e de miséria.”

Paul Peterson (professor de Ciências Políticas em Harvard e diretor do comitê de pesquisa sobre a “*underclass*” urbana do Social Science Research Council, financiado pelas fundações Rockefeller e Ford), resumindo os ensinamentos de um grande colóquio sobre “*A underclass urbana*” (apud Jencks e Peterson, 1991, p. 3).

Periculosidade e imoralidade representam, associadas a uma categoria etnoracial estigmatizada (afro-norte-americanos e, secundariamente, porto-riquenhos e mexicanos), os traços peculiares que motivam

a atribuição de autoridade a esse “grupo” de pobres cuja aparição explicaria a deterioração contínua dos guetos e *barrios* da metrópole nos Estados Unidos, mas que só existe no papel, como veremos. Artefato estatístico nascido da reunião arbitrária de populações que apresentam relações e mecanismos sociais divergentes, a “*underclass*” é uma designação própria do espaço social, local vilipendiado, esquivo e percebido de longe (e do alto) sobre o qual cada um pode projetar seus fantasmas. Mais que uma categoria sociológica, é um categorema: um instrumento de acusação pública. A “*underclass*” entra assim na sociologia da marginalidade urbana não a título de ferramenta analítica, mas de objeto, nesse caso, de crença coletiva a elucidar.

De onde provém ao certo esta noção de “*underclass*”, como se configura o campo das significações que lhe são atribuídas e quais as razões de seu sucesso – social, na falta do científico? Nascido dos debates das ciências sociais que antecedem o lançamento do programa “Guerra à Pobreza” do presidente Johnson, o termo adquire ares de nobreza aos olhos das grandes fundações filantrópicas nos anos 1970. Estas vêm aí o meio de novamente legitimar sua ação no contexto de reação política e racial virulenta que inaugura a reeleição de Nixon, identificando uma nova população-alvo supostamente rebelde às medidas convencionais de luta contra a pobreza e exigindo então um esforço renovado de observação e intervenção.

A partir de então, a temática da “*underclass*” se expande pelas mídias desejosas de representações sensacionalistas do gueto, em conformidade com os estereótipos racistas seculares evidenciados pela virada conservadora do país. Essa (re)construção híbrida, metade administrativa e metade jornalística, vai pesar sobre a pesquisa científica, assegurando tão bem meios financeiros e ressonância midiática aos trabalhos dos que a adotam, que suplanta rapidamente a problemática antiquada da “cultura de pobreza”.

Podemos reagrupar sumariamente os diversos usos da “*underclass*” em três grandes famílias, segundo eles destaquem a estrutura do mercado de trabalho, a conduta e os traços pessoais dos indivíduos incriminados ou as características sociais do bairro e do seu hábitat. Dessas três acepções, estrutural, comportamental e ecológica, é a segunda, cuja carga semântica é carregada de associações infames, que se coloca no proscênio da cena intelectual e política (Kelso, 1994). Ela usufrui hoje de uma hegemonia mal-entendida pelos defensores de uma leitura de tipo ecológico preocupada em sintetizar fatores estruturais, espaciais e individuais. É por isso que pesquisadores dentre os mais renomados acabaram por se distanciar de um termo “irremediavelmente poluído” (Gans, 1991), cujo principal efeito terá sido satanizar os habitantes do gueto negro de forma a justificar a política de abandono urbano do Estado norte-americano, que é a maior causa de sua extrema penúria (Wacquant, 1992).

É ao economista Gunnar Myrdal que devemos a inovação terminológica "underclass", inspirada do sueco *underklasse*, que designava, na linguagem literária do século XIX, a classe dita inferior e marcava a oposição entre o baixo e o alto na escala social, qualificado por ele de *overklass*. À contracorrente do otimismo presente no início da década de 1960 (John Kenneth Galbraith celebra, então, a chegada da "sociedade de abundância" e Daniel Bell, o "fim das ideologias"), Myrdal desmascara, em *Challenge to Affluence*, a ficção de uma sociedade norte-americana "aberta e livre" em que cada um pode elevar-se socialmente e prosperar por sua simples vontade. E ele se alarma com a emergência de uma camada "de famílias e indivíduos subempregados, sem emprego e que se tornam, pouco a pouco, mão-de-obra inutilizável, situados no nível mais baixo da ordem social", que não são "realmente parte importante da vida nacional, mas que formam um estrato supérfluo e miserável." (Myrdal, 1963, p. 34-35)

Esse inquietante desenvolvimento tem, segundo Myrdal, duas fontes principais, os progressos contínuos da produtividade e a generalização do acesso ao ensino superior e à formação profissional. Ao se combinarem, destroem os empregos desqualificados e tornam virtualmente obsoleta uma fração crescente da classe operária. Para os mais carentes, é uma verdadeira barreira de casta que se ergue, pois à expulsão da esfera produtiva devida aos avanços tecnológicos se acrescentam as reações corporativistas dos sindicatos e o viés de políticas públicas favoráveis à classe média, sem falar, no caso dos negros, da discriminação racial e da segregação residencial.

Myrdal prognostica que a cristalização de um núcleo compacto de desempregados permanentes se fará acompanhar de um aumento da anomia, do isolamento social e da criminalidade, mas também da desmoralização das famílias sacrificadas sobre o altar da modernização econômica. Pois, em uma sociedade rica de ética puritana centrada na competição profissional, ser desprovido de trabalho é se ver privado de todos os meios de acesso à dignidade social. A ausência de representação política acaba por selar o "círculo vicioso" no qual estão encravados os novos párias da América.

Myrdal invoca o termo "underclass" com parcimônia e prudência – ele até o utiliza entre aspas e com hífen. A seus olhos, tal coletivo é menos uma realidade solidamente estabelecida do que uma "ameaça" que se projeta no horizonte da sociedade pós-industrial (Myrdal, 1963, p. 37-38). Sua suposta configuração não é menos clara: ela se apóia sobre a – ou à margem da – estrutura de classes; ela é tanto rural quanto urbana, tanto branca quanto negra; enfim, é diretamente afetada pelas políticas públicas em matéria de moradia, de assistência social e de planejamento urbano. Para Myrdal, é o caráter da sociedade, notadamente

da estrutura socioprofissional, que está em questão, e não o caráter dos indivíduos reféns do funil do novo mercado de trabalho, seus comportamentos cotidianos ou a cultura do grupo ao qual pertencem. O elemento decisivo é a relação precária ou mesmo rompida com o mundo assalariado e o único verdadeiro remédio à "maldição do desemprego" permanente, o pleno emprego.

Raros são os pesquisadores que fizeram uso analítico do conceito forjado por Myrdal. Com exceção de algumas menções descritivas esparsas na sociologia urbana norte-americana, nós o encontramos uma década mais tarde nos escritos de Anthony Giddens. O sociólogo britânico sugere que há presença de uma "underclass" a partir do momento em que "as diferenças étnicas operam como critério desqualificativo sobre o mercado de trabalho de tal forma que os que estão na categoria em questão se encontram fortemente concentrados nos empregos menos remunerados ou periodicamente desempregados ou subempregados" (Giddens, 1973, p. 113). Segundo essa definição, a "underclass" torna-se a componente mais precária da classe operária em razão do recorte das clivagens econômicas e étnicas. A presença de uma "vasta 'underclass' fortemente estruturada" povoada de negros urbanos aparece como um dado central da vida social e política norte-americana. Nos países europeus, o fundamento da "underclass" seria mais frágil e mais restrito em consequência de seu recrutamento mais recente em meio aos trabalhadores imigrantes provenientes do Terceiro Mundo (Giddens, 1973, p. 216-18).

É no rastro dessa concepção estrutural que se inscrevem as análises de Douglas Glasgow (pouco conhecidas, pois surgidas antes que o pânico moral da "underclass" tomasse amplitude nacional). Baseando-se no estudo das trajetórias e estratégias dos participantes das revoltas de Watts em 1965, Glasgow sustenta que a "underclass" é um fato social incontornável, uma posição permanente da estrutura de classe urbana ocupada pelos jovens negros enclausurados nas áreas de exílio do gueto. Três mecanismos conexos alimentam sua consolidação (Glasgow, 1980, p. 1-11): primeiramente, a exclusão racial, brutal e praticada abertamente até as revoltas dos anos 1960, mais sutil e "disfarçada" a partir de então; em seguida, as práticas de rejeição sistemática das instituições oficiais (dentre as quais a escola), que mutilam e condenam a juventude dos bairros negros ao fracasso escolar; e, enfim, o desassalariamento que cria uma vasta população cujo controle fica a cargo das forças policiais e dos serviços sociais e médicos.

No entanto, para Glasgow, é sua imobilidade social que distingue mais claramente a "underclass" da classe dita inferior. O termo, a seu ver, "não implica qualquer conotação de demérito moral" e nenhuma atribuição de incapacidade psicológica ou cultural. Tanto adotando as orientações convencionais, quanto procurando refúgio em uma "cultura de sobrevivência" em rompimento com os valores dominantes, os

residentes dos "guetos negros urbanos" da América do Norte são condenados a um isolamento implacável. E Glasgow (1980, p. 178-181) denuncia "três mitos" perniciosos segundo os quais os jovens do gueto seriam indiferentes ao êxito social, desmotivados para o trabalho e forçados a inscrever-se na lista dos assistidos.

O ESQUEMA DOMINANTE DA "UNDERCLASS" COMO CONJUNTO DE COM-PORTAMENTOS ANTI-SOCIAIS

Por uma cruel ironia, são precisamente esses três mitos que formam a base da noção de "underclass" tal como ela reemerge da combinação dos campos político e midiático no início dos anos 1980, ao preço de uma metamorfose que a transforma em figura-chave do discurso repressivo e moralizador sobre as relações entre pobreza e política social que se desdobram a partir de então. "No espaço de uma década, a "underclass" vai se transformar de fonte de mão-de-obra supérflua e abandonada em um grupo seletivo de terroristas negros urbanos" (Marks, 1991, p. 454). Seus membros não são mais identificáveis pela falta de recursos, de possibilidades de emprego ou de mobilidade socioeconômica, mas pelos "comportamentos anti-sociais" que os fazem divergir do *mainstream* da sociedade norte-americana. Esse rótulo da "underclass" criada por jornalistas do *Chicago Tribune* em uma publicação intitulada *Le Boulet Américain* (1986, p. 118-20) é suficiente para ilustrar a mutação que sofreu o termo:

Seus membros não compartilham os valores tradicionais, que são o trabalho, o dinheiro, a educação, a família, e até mesmo a vida. É uma classe de inaptos [*misfits*] que os norte-americanos mais afortunados conhecem sobretudo como vítimas ou responsáveis pelas estatísticas de criminalidade. Durante o último quarto do século XX, essa subcultura se autoperpetuou. Ela anula todos os esforços que visam resolver seus problemas, resiste aos remédios simples e complexos, absorve mais que sua parte dos gastos sociais e provoca turbulências sociais e políticas desproporcionais a seu peso demográfico.

Quadros similares são apresentados pelos artigos que florescem na *Newsweek*, *Fortune*, *The Atlantic Monthly* e *Reader's Digest*, à medida que se estende a "guerra ao Estado-providência" conduzida ostentadamente pelos sucessivos governos de Reagan e Bush (Katz, 1989). Pois o que atormenta de agora em diante a América do Norte não é a miséria arrasadora nem as chances de vida amputadas dos cidadãos mais vulneráveis, mas sim a criminalidade violenta, simbolizada pelas gangues negras, a depravação moral dos pobres, encarnada pela sexualidade incontrolada das adolescentes filhas-mães do gueto, e o peso fiscal jul-

gado intolerável dos programas sociais instaurados sob a pressão dos movimentos reivindicativos dos anos 1960 (Wacquant, 1992).

Com o tempo, a noção de "underclass" perdeu sua ancoragem estrutural, uma vez que, em lugar da relação com o mercado de trabalho, encontra-se uma ladainha de "comportamentos" tidos como contrários à ética norte-americana. Sua localização geográfica fixou-se no gueto e sua dimensão racial se enrijeceu ao mesmo tempo que se eufemizou: o termo condena os negros pobres, sem efetivamente se referir abertamente à sua dimensão "cor". As bases institucionais e políticas do grupo que o termo supõe representar são obscurecidas pelo fato de este último agora ser definido em sua extensão, por simples enumeração, e não mais pela compreensão e enunciação do princípio sociológico que lhe confere sua unidade. E a justificativa: ele não existe, à exceção da hostilidade da qual marginais e minorias são alvo, neste período de mudanças sociais e de insegurança econômica.

Assim, no *best-seller* que torna o termo "underclass" corrente, o repórter Ken Auletta (1982) justapõe sob essa etiqueta (que ele diz ter tirado de um relatório da fundação Ford) quatro categorias de "perdedores sociais" que não têm grande coisa em comum, senão o fato de serem temidos, desprezados e desprovidos de poder: os "pobres passivos" que usufruem das ajudas sociais, os "criminosos de rua que aterrorizam grande parte das cidades", os trapaceiros e bandidos da economia informal (mesmo quando enriquecem e não cometem violências criminais) e, enfim, os "alcoólatras traumatizados, os vagabundos, as pessoas sem domicílio fixo e os doentes mentais".

Um tal areópago seria risível se não o encontrássemos, de forma apenas melhorada, nos trabalhos de pesquisadores apressados em especificar os parâmetros, causas e conseqüências de um fenômeno cuja existência eles julgam como certa pela simples razão de ela ser ditada pelo senso comum jornalístico e político do momento (Gans, 1991, p. 276-77). Assim, os usos científicos de "underclass" surgidos durante a década passada foram todos invariavelmente contaminados pelas antecipações de cujo registro Auletta se encarregou. A análise comparada dos escritos universitários e jornalísticos mostra que não há definição erudita do grupo que não retome algum ingrediente "behaviorista" resultante da percepção ordinária.

Ter um filho fora do matrimônio e beneficiar-se do auxílio social destinado a pai solteiro ou a mãe solteira, dedicar-se a uma atividade no mercado negro, em lugar de ter um emprego precário, interromper os estudos, ser de uma família sem pai, não trabalhar mesmo gozando de ótima saúde física e mental, são tratados como "comportamentos especificamente "underclass" a partir do momento em que são observados dentro do perímetro do purgatório urbano do gueto (Jencks e Peterson, 1991, p. 30, 122, 155-56, 301, 322-23, 397).

UM "GRUPO" CONTRASTANTE, HETERÓCLITO E ASSUSTADOR

"São eles a *"underclass"*: estes que assolam nossos bairros, que cometem esses crimes insanos e odiosos, estupros e agressões, reaparecendo constantemente nos noticiários; os ladrões que se esgueiram em nossas casas por arrombamento noite após noite; os desempregados de longa data; os trapaceiros [*hustlers*] da economia subterrânea – revendedores de mercadoria roubada, rufiões, prostitutas, revendedores de droga; os pobres passivos incapazes de se adaptar ao trabalho cotidiano; as mães solteiras que vivem mais ou menos à custa da ajuda social; os drogados na corda bamba e os delinqüentes errantes; os vagabundos e os sem-teto e as pobres velhinhas indefesas na rua. São estes novos milhões de perdedores sociais (...) prioritariamente os responsáveis pela criminalidade violenta, pela dependência a longo prazo da ajuda social, pelo desemprego semipermanente e pelos comportamentos anti-sociais da América do Norte de hoje. Nem os programas tradicionais de luta contra a pobreza nem o sistema penal souberam socializar estes membros de nossa sociedade, a cada dia mais desesperados e muitas vezes virulentos."

Auletta, Ken. *The Underclass*, 1982.

"Na sociedade norte-americana de 1980, a norma estabelecida pretende que todas as crianças sejam escolarizadas e esperem completar ao menos 18 anos antes de procriar; que os homens adultos (não deficientes nem aposentados) ocupem um emprego estável; que as mulheres adultas ou trabalhem ou se casem; e que cada um respeite a lei. A *"underclass"*, segundo nossa definição, é composta por pessoas cujos comportamentos desprezam essas normas, gerando desse modo custos sociais consideráveis. Um bairro *"underclass"* é uma área onde a proporção dos habitantes que adotam tais comportamentos onerosos se desvia claramente dos valores médios do conjunto da população norte-americana."

Ricketts, Erol; Sawhill, Isabel. *Defining and Measuring the Underclass*, 1988. p. 319-20.

"Não podemos ignorar a existência, nos bairros do coração das grandes cidades, de um grupo heterogêneo de famílias e indivíduos cujos comportamentos contrastam fortemente com os de um norte-americano médio (...). Fazem parte dessas áreas as pessoas sem formação nem qualificação, atingidas pelo desemprego de longa data ou pela inatividade, os indivíduos que se entregam à criminalidade de rua e a outras formas de comportamento desnordeado e as famílias que conhecem longos períodos de pobreza e/ou dependência em relação à ajuda social. Tais são as populações às quais me refiro quando falo em *"underclass"*, termo utilizado para descrever uma realidade que não engloba a denominação mais comum de classe inferior."

Wilson, William Julius. *The Truly Disadvantaged*, 1987. p. 7-8.

Do mesmo modo que existem "comportamentos *'underclass'*", existiriam "bairros *'underclass'*". Erol Ricketts e Isabel Sawhill (economistas do Urban Institute, um *think tank* especializado no conselho em política social) batizam dessa forma toda área na qual esses comportamentos se espalham, ou seja, áreas que abranjam uma proporção anormalmente elevada (mais que desvio padrão em relação à média nacional para cada variável) de adultos sem diplomas, homens sem emprego assalariado, de beneficiários de ajudas sociais e de famílias monoparentais. Apoiando-se em técnicas de quantificação sofisticadas, Ricketts e Sawhill (1988, p. 321-24) declaram que existem 880 pequenos setores censitários, englobando cerca de 2,5 milhões de pessoas (das quais 70% são negras e latinas), onde tais violações de normas norte-americanas são "comuns", o que consideram a prova flagrante da "realidade da *'underclass'*". Essa prova lhes parece tanto mais sólida à medida que tal "definição de tipo comportamental" se ajusta ao mesmo tempo à literatura científica e às "acepções comuns" (jornalísticas) do termo. E como poderia ser diferente, visto que aquela se inspira diretamente nestas?

A CONCEPÇÃO NEO-ECOLÓGICA DA "UNDERCLASS", OU O BAIRRO COMO INCUBADOR DE MARGINALIDADE

É ao eminente sociólogo afro-norte-americano William Julius Wilson (conhecido por sua controversa obra *The Declining Significance of Race*, publicada em 1987) que devemos a análise mais embasada visando derrubar as concepções individualistas da *"underclass"*, que conduzem, como se terá notado, por vias mais ou menos indiretas, a "culpar a vítima". Em *The Truly Disadvantaged*, cuja publicação anuncia a contra-ofensiva dos pesquisadores progressistas neste terreno minado pela ideologia conservadora, Wilson esboça uma teoria multifacetada das mudanças sociais no interior do gueto englobando dados estruturais e comportamentais, dificuldades sistêmicas e ações individuais.

A caracterização que Wilson oferece à *"underclass"* não é certamente isenta de critérios morais, pois, como suas rivais behavioristas, ela torna nítidos "comportamentos pouco lisonjeiros" dos quais seus reputados membros são usuários (ver quadro à p. 100). Mas para Wilson, essas condutas perversas e (auto) destrutivas não são mais que adaptações à transformação do ambiente econômico e ecológico com o qual se defrontam os habitantes do Cinturão Negro das metrópoles norte-americanas.

A posição de Wilson evoluiu no decorrer dos anos, mas continua apoiada em duas proposições principais. A primeira é que a transição de uma economia urbana e industrial a uma economia periurbana dominada pelos serviços esgotou a fonte de empregos dos quais os negros urbanos sem qualificação tradicionalmente dependiam. É a destruição do emprego industrial, e não a generosidade excessiva do Estado-

providência (que os ideólogos neoconservadores Charles Murray e Lawrence Mead desaprovam) ou a simples persistência do racismo (como afirmam alguns intelectuais radicais), o gatilho da espiral dos males com os quais se debate o gueto.

A segunda proposição-chave de Wilson faz do bairro a mediação socioespacial decisiva através da qual a desindustrialização exerce seus efeitos destruidores. A herança histórica da discriminação racial, a sobre-representação das faixas etárias jovens, o êxodo das classes médias negras para fora do coração histórico do gueto e a ociosidade endêmica que ali reina minam as instituições locais e privam seus habitantes do “tampão protetor” suscetível de amortecer o choque da reestruturação econômica. A *differentia specifica* da “*underclass*” nos “grupos econômicos desprivilegiados” se deve a que “a posição economicamente frágil ou o fraco vínculo ao mercado de trabalho [de seus membros] é acentuada de maneira única pelo seu bairro” (Wilson, apud Jencks e Peterson, 1991, p. 474). Os negros do gueto são, de fato, os únicos a ser pobres e a viver em áreas urbanas devastadas, cuja quase totalidade dos habitantes é indefesa.

A ecologia econômica e social do bairro age da mesma maneira que um prisma que intensifica a precariedade e acelera a acumulação das “patologias sociais”. A dissolução da célula familiar e a recorrência maciça à assistência social, por exemplo, se explicam pela penúria de homens “casáveis” devida às taxas astronômicas de desemprego e de encarceramento deles e pela incapacidade do meio ambiente, esvaziado de seus recursos, de fornecer um apoio econômico informal. O conceito pelo qual Wilson pretende relacionar mudança estrutural e comportamentos individuais no gueto é o do “isolamento social”, definido como a “ausência de contatos ou de interações repetidas com os indivíduos e as instituições que encarnam a sociedade convencional”.

A teoria de Wilson tem o mérito de relançar no cerne do debate sobre a “*underclass*” os fatores estruturais inicialmente apontados por Myrdal e de acrescentar a estrutura social, espacial e demográfica do bairro. Dessa forma, ela liga solidamente mercado de emprego e pobreza urbana – o que, nos Estados Unidos, não é natural em virtude da impregnação do modo de pensar individualista, inclusive nas ciências sociais. Mas Wilson subestima, perigosamente, o peso causal das políticas públicas e da segregação residencial. Segundo Massey e Denton (1993), é esta última que exerce o “efeito de concentração” da miséria que o sociólogo de Chicago atribui mais vagamente ao bairro como entidade geográfica. Wilson continua prisioneiro do modelo patriarcal da família nuclear fundado sobre o emprego masculino e exagera a importância do *leadership* moral da classe média negra, portadora de “modelos de papéis convencionais” que tanta falta fariam ao gueto (a classe operária branca não precisou ter vizinhos burgueses para saber como “se comportar”). E, para evitar cair no charco conceitual da “cul-

tura da pobreza”, ele rebaixa a cultura ao patamar de simples “reação aos incômodos e às oportunidades estruturais” (Wilson, 1987, p. 61).

No total, o poder das análises de Wilson é inutilmente refreado pelas incoerências inerentes ao conceito de “*underclass*”. Pois, olhando de perto, seu objeto não é um grupo, mas a evolução de um lugar e de um mecanismo de controle racial, o gueto, desde que a “revolução dos direitos civis” dos anos 1960 permitiu a uma parcela da comunidade negra se distanciar dessa área. Ora, a atenção dirigida às modificações da estrutura econômica e social desse lugar e de sua posição na economia política da cidade se combina mal com a insistência obsessiva que a problemática da “*underclass*” contabiliza e correlaciona entre si os traços individuais percebidos despojados de toda determinação histórica, social e cultural. E foi em vão que Wilson se esforçou em purgar seus escritos das impurezas morais e ideológicas que o termo carrega consigo por todos os cantos. Certos autores cuja ambição é aplicar garantias de aparência científica à política de “*containment* punitivo” das novas classes perigosas iniciada por Reagan, puderam também “absorver” o trabalho de Wilson de uma forma socialmente regressiva e, em todo caso, dele se servir para implantar a validade e a autoridade de seu conceito de “*underclass*”.

Essas razões motivaram recentemente Wilson a abandonar um termo contestado, cujo emprego no campo intelectual ele contribuiu grandemente para legitimar. Em seu novo livro, *Jobless Ghettos*, que examina o “déficit de organização social” da área como vetor de marginalidade, Wilson (1996) substituiu o conceito de “*underclass*” pelo termo “pobres do gueto”, menos ambíguo e maleável e portanto menos sujeito a manipulações incontroladas. Essa defecção, após outras, sugere que a noção de “*underclass*” entrou no crepúsculo de sua glória e que sua carreira científica está, se não próxima do fim, ao menos seriamente comprometida.

A “UNDERCLASS” É APENAS UMA PALAVRA, MAS UMA PALAVRA PERIGOSA

Após uma década de discussões em todas as direções e dezenas de milhões de dólares devorados em sua busca, somos forçados a admitir que a maior confusão continua envolvendo a “*underclass*” norte-americana. Muitos pontos escapam de um exame da questão que reconhece nessa confusão não a consequência de uma carência da análise, mas uma das propriedades constitutivas do fenômeno.

Está claro, em primeiro lugar, que a invenção ou, mais exatamente, a reinvenção da “*underclass*” na América do Norte dos anos 1980 é antes de mais nada a expressão de uma reviravolta ideológica nacional, nesse caso uma mudança de atitude das classes médias em relação aos margi-

nais (e em relação ao Estado-provedor obrigado a mantê-los sob tutela) que reavivou o estereótipo malthusiano segundo o qual a miséria é resultado da negligência pessoal dos miseráveis. Seu conteúdo reflete as preocupações perenes das elites com as camadas desprivilegiadas que escapam às normas oficiais: traçar uma linha divisória entre pobres dignos e não-dignos, detectar e prevenir qualquer efeito perverso dos dispositivos de proteção social, identificar e conter os elementos "incuráveis" da população assistida, enfim, minimizar o fardo financeiro e administrativo que esta impõe ao país. Seu conteúdo trai também a preocupação de diferenciar os "bons" negros – os que se integram à ordem social estabelecida – dos "maus" – os que falham antes mesmo de entrar na corrida ao "sonho americano". É igualmente sabido que o caráter da "underclass" é função direta da estreiteza da esfera da cidadania nos Estados Unidos e do estigma que atinge todos os participantes dos programas públicos estatutariamente reservados aos indigentes (Morris, 1994, p. 30-32; Katz, 1993, p. 457-66; Heisler, 1991).

Em segundo lugar, e a despeito de tentativas reiteradas de codificação, os critérios de pertencimento à "underclass" urbana permanecem múltiplos, imprecisos e heterogêneos. Alguns remetem ao mercado de trabalho e ao mercado matrimonial e sexual, outros, ao Estado, nas suas funções de educação, formação e gestão das populações frágeis ou perigosas, outros, enfim, às divisões do espaço urbano. Não só ao definir um grupo pela frequência de certas condutas de seus membros, mas também ao resolver a questão de seus limites, o conceito mistura e confunde variáveis independentes e dependentes a ponto de beirar a tautologia definitiva. Aqui, é a existência do coletivo que serve de explicação ao aumento das "patologias sociais"; lá, é a abundância dos "comportamentos anti-sociais" que serve de prova à realidade do grupo (Gans, 1991). Uma tamanha indeterminação semântica deveria, em boa lógica, ter prejudicado a noção de "underclass", condenando-a até ao desprezo. Contrariamente ao esperado, ela é uma das fontes mais seguras de sua popularidade, pois permite aos que a invocam redesenhar à vontade as fronteiras do grupo conforme seus interesses ideológicos (como ocorre com a noção de "exclusão" no recente debate na França).

Em terceiro lugar, a temática da "underclass" peca gravemente por falta de sensibilidade e de profundidade históricas. Pior: ela pretende ter capturado em sua rede uma realidade sem precedentes, nascida por volta dos anos 1970, enquanto grande número de tendências, traços e táticas de sobrevivência que ela abarca são contemporâneas da industrialização capitalista. Jones (1992) ressalta que a "desorganização das famílias, o consumo de álcool e de drogas e o recurso à economia subterrânea" não são em nada próprios dos negros urbanos do final do século XX, já que observamos tais hábitos nos operários de fábrica e nos trabalhadores migrantes de origens diversas desde o final do século XIX. As "patologias" que supõem distinguir a "underclass" atual da classe

inferior de antigamente foram descritas em termos bem semelhantes pelo psicossociólogo afro-norte-americano Kenneth Clark em sua obra clássica, *Dark Ghetto* (1965), e, bem antes dele, pelo seu respeitável antecessor E. Franklin Frazier, para quem a urbanização dos negros era sinônimo de "destruição da família e da organização comunitária" (Hall, 1988). A focalização apenas sobre a "underclass" do gueto mascara a proliferação das populações em abandono de todas as cores e origens provocada pela reestruturação em curso do capitalismo norte-americano. E a atenção exclusiva dedicada aos pobres urbanos reforça a falsa idéia de que a "pobreza no campo [é] de uma certa maneira mais limpa, mais sã e menos degradante do que sua prima das cidades" (Jones, 1992, p. 7).

De fato, em termos concretos, a miséria mais arrasadora e renitente não se aninha no coração das metrópoles, mas nas reservas indígenas do Centro-Norte e nos condados rurais do Delta do Mississippi. Como, nessas condições, justificar a circunscrição da análise apenas aos grandes centros urbanos e explicar o curioso desaparecimento da "underclass" branca (que aparece, por exemplo, nos trabalhos anteriores de Wilson)? Auletta (1982, p. 200) dá a essas duas interrogações uma resposta que ao menos tem o mérito da franqueza: se "todas as raças se comportam da mesma maneira", os "comportamentos anti-sociais suspeitos" são claramente menos "prevalentes" no Sul agrícola, e os *misfits* negros das cidades são "claramente mais perigosos e visíveis" do que seus homólogos brancos dos campos...

Concluindo, as categorias esparsas e variáveis geralmente classificadas sob a etiqueta de "underclass" não apresentam nem a consistência morfológica nem a "homogeneidade moral" e a "tendência à unidade" que estabelecem um coletivo social, segundo Durkheim. Grupo fictício que não é constituído como tal a não ser pelas e nas práticas de classificação dos eruditos, jornalistas e outros especialistas na gestão das populações dependentes que comungam na crença de sua existência, a "underclass" é, na melhor das hipóteses, uma classe-imagem que exhibe a todos os que a ela não pertencem um espetáculo assustador de tudo o que todo bom norte-americano deve esforçar-se para não ser.

"Os conceitos", adverte Wittgenstein, "podem semear a discórdia ou então disfarçá-la, aplanar os desacordos ou então agravá-los." O infortúnio do verdadeiramente falso conceito norte-americano de "'underclass' urbana" envolve dois ensinamentos dignos da atenção dos pesquisadores, dos militantes sociais e dos responsáveis políticos que se debruçam hoje sobre a cidade. O primeiro é se defender da "síndrome de Cristóvão Colombo", ou seja, resistir à tentação de (re)descobrir periodicamente novas categorias – que são infalivelmente "farinha do mesmo saco" – nos recantos mais baixos e isolados do espaço urbano.

Sustentar que a "underclass" não existe enquanto grupo, real ou potencial, inscrito na estrutura social e espacial da metrópole norte-americana, não significa absolutamente negar os transtornos que essa

estrutura sofreu no decorrer do último terço do século XX. É afirmar que não há necessidade de inventar um novo termo, além do mais pejorativo, para elucidar as causas e correlações desses transtornos, que, no fundo, residem em sua maioria fora do gueto (Wacquant, 1994). Outra maneira de lembrar que a análise sociológica deve ater-se aqui não às "populações", mas aos mecanismos institucionais que produzem e trabalham a rede de posições às quais se vêem relegadas.

A outra lição do périplo tumultuado e sem fim da "underclass" no imaginário social e científico norte-americano é que as noções extraídas da percepção espontânea e do senso comum jornalístico condenam à enfermidade sociológica, na medida em que elas enclausuram a análise nos limites de um objeto pré-fabricado segundo os preconceitos sociopolíticos do momento. É dizer que a crítica histórica e lógica das categorias eruditas e mundanas de construção da realidade é uma preliminar indispensável a uma sociologia rigorosa da marginalidade urbana.

O que importa é atentar para que a noção de "exclusão", de tanto inflar desmedidamente, não se transforme também em um obstáculo à compreensão das múltiplas dinâmicas sociais que alimentam a volta da miséria, da violência e do desamparo urbanos nas sociedades que acreditavam até pouco tempo que estivessem deles definitivamente curadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETTA, Ken. *The Underclass*, Nova York: Vintage, 1982.
- CASTEL, Robert. La "guerre à la pauvreté" et le statut de l'indigence dans une société d'abondance. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 19, p. 47-60, 1978.
- CHICAGO TRIBUNE. *The American Millstone: An Examination of the Nation's Permanent Underclass*, Chicago: Contemporary Books, 1986.
- DEVINE, Joel A.; WRIGHT James D. *The Greatest of Evils: Urban Poverty and the American Underclass*, Nova York: Aldine, 1993.
- GANS, Herbert H. Deconstructing the Underclass: the Term's Danger as a Planning Concept. *Journal of the American Planning Association*, n. 56, p. 271-77, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres: Hutchinson, 1973.
- GLASGOW, Douglas G. *The Black Underclass: Poverty, Unemployment and the Entrapment of Ghetto Youth*. Nova York: Vintage, 1980.
- HALL, Peter. The City of the Permanent Underclass. In: *Cities of Tomorrow*. Oxford: Basil Blackwell, 1988. p. 362-400.

HEISLER, Barbara S. A Comparative Perspective on the Underclass: Questions of Urban Poverty, Race, and Citizenship. *Theory and Society*, v. 19, n. 4, p. 455-84, 1991.

JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul E. (Org.). *The Urban Underclass*. Washington D.C.: The Brookings Institution, 1991.

JONES, Jacqueline. *The Dispossessed: America's Underclasses from the Civil War to the Present*. Nova York: Basic Books, 1992.

KATZ, Michael B. *The Underserving Poor*. Nova York: Random, 1989.

_____. (Org.). *The "Underclass" Debate: Views from History*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

KELSO, William A. *Poverty and the Underclass: Changing Perceptions of the Poor in America*. Nova York: New York University Press, 1994.

MARKS, Carole. The Urban Underclass. *Annual Review of Sociology*, n. 17, p. 445-66, 1991.

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

MINGIONE, Enzo. (Org.). *The Underclass and the New Poverty*. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

MORRIS, Lydia. *Dangerous Classes: The Underclass and Social Citizenship*. Londres: Routledge, 1994.

MYRDAL, Gunnar. *Challenge to Affluence*. Nova York, Random House, 1963.

RICKETTS, Erol; SAWHILL, Isabel. Defining and Measuring the Underclass. *Journal of Policy Analysis and Management*, n. 7, p. 316-25, 1988.

WACQUANT, Loïc. Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain. In: FAURÉ, Christine; BISHOP, Tom. (Org.). *L'Amérique des Français*. Paris: François Bourin, 1992. p. 103-25.

_____. The New Urban Color Line: The State and Fate of the Ghetto in Postfordist America. In: CALHOUN, Craig. (Org.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Basil Blackwell, 1994. p. 231-76. (Incluído nesta publicação).

WILSON, William Julius. *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____. *Jobless Ghettos: The Disappearance of Work and its Impact on Urban Life in America*. Nova York: Knopf, 1996.

PARTE II

CINTURÃO VERMELHO E
CINTURÃO NEGRO: AMÉRICA DO NORTE
E FRANÇA EM COMPARAÇÃO

Banlieues francesas e gueto negro norte-americano: do amálgama à comparação *

O objetivo deste artigo é fornecer alguns elementos de sociologia comparativa das estruturas e dos mecanismos de exclusão urbana na França e na América do Norte, examinando não a substância, mas o *substrato* dos racismos que se manifestam com uma virulência crescente nessas duas sociedades já há muitos anos. Em um caso, o terreno sociológico em torno do qual ele se desenvolve com um vigor particular e, no outro, o terreno sociológico sobre o qual enraizou-se secularmente, que são os bairros da "*banlieue*" francesa e o gueto negro das grandes metrópoles dos Estados Unidos, onde vemos que, além de semelhanças aparentes, ao nível da experiência vivida por seus habitantes, e de certas tendências recentes da economia e das estruturas demográficas, a realidade da discriminação e da marginalidade urbanas revela escalas e processos profundamente diferentes de um lado e de outro do Atlântico.

Para antecipar nossa tese: a *banlieue*, ou melhor, as "*banlieues*" ditas desfavorecidas (considerando que esse termo designa mais uma entidade sociologicamente significativa do que um objeto do senso comum, ordinário ou erudito) não são *guetos* no sentido que essa noção exprime no contexto norte-americano. De um lado, a incidência cumulativa da miséria, o desamparo, a segregação e a violência urbanas assumem uma amplitude muito diferente nos Estados Unidos. De outro lado, este o mais importante, bairro e gueto são legados de trajetórias urbanas resultantes de diferentes critérios e formas de "triagem" social – efetua-se prioritariamente, no primeiro caso, com base na origem de classe, no segundo, na origem racial. Enfim, *banlieue* e gueto negro são objetos de construções e gestões políticas hoje diametralmente opostas. Isto é, a distância que separa essas duas constelações socioespaciais não é apenas de ordem quantitativa, mas fundamentalmente de ordem *sócio-histórica e institucional*. O que não significa que a situação dos bairros operários em declínio na periferia urbana da França não tenha se deteriorado seriamente, a ponto de exigir uma intervenção dos poderes públicos bem mais vigorosa do que a largamente programática e midiática já suscitada, nem que esteja excluída, na ausência de uma ação corretiva intensa, sua evolução a *termo* para uma situação que *se aproxima* por

* Publicado em *French Politics and Society*, v. 10, n. 4, p. 81-103, Fall 1992. Tradução de Leonor Estela de Souza Pinto.

certos ângulos do modelo norte-americano. Simplesmente o paralelo com a situação norte-americana, sobretudo quando toma mais a forma do amálgama do que a da comparação racional, corre o risco, no estado atual desses dois universos e do conhecimento empírico que temos de seu funcionamento, de obscurecer as transformações sociais das quais a cidade francesa e a *inner city* norte-americana são local, produto e símbolo.

A análise a seguir baseia-se principalmente, do lado norte-americano, em uma série de pesquisas conduzidas com a ajuda de uma gama variada de métodos (questionários respondidos por uma grande amostragem de habitantes, entrevistas aprofundadas, análise das estatísticas oficiais, observação participante e etnografia de bairro) no interior do gueto negro de Chicago,¹ e na leitura sistemática das monografias urbanas disponíveis, além do estudo de documentos administrativos e de pesquisas de campo na *banlieue* parisiense, principalmente em Courneuve.² O objetivo não é fechar o debate sobre a “americanização” da pobreza na Europa e as ligações, estruturais ou conjunturais, que tem com o aumento do racismo na França, porém, mais modestamente, contribuir para um melhor questionamento da “guetização”, esclarecendo os principais termos da aproximação franco-norte-americana. Ao formular os rudimentos de um esquema comparativo provisório e passível de revisão, gostaria, sobretudo, de pedir a maior prudência na transferência transatlântica de conceitos e teorias referentes às relações entre “raça” (e racismo), classe e espaço.³

O PÂNICO MORAL DOS “BAIRROS-GUETO”

Já há alguns anos, assistimos na França ao crescimento do que o sociólogo britânico Stanley Cohen (1972) denomina um *pânico moral* em relação às “*banlieues*”. Até bem pouco tempo o universo cinzento e banal dos grandes conjuntos populares desfavorecidos da periferia urbana não interessava a muita gente, tanto no microcosmo da política quanto na imprensa, e ainda menos no âmbito da pesquisa. No entanto, no espaço

¹ O essencial desses dados foi coletado em 1986-89 durante o programa “Pobreza Urbana e Estrutura Familiar” da Universidade de Chicago, sob a direção do Professor William Julius Wilson. O trabalho de campo realizado no South Side de Chicago foi realizado em 1988-91 no decurso de uma pesquisa pessoal sobre o mundo social dos boxeadores negros do gueto.

² Gostaria de agradecer a todos os responsáveis da Administração Municipal de Courneuve (em especial à Sra. Delahaye e aos funcionários do Serviço de Documentação da cidade) pela assistência preciosa que me deram na pesquisa e na coleta de informações sobre o conjunto habitacional de Quatre Mille, assim como aos responsáveis pela política urbana, consultados em diversos âmbitos (município, direção departamental de equipamento, governo regional, planejamento urbano).

³ Sobre essa questão, ver Wacquant (1992a).

de uma década, em razão da mudança no clima político, provocada pelo crescimento do Front National, e de uma série de incidentes e acontecimentos de natureza e gravidade diversos – brigas entre jovens, extorsões, agressões de ordem racista ou não, confrontos entre gangues locais e a polícia, tensão na “coletividade” residente nos grandes conjuntos, protestos contra a deterioração continuada do hábitat ou dos equipamentos coletivos dos conjuntos habitacionais construídos a toque de caixa nos anos 1960, mobilização dos jovens “Beurs” etc. –, a imprensa, por motivos que lhe são em parte peculiares, passou a dar grande repercussão aos “bairros”, que se tornaram um dos principais assuntos de preocupação dos jornalistas, políticos e especialistas em planejamento urbano. Essa súbita ascensão da “*banlieue*” na hierarquia dos assuntos ditos da atualidade⁴ se fez acompanhar pela promoção imediata do tema do “gueto” e, com ele, do florescimento de um imaginário de origem presumidamente norte-americana (Harlem, Bronx, Chicago, as “gangues” etc.), sugerindo, de maneira mais ou menos sustentada, que a condição dos residentes dos conjuntos habitacionais de periferia – HLM – se assemelhava cada vez mais à dos negros dos Estados Unidos.

Era preciso, inspirando-se nos trabalhos recentes da escola “construtivista” norte-americana, que fizeram avançar em muito a compreensão da lógica específica de produção desses tipos de artefatos fundados na realidade (*cum fundamento in rei*) que são os “problemas de sociedade”,⁵ analisar o processo de fabricação da “*banlieue*” como problema social, merecedor da atenção de especialistas – administrativos ou científicos – e chamando à intervenção efetiva ou presumível do poder executivo; ver por que caminho esse objeto de contornos maleáveis e de geometria variável (apesar de bem-dotado para casar com os interesses ideológicos díspares dos que o invocam) conseguiu galgar um lugar na primeira fila no “mercado de problemas sociais”;⁶ descobrir os agentes que trabalharam para que fosse reconhecido como tal e com que objetivos, os estratégias e estratégias retóricas que aplicaram e os efeitos, desejados ou perversos; e saber quem, ao termo desse trabalho coletivo de produção sempre reiniciado, pode reivindicar a “propriedade” do problema.⁷ Contentar-me-ei aqui em esboçar, sem me preocupar em

⁴ É preciso esclarecer: o tema da “guetização” das *banlieues* não é assim tão novo quanto possa parecer a princípio, como mostram Bachmann e Basier (1989) em sua análise da construção midiática do conjunto habitacional de Quatre Mille em Courneuve.

⁵ Ver Spector e Kitsuse (1987), para um panorama teórico; e Best (1989), para uma gama variada de estudos de casos ilustrativos.

⁶ Sobre esse conceito, ver Hilgartner e Bosk (1988).

⁷ Gusfield (1981) mostra, a partir do exemplo do alcoolismo no trânsito, que o processo de produção de um “problema de sociedade” se finaliza pela outorga de uma espécie de “direito de propriedade”, assumindo essa situação os agentes em concorrência que conseguiram definir com autoridade sua natureza.

exaurir o assunto, sua imagem no recente debate público, tomando alguns exemplos marcantes do discurso jornalístico, político-administrativo e intelectual.

O cerne dessa heterogênea nebulosa discursiva é constituído pelo que tomou forma de verdadeira campanha, empreendida por revistas e jornais, em torno da ameaça crescente que significariam as "banlieues" e seu cortejo – cujos abandono e marginalização e desespero e desesperança seriam doravante muito familiares – para a ordem pública e para a integridade da sociedade nacional. Como causa e efeito de tal onda midiática, difundiu-se largamente a crença de que os bairros operários em declínio estão no limite da amotinação e na anomia, em razão de uma combinação sem precedentes de isolamento, de deterioração do meio ambiente e da concentração de "imigrantes". Com fundamento ou não, a idéia de que tais bairros são marginalizados e que já se tornaram "guetos étnicos" (versão rígida) ou que estão em processo de se tornarem (versão maleável) é atualmente partilhada, com algumas pequenas nuances, pelos grandes organismos de informação, pelos dirigentes burocráticos encarregados da gestão cotidiana desses conjuntos urbanos, por certos representantes das populações envolvidas e mesmo por numerosos pesquisadores.

Como prova a epidemia de artigos com manchetes alarmantes e catastróficas, no estilo "Viva o Gueto", "Estórias do Gueto", "Estas Banlieues Onde o Pior é Possível",⁸ iniciada nos anos 1980, com as famosas "agitações" de Minguettes em Venissieux e a morte do pequeno Toufik no conjunto habitacional de Quatre Mille em La Courneuve, e que se acelerou bruscamente por ocasião dos incidentes em Vaulx-en-Velin em outubro de 1990, qualificados pela imprensa de "motim", "revolta", "insurreição" (como se diz de uma população subjugada) e mesmo de "verdadeira guerrilha urbana". Desde então, as profecias catastróficas não pararam de se multiplicar, segundo uma lógica bem conhecida dos analistas da construção midiática dos problemas sociais, que desejam, ao apoiarem-se uns nos outros, que cada órgão de informação "enquadre" sua reportagem na de seus concorrentes, adicionando uma parcela do seu material e dos seus esquemas interpretativos, ocasionando a convergência das "análises" do fenômeno na mídia e sua aparição concomitante nas manchetes do "noticiário" com o objetivo de produzir um forte "efeito de objetividade".⁹ A tal ponto que o governo se sente obrigado, na primavera de 1991, a cancelar uma série de medidas de urgência para a prevenção de um "verão quente" – e que *Le Nouvel Observateur* dedica a preciosa capa de sua edição de 20 a 26 de junho de 1991 a uma "Especial Banlieue: antes do incêndio..."

⁸ Em *L'Événement du Jeudi*, 10-16 maio 1990; *Politis*, 8 fev. 1990; e *Le Figaro*, 9 out. 1990, respectivamente. Poderíamos citar muitas outras reportagens.

⁹ Sobre esse processo de autotreinamento, ver Best (1990) sobre o "problema" das "crianças vitimizadas" nos Estados Unidos; e os comentários de Champagne (1991).

Poderíamos multiplicar as citações. "Chamemos a tragédia de Vaulx-en-Velin por seu verdadeiro nome", escreve *L'Express* em um artigo intitulado "O barril de pólvora das banlieues" (11 out. 1990, sem grifo no original): "Uma revolta urbana à americana, a revolta de um gueto social composto de 50% de jovens e 20% de desempregados em um total de 45.000 habitantes". Muitos meses antes desse episódio, *Politis* (8 fev. 1990) já temia "uma evolução à americana" que levaria diretamente à instauração, nas banlieues francesas, de um "apartheid maleável". Mesmo um jornal diário e conservador como *Le Monde* tomou o mesmo partido. Em recente número de seus *Dossiês e documentos* dedicado à "cidade e suas banlieues", o artigo referente à Rua dos Italianos se mostra temeroso de uma "imigração malgerenciada que toma a forma de 'guetos' étnicos" e de gangues de jovens organizadas "à imagem dos adolescentes de Los Angeles ou do Harlem que os fascinaram em filmes *cult* como *Warriors* ou *Colors*" (*Le Monde*, fev. 1991). E o próprio ministro do Interior afirma, ainda que de maneira velada, é verdade, que seu governo não permitiria a eclosão de um "Bronx" nas cidades francesas (*Paris Match*, 15 jun. 1991).

Convém esclarecer, para evitar qualquer ambigüidade, que não se trata absolutamente de reduzir o "problema" dos bairros unicamente à construção simbólica que a seu respeito elaboram a imprensa escrita e a televisão. Não há sombra de dúvida de que a realidade objetiva das desigualdades urbanas e de sua distribuição no espaço mudou de maneira significativa desde os anos 1970 e que as más condições de vida e a miséria social dos habitantes dos bairros populares abandonados se aprofundaram e se intensificaram, e isso em razão do aumento inexorável do desemprego e das diversas formas de subemprego ligadas à "flexibilização" do mercado de trabalho (Pialoux, 1979) ao longo de uma década marcada por uma celebração sem precedentes de valores como dinheiro e "sucesso" individual. Trata-se primeiramente, formulando de forma rigorosa, de questionar a equação apressada entre transformações do discurso e transformações do real e de sublinhar a enorme defasagem que pode existir entre um fenômeno social e sua projeção na mídia.¹⁰ Em seguida, é preciso lembrar que, longe de refletir, como um espelho deformante, os movimentos da sociedade, as representações que circulam no campo jornalístico contribuem para elaborar a realidade, à medida que – e isto jamais é negligenciado – elas influenciam a maneira como a realidade é percebida, gerida e vivida tanto pelos responsáveis pela administração dos "problemas sociais" quanto pelos que são o alvo de suas intervenções. E o efeito bem conhecido da profecia auto-realizante que se observa toda vez que um discurso é investido do poder de fazer advir no mundo das coisas aquilo mesmo que o discurso diz que lá já existe pode revelar-se particularmente poderoso no

¹⁰ Ver análise exemplar de Sánchez-Jankowski (1991) sobre o caso das "gangues" das metrópoles.

caso de populações que, além de sua marginalização econômica, sofrem, antes de mais nada, por serem desprovidas do controle de sua própria representação pública.

Enfim, do mesmo modo que na questão da imigração (Noiriel, 1988, p. 124), podemos pensar que a maior visibilidade das “*banlieues*” hoje em dia, assim como sua menor “legibilidade”, se explicam em parte por seu crescimento e pela multiplicação dos agentes que têm interesse profissional em sua existência e em sua problematização. Tal crescimento deve ser relacionado a um conjunto de transformações culturais e políticas, entre as quais o lugar de destaque que ocupa atualmente a escola no sistema dos instrumentos de reprodução ou de mobilidade social de grupos que estavam até muito recentemente bastante distanciados dela, a multiplicação dos meios e dos canais de comunicação midiática e a descentralização da administração, que teve como efeito causar uma plethora de novos agentes burocráticos, uma parcela de poder a negociar no tocante às questões urbanas.¹¹

Não será a temática dos “bairros-gueto” somente um discurso de jornalistas para jornalistas que permite produzir sensacionalismo, fabricar a custo baixo um exotismo caseiro, a fim de vender mais exemplares? Não apenas, uma vez que políticos e parapolíticos (membros de altas administrações do Estado, dirigentes e responsáveis de associações e de grupos de pressão interessados pelas questões referentes à cidade) retomam esse discurso e o alimentam. Damos aqui três exemplos ilustrativos. O primeiro relatório do Programa de Desenvolvimento Social de Áreas publicado pela Documentação francesa em 1988 designa a esse vasto canteiro urbano o objetivo de dar um basta aos “fenômenos de guetos e [aos] riscos de explosão social a que eles induzem”.¹² Ponto de vista partilhado por certos representantes (reais ou tidos como tal) das populações envolvidas, como Farid Aïchoune (1991, p. 173), que resume essa vasta temática em seu livro *Nés en Banlieue*: “O pior ainda está por vir: não é apenas a violência, mas o risco de um descontrole, de constituição de ‘guetos’ à americana – há muito denunciado – que ameaça a França.”

Da mesma forma, são incontáveis os prefeitos que se apressam a invocar o espectro de “bairros-gueto”, seja para justificar *ex post* uma política de planejamento urbano fundada em outras bases, seja, ao contrário, para revestir de uma intenção falsamente generosa a recusa de implantação de mais habitações sociais em suas comunidades. Mas o prêmio na matéria vai sem dúvida para o arquiteto Roland Castro, fun-

dador e figura iminente no evento Banlieues 89, que não hesita em afirmar – sem que saibamos bem em que critérios se apóia – que existem no território francês no mínimo “600 guetos”, abrigando “2 milhões de pessoas vivendo em total exclusão e outros 5 a 6 milhões de ‘fragilizados’” que, devido mesmo à sua vulnerabilidade, estão prontos a submergir na “guerra civil” da qual a “França-banlieue” seria vítima (Nouvel Observateur, 22-28 mar. 1990).

Não é apenas aos pesquisadores em ciências sociais – reforço inerente ao processo de oficialização do problema tanto em seu conteúdo quanto em seus efeitos, uma vez que a representação político-midiática pode com isso se revestir de uma legitimidade científica – que se deve o insuflamento desse discurso por meio do incentivo à comparação selvagem com os Estados Unidos. Assim, o demógrafo Hervé Le Bras coloca a Europa em alerta contra “a ameaça norte-americana” que representa a formação, segundo ele iniciada em numerosos países do continente, de “guetos” étnicos (Le Bras, 1989). O sociólogo Alain Touraine se faz mais premente ainda em sua evocação do que chama “a síndrome norte-americana”:

Caminhamos rapidamente para o modelo norte-americano (...). Vamos na direção de uma segregação em sua forma mais dura, o gueto (...). Observando a lógica geral de crescimento da segregação, é de se esperar que nossas metrópoles tomem o caminho de Chicago.¹³

Veremos que tal associação é por várias razões duvidosa, se não perigosa. Ela parece basear-se em um conhecimento inexato do gueto negro norte-americano e de sua trajetória histórica (principalmente no período posterior à “Revolução dos Direitos Civis” e aos conflitos raciais dos anos 1965-68) e de um diagnóstico aproximativo incompleto da “crise” das *banlieues* francesas.

AS “BANLIEUES” NÃO SÃO GUETOS À AMERICANA

A comparação empírica entre o gueto de Chicago e os bairros da *banlieue* parisiense, como podemos caracterizar através do caso “exemplar” de La Courneuve,¹⁴ deixa antever alguns paralelos que em uma primeira

¹³ Touraine (1990). Notaremos todavia que Touraine (1991) parece retornar a essa opinião em artigo mais recente, em que escreve especificamente: “Na França, praticamente não existem guetos – à exceção dos acampamentos de famílias de africanos –, e sim zonas com grande população de origem estrangeira, o que é bem diferente.”

¹⁴ La Courneuve é uma espécie de modelo do “território operário” tradicional em decomposição, que apresenta de forma acentuada a maior parte das características das “*banlieues* problemáticas”. Para uma sociografia mais detalhada da área de Woodlawn no gueto de Chicago e do conjunto habitacional de Quatre Mille em La Courneuve, ver Wacquant (1993).

¹¹ Por uma versão “de dentro” do emaranhado de relatórios de concorrência e de divisão que se entrelaçam entre os responsáveis burocráticos em um bairro, ver Bourdieu (1991).

¹² Lenoir, Guignard-Hamon e Smadja (1989, p. 31). A “Lei de Orientação na Cidade” recentemente votada no Parlamento também ficou conhecida com o título “Lei Antigueto”.

abordagem parecem justificar a tese da convergência. Nós os reagrupamos, para facilitar a exposição, sob duas rubricas, a da morfologia social, e a da experiência vivida e das representações de seus habitantes.

As similaridades aparentes na evolução morfológica e a vivência das populações...

Primeira similaridade, a das tendências recentes das estruturas demográficas e econômicas. Observam-se, indubitavelmente, várias evoluções comuns ao nível da composição, da distribuição e da dinâmica das populações envolvidas. Em primeiro lugar, *banlieue* e gueto têm em comum o fato de serem enclaves com forte concentração de "minorias" – negros (cada vez mais latinos), do lado norte-americano, e imigrantes (principalmente de origem não-européia) e seus descendentes, do lado francês –, enclaves que são claramente identificados como tais tanto pelos que lá vivem como pelos que saem de lá ou que o temem. Sabemos que a concentração de estrangeiros nas *banlieues* da região parisiense tende a se reforçar (Leray, 1989, p. 94-8). Assim, a parcela de imigrantes na população de La Courneuve dobrou desde os anos 1960, passando de 11% em 1968 a 22% em 1982. Os negros norte-americanos, por sua vez, detêm desde o início um monopólio exclusivo no território da *inner city*. E os setores limítrofes do gueto contam cada vez menos com famílias brancas, na medida em que se consolidam as "zonas-tampões" compostas basicamente por famílias de origem dita hispânica (porto-riquenhos, mexicanos e outros latino-americanos).

Dos dois lados do Atlântico, bairros e guetos sofreram uma forte diminuição de suas populações ao longo das últimas décadas. Assim, o conjunto habitacional de Quatre Mille perdeu perto de 15% de seus habitantes entre 1975 e 1982, tendo a cidade perdido 1/5 dos seus habitantes entre 1968 e 1988. Fenômenos de dimensões comparáveis se observam em muitos bairros operários do Cinturão Vermelho parisiense ou nas velhas cidades industriais do interior. Da mesma forma, os guetos negros norte-americanos viram seus efetivos diminuir enquanto suas fronteiras se alargaram. Depois que suas populações mais que dobraram entre 1930 e 1950, a ponto de alcançarem no pós-guerra (Hirsch, 1983) taxas de superocupação de moradias dignas do Terceiro Mundo, o centro histórico do South Side de Chicago esvaziou-se ao longo das três décadas seguintes: eram perto de 200 mil habitantes em 1950 contra somente 100 mil por volta de 1980 (e talvez menos de 60 mil hoje).

A estrutura por idade e a composição de domicílios das *banlieues* operárias francesas e do gueto norte-americano apresentam um certo número de distorções semelhantes em relação a seu meio ambiente urbano próximo. A pirâmide das idades do South Side de Chicago revela um vazio pronunciado nas categorias intermediárias: há mais jovens (quase metade de seus habitantes tem menos de 20 anos) e mais pessoas

de idade do que no conjunto da população negra da aglomeração de Chicago. O mesmo ocorre no conjunto habitacional de Quatre Mille, em La Courneuve, onde os jovens representam 46% dos efetivos (30% na cidade inteira). Apesar do número elevado de crianças, a estrutura das moradias revela uma forte preponderância de famílias monoparentais dos dois lados do Atlântico.

Se esses bairros sofreram tamanha hemorragia demográfica, foi primeiramente porque desapareceram suas atividades econômicas e porque se ressentiram profundamente do crescimento acelerado do desemprego, ligado à desindustrialização das economias avançadas. Entre 1968 e 1984, La Courneuve perdeu mais de 10 mil postos de trabalho operário, enquanto o número de empregos industriais na aglomeração parisiense diminuía no mesmo período em 280 mil (menos 20% entre 1968 e 1982). O antigo feudo de Waldeck-Rochet detém há muitos anos uma das taxas mais altas de demanda de emprego do país: ultrapassava 16% em 1986, representando o equivalente a quase duas vezes a média da região Île-de-France, beirando os 30% em Quatre Mille. Do mesmo modo, a porcentagem oficial de desempregados no South Side de Chicago oscila entre 20% e 30%, dependendo dos setores, correspondendo a duas ou três vezes a média municipal. A terceirização da economia e a "realocação" das atividades industriais (para a periferia metropolitana e para os estados do Sul, onde a legislação social limita duramente o direito sindical e o direito do estrangeiro) atingiram Chicago com ainda mais força do que a região parisiense, já que a capital do *Midwest* computou uma perda de 269 mil empregos industriais e de 111 mil empregos no setor da distribuição entre 1963 e 1982 (Wacquant, 1989a, p. 70-102). Esses cortes drásticos na malha industrial se traduziram na total redução de empregos secundários no âmbito do gueto: de 36 mil em 1950, o número de operários no coração do Cinturão Negro do South Side caiu para 5 mil em 1980. Gueto e "*banlieue*" são ambos territórios que tendem a concentrar e acumular "minorias" (raciais ou etnonacionais), desemprego e baixos salários, que resultam em pobreza e desarticulação.

Segundo ponto em comum entre "*banlieue*" e gueto: a atmosfera morna e sufocante que reina em seus interiores e o estigma muito forte de residir em espaço considerado local de exílio e sinônimo de deterioração, de marginalidade social e de delinqüência. Os habitantes de Courneuve assumiram por conta própria as representações midiáticas que descrevem Quatre Mille como "bairro do medo", a "lixreira de Paris", uma "jaula de animais" ou uma "reserva" (Avery, 1987, p. 13). Para os jovens em particular, o local é um universo odiado (o adjetivo mais freqüentemente usado para descrevê-lo é "podre") que faz pesar sobre sua existência uma fatalidade difícil de ignorar, tal é disseminado o desprezo que envolve o bairro. Um jovem que recentemente abandonou o conjunto habitacional de Quatre Mille deixa explodir sua raiva quando perguntado se aceitaria voltar a viver lá após a reforma em curso:

Para nós, retornar para lá é se sujeitar mais uma vez à indignidade. Quatre Mille é a indignidade. Sentimos esta proposta como um tapa na cara. E ainda tem a miséria, podemos escolher a própria miséria. Há os mais e os menos miseráveis. Isto é repugnante e odioso. Para muitas pessoas, Quatre Mille significa vergonha. E é a própria *vergonha*.¹⁵

Encontramos esse mesmo sentimento de inferioridade e de indignidade coletiva nos habitantes do gueto norte-americano. Tanto assim que, desde o êxodo das famílias de classe média e das famílias negras operárias de situação estável para os bairros fronteiriços abandonados pelos brancos, só vivem ainda na *inner city* norte-americana as camadas mais desfavorecidas das minorias étnicas. Mais de 80% dos residentes do South Side e do West Side de Chicago julgam seu bairro "ruim ou muito ruim" e 3/4 deles desejam mudar-se assim que possível. O gueto tornou-se um espaço desonrado, cuja simples menção é suficiente para evocar imagens de droga, violência e dissolução moral e social. Eis aqui como um jovem de Woodlawn descreve a avenida principal de seu bairro, por muito tempo uma das artérias comerciais mais importantes do South Side, hoje reduzida a um corredor de edifícios queimados ou abandonados:

Tem as putas, as gangues, os vendedores de droga, e isto tem em todos os bairros, não digo que seja somente aqui, mas isso é tudo o que se pode encontrar por aqui. Temo pelas crianças do bairro, pois estes são os únicos modelos que eles têm para admirar. Caras deste jeito, que passam o tempo nisso, eis seus modelos. (...) Veja, como aqueles caras lá na esquina, desperdiçando a vida e tudo, e não se importam em saber o que será de suas vidas. (...) As pessoas que não conhecem este lugar vêm aqui, vêm isso, e a primeira coisa que dizem é (transmitindo pavor) "Nossa! Eu que não desço do carro, eu que não desço do carro. Não quero que meus filhos sejam expostos a isto", só você vendo.

Hoje em dia, o primeiro indício e símbolo de êxito no gueto é sair dele, e o maior desejo das mães de famílias do South Side é ver seus filhos saírem dali o mais cedo possível. A similaridade entre as reações dos habitantes dos bairros e as dos habitantes do gueto se explica aqui pelo fato de fazerem parte de populações dominadas, relegadas a territórios penalizados e penalizadores situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial poderoso, que se infla e se expande no discurso sobre os "bairros-gueto" do lado francês

¹⁵ Euvremer e Euvremer (1985). Esta é uma reação comum dos habitantes dos bairros desqualificados, como é mostrado nos trabalhos pioneiros de Pétonnet (1982, p. 170) sobre o assunto e outros, mais recentes, de Paugam (notadamente 1991).

e na retórica da "*underclass*" do lado norte-americano (Wacquant, 1992a; Bachmann e Basier, 1989; Kornblum, 1991, p. 202-11; Wacquant, 1992b) Da equivalência entre as posições que ocupam em seus respectivos espaços social e físico nacionais, resulta a equivalência de seus pontos de vista como visões captadas de pontos analogamente situados na estrutura desses espaços.

..que mascaram profundas diferenças de escala e de estrutura

Mas essas duas famílias com pontos comuns escondem diferenças que nos permitem questionar se há em tal situação mais do que uma simples convergência aparente e se estamos comparando dois espécimes urbanos de espécies diferentes. Exporemos brevemente cinco dessas diferenças que, juntas, sugerem que, se as *banlieues* francesas desprivilegiadas e o gueto negro norte-americano são ambos "agrupamentos forçados" (Pétonnet, 1982, capítulo 4) que reúnem desarticulações sociais e deficiências econômicas, o modo de (re)produção desses agrupamentos, sua composição e a opressão que deles resulta não são nem da mesma ordem nem da mesma natureza.

1. *Ecologias sociais díspares*: sob o ângulo do tamanho, primeiramente, comparar gueto norte-americano e bairros franceses corresponde a colocar na mesma balança boi e rã. O gueto de Chicago possui atualmente de 400 mil a 700 mil habitantes e se estende por centenas de quilômetros quadrados; os da cidade de Nova York (Harlem, Brownsville e Bronx Sul) abrigam perto de 1 milhão de negros pobres e o de South Central e Compton em Los Angeles abrigam centenas de milhares de pessoas – sem contar os dos latinos e outros imigrantes de cor, cada vez mais numerosos, cuja condição social é quase sempre tão precária quanto a daqueles. Comparados a esses, os bairros franceses mais populosos, os da "pequena coroa" parisiense, da periferia de Lyon ou dos bairros no norte de Marselha, parecem bem mais modestos. Em 1982, Quatre Mille abrigava cerca de 13 mil pessoas ocupando 348 mil m²; os arredores de Minguettes em Venissieux, uma das maiores concentrações de moradias em conjuntos habitacionais do país, contavam com 35 mil habitantes. Nenhum bairro da França chega a 1/10 do tamanho de um dos guetos norte-americanos, aos quais são comparados nos discursos sobre "bairros-gueto".

Poderíamos argumentar que essas diferenças de tamanho traduzem apenas as diferenças de escala entre cidades francesas e megalópoles dos Estados Unidos: a América não é um país-continente, onde tudo é caracterizado pelo gigantismo? Não apenas isso. Pois elas são também e em primeiro lugar a expressão de profundas *diferenças funcionais e ecológicas* entre "*banlieue*" e gueto. Por mais encravados que sejam, os bairros franceses não são agrupamentos multifuncionais dotados

de uma divisão do trabalho que lhes permita reproduzir-se sem trocas com seu ambiente. São ilhotas de alojamentos públicos salpicados na periferia de uma paisagem urbana e industrial com a qual têm necessariamente relações funcionais regulares e que tendem a misturar os usos sociais do espaço e assim a aproximar os grupos. A maioria dos habitantes de Quatre Mille trabalha e consome fora do bairro; têm como vizinhos próximos os proprietários de pavilhões operários ou pequeno-burgueses e só precisam sair a pé do loteamento para entrar em contato com outras camadas da população e para escapar, mesmo que momentaneamente, da atmosfera claustrofóbica de seu conjunto habitacional.¹⁶

O gueto norte-americano, ao contrário, não é uma simples concentração residencial de famílias pobres relegadas a um hábitat vetusto e isolado, mas sim um continente dotado de uma divisão do trabalho social e de uma (relativa) autonomia institucional que o possibilita funcionar largamente fechado em si mesmo. Como uma verdadeira "cidade negra dentro da cidade", o South Side de Chicago contém em seu interior toda uma rede de organizações próprias – comércio e lojas de crédito, escolas e igrejas, mídia e associações comunitárias, serviços sociais e médicos etc. – que, mesmo sendo inferiores às da sociedade branca, fazem com que o gueto concentre em sua malha o essencial das atividades cotidianas de seus habitantes. A maioria de seus residentes tem pouco contato com o exterior e suas relações se dão essencialmente no interior do espaço social homogêneo do gueto.

2. Segregação racial contra heterogeneidade étnica: Este continente tem ainda a propriedade altamente distintiva de ser inteiramente negro. Enquanto as *banlieues* populares francesas são zonas fundamentalmente pluriétnicas onde se acotovela – com os atritos que conhecemos – uma multiplicidade de nacionalidades, o gueto norte-americano é *totalmente homogêneo racialmente*. Pois o critério primordial de rejeição no território maldito da *inner city*, a barreira que o separa do exterior e que proíbe sob pena de violência (física ou econômica) seus habitantes de se fundir ao resto da sociedade, é a cor da pele. Herança histórica da era escravista e produto da inscrição no espaço físico da divisão fundadora do espaço social norte-americano, entre brancos e negros (Myrdal, 1945; Steinberg, 1982), o gueto é antes de mais nada um mecanismo de *exclusão racial*. De onde resulta a separação quase total das "raças" em Chicago, próxima da que observaríamos sob um regime de *apartheid* legal, já que neste o índice de segregação atinge 92 (em escala de 0 a 100)¹⁷ e que não sofreu alterações em meio século.

¹⁶ É inclusive uma das atividades favoritas dos jovens (Calogirou, 1989; Avery, 1987).

¹⁷ O índice de segregação mede a porcentagem da população que deveria mudar de área para que os habitantes de diversas raças fossem uniformemente distribuídos por toda a cidade. Ele atinge o valor 100 no caso de uma separação absoluta das raças e zero quando todas as "camadas" têm a mesma composição racial.

As características mais marcantes dos bairros franceses sob esse ângulo, e que os situa em posição oposta ao gueto norte-americano, são justamente a fluidez e a impressionante diversidade de sua composição étnica. Paradoxalmente, um dos efeitos do discurso-pânico sobre a "guetização" foi o de desconsiderar o fato de que, salvo raras exceções,¹⁸ as "*banlieues*" têm um *recrutamento etnonacional e mesmo social dos mais heterogêneos*. É comum recensear nessas áreas de 20 a 30 nacionalidades, e, contrariamente à imagem que a mídia faz questão de transmitir, os bairros operários desprivilegiados não são monopolizados, menos ainda pelas famílias de imigrantes. Em Courneuve, quase 80% dos habitantes dos conjuntos habitacionais são de nacionalidade francesa; mesmo em Quatre Mille sul, onde há 40% de famílias estrangeiras, os lares de ascendência francesa constituem a maioria, como é o caso na maior parte dos grandes conjuntos comumente conhecidos como "guetos de imigrantes".¹⁹ De fato, se não fossem alguns pequenos bolsões localizados, com forte densidade, não existiriam em parte alguma do território francês zonas ocupadas exclusivamente por uma comunidade étnica ou de nacionalidade estrangeira.

São três as razões para que isso ocorra: em primeiro lugar, como notam Lapeyronnie e Frybes, porque "nas grandes aglomerações francesas, mas também nas pequenas cidades, as populações de origem estrangeira se dispersam pelas *banlieues* e, freqüentemente, no interior das *banlieues*", de forma que, "no geral, as concentrações de estrangeiros são relativamente fracas" (Lapeyronnie e Frybes, 1990, p. 145 e 154); em segundo lugar, os administradores de conjuntos habitacionais procuraram evitar a constituição dos "guetos de imigrantes" tão depreciados (que chegam ao nível de gaiolas com escadas) promovendo a dispersão dos locatários estrangeiros e das famílias barras-pesadas; enfim, e sobretudo, porque a concentração dos imigrantes nos bairros degradados da "*banlieue*" não corresponde a uma segmentação comunitária do mercado de moradia. Ela se dá principalmente por sua alta representação nas frações mais baixas da classe operária, enquanto o isolamento dos negros no gueto é a expressão de um dualismo racial que atravessa todas as instituições da sociedade norte-americana.

3. Taxas e níveis de pobreza divergentes: o caráter racial da exclusão que sofrem, somado à estreiteza da cobertura social oferecida pelo "meio-Estado-providencial" norte-americano,²⁰ explicam por que os

¹⁸ Entre outras, as de Marselha e de Roubaix, ligadas a particularidades históricas locais que requerem uma análise específica.

¹⁹ Como o de Minguettes: em 1982, continha 25 mil habitantes, dos quais 60% eram franceses e 20% eram estrangeiros originários da África.

²⁰ Para retomar a expressão de Katz (1987). Para uma análise detalhada das diferenças entre os sistemas de proteção social francês e norte-americano, ver Esping-Andersen (1990).

habitantes do gueto apresentam taxas de pobreza e graus de indignidade sem equivalente no território francês. Desse ponto de vista, as estatísticas de desemprego citadas anteriormente são mentirosas. Se relacionarmos a população ativa à população total, perceberemos que, a despeito do aumento contínuo do desemprego, metade dos habitantes de La Courneuve tem emprego; no bairro de Quatre Mille, a taxa de atividade é de 48% no loteamento norte e alcança os 40% em Quatre Mille sul. Assim, a maior parte das famílias participa da vida econômica e social, o que está longe de ser o caso do lado norte-americano.

No bairro Grand Boulevard, no coração do gueto de Chicago, apenas 16% dos 50 mil habitantes têm emprego remunerado. Quase metade das famílias vive abaixo da "linha de pobreza oficial" (de aproximadamente 12.500 dólares por família de quatro pessoas em 1989) e a renda familiar média não chega a atingir a metade da média municipal.²¹ Em 1987, essa renda era de cerca de 7 mil dólares, muito abaixo da renda anual média nacional de 31 mil dólares relativa a uma família branca. Se considerarmos o conjunto da população adulta do South Side e do West Side, observaremos que 57% vivem principalmente da assistência pública e que 60% se utilizam de cupons de alimentação do governo (*food stamps*) para alimentar a família. Somente 12% possuem conta-corrente e 17%, conta-poupança; apenas uma moradia de cada 10 é ocupada pelo proprietário e duas de cada três famílias não têm carro, apesar da escassez de transportes coletivos (Wacquant, 1989b). E milhares de famílias – entre as quais é crescente o número de famílias formadas por mães solteiras com crianças de baixa faixa etária – estão desabrigadas, enquanto o conjunto habitacional da cidade está repleto de apartamentos vazios.

Duas estatísticas resumem bem o impacto da falta de proteção social e médica para os habitantes do gueto norte-americano e o fosso que separa sua condição da dos residentes da "banlieue" francesa – a das famílias sem pai e a da mortalidade infantil. Contamos 6% de famílias monoparentais em La Courneuve contra 60% a 80% no gueto de Chicago, cuja grande maioria vive muito abaixo da linha de pobreza. A mortalidade infantil nos bairros da "pequena coroa" é pouco superior à da região de Île-de-France (8 por mil) e sua taxa diminuiu pela metade em 20 anos. No gueto de Chicago, essa taxa é crescente e ultrapassa hoje 30 por 1.000, ou seja, é três vezes maior que a registrada para as crianças brancas do estado de Illinois.

4. Criminalidade e taxa de perigo: Segundo os adeptos da tese da "guetização" das *banlieues*, a insegurança que reina nos bairros seria um indício forte de sua convergência para a *inner city* norte-americana. Segundo certa mídia, os grandes conjuntos operários em decadência

seriam "cadinhos de delinqüentes" escapando *de fato* à ordem legal republicana e constituindo uma ameaça à paz civil. No entanto, a observação empírica mostra que há uma grande distância entre essa representação midiática e a realidade cotidiana dos bairros, sem falar na do gueto negro norte-americano, onde criminalidade e violência atingiram efetivamente níveis epidêmicos dignos de uma guerra civil latente que não encontra paralelo no continente europeu.

A violência pública nas *banlieues* desprivilegiadas toma essencialmente a forma de pequena delinqüência (roubos de mercadorias do interior de carros e roubos de carros ou motos), de depredação de construções e de brigas entre jovens que participam de formas de sociabilidade operárias masculinas que não se devem confundir com práticas delinqüentes (Mauger, 1983). O sentimento de insegurança que reina em Quatre Mille, por exemplo, é principalmente alimentado pelo isolamento dos habitantes, pelo meio ambiente degradado do bairro e por essa pequena delinqüência que faz dos jovens os bodes expiatórios de todos os males do bairro. Os assaltos à mão armada são raros (cerca de 20 para toda a cidade em um ano normal) e os crimes mais graves quase nunca acabam em morte. De fato, a taxa de criminalidade de La Courneuve é pouco mais elevada que a média nacional e a frequência de assaltos a moradias é bem menor que em Paris (Avery, 1987, capítulo 7: *Insécurité*).

No gueto norte-americano, a violência física é uma realidade imediatamente palpável que desorganiza todas as dimensões da existência cotidiana.²² É inimaginável pegar o metrô e ir passear livremente no South Side de Chicago para bater papo com alguém como podemos fazer em La Courneuve ou em qualquer bairro da *banlieue* parisiense: a frequência de homicídios, de estupros, de roubos e de agressões é tamanha que provoca o desaparecimento virtual do espaço público. Assim, os habitantes do gueto organizam sua rotina diária de forma a evitar ao máximo sair de casa, utilizar transportes coletivos ou atravessar um local público. Pesadas grades de metal protegem as janelas e as portas de entrada das residências. No coração do South Side, os enfrentamentos incessantes entre gangues e traficantes de droga tornam-se uma verdadeira guerrilha urbana terrivelmente mortal em razão da banalização das armas de fogo – revólveres automáticos, fuzis automáticos, metralhadoras Uzi são moeda-corrente nas ruas do gueto. Em 1990, o número de assassinatos ultrapassava a taxa astronômica de 100 em 100 mil habitantes. O homicídio intencional é a primeira causa de mortalidade dos jovens negros urbanos; em Harlem, a expectativa de vida de um negro, de 35 anos, é inferior à de um habitante de Bangladesh. Nos grandes conjuntos, os tiroteios são tão comuns que as crianças aprendem desde pequenas a se jogar no chão e a rastejar para evitar as balas. As escolas públicas não são poupadas. A instalação de pórticos de

²¹ Esses números foram extraídos do recenseamento de 1980 (Chicago Fact Book Consortium, 1984). Tudo indica que os dados do recenseamento de 1990, ainda não disponíveis, revelarão um agravamento da situação do gueto.

²² Para mais detalhes, ver Wacquant (1992b). Sobre as raízes históricas da "cultura de violência" do gueto negro norte-americano, ver Lane (1986).

detecção de metais na entrada dos estabelecimentos, a prática de revista em edifícios e as patrulhas de polícia nos corredores não conseguem conter a violência: todo ano, várias dezenas de crianças são mortas no pátio ou nas imediações do colégio.

5. Políticas urbanas e degradação da qualidade de vida: outro contraste marcante entre gueto e "banlieue" é o estado de deterioração do parque de habitações, das infra-estruturas públicas e da qualidade de vida. A malha urbana da *inner city* norte-americana é incomparavelmente mais deteriorada que a *banlieue* francesa mais desprivilegiada, a tal ponto que é difícil, para alguém na França, ter uma idéia exata do processo multiforme de quase-desertificação urbana de que foi produto o gueto negro no final do século XX. Vinte e cinco anos depois dos grandes tumultos raciais de 1965-68, os bairros afro-norte-americanos pobres da cidade de Nova York, de Chicago, ou Detroit parecem "zonas de guerra" – é o termo empregado por seus habitantes – que teriam sido submetidas a um intenso bombardeio: milhares de edifícios abandonados ou desmoronados, carcaças de lojas queimadas, fábricas enferrujadas e casas condenadas, entrecortadas por terrenos baldios cobertos de lixo e entulho, margeiam quilômetros de ruas com calçadas intransitáveis, mal iluminadas à noite e desprovidas de toda forma de vida. Ruas, pontes, túneis, esgotos, linhas ferroviárias, mas também corpos de bombeiro, delegacias de polícia, hospitais e escolas se encontram com bastante frequência em estado de decadência avançada devido à política de "encolhimento planejado", iniciada em meados dos anos 1970 em resposta à crise fiscal das cidades grandes, que atingiu o gueto com uma parte desproporcional dos cortes orçamentários, sem contar que, desde então, os fundos destinados pelo governo federal à manutenção e ao desenvolvimento urbanos não pararam de diminuir. Hoje, a maior parte dos programas de ajuda ao gueto instituídos sob a égide da *Great society* de Lyndon Johnson foi esvaziada de seu conteúdo ou definitivamente suspensa.

A formação de tais espaços urbanos sem função em plena aglomeração é impensável na França, onde a gestão do espaço e das populações é objeto de um enquadramento político-administrativo rígido (até mesmo sufocante) que mobiliza uma densa rede de atores locais, regionais e nacionais. Além disso, desde o início dos anos 1980, as *banlieues* operárias degradadas, rebatizadas de "setores sensíveis", são alvo de um projeto de renovação chamado "Desenvolvimento Social dos Bairros" (DSQ), que provocou a retração do hábitat insalubre e que chega, em certos locais, a frear a saída das camadas médias dos conjuntos habitacionais (Lenoir, Guignard-Hamon e Smadja, 1989). Em La Courneuve, uma ambiciosa operação de reabilitação de Quatre Mille foi engajada a partir de 1983 com o objetivo de melhorar as condições físicas do bairro. Porém, esses melhoramentos do hábitat e dos espaços externos, como as múltiplas

atividades impulsionadas pela municipalidade a título de integração do bairro (oficinas de informática, local de encontro para as mulheres, clube de música, ajuda a jovens imigrantes etc.), constituem somente fachada na medida em que não atingem a raiz do verdadeiro mal que aflige os habitantes de Quatre Mille: o desemprego e o subemprego. Mas essas intervenções têm não só o mérito de entravar o processo de marginalização social dos residentes, como também testemunham uma vontade e uma tomada de responsabilidades coletivas que se opõem à atitude de *benign neglect* dos poderes públicos norte-americanos. Não obstante suas insuficiência e lentidão, o programa DSQ (e a instauração da Renda Mínima de Inserção, que é seu pêndulo "social") destoa fortemente da política de abandono urbano de Washington, que, combinada à persistência da segregação racial, constitui uma das principais causas da acumulação das desarticulações sociais no interior do gueto negro.

A análise da ecologia, da estrutura social e da vida cotidiana nestes territórios de exclusão que são o gueto norte-americano e a "banlieue" francesa pressupõe duas formas socioespaciais de naturezas diferentes, embora bastante semelhantes como fenômeno. Se uma e outra são, cada uma em sua ordem nacional, zonas desprivilegiadas onde se sobrepõem diversas formas de desigualdade e onde se acumulam deficiências sociais e dificuldades pessoais, os mecanismos de agregação e de segregação que determinam sua constituição e que levam à marginalização de seus habitantes não são os mesmos. Contrariamente ao gueto negro norte-americano, a "banlieue" francesa não é uma formação social *homogênea*, portadora de uma *identidade cultural unitária*, usufruindo de *autonomia e duplicação institucionais* avançadas, fundadas sobre uma *clivagem dicotômica entre raças* (ou grupos étnicos) oficialmente *reconhecida ou tolerada pelo Estado*.

Falar de "gueto" na França, rendendo-se à importação contrabandeada de conceitos norte-americanos muito mais difundidos que compreendidos, só torna mais difícil um diagnóstico rigoroso tanto da situação da comunidade negra dos Estados Unidos quanto da trajetória das populações marginalizadas das *banlieues* populares francesas. É, primeiramente, desconhecer a especificidade histórica da divisão racial da sociedade norte-americana, clivagem no enraizamento muitas vezes centenário que a inscreveu tanto no espaço quanto no âmago das instituições e das mentes, e que, não admitindo termo mediador,²³ encontra

²³ Em continuação da aplicação rígida da regra dita hipodescendente, esse instrumento de "sociodicée" da escravatura que destina a toda pessoa que tenha "uma gota de sangue negro" a identidade de negro, a categoria de "mestiço" não tem existência socialmente reconhecida na sociedade norte-americana, apesar da mestiçagem biológica quase-universal da "comunidade negra", caso praticamente único no mundo, segundo Davis (1991).

seu prolongamento em estratégias sociais e em políticas estatais racialmente polarizadas e polarizadoras. É, em seguida, apagar todas as diferenças entre a França e os Estados Unidos legadas pela história urbana e continuamente reativadas pelas estruturas e tradições estatais profundamente díspares dos dois países. É, enfim, amalgamar indevidamente imigração e desarticulação dos bairros, enquanto tudo indica que esses dois "problemas" obedecem a lógicas sociais que, apesar de não serem distintas, não se confundem.

Wittgenstein (1977, p. 14) recomenda, nos seus *Vermischte Bemerkungen*, "desconfiar do poder que a linguagem tem de fazer com que tudo se pareça". Este conselho parece se aplicar com uma pertinência particular ao termo gueto, cujo uso descontrolado – para não dizer irresponsável – no debate francês sobre a cidade tem tido como efeito principal obscurecer o processo de decomposição dos territórios operários e reforçar a espiral da estigmatização que tende a fazer das "banlieues" guetos simbólicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÏCHOUNE, Farid. *Nés en banlieue*. Paris: Ramsay, 1991.
- AVERY, Desmond. *Images brisées d'une cité. Civilisations de La Courneuve*. Paris: L'Harmattan, 1987.
- BACHMANN, Christian; BASIER, Luc. *Mise en images d'une banlieue ordinaire. Stigmatisations urbaines et stratégies de communication*. Paris: Syros, 1989.
- BEST, Joel. (Org.). *Images of Issues: Typifying Contemporary Social Problems*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1989.
- _____. *Threatened Children: Rhetoric and Concern About Child-Victims*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Mission impossible. Entretien avec Pascale Remond, chef de projet dans le nord de la France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 90, p. 84-94, dez. 1991.
- CALOGIROU, Claire. *Défendre son honneur*. Paris: L'Harmattan, 1989.
- CHAMPAGNE, Patrick. *La construction médiatique de la pauvreté: le cas des "émeutes" de Vaulx-en-Velin*. Comunicação apresentada à conferência Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, maio 1991.
- CHICAGO FACT BOOK CONSORTIUM. *Local Community Fact Book: Chicago Metropolitan Area*. Chicago: Chicago Review Press, 1984.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mobs and Rockers*. Londres: McGibbon and Kee, 1972.

DAVIS, James C. *Who's Black? One Nation's Rule*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1991.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Three Worlds of Welfare*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

EUVREMER, L.; EUVREMER, Y. La honte. *Archivari*, jul. 1985. Sem paginação.

GUSFIELD, Joseph. *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles S. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arena Model. *American Journal of Sociology*, n. 94, p. 53-78, jul. 1988.

HIRSCH, Arnold R. *Making the Second Ghetto: Race and Housing in Chicago, 1940-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KATZ, Michael. *In the Shadow of the Poorhouse: A Social History of Welfare in America*. Nova York: Basic Books, 1987.

KORNBLUM, William. Who is the Underclass? *Dissent*, Spring 1991.

LANE, Roger. *Roots of Violence in Black Philadelphia, 1860-1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

LAPEYRONNIE, Didier; FRYBES, Marcin. *L'Intégration des minorités immigrées. Étude comparative France-Grande-Bretagne*. Issy-les-Moulineaux: ADRI, 1990.

LE BRAS, Hervé. Le spectre des ghettos: et si l'Europe tombait dans le piège américain? *Le Nouvel Observateur*, jan./fev. 1989. L'Europe multiraciale 4.

LE MONDE. *La ville et ses banlieues*, Paris, fev. 1991. Dossiers et Documents, 185.

LENOIR, Noelle; GUIGNARD-HAMON, Claire; SMADJA, Nicole. *Bilan et perspectives des contrats de plan de développement social des quartiers*. Paris: Commissariat général du plan; La Documentation française, 1989.

LERAY, Rudy. Les quartiers sensibles en Île-de-France. *Données sociales Ile-de-France 1989*. Paris: INSEE, 1989.

MAUGER, Gérard; FOSSÉ-POLLIAK, Claude. Les loubards. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 50, p. 49-57, 1983.

MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma*. New York: Harper, 1945.

NOIRIEL, Gérard. *Le Creuset français. Histoire de l'immigration, XIXe-XXe siècles*. Paris: Editions du Seuil, 1988.

NOUVEL OBSERVATEUR. *Racisme: Enquête sur la ségrégation en France*, Paris, 22-28 mar. 1990.

PARIS MATCH. Paris, 15 jun. 1991. Manchete de capa.

PAUGAM, Serge. *La Disqualification sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

PÉTONNET, Colette. "Voyez, ils nous ont emmurés comme des pestiférés". *Espaces habités. Ethnologie des banlieues*, Paris: Galilée, 1982.

PIALOUX, Michel. Jeunesse sans avenir et travail intérimaire. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 19-47, 26-27 abr. 1979.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. *Islands in the Street: Gangs in Urban American Society*. Berkeley: University of California Press, 1991.

SPECTOR, Malcolm; KITSUSE, John I. *Constructing Social Problems*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1987.

STEINBERG, Steven. *The Ethnic Myth*. Boston: Beacon, 1982.

TOURAINÉ, Alain. Le syndrome américain. *Le Figaro*, 9 out. 1990.

_____. La France perd-elle la tête? *Le Monde*, 17 jul. 1991.

WACQUANT, Loïc. Pour en finir avec le mythe des "cités-ghettos". *Les Annales de la Recherche Urbaine*, set. 1992a.

_____. Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain. In: BISHOP, Tom; FAURÉ, Christine. (Ed.). *L'Amérique des Français*. Paris: Editions François Bourin, 1992b.

_____. The Specificity of Ghetto Poverty: The Sociopolitical Logic of Urban Exclusion in Paris's Red Belt and Chicago's Black Belt. In: WILSON, William Julius (Org.). *Urban Poverty and Family Life in the Inner City*. Boulder: Westview Press, 1993.

WACQUANT, Loïc; WILSON, William Julius. Poverty, Joblessness and the Social Transformation of the Inner City. In: ELLWOOD, David; COTTINGHAM, Phoebe. (Org.). *Welfare Policy for the 1990s*, Cambridge: Harvard University Press, 1989a.

_____. Racial and Class Exclusion in the Inner City. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 501, p. 8-25, jan. 1989b.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Vermischte Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.

Proscritos da cidade: estigma e divisão no gueto norte-americano e na periferia urbana francesa *

AMERICANIZAÇÃO DA POBREZA NA CIDADE EUROPÉIA?

Ao longo da década de 1980, duas tendências entrelaçadas têm reconfigurado a face das cidades da Europa Ocidental. A primeira diz respeito ao surgimento das mais variadas desigualdades urbanas e à cristalização de novas formas de marginalização socioeconômica, algumas das quais parecem adquirir um componente claramente "étnico", que se alimenta dos processos de segregação espacial e de agitação social (Wacquant, 1993a). A segunda refere-se à emergência e à disseminação de ideologias e tensões etnoraciais ou xenofóbicas, conseqüências do aumento simultâneo do desemprego persistente e do assentamento permanente de imigrantes, antes considerados trabalhadores temporários.

Se ainda falta muito para elucidar as estruturas dessa "nova pobreza" (Marklund, 1990), suas manifestações empíricas em diferentes situações nacionais apresentam uma série de traços comuns. Desemprego prolongado ou atividades ocupacionais precárias, acúmulo de carências múltiplas no âmbito de famílias e de bairros, encolhimento das redes sociais e afrouxamento dos laços sociais, dificuldade das formas tradicionais de seguridade social e de assistência pública para atender ou corrigir a carestia e o isolamento: pode-se observar tudo isso, em graus variados, em todas as sociedades avançadas¹. Do mesmo modo, em todas as partes do continente, cresce a preocupação com o desenvolvimento de uma espécie de "racismo-europeu", objeto de novas teorias sobre seus laços históricos ou funcionais com o processo migratório, com a crise de ordem nacional e com vários aspectos decorrentes da transição pós-fordista, ainda em curso (por exemplo, Balibar, 1991; Miles, 1992; Wieviorka, 1992).

A coincidência entre as novas formas de exclusão urbana e o conflito e a segregação de caráter etnoracial tornam plausível a noção de que a pobreza européia está se "americanizando". Assim, diversos estudos europeus (não todos, evidentemente) têm buscado nos Estados

* Publicado em *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, p. 64-83, nov. 1999. Tradução de John Monteiro.

¹ Uma amostra dos debates em torno da "nova pobreza" na Inglaterra, França, Itália e Holanda pode ser encontrada em Townsend et al. (1987), Paugam (1991), Mingione (1991), Mingione e Morlicchio (1993) e Engbersen (1989).

Unidos um apoio analítico no esforço de desvendar o processo atual de degradação das condições e das relações urbanas em seus respectivos países: é daí que vem a difusão transatlântica de conceitos, modelos e mesmo de teorias já prontas a partir das atuais (e não-atuais) ciências sociais norte-americanas². Isso se torna visível no debate público, ao mesmo tempo preocupado e confuso, na França – bem como na Bélgica, na Alemanha e na Itália –, onde se discute a suposta formação de “guetos” de imigrantes nos decadentes bairros operários que abrigam os grandes conjuntos de habitação popular conhecidos como *cités*.

Essa mesma tendência pode ser detectada na disseminação da noção de “*underclass*” – uma nova classe subalterna – na Inglaterra e em seu contrabandamento para a Holanda, a fim de enfrentar os problemas postos para a cidadania pela emergente concatenação de desemprego, discriminação étnica e declínio urbano³. Mas essa apropriação de conceitos se assenta num terreno analítico que é, no mínimo, movediço, pois pressupõe o que antes precisaria ser estabelecido com mais firmeza – isto é, que o idioma conceitual norte-americano das “relações raciais” tem algum sentido no interior das realidades urbanas européias – sem que se pergunte em que medida as categorias norte-americanas convencionais (ou mesmo os conceitos mais novos, como a noção basicamente mítica de “*underclass*”) têm validade em seu próprio território.

A melhor maneira de responder – ou, pelo menos, de reformular de forma proveitosa – a essa indagação é apresentar uma comparação sistemática e bem fundamentada empiricamente das formas contemporâneas da desigualdade urbana e da exclusão etnoracial ou de classe que: 1) não presuma que o aparelho analítico forjado de um lado do Atlântico poderá ser imposto ao outro e seja sensível ao fato de que todas as ferramentas conceituais “nacionais” carregam pressupostos sociais, políticos e morais específicos que refletem a história diferenciada da sociedade e do Estado em cada país; 2) leve em conta os significados e as experiências vividas de imobilidade social e de marginalidade; e 3) procure situar as

² Para dar um exemplo, a Escola de Chicago entrou na moda em certos círculos acadêmicos franceses (com a tradução de *The Ghetto*, de Wirth, além de uma coletânea com textos dos fundadores da ecologia urbana), apesar de esse paradigma ser considerado obsoleto quase universalmente, após as críticas teóricas devastadoras das últimas décadas (Gottdiener e Feagin, 1988).

* A palavra *cité* foi mantida neste artigo de acordo com a tradução para o português, publicada em *Novos Estudos CEBRAP*, 1999, embora muitas vezes o termo possa referir-se a *banlieue*, conforme utilizado em outros artigos. (N. do R.).

³ Sobre o vivo debate em torno do “gueto” na França, consultar, entre outros, Vieillard-Baron (1987), Touraine (1991) e Désir (1992), sendo que Wacquant (1992c) apresenta uma síntese; uma crítica mais detalhada deste “pânico moral” aparece em Wacquant (1992a e 1992b). As discussões sobre a “*underclass*” – algo entre “classe marginalizada” e “subclasse” – na Grã-Bretanha e na Holanda (país onde o termo possui um sentido bem diverso do que o sugerido no contexto norte-americano) encontram-se em Dahrendorf (1989) e em Engbersen et al. (1993).

estratégias individuais e as trajetórias coletivas tanto na estrutura social local como no quadro mais amplo do mercado e do Estado nacional.

Este artigo faz parte de um esforço mais abrangente para contribuir com uma sociologia comparada nos moldes anteriormente delineados, por meio de uma análise das estruturas sociais e mentais da exclusão urbana no Cinturão Negro dos Estados Unidos e no Cinturão Vermelho da França (Wacquant, 1992a, 1992b, 1993b). Aqui, a expressão Cinturão Negro é utilizada para assinalar o que restou do histórico “*dark ghetto*” (Clark, 1965) nas grandes metrópoles do Nordeste e do *Midwest* dos Estados Unidos, isto é, os dilapidados redutos raciais situados no miolo metropolitano, que têm dominado os debates público e acadêmico recentes sobre a raça e a pobreza na América do Norte⁴. O Cinturão Vermelho, por seu turno, não só se refere aos municípios que circundam a Grande Paris, redutos históricos do Partido Comunista Francês, mas também, de forma mais abrangente, aos modos tradicionais de organização das “cidades operárias” francesas (Magri e Topalov, 1989), assentados no emprego industrial masculino, numa forte cultura operária com uma consciência de classe solidária e na incorporação da população através de uma densa rede de organizações sindicais e municipais, integrando estreitamente o trabalho, o lar e a vida pública. É precisamente nesses bairros operários de periferias que a agitação e as desigualdades urbanas se sedimentaram, tornando a questão da *banlieue* um dos problemas públicos mais prementes na França dos anos 1980⁵.

A análise que se segue utiliza dados de diversas fontes primárias e secundárias e reúne observações provenientes de censos demográficos, *surveys* e pesquisas de campo realizadas no gueto norte-americano e na *banlieue* francesa. No lado francês, concentro-me na cidade de La Courneuve, no Cinturão Vermelho, sobretudo no mal-afamado conjunto habitacional Quatre Mille (assim chamado devido às 4 mil unidades que possuía originalmente). Com uma população de 36 mil habitantes, La Courneuve é um subúrbio mais antigo, governado pelos comunistas, situado a nordeste de Paris entre a capital e o aeroporto Roissy-Charles de Gaulle, no miolo de uma paisagem industrial decadente e densamente urbanizada. No lado norte-americano, enfoco o gueto da zona sul de Chicago – South Side –, onde conduzi uma pesquisa de campo

⁴ Deixo de lado, propositalmente, uma espinhosa questão: em que medida os bairros negros e operários e de classe alta que se localizam fora do tradicional “Bronzeville” – bairros de classe média na cidade – constituem um gueto ou “hipergueto” que é reconfigurado fora do centro urbano e diferenciado espacialmente?

⁵ Sobre a formação histórica do Cinturão Vermelho, ver Stovall (1990), sobre sua crise e desagregação, Dubet e Lapeyronnie (1992). Jazouli (1992) narra a ascensão da *banlieue* enquanto questão pública. Breton (1983) oferece um relato de primeira mão do ambiente distintivamente proletário na vida e na cultura da cidade de La Courneuve, no Cinturão Vermelho.

etnográfica em 1988-91. South Side é uma vasta área de ocupação negra que abriga aproximadamente 130 mil habitantes, a maioria desempregada, vivendo abaixo da "linha de pobreza" estabelecida pelo governo federal norte-americano. Em outros trabalhos, apresentei uma sociografia detalhada desses dois locais, sublinhando diversos traços e tendências morfológicas comparáveis⁶. Em resumo, ambos apresentaram uma população em declínio, com uma estrutura etária e de classe bastante distorcida, dominada por jovens, trabalhadores manuais e prestadores de serviços sem qualificação profissional; e abrigavam grandes concentrações de "minorias" (imigrantes norte-africanos, de um lado, e negros, do outro), que de forma geral revelavam altas taxas de desemprego, decorrentes de desindustrialização e de mudanças no mercado de trabalho. A comparação também demonstrou diferenças estruturais e ecológicas, sugerindo que a *banlieue* operária francesa em declínio e o gueto negro norte-americano constituem *formações socioespaciais distintas*, produzidas por diferentes lógicas institucionais de segregação e agregação e resultando em índices muito elevados de destruição, pobreza e sofrimento no gueto negro. Simplificando muito, pode-se afirmar que a exclusão no Cinturão Negro se baseia na cor, com o reforço dos fatores classe e Estado, enquanto no Cinturão Vermelho ela se baseia na classe social, embora amenizada pelo Estado (Wacquant, 1992b, p. 98-9). Como resultado, o primeiro constitui um universo racial e culturalmente homogêneo, caracterizado pela baixa densidade organizacional e pela pequena penetração do Estado, ao passo que o segundo se mostra fundamentalmente heterogêneo quanto à sua composição étnica e de classe, com uma forte presença das instituições públicas.

O objetivo deste artigo é desenvolver algumas das constâncias e variações nas estruturas socioorganizacionais e cognitivas da exclusão urbana, contrastando duas dimensões do cotidiano que estão presentes tanto na *banlieue* quanto no gueto, embora, conforme veremos adiante, com inflexões, graus de urgência e dinâmicas sociopolíticas bastante discrepantes.⁷ Na primeira parte, discute-se o poderoso estigma associado ao fato de residir numa área reconhecida publicamente como "local de despejo" para pessoas pobres, famílias operárias cada vez mais destituídas e grupos e indivíduos marginalizados. Pobreza muitas vezes é

⁶ Ver Wacquant (1993b) para uma discussão mais detalhada dos dados, da comparabilidade das fontes e de diversas preocupações importantes de metodologia e de teoria. Para uma análise de raízes sociopolíticas, dos sentidos e dos usos dos novos discursos que brotaram em torno da chamada "*underclass*" do lado norte-americano e da *banlieue* do lado francês, ver Wacquant (1992b, p. 82-7) e Wacquant (1992a, p. 28-30), respectivamente.

⁷ Em outro trabalho, em preparação, completamos essa análise, ao compararmos a densidade e a diversidade organizacional entre o Cinturão Vermelho e o Cinturão Negro e ao examinarmos as diferenças no impacto da delinquência e da violência sobre as relações sociais e o espaço público nesses dois cenários urbanos.

(equivocadamente) igualada a privação material ou a renda insuficiente. Contudo, além de ter de enfrentar a falta de condições adequadas e de meios de sobrevivência, quem é pobre numa sociedade rica tem o *status* de anomalia social e perde o controle sobre sua representação e sua identidade coletiva: a análise da pecha pública, que marca tanto o gueto norte-americano quanto a periferia urbana francesa, serve para realçar a desapropriação simbólica que transforma seus habitantes em verdadeiros proscritos sociais.

A segunda parte aborda a questão das divisões sociais e das bases do conflito existente nos bairros de pobreza concentrada estigmatizados na França e nos Estados Unidos, identificando alguns dos fatores que explicam a falta de poder social das divisões étnorraciais no Cinturão Vermelho, apesar da sua proliferação discursiva na esfera pública.

TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS – EXPERIÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS

Qualquer sociologia comparativa com a "nova" pobreza urbana em sociedades avançadas terá de levar em conta o poderoso estigma que acompanha o fato de residir em espaços delimitados e segregados, estes "bairros de desterro"⁸ que abrigam, cada vez mais, as populações marginalizadas ou condenadas à superfluidade pela reorganização pós-fordista da economia e do Estado. Isso se faz necessário não apenas porque o estigma é a característica mais patente da experiência vivida pelos que se encontram encurralados nessas áreas, mas também porque fornece, simultaneamente, uma explicação para certas semelhanças nas estratégias adotadas para lidar com a situação – ou para escapar dela –, assim expressando os traços superficiais comuns que têm dado alguma legitimidade à idéia de uma convergência transatlântica entre os "regimes de pobreza" da Europa e dos Estados Unidos.

"É como se tivesse uma peste por aqui"

Situadas no degrau mais ínfimo do sistema nacional de habitação popular, sujeitas a um contínuo declínio material e demográfico desde a sua inauguração no início dos anos 1960 e marcadas pelo grande afluxo de famílias estrangeiras que se adensou a partir dos meados da década de

⁸ Aqui tomamos emprestado o título de um estudo recente sobre as *banlieues* francesas, de autoria de François Dubet e Didier Lapeyronnie (1992, p. 114). Eles escrevem: "O mundo das *cités* é dominado pelo sentimento de exclusão, que antes de mais nada se manifesta em referências aos temas da reputação e do desprezo. As diversas *cités* são hierarquizadas numa escala de má fama que afeta todos os seus aspectos (...) e cada um de seus moradores. As *cités* sofrem de um verdadeiro estigma."

1970 (Barrou, 1992), as *cités* da periferia urbana francesa carregam uma imagem pública negativa que, de imediato, as associa com a incidência desenfreada de delinquência, de imigração e de falta de segurança, a ponto de se tornarem conhecidas quase universalmente como “pequenas Chicagos”, mesmo entre seus moradores⁹. Morar numa habitação de baixa renda no Cinturão Vermelho significa estar confinado a um espaço estigmatizado, a um local maculado que é encarado como uma espécie de “prisão” (Pialoux, 1979, p. 19-20; Bachmann e Basier, 1989). É nesse sentido que tanto a mídia quanto os moradores se referem ao conjunto Quatre Mille como uma “caçamba”, “a lata de lixo de Paris” ou, ainda, uma “reserva” (Avery, 1987, p. 13), epítetos distantes da designação oficial de “bairro sensível”, usada pelas autoridades responsáveis pelo programa de reurbanização do governo.

Nos últimos anos, o peso do estigma tem aumentado de forma significativa, com a emergência de um discurso que aponta para a formação de *cités-ghettos*, as quais na maioria das vezes são (mal) representadas como bolsões crescentes da pobreza e desordem “árabes”, sintomáticas de uma incipiente “etnicização” do espaço urbano francês.

Deve-se ressaltar, contudo, que não é assim que é visto por seus moradores o conjunto Quatre Mille. Eles lançam mão de taxonomias próprias para organizar o cotidiano, diferenciando diversas subunidades no interior do conjunto de um todo que, com efeito, possui um significado apenas administrativo e simbólico – ainda que com conseqüências palpáveis. Aquilo que, do ponto de vista externo, parece ser um conjunto monolítico, da perspectiva de seus moradores é um emaranhado de “microlugares”: assim, os que ocupam o setor norte do conjunto não querem ser associados a seus correspondentes do setor sul, a quem consideram “marginais” (*racaille* ou *caillera*, na gíria dos jovens do local), e vice-versa. “Para os moradores do conjunto Quatre Mille, mudar de prédio pode significar mudar de vida” (Bachmann e Basier, 1989, p. 46; ver também Dulong e Paperman, 1992). No entanto, os habitantes das *cités* também possuem uma viva percepção de que eles foram “exilados” num espaço degradado, que os desqualifica coletivamente (Pétonnet, 1979, p. 211). Nas palavras de Rachid, um ex-morador do conjunto Quatre Mille, o sentido da indignação é expresso com virulência, quando lhe perguntam sobre a possibilidade de voltar a morar no conjunto:

⁹ Ver, por exemplo, Dubet (1987, p. 75), Laë e Murard (1985, p. 7-8) e Dubet e Lapeyronnie (1992, p. 115). Bachmann e Basier (1989, p. 86 e 97) iniciam seu estudo mostrando a imagem popular de La Courneuve, dando o seguinte título para o primeiro capítulo: “Chicago, Varsóvia, Nova Déli, La Courneuve”. Recordam, ainda, que já em 1971 o proprietário do único cinema da cidade na época provocara uma celeuma ao comparar, publicamente, La Courneuve a Chicago. Em 1983, a polícia municipal achou necessário lembrar aos jornalistas que “La Courneuve não é Chicago, não é preciso exagerar”. Outros apelidos usados com frequência para evocar a degradação e a suposta falta de segurança das *cités* francesas são “Harlem” e “Bronx”.

“Voltar para lá seria como ser insultado mais uma vez. O *Quatre Mille* é um insulto (...) Para muitos, morar no Quatre Mille é uma vergonha”. Quando o entrevistador indagou sobre a possibilidade de resgatar o conjunto por meio da reurbanização, Rachid foi muito direto em sua resposta:

Reurbanizar é participar dessa vergonha. Se você concorda em participar do jogo, então, de certo modo, está endossando a vergonha. Chegamos a um ponto sem retorno, onde não há solução a não ser demolir a coisa toda. Mesmo porque as pessoas aqui concordam que há apenas uma única solução: “Precisa detonar isso aqui.” Vá lá e pergunte a eles (...). Quando você não se sente bem por dentro, quando você não se sente bem por fora, quando não tem emprego, não tem nada a seu favor, então você detona as coisas, é assim que é. Toda a merda que eles estão fazendo, tentando arrumar o coletor de lixo e a entrada do prédio, a pintura, nada disso adianta: vai ser estourado na hora. É idiota. É a coisa toda que é o problema (...). Precisa detonar a coisa toda. (apud Euvremer e Euvremer, 1985, p. 8-9)

Para Sali, outro jovem norte-africano do Quatre Mille, o conjunto é “um universo monstruoso”, visto pelos seus habitantes como um instrumento de confinamento social:

É uma prisão. Eles [os moradores de segunda geração] estão numa prisão, foram bem enganados, e quando estão todos juntos, eles lutam karatê contra as caixas de correio e estouram tudo. Isso tudo é muito fácil de compreender. (Euvremer e Euvremer, 1985, p. 9; também, Bourdieu, 1991, p. 12-3)

A violência verbal desses jovens, assim como o vandalismo praticado por eles, devem ser compreendidos como resposta à violência socioeconômica e simbólica à qual se sentem submetidos por serem relegados a um lugar tão desprestigiado. Não são surpreendentes, portanto, a enorme desconfiança e a amargura que cultivam em relação à capacidade das instituições políticas e à vontade das lideranças locais de sanar o problema (Aïchoune, 1991; Jazouli, 1992).

Seria difícil os moradores da *cité* não ligarem para o desprezo do qual são objeto, uma vez que o estigma de morar num conjunto de habitação popular de baixa renda tem sido associado à pobreza, ao crime e à degradação moral, o que os afeta em todos os aspectos da vida – na procura de empregos, no envolvimento romântico, na relação com agentes de controle social, como a polícia ou os órgãos de bem-estar social, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas. Os moradores do conjunto Quatre Mille decerto atribuem todos os males de suas vidas ao fato de estarem “presos” num conjunto habitacional “podre”, o que

eles percebem através de uma série de oposições homológicas (*banlieue*/cidade, nós/eles, dentro/fora, baixo/alto, selvagem/civilizado), reproduzindo e reforçando as opiniões de desprezo dos não-residentes¹⁰. Quando perguntados onde moram, muitos “dos que trabalham em Paris dizem, evasivamente, que vivem nos subúrbios do norte” (Avery, 1987, p. 22), em vez de revelar seus endereços em La Courneuve. Alguns moradores vão até a delegacia de polícia para chamar um táxi, para evitar a humilhação de serem apanhados na porta do prédio. Os pais procuram evitar que suas filhas saiam com os “rapazes do Quatre Mille”¹¹.

A discriminação residencial prejudica a busca de emprego e contribui para a sedimentação do desemprego na região, uma vez que os moradores do Quatre Mille enfrentam a desconfiança e a reticência dos empregadores ao mencionarem o local onde moram. Um faxineiro da *cit * relata um incidente t pico em que ele ajudou novos moradores a entrar em contato com algumas firmas pelo telefone, sempre recebendo a resposta de que não havia vagas, assim que revelava de onde ligava: “  como se tivesse uma peste por aqui”, afirma ele, irritado (apud Bachmann e Basier, 1989, p. 54)¹². O estigma territorial afeta não são a intera o com os empregadores mas também com a polícia, a justiça e a burocracia do bem-estar social, as quais são capazes de modificar o

¹⁰ “Por que   que nós sempre vamos presos?   porque na *cit *, você se sente inferior aos outros, você não   igual aos outros: os outros, eles têm amigos na cidade,  o festas, têm uma casa limpa onde, mesmo fazendo alguma coisa, a água não se infiltra, as paredes não desmancham. Quando você vem da *cit *, a reputa o te acompanha imediatamente. Desde que uma pessoa não saiba de onde você vem, então tudo bem, quando você conta para ela, você se sente envergonhado, você não ousa falar mais.” (apud Pialoux, 1979, p. 23)

¹¹ Em todas as *banlieues*, existe uma grada o hierárquica precisa da má fama entre elas, cuja manipula o suscita um ágil gerenciamento dos estigmas. Segundo relata um jovem de uma *cit * do Norte da França (Bourdieu, 1991, p. 11): “  meio engraçado quando você fala com garotas que vivem numa *cit * que   um pouquinho mais limpa (...). Você fala ‘Eu moro na Roseaie’ (...). A , elas vão embora, acabou a conversa.   por isso, não   bom. Então tem que jogar uma boa conversa nelas”. Um amigo acrescenta: “Elas pensam que você   um bandido.”

¹² Esse padrão de discrimina o não   um fenômeno apenas da década de 1980; na verdade, acompanha a própria existência das *cit s*, conforme observa Colette Pétonnet (1982, p. 147) a partir de uma pesquisa de campo realizada no início dos anos 1970: “Os comerciantes e os empregadores mostram-se hesitantes diante de uma popula o cuja reputa o   carregada de um cont do miserável e vil. Os jovens reclamam: ‘Não conseguimos achar nenhum emprego. Na hora que dizemos que moramos l , acabou! O padrão responde: Daremos uma resposta mais tarde.’” Pialoux (1979, p. 22) fez observa es semelhantes com respeito a outra cidade do Cinturão Vermelho no final dos anos 1970: “N s, jovens da *cit *, ficamos   parte, quando por exemplo procuramos emprego: em T, quando você diz que   da *cit *, eles botam você na rua na hora. Quanto a mim, eu não falo mais *cit * de C., digo número 70 na Avenida S. Mesmo em Paris, conhecem a *cit * de C.”

comportamento e os procedimentos quando lidam com um residente de uma *cit * deteriorada. “Todos os jovens lembram como a postura dos policiais muda quando se dão conta do endereço ao checarem a identidade deles” (Dubet, 1987, p. 75), pois morar na *cit * já carrega a suspeita de atividades ilícitas ou mesmo de culpa por alguma infra o. Um secundarista relata como foi abordado pelos fiscais do metrô em Paris: “Mostramos as nossas carteiras de identidade. Quando viram que  ramos do Quatre Mille, te juro! Eles ficaram (...) ficaram pálidos.” (apud Bachmann e Basier, 1989, p. 65)

“As pessoas realmente menosprezam você”

Nos Estados Unidos, o gueto negro continua a ser,   semelhança das *cit s*, um símbolo nacional de “patologia” urbana, ao passo que, para muitos, o processo acelerado de deteriora o que teve início na década de 1960, na esteira das insurrei es raciais, fornece provas inquestionáveis da dissolu o moral, da deprava o cultural e das deficiências comportamentais de seus habitantes¹³. Tanto as reportagens jornalísticas quanto as (pseudo) teorias acadêmicas que proliferam, para tentar explicar a suposta emergência da chamada “*underclass*”, têm acelerado a demoniza o do (sub)proletariado urbano negro, nitidamente separando-o simbolicamente da classe trabalhadora “de direito” e obscurecendo – portanto legitimando retroativamente – as políticas de abandono urbano e de conten o punitiva, responsáveis pelo declínio desses bairros (Wacquant, 1992d, p. 115-22; 1992e; também Katz, 1989; Gans, 1992).

Hoje em dia, o fato de morar no histórico Cinturão Negro de Chicago carrega o pressuposto automático de inutilidade social e inferioridade moral, que corresponde a uma consciência aguda da degrada o simbólica associada ao confinamento num universo odiado e desprezado¹⁴. Um aluno de uma escola técnica no South Side da cidade expressa da seguinte maneira esta sensa o de estar não apenas separado como também expulso da sociedade circundante:

¹³ Normalmente, quem   de fora “vê o gueto como um lugar misterioso e impenetrável onde brotam drogas, crime, prostitui o, mães solteiras, ignorância e doenças mentais” (Anderson, 1991, p. 167). Para os brancos de Brooklyn, o gueto vizinho representa uma realidade fechada e má que deve ser evitada, uma “selva habitada por ‘animais’ de pele escura cujas sexualidade selvagem e famílias desestruturadas desafiam qualquer no o de conduta civilizada (...). ‘Eles roubam, não possuem moralidade (...).   assim que eles vivem. Vivem como animais’” (Rieder, 1985, p. 25-6). Para as versões acadêmicas, mais atenuadas, dessa perspectiva, ver, entre outros, Banfield (1970), Jencks e Peterson (1991, p. 3, 96 e 155-6) e Mead (1992).

¹⁴ Para comprovar que isso não   exclusivo do gueto de Chicago, ver a sensível análise etnográfica feita por Wilkinson (1992, especialmente p. 78-88) da estigmatiza o territorial em um projeto de moradia pública mista – para negros e porto-riquenhos – em Roxbury, Boston.

As pessoas realmente menosprezam você em função do lugar de onde você vem e de quem você é. As pessoas não querem ter nada a ver com você (...). Você pode perceber isso quando vai a diferentes lugares, onde as pessoas te observam como se fosse um louco ou algo parecido. (Duncan, 1987, p. 63)

A difamação do gueto está inscrita primeiro no aspecto brutal de sua dilapidação física e no caráter separado e profundamente inferior de suas instituições, sejam as escolas públicas, as agências sociais, os serviços municipais, as associações de bairro ou as filiais de estabelecimentos financeiros e comerciais (Wacquant, 1992d; Orfield, 1985; Monroe e Goldman, 1988). As atitudes hesitantes e desdenhosas dos não-residentes reforçam isso constantemente: bancos, companhias de seguros, táxis, caminhões de entregas e outros tipos de serviços comerciais evitam o Cinturão Negro ou só se aventuram nele com muita cautela; amigos e parentes evitam visitar os moradores. "Meus amigos de outros lugares na verdade não querem vir para cá. E você também não tem vontade de convidar pessoas cultas: os muros estão todos pichados, com frases obscenas, coisas desse tipo", diz uma desempregada; crianças e mulheres que vivem nas moradias públicas da cidade têm dificuldade em manter laços pessoais com pessoas de fora, quando estas se dão conta de onde elas moram (Kotlowitz, 1991).

Desmond Avery (1987, p. 29), que viveu no conjunto Cabrini Green, de Chicago, e no Quatre Mille, de Courneuve, afirma que a discriminação residencial é igual ou maior em Chicago do que na periferia parisiense. Os moradores do gueto têm plena consciência do fato de que são penalizados no mercado de trabalho por residirem num bairro estigmatizado: "O seu endereço é o que impressiona na busca de emprego." Quem mora no South Side de Chicago, sobretudo num conjunto habitacional cujo nome se tornou epônimo de "violência e depravação", enfrenta mais esse obstáculo na árdua batalha por um emprego. Uma mulher desempregada, moradora no mal-afamado conjunto habitacional de Cabrini Green, comenta:

Devia ser considerado discriminação, mas eles conseguem burlar a lei, sabe? Sim, onde você mora é importante. Os empregadores reparam, eles reparam nos endereços, quando a proposta passa pelo departamento pessoal, eles olham aquele endereço: [com ar de preocupação] "Ah, você é daqui!".

Para além do olhar de desprezo dos outros e da realidade de exclusão da participação nas instituições formais da sociedade, o estado totalmente deprimido da economia e da ecologia exerce o efeito perverso de desmoralização sobre os residentes do gueto. Com certeza, os termos "deprimente" e "desestimulante" surgem com frequência na descrição que os moradores fazem do ambiente a seu redor. Além disso, no South

Side e no West Side de Chicago, 2/3 dos habitantes acham que seus bairros ou permanecerão no mesmo estado de flagelo ou até se deteriorarão no futuro próximo, que o único caminho para uma vida melhor é sair do bairro, e quase todos esperam sair de lá um dia. Entretanto, a possibilidade de acumular recursos para tal mobilidade ascendente é prejudicada pela natureza predatória das relações entre os moradores e pela pressão para manter a uniformidade social que pesa sobre os que aspiram a elevar-se acima do nível de pobreza comum à maioria dos habitantes: "Eles não deixam você progredir na vida. Eles roubam e furtam você e fazem outras coisas semelhantes", lamenta um operador de máquinas de 27 anos, residente no extremo sul da cidade. Levando em conta a incidência descomunal de crimes violentos (Wacquant, 1992e, p. 106-9), morar num gueto também envolve um risco considerável à integridade física e, como corolário, altos índices de estresse psíquico, resultando na depressão e no desgaste dos moradores. Não é de admirar, portanto, que a vida no Cinturão Negro esteja recheada de melancolia e fatalismo, um fato social que impõe um obstáculo para qualquer visão do futuro e que parece condenar os moradores a uma vida de constante fracasso e rejeição (Monroe e Goldman, 1998, p. 158-9 e 273; Kotlowitz, 1991; Wacquant, 1992f, sobretudo p. 56-8).

DO ESTIGMA À "DESORGANIZAÇÃO" SOCIAL¹⁵

De modo paradoxal, o fardo vivencial do estigma territorial mostra-se mais pesado para os habitantes da *banlieue* francesa do que para os do gueto norte-americano, apesar de estes viverem num ambiente consideravelmente mais desolado e opressivo (Wacquant, 1992a). Pelo menos três fatores ajudam a explicar essa disjunção aparente entre as condições objetivas e a (in)tolerância subjetiva dos que moram nesses lugares. Primeiro, a própria noção de relegar uma população a um espaço separa-

¹⁵ Utilizo aspas no termo "desorganização" simplesmente para expressar as tendências determinantes das estratégias sociais e seus efeitos de dessolidarização, porém em contraponto enfático com a idéia de que a *banlieue* francesa e o gueto norte-americano sofrem de "desorganização social", como foi (normativamente) entendido pela Escola de Chicago (por exemplo, Wirth, 1964, p. 44-9) e posteriormente adotado, sem que as premissas fossem questionadas, por pesquisadores da pobreza urbana. Conforme mostro por meio de uma análise densa da visão de mundo e das estratégias de sobrevivência cotidiana de um *hustler* – espécie de malandro profissional, trapaceiro – do South Side de Chicago, o gueto possui uma ordem social específica – que tem pouquíssimos recursos, muitíssimos predadores sociais, é racialmente separado e é mantido marginalizado institucionalmente e pelo funcionamento normal do Estado e do mercado – em que a entropia social que se pode observar é sustentada por padrões distintivamente sistêmicos e previsíveis, apesar da irregularidade aparente (Wacquant, 1992f, sobretudo p. 47-50).

do de inferioridade e de imobilidade social institucionalizada fere, de forma gritante, a ideologia francesa da cidadania unitária e da participação na comunidade nacional, uma ideologia adotada plenamente e invocada com veemência pelos jovens do Cinturão Vermelho, sobretudo entre os imigrantes de origem norte-africana de segunda geração, em seus protestos e manifestações de rua ao longo da década de 1980 (Jazouli, 1992)¹⁶. De forma contrastante, a rígida fronteira racial nos Estados Unidos, manifestada institucionalmente de forma mais visível no gueto negro, encontra-se tão arraigada na composição da paisagem urbana norte-americana que se tornou parte da ordem das coisas: a divisão racial é considerada já de antemão parte constituinte na organização econômica, social e política da metrópole¹⁷. Segundo, os moradores do gueto nos Estados Unidos tendem mais a adotar uma ideologia altamente individualista voltada para as realizações individuais do que os das *cités* francesas. Muitos, talvez a maioria, aceitam a postura socialdarwinista de que a posição social reflete, em última instância, o valor moral e os anseios pessoais¹⁸. Uma terceira, talvez a mais crucial, diferença entre o Cinturão Vermelho e o Cinturão Negro diz respeito ao caráter do estigma que cada um carrega: na França, este estigma é tão-somente residencial; porém, no caso norte-americano, ele é conjunta e inseparavelmente *espacial e racial*. A *banlieue* francesa é apenas uma entidade territorial que, ademais, contém uma população mista e multiétnica; para os moradores do Quatre Mille ou de qualquer outra *cité*, basta esconder o endereço para poder “ser aceito” na sociedade mais abran-

¹⁶ Isso se deve à sua rápida assimilação cultural à sociedade francesa, junto com a ausência de qualquer linguagem de etnicidade no repertório discursivo da política francesa (Lapeyronnie, 1987; Wacquant, 1992c), além da persistente crença na capacidade “civilizatória” do sistema escolar francês, herdada da era colonial – enfim, uma ironia (ou vingança) da história.

¹⁷ Muitas teorias acadêmicas (a começar pelo paradigma ecológico da Escola de Chicago) têm sustentado essa perspectiva, ao apresentarem a formação e a persistência dos bairros caracterizados pela segregação e por fronteiras etnoraciais claramente delineadas, como produtos “naturais” do “ciclo de relações raciais” ou de outras dinâmicas urbanas tidas como universais, quando na verdade são específicas à sociedade norte-americana.

¹⁸ Isso é coerente com a postura dominante entre os norte-americanos com respeito à desigualdade de oportunidades de forma mais geral (Kluegel e Smith, 1986, capítulo 3). Duncan (1987, p. 89) mostra que os moradores do gueto de Kenwood em Chicago avaliam tanto o êxito quanto o fracasso quase exclusivamente em termos pessoais. Um dos seus informantes do bairro de Woodlawn diz hiperbólico: “É, todo mundo pode sobreviver neste país. Tem tanta comida disponível. Você pode pegar comida das latas de lixo ou pedir restos num restaurante. Se alguém está passando fome neste país, é porque tem alguma coisa errada com ele. É fraco e talvez nem mesmo mereça sobreviver.” As pesquisas têm reiteradamente demonstrado que as “percepções equivocadas da classe média com respeito à motivação dos pobres muitas vezes são encampadas pelos próprios pobres” (Williamson, 1974, p. 634).

gente. Não é imediatamente perceptível qualquer outro marcador físico ou cultural que os identifique como residentes do Cinturão Vermelho, e, através de uso de técnicas simples de administração de impressões (Goffman, 1963), eles são capazes de se livrar do estigma, ainda que de forma apenas temporária. Assim, os adolescentes das *banlieues* pobres de Paris vão sempre “passear” nos distritos mais conceituados da cidade para fugir de seus bairros e para curtir a badalação. Ao atravessar espaços que não apenas simbolizam como também abrigam as classes altas, os suburbanos podem viver por algumas horas uma fantasia de inclusão social e participar, embora desempenhando o papel de outro, da sociedade mais abrangente (Calogirou, 1989, p. 64-9). Essa “troca de consciência” torna mais intolerável a idéia de exclusão permanente e o *status* de excluído que está vinculado ao confinamento numa *cité* deteriorada. Os moradores do Cinturão Negro não podem se dar ao luxo desse “contexto de percepção” dual. Porque o gueto não é simplesmente uma entidade espacial, nem mesmo um mero conjunto de famílias pobres, preso na parte inferior da estrutura de classes: é sua qualidade singular de *formação racial* que dá origem a uma teia de associações materiais e simbólicas entre cor, lugar e uma série de outras características cujo valor social é negativo (Pettigrew, 1971, p. 91-2 e 179-82). O fato de a cor servir como marca de identidade e como um princípio, de visão e de divisão, prontamente disponível para interpretação e uso no espaço e na interação pública (Feagin, 1991) torna praticamente impossível para os moradores livrarem-se do estigma que a residência no gueto traz¹⁹. Por exemplo, não se pode entrar à vontade nos bairros brancos adjacentes, pois “a presença de um jovem negro evoca a imagem de alguém perigoso, destrutivo ou desviante” (Monroe e Goldman, 1988, p. 27; Anderson, 1991, sobretudo p. 163-7), a ponto de ele ser imediatamente seguido e parado, ou sistematicamente perseguido, pela polícia. Os negros dos guetos norte-americanos sofrem uma estigmatização conjugada: acumulam o capital simbólico negativo atribuído à cor e à consignação a um território específico, reservado e inferior, ele próprio desvalorizado por ser o repositório dos elementos da classe mais baixa da sociedade e por ser uma reserva racial. Numa sociedade dividida por raça, em que todas as esferas da vida estão claramente codificadas por cor, considerando a parca possibilidade de escapar do gueto, a melhor solução parece ser transformar a necessidade em virtude, aprendendo a conviver com um estigma que, para os jovens da classe operária nas *cités* francesas, é tão ilegítimo quanto inaceitável.

¹⁹ Em geral, a não ser que ele compense seu *status* de casta inferior por meio de uma ostentação dos símbolos da cultura da classe média (branca), sempre se supõe que um negro é, por definição, morador de um gueto, proveniente da classe mais baixa. De acordo com Lewis Killian (1990, p. 10): “Para a maioria dos brancos, aceitar que uma família negra mude hoje para o seu bairro parece significar que os drogados e desempregados do gueto estarão à sua porta amanhã.”

Ainda assim, o principal efeito do estigma territorial é semelhante nos dois países: estimula práticas de diferenciação e distanciamento social interno que acabam diminuindo a confiança entre as pessoas e minando a solidariedade social no plano local. Para recuperar alguma dignidade e reafirmar a legitimidade de sua própria condição aos olhos da sociedade, os moradores da *cit * e do gueto no mais das vezes exageram seu valor moral como indivíduos (ou como membros da família), assim assumindo o discurso dominante que denuncia os que "se aproveitam" imerecidamente dos programas de assistência social, os "falsos pobres" e os que enganam os órgãos de bem-estar social para receber benefícios desonestamente.   como se a sua própria valoriza o dependesse necessariamente da desvaloriza o do bairro e dos vizinhos.

Também adotam uma série de estratégias de diferencia o social e de afastamento que convergem para prejudicar a coesão do bairro. Elas assumem três formas principais: a evita o mútua, a reconstitu o e a elabora o das "infradiferen as" ou micro-hierarquias e, finalmente, o desvio do opróbrio público para certos bodes expiatórios, tais como as conhecidas "famílias problemáticas", os estrangeiros, os traficantes de drogas ou as mães solteiras²⁰. Na *cit * francesa, os moradores frequentemente insistem em que se encontram ali "por acaso" e reclamam do desperdício de verbas públicas alocadas para os que, "ao contrário deles", não precisam realmente de assistência. Do mesmo modo, no gueto de Chicago, os moradores se negam a fazer parte de um bairro como rede de rela es pessoais e trocas, buscando destacar-se do que eles sabem ser um lugar e uma popula o de péssima reputa o. Uma enfermeira de 41 anos, residente do bairro de North Lawndale, um dos mais pobres da cidade, situado no West Side de Chicago, fala por muito de seus pares tanto no Cinturão Negro quanto no Cinturão Vermelho:

Não sei que diabo as pessoas [por aqui] fazem, acho que estou mais ou menos por minha conta. Não me associo às pessoas do bairro; quer dizer, falo com elas, mas quanto a saber alguma coisa sobre elas, realmente eu não sei.

²⁰ Para uma discussão convincente dessas estratégias, ver Paugam (1991, p. 193-205). Seria possível mencionar diversas cita es aqui, porém uma será suficiente: "Neste mundo de uma homogeneidade social negativa, a manipula o da tagarelice busca exagerar o valor de si mesmo e menosprezar o dos outros (...). De acordo com o discurso dominante, os estrangeiros são os responsáveis pela degrada o do bairro, pelo crime e pela falta de empregos (...) e pela desvaloriza o e estigmatiza o da *cit * (...). A nega o fantasiosa das rela es de vizinhança torna-se uma necessidade (...) assim como a estigmatiza o dos outros pelo baixo nível de escolaridade, acompanhada pela supervaloriza o de seus próprios dotes educacionais.   crucial demonstrar a adesão às normas dominantes [o que leva   cria o] de uma distância máxima entre uma pessoa e todas as demais famílias." (Calogirou, 1989, p. 17, 21-2 e 41). Ainda sobre esse ponto, ver também Pétonnet (1979, p. 220-34), Gwaltney (1980, p. 121-6), Kotlowitz (1991) e Wilkinson (1992).

Em suma, os moradores tanto da *cit * francesa quanto do gueto norte-americano formam uma comunidade impraticável, perpetuamente dividida contra eles mesmos. Porém, não podem furtar-se a reconhecer o caráter coletivo da situa o em que se encontram e, portanto, procuram desenvolver estratégias de distanciamento e de "saída" que tendem a convalidar as percep es negativas externas, assim alimentando uma profecia autocumprida implacável, em que o desprezo público e a desgraça coletiva acabam produzindo o que antes apenas descreviam: a saber, a fragmenta o social, a "desorganiza o" comunitária e a anomia cultural.

VISÃO E DIVISÃO SOCIAL NO GUETO E NA *CIT *

J  vimos que o nexos entre o estigma territorial, a falta de segurança e o abandono pelo Estado possui características distintivas no Cinturão Negro, em virtude do isolamento racial dos negros nos Estados Unidos. Isso se reflete na consciência de casta e nas divisões que estruturam a vida no gueto, onde a separa o entre negros e brancos   total. No Cinturão Vermelho de Paris, por outro lado, a oposi o principal não   entre franceses nativos e imigrantes, mas entre os jovens e todos os demais.

Muito embora a presença de estrangeiros, sobretudo as famílias de ascendência norte-africana, tenha se tornado mais concentrada nas *cit s* periféricas do Cinturão Vermelho desde que a restri o legal   imigra o se efetivou em 1974, a *banlieue* francesa continua sendo um universo altamente heterogêneo, no qual as categorias raciais ou étnicas possuem pouca força social.

Apartheid norte-americano   consciência racial dividida

Como resultado de sua experiência histórica de dois séculos de escravidão seguidos por um século de segrega o racial quase total, acompanhada por múltiplas formas de discrimina o, muitas das quais vigoram até hoje, os afro-norte-americanos elaboraram uma cultura ricamente expressiva, que lhes proporciona um conjunto distintivo de práticas, idiomas e signos, através dos quais podem construir a própria identidade e atribuir significado ao mundo que os circunda (Levine, 1977; Jone, 1985; Abrahams, 1970)²¹. Os Estados Unidos também se destacam

²¹ Não se podem negar a existência e a potencialidade estruturante da cultura afro-norte-americana, que une elementos do Velho Mundo e do Novo Mundo, apesar de ter se tornado, desde há muito, "historicamente desarticulada nas mãos dos estudiosos" (Levine, 1977, p. ix) e apesar de ser grosseiramente mal compreendida (ou mesmo totalmente negada) por analistas contemporâneos. Estes permanecem apegados a ultrapassadas concep es funcionalistas da cultura

pelo fato de disporem, nos termos de Orlando Patterson (1972, p. 28), de um "sistema racial classificatório", no qual "qualquer pessoa que não é branca e que possui o mais remoto traço de ascendência africana é considerada negra". Essa regra de "hipodescendência", ao ser fielmente observada, impediu a emergência de uma categoria mestiça ou mulata socialmente reconhecida, apesar da grande incidência de miscigenação entre as populações branca e negra, resultando numa divisão insuperável entre elas. Como era de se esperar, a raça constitui o eixo central em torno do qual gira a matriz cultural afro-norte-americana. A fronteira racial, inflexível e dicotômica, imposta aos negros pelos brancos em todas as dimensões da sociedade, que é mais visível na persistente segregação espacial entre as "raças" e nas taxas extremamente baixas de casamentos inter-raciais, manifesta-se em formas de conscientização ancoradas numa rígida oposição do "nós contra eles", espelhando as relações de casta que têm prevalecido historicamente entre negros e brancos.

A raça encontra-se inscrita em toda parte do gueto: objetivamente, na expressão do espaço ou nas instituições segregadas e inferiores que aprisionam a população e, subjetivamente, nas categorias de percepção e julgamento adotadas pela população em suas atitudes mais rotineiras. Realmente, no Cinturão Negro, a consciência de cor é tão arraigada e onipresente que não se declara abertamente – tanto que os mais perspicazes observadores podem deixar de notá-la exatamente por ela estar embutida profundamente no que Alfred Schutz (1970) chama de "postura natural" do cotidiano²². No Cinturão, as categorias raciais possuem um caráter imediato e penetrante que as torna ferramentas cognitivas fundamentais. Por exemplo, em conversas corriqueiras, a primeira característica que identifica uma pessoa, ainda que implicitamente, é se ela é ou não um *brother* ou *sister*.

O fato de a maioria dos habitantes do gueto quase nunca interagir diretamente com um branco (ou, cada vez mais, com negros da classe média) reforça a onipresença perceptiva da cor. Kotlowitz (1991, p. 161) relata a história de uma criança que morava num conjunto habitacional no West Side de Chicago. Aos 10 anos, essa criança "começou a pensar alto sobre o que significava o negro. Perguntou à mãe: "Todos os negros vivem em conjuntos habitacionais? Todos os negros são pobres?" Na minha experiência pessoal, durante os três anos de pesquisa de campo,

como um conjunto unitário de "normas e valores compartilhados" ou "adaptações" mecanicistas às condições objetivas ou, ainda, a modos positivistas de pensamento que reduzem a cultura a uma "variável" (cujo "efeito" pode ser destacado e medido – estatisticamente, de preferência – em relação às variáveis "raça" ou "espaço").

²² A ampla existência de uma consciência racial entre os afro-norte-americanos está abundantemente documentada no "auto-retrato da América do Norte negra", compilado por John Langston Gwaltney (1980).

sou o único amigo branco que os jovens negros da academia de boxe de Woodlawn tiveram na vida. Não deve ser surpreendente o fato de habitantes do Cinturão Negro tomarem a linha da cor como ponto pacífico, considerando que suas vidas são quase completamente circunscritas ao mundo racialmente homogêneo do gueto ou, para muitos, a uma pequena seção desse mundo: a rua, o quarteirão ou os lugares em que "fazem ponto" na vizinhança imediata. A não ser pelos meios de comunicação de massa, o mundo dos brancos, "lá fora", continua basicamente desconhecido por ser virtualmente inacessível²³.

Dizia-se que o Homem [isto é, o branco] era proprietário de tudo que valia a pena possuir e que ele não deixava os negros entrarem. Mas eles praticamente nunca tinham visto um rosto branco a não ser na TV e as inocentes vidas suburbanas representadas nos programas (...) eram tão distantes deles quanto Marte é da Terra. Sua paisagem urbana era quase totalmente negra, com exceção de uns poucos burocratas, professores, policiais, e eles a freqüentavam pouquíssimo; uma viagem ao Centro de Chicago, para a maioria, era uma grande aventura. A Rua 39, este é o seu mundo (...). O resto era o mundo deles, um mundo branco com códigos diferentes de fala, de vestimenta e de comportamento." (Monroe e Goldman, 1988, p. 100)

O prisma racial através do qual os moradores do gueto observam o mundo é tão poderoso que os que conseguem subir na estrutura de classes, deixando para trás o Cinturão Negro, são acusados de tentar "tornar-se brancos" ou de serem "traidores" da comunidade – independentemente do fato de que quase todos acabam se mudando para bairros negros em outras partes da cidade ou em subúrbios, igualmente segregados. Assim, as diferenças de classe entre negros também se manifestam no idioma da raça. Um jovem desempregado do bairro de Woodlawn critica severamente os professores, empresários e policiais que saíram da região desde a sua adolescência:

Todo mundo tentando ser branco, tentando ficar atrás de um branco, mudando para um bairro branco: "Eu sou o único negro no meu bairro" – [com ar de descrença] eles estão se vangloriando disso. Falando sério! [dando risada] "Sou o primeiro negro lá fora!" Eu digo, rapaz, você tá é doente! Branqueando minha pele, sou como eles! É o normal buscando o anormal, é disso que se trata.

Enquanto persistirem as estruturas residenciais e de interação do "apartheid norte-americano" (Massey, 1990), a oposição dicotômica que

²³ "Para muitos dos jovens que moram no Horner", um conjunto habitacional do gueto do West Side de Chicago, "o único contato com o mundo externo acontece no tribunal" (Kotlowitz, 1991, p. 226).

existe entre brancos e negros na realidade objetiva certamente continuará a se reproduzir na consciência.

"Jeunes des cités" contra todos

Se nas *cités* do Cinturão Vermelho da França há um binômio dominante que povoa a consciência coletiva de seus habitantes, não é, como supõe a mídia em suas representações, a oposição entre imigrantes (sobretudo "árabes") e famílias autóctones francesas, mas não faz sentido a divisão entre jovens (*les jeunes*), tanto franceses quanto estrangeiros, e todas as outras categorias sociais. Os jovens são freqüentemente apontados pelos moradores mais idosos como os principais responsáveis por atos de vandalismo e delinquência e pela falta de segurança, além de serem acusados publicamente de contribuir para a deterioração do estado e da reputação da *banlieue*. Avery (1987, p. 112) relata que:

As turmas de jovens que se reúnem nas escadas [do Quatre Mille] são o assunto predileto das conversas: "Eles estouram as lâmpadas para que a gente não possa ver o que eles fazem", diz um. "Se picam de drogas em pleno dia", "sentam ali fumando maconha a noite toda"; "urinam nas escadas dos prédios", "não queremos encontrá-los à noite, somos prisioneiros em nossos próprios apartamentos."

Tais acusações, que misturam verdade e ficção, baseiam-se na preeminência demográfica dos jovens em conjuntos como o Quatre Mille e no fato de que eles, tipicamente, costumam ocupar as ruas e os poucos espaços públicos disponíveis, inclusive os corredores e escadarias dos prédios, o que leva os outros a pensar que estão se apropriando indevidamente de um bem coletivo para uso privado²⁴. Tais reclamações, infundadas ou não, retratam os jovens invariavelmente como problemáticos ou como geradores de problemas. De acordo com Bachmann e Basier (1989, p. 100), em La Courneuve, "em todos os incidentes, os jovens surgem como causa e vítima da violência na *cité*: eles se destacam, de longe".

Já os jovens dos bairros estigmatizados do Cinturão Vermelho acreditam que estão sendo submetidos a um padrão persistente de discriminação, que prevalece dentro e fora dos conjuntos. Reclamam que os programas do governo e as autoridades públicas são negligentes com

²⁴ "Por que motivo as pessoas censuram tanto os jovens? É porque eles ocupam as praças, sentam nos bancos ou nos degraus em frente às nossas lojas (...) e ficam falando, rindo, fazendo algazarra." Os jovens, por sua vez, encaram "a rua meramente como um lugar de bem-estar, um campo neutro" (Calogirou, 1989, p. 36-7; também, Bourdieu, 1991, p. 12). Uma excelente análise de como a mistura de diversos grupos com visões culturais e sociais distintas cria conflitos na disputa de recursos públicos na habitação popular francesa encontra-se em Pinçon (1982).

eles, rejeitando suas reivindicações e sugestões, embora prometendo muito e cumprindo pouco ou nada que tenha valor para eles; reclamam ainda que a polícia os persegue ou os trata com desconfiança e os vigia constantemente; e se queixam dos adultos, que de modo geral deixam de reconhecer sua situação e suas preocupações. No entanto, o mais importante é que ninguém externa o reconhecimento ou o respeito que eles pensam merecer: "Não existimos, ninguém nos percebe"; "Tratam a gente como ratazanas" (Laperyronnie, 1992, p. 11). A raiva profunda que muitos sentem, em face da exclusão sistemática no mercado de trabalho e da negação da dignidade individual que acompanha a auto-suficiência econômica, encontra uma válvula de escape num discurso niilista que glorifica a predação e a violência como meios de acesso à esfera do consumo e que destaca a polícia como alvo de sua inimizade, no desejo de dar uma forma humana aos mecanismos que os excluem (Dubet, 1987, p. 80-9; Jazouli, 1992, p. 148-9).

Considerando que os resultados das pesquisas que têm investigado de perto as tensões nos conjuntos habitacionais da *banlieue* degradada oferecem um contraste marcante com a visão que tem dominado o debate público e o na mídia, vale a pena citá-los. Avery (1987, p. 21), por exemplo, afirma:

durante os anos que passei em La Courneuve, nunca observei (...) situações de intolerância racial manifesta, nem de escárnio coletivo aberto semelhantes ao que testemunhei no West Side de Chicago ou na cidade operária britânica, onde havia trabalhado anteriormente.

Apesar de 14,5% do eleitorado de La Courneuve ter votado na xenófoba Frente Nacional nas eleições legislativas de 1986, esse autor insiste em que "normalmente não existe um clima racista aqui. Pelo contrário, encontro bastante respeito mútuo e solidariedade na vida cotidiana da *cité*" (Avery, 1987, p. 21-2). Enfocando um conjunto operário isolado na periferia ocidental de Paris, Calogirou encontrou formas de percepção do espaço um pouco mais "etnicizadas": áreas distintas do conjunto e prédios específicos são identificados pela suposta composição racial ou etnoracial mais visível de seus moradores. Ainda assim, "a tolerância é a postura mais comum" e "são bem poucos os que estabelecem restrições de nacionalidade ou religiosas em suas redes de amizade" (Calogirou, 1989, p. 144)²⁵. Para os jovens que moram nesses conjuntos, as características pessoais se sobrepõem ao fato de ser membro de uma

²⁵ De fato, Calogirou (1989, p. 93, 96, 98, 101, 115, 131) demonstra que essas redes atravessam sistematicamente as fronteiras étnicas e de nacionalidade. Pétonnet (1979, p. 224) também sublinha que "na *cité*, não existe uma hierarquia étnica. Há apenas hierarquias interpessoais". Para uma rejeição da dicotomia "imigrante/nativo" nas práticas e representações cotidianas dos jovens de uma *cité* na França setentrional, ver também Bourdieu (1991).

"etnia", e freqüentemente eles lançam mão do humor para desviar a denotação depreciativa de insultos racistas – por exemplo, ao transformar expressões como "negro sujo" (*sale nègre*) em uma saudação jocosa.

Mescla entre grupos, trajetória coletiva e tensão "racial"

Como explicar o caráter emudecido da consciência racial ou étnica nos conjuntos habitacionais operários do Cinturão Vermelho, apesar da crescente concentração de famílias de imigrantes nos conjuntos mais deteriorados da periferia urbana – cuja presença dobrou em La Courneuve entre 1968 e 1982, atingindo 22% – e apesar do espaço cada vez maior ocupado pelo tema do racismo na esfera pública ao longo da década de 1980? De forma resumida, três motivos vêm à baila²⁶. Primeiro, conforme já mencionado, as *cités* do Cinturão Vermelho constituem conjuntos bastante heterogêneos em termos de composição etnorracial. Nenhuma *banlieue* é "território" exclusivo ou mesmo predominante de qualquer grupo em particular, pois não existe qualquer "segmentação ordenada" (Suttles, 1968) do espaço na França, sendo que as famílias de imigrantes se distribuem amplamente pelos bairros, com exceção dos locais seletos monopolizados pelos nativos de classe alta. As *cités* francesas não são guetos, se entendemos por esse termo uma formação socioespacial que é racial e culturalmente homogênea, baseada na rejeição forçada, a um território específico, de uma população destacada em termos negativos (Wacquant, 1992a, 1992b, 1993b). Na França, a composição típica dessas comunidades une uma maioria de famílias nativas francesas a um conjunto de unidades domésticas que compreende de 15 a 40 nacionalidades, ou mais. É verdade que os moradores de origem estrangeira estão sobre-representados no conjunto Quatre Mille, quando comparados ao peso que têm em outras regiões ou no país como um todo (representam 30% no conjunto contra 11% no país, chegando a 40% na parte meridional do conjunto habitacional). Mas isso tem mais a ver com a composição de classe, que é distorcida, do que com a segmentação etnorracial do mercado habitacional. A exemplo da Inglaterra, o que existe de concentração étnica nas *banlieues* francesas deve-se, "essencialmente à posição social das populações envolvidas" (Lapeyronnie e Frybes, 1990, p. 154), ou seja, é um efeito colateral da distribuição de famílias de imigrantes nos níveis

²⁶ Não pretendo, com esses três fatores, fornecer uma explicação exaustiva da potência (e da proeminência) social baixa das divisões etnorraciais no Cinturão Vermelho francês, mas destacar os que as distinguem de forma mais evidente das presentes no gueto norte-americano na atualidade. Uma análise mais completa – aqui excluída pela limitação do espaço – teria de contemplar uma sociologia histórica das bases e efeitos de um processo de moldagem de classes conduzido pelo movimento operário e por outras organizações de esquerda que, tradicionalmente, "fundiram" os imigrantes na sociedade francesa através de sua incorporação numa classe operária unificada e insensível às diferenças étnicas.

mais baixos da estrutura de classes como um todo. Do mesmo modo, os bairros mais pobres e destituídos do Cinturão Vermelho não coincidem forçosamente com as *cités* onde há as maiores concentrações de estrangeiros, como sugeriria a hipótese da "guetização".

Essa mescla de populações é um fator decisivo para explicar a semelhança esmagadora nas experiências e estratégias dos jovens de origem francesa e norte-africana no Cinturão Vermelho, como Dubet (1987, p. 326; também, Bourdieu, 1991, p. 8) observa com clareza:

Os jovens não se referiram, em nenhum dos grupos, à imigração como um corte fundamental nas relações entre si no bairro. Nas *cités* onde fomos [três no Cinturão Vermelho de Paris e uma nos arredores de Lyon], os jovens nunca se expressam em termos de "nós", jovens imigrantes, e "eles", jovens franceses, e vice-versa. As relações e os laços de amizade são multiétnicos. Mas isso não se fundamenta necessariamente num sentimento anti-racista; pelo contrário, surge do fato de que, desde a infância, os jovens compartilham as mesmas experiências das *cités*, que não são guetos raciais. Esses jovens freqüentam as mesmas escolas, participam das mesmas atividades de lazer, das mesmas travessuras e têm a mesma má conduta. Não formam bandos ou gangues organizados na divisão entre imigrantes e franceses, nada comparável aos *skinheads* ingleses ou aos "Spanish Cobras de Chicago"²⁷.

Em segundo lugar, a despeito do recente avanço eleitoral de LePen, as diferenças raciais ou étnicas não constituem princípios *legítimos* para a construção da realidade social dentro da tradição francesa de nacionalidade. A institucionalização histórica da cidadania francesa enquanto comunidade territorial centrada no Estado – em oposição a uma comunidade de descendência expressa em termos culturais, como a que prevalece na Alemanha, por exemplo (Brubaker, 1990) – até agora tem evitado que as categorias etnorraciais se tornassem um meio de organização das percepções e relações sociais, impedindo seu uso, na esfera pública, como base para a mobilização social e para a formulação de reivindicações políticas. Assim, a tentativa tímida de aliciar os *Beurs* (imigrantes

²⁷ Ao recapitularem uma década de pesquisa sobre esse tema, Dubet e Lapeyronnie (1992, p. 128) chegam à seguinte conclusão: "Tanto os jovens franceses quanto os jovens de origem imigrante que participam da *gallière* [grupos de desocupados] mostram ser igualmente desenraizados, não se opõem uns aos outros em termos de cultura ou das diferenças. Sua experiência comum é de um universo múltiplo, mestiço e instável, em que os laços locais são mais importantes do que as raízes nacionais ou étnicas". "Quando estamos na rua", afirma um jovem, "somos todos irmãos: é o espírito familiar." É interessante notar que, ao contrário do exemplo norte-americano, as bandas de *rap* nas *banlieues* populares são tipicamente pluriétnicas ou, como dizem, *Black-Blanc-Beur* (isto é, juntando negros, brancos e norte-africanos).

“árabes” de segunda geração) para formar um “grupo de pressão” eleitoral durante a campanha legislativa de 1986 se desfez ao esbarrar num sistema partidário e num regime eleitoral cuja estrutura foi montada justamente para superar todas as lealdades intermediárias²⁸.

Em terceiro lugar, e mais importante, os imigrantes de segunda geração, oriundos do norte da África, contra os quais foi dirigido o recente “pânico moral” em torno da questão da *intégration*, apesar de tudo estão se assimilando rapidamente à sociedade francesa. Adotando os padrões culturais e comportamentais dos franceses, esses imigrantes não procuraram formar uma “comunidade” diferenciada em torno de seu patrimônio cultural (Lapeyronnie, 1987; Jazouli, 1992). Com certeza, tanto eles quanto as lideranças das associações “rejeitam com veemência qualquer idioma de especificidade [étnica] e afirmam que seus problemas são fundamentalmente franceses e sociais” em sua natureza (Dubet e Lapeyronnie, 1992, p. 143)²⁹. E não significa apenas que uma maioria dos “árabes” de segunda geração esteja sendo rapidamente assimilada culturalmente; vários indicadores empíricos também revelam uma melhoria geral em sua posição social e condições de vida, apesar de uma taxa de desemprego muito maior e de uma renda média menor que a dos franceses nativos. Até nesse ponto, não há evidências que indiquem uma separação espacial dos chamados “árabes”. Pelo contrário, a crescente presença de norte-africanos e outros imigrantes nas *cités* HLM³⁰ representa, mais do que um declínio em sua condição através do mercado habitacional, um avanço material com referência à situação anterior de real segregação, nos precários “conjuntos para trabalhadores convidados”, administrados pelas autoridades habitacionais do Sonacotra, ou nas *bidonvilles* (favelas), que eram muito mais isoladas e dilapidadas do que os conjuntos habitacionais populares de hoje em dia (Sayad,

²⁸ Assim, ao passo que o Islamismo, com talvez 3 milhões de fiéis no país, tem experimentado uma expansão espetacular em sua adaptação à sociedade francesa, sua expressão permanece relegada à esfera privada, em que funciona como quadro cultural para a proteção e a reconstrução de uma identidade pessoal de modo basicamente compatível com a integração (Kepel, 1987).

²⁹ Uma vez que as populações do norte da África são socialmente diversificadas, a identidade étnica mostra-se amplamente defensiva e a organização comunitária é “fraca e repleta de conflitos” – além de ser sustentada, basicamente, pelo financiamento do Estado. “Compostas de jovens altamente assimilados”, as associações norte-africanas “raramente são homogêneas e não são organizadas com base na etnia. Antes de mais nada, são expressões de um determinado bairro ou *cité*” (Dubet e Lapeyronnie, 1992, p. 100).

³⁰ Em 1989, 74% das famílias norte-africanas tinham acesso à habitação popular pública, em comparação com cerca de 45%, 10 anos antes (Barrou, 1992, p. 128). É mais provável que a segregação ocorra no interior do conjunto HLM, uma vez que às famílias estrangeiras são destinados os conjuntos mais isolados e decrepitos, nas vagas abertas por famílias francesas em ascensão, e não os conjuntos nos Centros das cidades, que são mais bem conservados.

1975; Barrou, 1992). A população de imigrantes tende a se assemelhar à população nativa também quanto à distribuição ocupacional, ao tamanho da família e a outras características demográficas, como fertilidade e mortalidade. Os casamentos mistos entre imigrantes e autóctones crescem, sobretudo os que envolvem mulheres jovens de ascendência norte-africana, que têm mais oportunidades de mobilidade ascendente, por meio da escolarização, do que sua contrapartida masculina. Do mesmo modo, a desigualdade escolar entre grupos etnonacionais tem diminuído desde os anos 1970 na França, e os alunos de origem estrangeira têm aumentado sua participação em todos os níveis do sistema educacional. Além disso, quanto mais galgam no sistema, mais seu desempenho avança em relação ao dos alunos de origem francesa. Na verdade, se forem consideradas as origens por classe social, são negligenciáveis as diferenças no desempenho acadêmico (Bastide, 1991).

Não se trata, é claro, de menosprezar a cruel realidade marcada pelo desemprego, pela exclusão e pela discriminação, atingindo de forma descomunal um número crescente de jovens imigrantes nas cidades; tampouco se trata de negar a incontestável expansão da expressão peçonhenta de uma inimizade xenofóbica que tem forte ressonância no cenário político nacional. A sugestão é de que, ao contrário dos Estados Unidos, onde tanto a hostilidade quanto a violência são alimentadas por um abismo espacial e social cada vez mais largo entre negros pobres (além de outras minorias) e o resto da sociedade, a desordem urbana na periferia francesa tem como motor a mistura das categorias etnonacionais – sobretudo na habitação popular e nas escolas – e a diminuição da distância econômica, social e cultural entre os imigrantes e os segmentos estagnados ou em declínio da classe operária nativa que permanecem na *banlieue*. Assim, em forte contraste com o (sub)proletariado negro da metrópole norte-americana, as famílias norte-africanas da periferia urbana francesa não caminham de modo uniforme na viagem escura para a região das trevas do espaço social. Ao invés das afirmações de Hollifield (1991, p. 141), não está em processo de formação uma “*underclass* muçulmana” diferenciada – seja lá o que isso significa. Em vez de indicar a cristalização das divisões propriamente étnicas na cidade francesa, a animosidade aparentemente “racial” e a tensão crescente na *banlieue* francesa ao longo da década de 1980 demonstram a crise social produzida pelo desemprego – ou subemprego – persistente e pela conjugação espacial da exclusão educacional, da decadência do sistema habitacional e da pobreza em áreas onde as famílias operárias nativas e de imigrantes competem por recursos sociais cada vez mais escassos, num contexto marcado pela falência de mecanismos que antes traduziam esses conflitos em reivindicações de classe no âmbito político, privado e público.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi desvendar algumas das semelhanças e diferenças da "nova pobreza urbana" na França e nos Estados Unidos, enfocando a maneira como ela é estruturada localmente e como é vivenciada pelas pessoas a quem essa expressão designa nos dois países. Em vez de comparar estatísticas globais de renda, padrões de vida e níveis de consumo, indicadores que muitas vezes medem pouco mais do que as propriedades específicas da burocracia e que não levam em conta os ambientes específicos do Estado de Bem-Estar e do meio socioespacial nos quais evoluem de fato os indivíduos e grupos de cada sociedade, busquei contextualizar dois aspectos fundamentais da vida em bairros estigmatizados pela pobreza concentrada: a indignidade de pertencer a um determinado território e suas conseqüências nocivas sobre o tecido e a forma da estrutura social local; e as principais divisões que organizam a consciência e as relações entre os habitantes desses territórios.

Na apreensão da textura organizacional e cognitiva do cotidiano no Cinturão Vermelho de Paris e no Cinturão Negro de Chicago, é o modo como os moradores dessas áreas deterioradas negociam e vivenciam a imobilidade social e o ostracismo característicos do "gueto" – como mito social, num caso, e persistente realidade histórica, no outro – que sublinha a dimensão distintivamente racial da pobreza urbana nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, também mostra a incerteza que marca o processo de formação de identidade no Cinturão Vermelho, provocada pela superação dos meios tradicionais na formação de classe. No futuro, independentemente de os casos da França e dos Estados Unidos convergirem ou divergirem mais ainda no que diz respeito aos padrões sociais e espaciais da desigualdade urbana, não há dúvida quanto ao seguinte: a segregação racial, onde persistir, radicalizará as realidades objetiva e subjetiva da exclusão urbana; e o apoio (ou tolerância) do Estado à segregação, bem como seu reconhecimento das divisões etnoraciais, só servirão para intensificar a acumulação da desapropriação urbana e para exarcebar as conseqüências destrutivas da marginalidade socioeconômica, não apenas a quem se dirigem, mas à sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMS, R. D. *Positively black*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1970.
- AÏCHOUNE, Farid. *Nés en banlieue*. Paris: Editions Ramsay, 1991.
- ANDERSON, Elijah. *Streetwise: Race, Class, and Change in an Urban Community*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

AVERY, Desmond. *Civilisations de La Courneuve. Images brisées d'une cité*. Paris: L'Harmattan, 1987.

BACHMANN, Christian; BASIER Luc. *Mise en images d'une banlieue ordinaire*. Paris: Syros, 1989.

BALIBAR, F. Es gibt keinen Staat in Europa: Racism and Politics in Europe Today. *New Left Review*, n. 186, mar./abr. 1991. p. 5-19.

BANFIELD, E. C. *The Unheavenly City: The Nature and Future of our Urban Crisis*. Boston: Little, Brown, 1970.

BARROU, J. *La place du pauvre. Histoire et géographie sociale de l'habitat HLM*. Paris: L'Harmattan, 1992.

BASTIDE, P. Les enfants immigrés et l'enseignement français: enquête dans les établissements du premier et deuxième degré. *Travaux et documents*, n. 97. Paris: INED/Press Universitaires de France, 1991.

BOURDIEU, Pierre. L'ordre des choses. Entretien avec des jeunes gens du Nord de la France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 90, p. 7-19, 1991.

BRETON, F. *Rencontres à La Courneuve*. Paris: Messidor/Temp Actuel, 1983.

BRUBAKER, William Rogers. Immigration, Citizenship, and the Nation-state in France and Germany: A Comparative Historical Analysis. *International Sociology*, v. 5, n. 4, p. 379-407, 1990.

CALOGIROU, C. *Sauver son honneur*. Paris: L'Harmattan, 1989.

CLARK, Kenneth B. *Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power*. Nova York: Harper, 1965.

DAHRENDORF, Ralf. *The Underclass and the Future of Britain*. Windsor: St George's House Tenth Annual Lecture, 1989.

DÉSIR, H. Villes ou ghettos. L'édito de Harlem. *Melting pots. Le mensuel de SOS Racisme*, 3 maio 1992.

DUBET, François. *La Galère. Jeunes en survie*. Paris: Editions du Seuil, 1987.

DUBET, François.; LAPEYRONNIE, Didier. *Les quartiers d'exil*. Paris: Editions du Seuil, 1992.

DULONG, Renaud; PAPERMAN, Patricia. *La réputation des cités HLM. Enquête sur le langage de l'insécurité*. Paris: L'Harmattan, 1992.

DUNCAN, A. *The Values, Aspirations, and Opportunities of the Urban Underclass*. B. A. Honor's Thesis (inérita) – Harvard University, 1987.

ENGBERSEN, Godfried. Cultures of Long-term Unemployment in the New West. *The Netherlands Journal of Social Sciences*, v. 25, n. 2, p. 75-96, 1989.

ENGBERSEN, Godfried et al. *Cultures of Unemployment: Long-term Unemployment in Dutch Inner Cities*. Boulder: Westview Press, 1993.

EUVREMER, L.; EUVREMER, Y. La Honte. *Archivari*, p. 6-9, jul. 1985.

FEAGIN, J. R. The Continuing Significance of Race: Anti-black Discrimination in Public Places. *American Sociological Review*, v. 56, n. 1, p. 101-16, 1991.

GANS, Herbert H. Über die positiven Funktionen der unwürdigen Armen: zur Bedeutung der "Underclass" in den USA. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, n. 32 p. 48-62, 1992. Edição especial.

GOFFMAN, F. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Harmondsworth: Penguin, 1963.

GOTTDIENER, M.; FEAGIN, J. R. The Paradigm Shift in Urban Sociology. *Urban Affairs Quarterly*, v. 24, n. 2, p. 163-87, 1988.

GWALTNEY, J. L. *Drylongso: A Self-portrait of Black America*. Nova York: Vintage, 1980.

HOLLIFIELD, J. F. Immigration and Modernization. In: HOLLIFIELD, J. F.; ROSS, G. (Org.). *Searching for the New France*. Nova York: Routledge, 1991.

JAZOULI, Adil. *Les années banlieue*. Paris: Editions du Seuil, 1992.

JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul E. (Org.). *The Urban Underclass*. Washington D.C.: Brookings Institution, 1991.

JONES, Jacqueline. *Labor of Love, Labor of Sorrow: Black Women, Work, and the Family from Slavery to the Present*. Nova York: Vintage, 1985.

KATZ, Michael B. *The Underserving Poor: From the War on Poverty to the War on Welfare*. Nova York: Random House, 1989.

KEPEL, G. *Les Banlieues de l'Islam. Naissance d'une Religion en France*. Paris: Editions du Seuil, 1987.

KILLIAN, L. M. Race Relation and the Nineties: Where Are the Dreams of the Sixties? *Social Forces*, v. 69, n. 1, p. 1-13, 1990.

KLUEGEL, J. R.; SMITH, E. R. *Beliefs about Inequality: Americans' Views of What Is and What Ought to Be*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1986.

KOTLOWITZ, A. *There Are No Children Here*. Nova York: Doubleday, 1991.

LAË, J. F.; MURARD, N. *L'argent des pauvres. La vie quotidienne en cité de transit*. Paris: Editions du Seuil, 1985.

LAPEYRONNIE, Didier. Les Jeunes Maghrébins nés en France: assimilation, mobilisation et action. *Revue française de sociologie*, v. 28, n. 2, p. 287-318, 1987.

LAPEYRONNIE, Didier; FRYBES, Marcin. *L'intégration des minorités immigrées: étude comparative France-Grande-Bretagne*. Issyles Moulineaux: ADRI, 1990.

_____. L'exclusion et le mépris. *Les temps modernes*, p. 2-17, dez. 1992.

LEVINE, L. *Black Culture and Black Consciousness*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MAGRI, S.; TOPALOV, C. (Ed.). *Villes ouvrières. 1900-1950*. Paris: L'Harmattan, 1989.

MARKLUND, S. Structures of Modern Poverty. *Acta Sociologica*, v. 33, n. 1, p. 125-40, 1990.

MASSEY, Douglas S. American Apartheid Segregation and the Making of the Underclass. *American Journal of Sociology*, v. 96, n. 2, p. 329-57, set. 1990.

MEAD, Lawrence. *The New Politics of Poverty*. Nova York: Basic Books, 1992.

MILES, R. *Explaining Racism in Contemporary Europe: Problems and Perspectives*. Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Sociological Association, Pittsburgh, ago. 1992.

MINGIONE, Enzo. *The New Urban Poor and the Crisis of the Citizenship/Welfare Systems in Italy*. Comunicação apresentada à conferência Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, maio 1991.

MINGIONE, Enzo; MORLICCHIO, F. New Forms of Urban Poverty in Italy: Risk Path Models in the North and South. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 413-27, 1993.

MONROE, Sylvester; GOLDMAN, Peter. *Brothers: Black and Poor - A True Story of Courage and Survival*. Nova York: William Morrow, 1988.

ORFIELD, Gary. Ghettoization and its Alternatives. In: PETERSON, Paul. (Org.). *The New Urban Reality*. Washington D.C.: Brookings Institution, 1985.

PATTERSON, O. Toward a Future That Has No Past: Reflections on the Fate of Blacks in the Americas. *The Public Interest*, n. 27, p. 25-62, 1972.

PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

PÉTONNET, Colette. *On est tous dans le brouillard*. Paris: Galilée, 1979.

_____. *Espaces habités. Ethnologie des banlieues*. Paris: Galilée, 1982.

PETTIGREW, T. F. *Racially Separate or Together*. Nova York: MacGraw-Hill, 1971.

PIALOUX, Michel. Jeunesse sans avenir et travail intérimaire. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 19-47, 26-27 abr. 1979.

PINÇON, M. *Cohabiter: groupes sociaux et modes de vie dans une cité HLM*. Paris: Plan Construction, 1982. (Collection "Recherches").

RIEDER, J. *Canarsie: the Jews and Italians of Brooklyn against Liberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

SAYAD, Abdelmalek. Le foyer des sans-famille. *Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 89-104, 32-33 jun. 1975.

SCHUTZ, A. *On Phenomenology and Social Relations*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

STOVAL, T. *The Rise of the Paris Red Belt*. Berkeley: University of California Press, 1990.

SUTTLES, G. *The Social Order of the Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

TOURAINÉ, Alain. Face à l'exclusion. *Esprit*, n. 168, p. 5-13, fev. 1991.

TOWNSEND, P.; CORRIGAN, P.; KOWARZICK, U. *Poverty and Labour in London*. Londres: Low Pay Unit, 1987.

VIEILLARD-BARON, H. Chanteloup-le-Vignes: le risque du ghetto. *Esprit*, n. 132, p. 9-23, nov. 1987.

WACQUANT, Loïc. Pour en finir avec le mythe des "cités-ghettos": les différences entre la France et les Etats-Unis". *Annales de la recherche urbaine*, n. 52, p. 20-30, 1992a.

_____. Banlieues françaises et ghetto noir américain: éléments de comparaison sociologique. *French Politics and Society*, v. 10, n. 4, p. 81-103, 1992b. (Incluído nesta publicação)

_____. Pour comprendre la "crise" des banlieues. *Review A Survey of French Studies in Culture and Society*, n. 2, 1992c.

_____. Redrawing the Urban Color Line: The State of the Ghetto in the 1980s'. In: CALHOUN, C. J.; RITZER, G. (Org.). *Social Problems*. Nova York: McGraw-Hill, 1992d.

_____. Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain". In: FAURÉ, Christine; BISHOP, Tom. (Org.). *L'Amérique des Français*. Paris: Editions François Bourin, 1992e.

_____. The zone: le métier de "hustler" dans le ghetto noir américain. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 92, p. 38-58, jun. 1992f.

_____. Riots, "Race", and Urban Dualization in the Advanced Societies. *The UNESCO Courier*, 1993a.

_____. The Comparative Structure and Experience in Urban Exclusion: "Race", Class and Space in Paris and Chicago. In: LAWSON, R.,

McFATE, K.; WILSON, William Julius. (Org.). *Urban Marginality and Social Policy in America and Western Europe*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1993b.

WIEVIORKA, M. *Racism and Modernity: The Contemporary European Experience*. Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Sociological Association, Pittsburgh, ago. 1992.

WILKINSON, Daniel. *Isolating the Poor: Work and Community in the Inner City*. B. A. Honor's Thesis (inérita) – Harvard University, 1992.

WILLIAMSON, J. Beliefs about the Motivation of the Poor and Attitudes Toward Poverty Policy. *Social Problems*, v. 21, n. 5, p. 634-47, 1974.

WIRTH, Louis. *On Cities and Social Life*. Organização e introdução de A. J. Reiss Jr. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

EPÍLOGO: MARGINALIDADE NO
TERCEIRO MILÊNIO

O surgimento da marginalidade avançada. Notas sobre sua natureza e implicações*

A partir da década de 1980, a auto-imagem das sociedades de Primeiro Mundo, como cada vez mais pacíficas, homogêneas, coesas e igualitárias – “democráticas” segundo a noção de Tocqueville, “civilizadas” no léxico de Norbert Elías –, vêm sendo destruída por explosões estrondosas de desordem pública, por crescentes tensões etnorraciais e pelo ressurgimento evidente da desigualdade e da marginalidade das metrópoles (Wacquant, 1994a)¹. Dois debates paralelos surgiram desde então nos Estados Unidos e na Europa Ocidental sobre a interseção entre pobreza, “raça” (ou imigração) e decadência urbana, enquanto o desemprego estrutural, a privação social e os conflitos étnicos ou raciais aumentavam nas grandes cidades de ambos os lados do Atlântico.

“UNDERCLASS” E BANLIEUE: FACES DA MARGINALIDADE AVANÇADA

Diante do acelerado deslocamento para a periferia e a degradação do núcleo metropolitano, os cientistas sociais norte-americanos e os especialistas em políticas públicas ficaram alarmados com o aparecimento e a consolidação da chamada “*underclass*” negra confinada nas áreas mais decadentes da cidade e cada vez mais isolada da sociedade como um todo².

* Publicado na *Revista de Sociologia e Política*, n. 8, 1997. Tradução de Adriano Nervo Codato e Renato Monseff Perissinotto. (Originalmente publicado em *Acta sociologica*, 39-2, p. 121-139).

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi preparada para o Experts Meeting on Distressed Urban Areas, OECD, Paris (mar. 1994) e apresentado ao Seminário de Macrossociologia Comparativa no Departamento de Sociologia, Universidade da Califórnia, Los Angeles (jan. 1995). Agradecemos os comentários críticos e reações de ambos os públicos. Revisão técnica: Marcos Lanna.

² Estudos sobre o assunto incluem Glasgow (1981), Wilson (1987 e 1993), Harris e Wilkins (1989), Katz (1989), Massey e Denton (1993), Devine e Wright (1993), Fainstein (1993). Para uma análise da “invenção” do mito demoníaco da “*underclass*” e de suas funções ideológicas e políticas nas áreas intelectual e político-jornalística, cf. Wacquant (1992c). Discussões perceptivas acerca de seus elementos analíticos e políticos podem ser encontradas respectivamente em Marks (1991) e Gans (1991).

Na França e em vários outros países da Europa Ocidental, um verdadeiro pânico moral surgiu com o aumento da "nova pobreza", com a formação de "guetos para imigrantes" e com a conseqüente ameaça que representam para a integração nacional e para a ordem pública. A medida que os bairros operários assistiram à deterioração das condições sociais, aqueles "trabalhadores visitantes" e seus filhos tornaram-se um componente cada vez maior e permanente de sua população³. Em ambos os lados do Atlântico, o tema da dualização ou da polarização das cidades tornou-se a preocupação central das áreas de ponta tanto da pesquisa quanto da teoria urbanas, enquanto os extremos "alta sociedade" e "gueto sombrio", "riqueza suntuosa" e "destituição absoluta", "burguesia cosmopolita" e "excluídos urbanos" floresceram e decaíram lado a lado⁴.

Juntos, esses fatos pareciam indicar uma convergência mundial notável dos padrões de marginalidade urbana. Contudo, uma análise minuciosa da ecologia, da localização estrutural, da composição e do arranjo organizacional dos territórios de exclusão que surgiram, seja há muito tempo, seja recentemente no Velho Mundo e no Novo Mundo, sugere que formas européias de pobreza urbana não estão sendo "americanizadas", isto é, não estão produzindo formações socioespaciais racial e/ou culturalmente uniformes baseadas no banimento forçado de uma população estereotipada negativamente para um território específico, no qual se desenvolve um conjunto de organizações específicas de grupo e lugar que reproduzem, em um nível mais baixo e incompleto, a estrutura institucional da sociedade mais ampla (Wacquant, 1991).

Uma comparação entre os bairros de exclusão no Cinturão Negro de Chicago e no Cinturão Vermelho de Paris mostra que a decadente periferia metropolitana francesa e o gueto afro-norte-americano são duas constelações socioespaciais nitidamente distintas, com heranças urbanas diferentes, produzidas por lógicas diferentes de segregação e agregação, inseridas em estruturas de previdência social e de mercado distintas – tudo isso resultando em níveis significativamente elevados de destruição, segregação, isolamento e miséria. Em termos mais diretos, o "encerramento excludente", conforme a formulação de Parkin (1978), e a exclusão socioespacial operam no Cinturão Negro norte-

³ Por exemplo, Dubet (1987), LePuill e LePuill (1990), Paugam (1991 e 1993), Jazouli (1992), Dubet e Lapeyronnie (1992), Lapeyronnie (1993). Ver Wacquant (1992b, 1995) para uma análise da difusão do "pânico moral" das cidades-gueto na França e sua base e significados sociais. Para um panorama das questões de frente do debate europeu mais amplo e uma comparação transatlântica, ver Rex (1988), Dahrendorf (1989), Negri (1989), Allen e Macey (1990), Leibfried (1991), Heisler (1991), Cross (1992), Adri (1992), Guidicini e Pieretti (1993), Engbersen et al. (1987, 1993), Silver (1993), Godard (1993), Hein (1993), Mcfate, Lawson e Wilson (1995) e Mingione (1995).

⁴ Por exemplo, Davis (1990), Mollenkopf e Castells (1991), Fainstein et al. (1992); e, para advertências, Marcuse (1993).

americano conforme uma lógica "racial"⁵, amparados pelo Estado e com base nas diferenças de classe; já no Cinturão Vermelho francês, esses fenômenos fundam-se principalmente nas diferenças de classe e são parcialmente exacerbados pelo *status* de imigrante colonial que as pessoas possuem e parcialmente amenizados pelo Estado (central e local). Portanto, o primeiro é um universo racial e culturalmente monótono, caracterizado pela baixa densidade organizacional e pela fraca penetração estatal (e, portanto, um lugar de alta insegurança física e social), ao passo que o último é tipicamente heterogêneo em termos de recrutamento etnonacional e de classe, com uma presença comparativamente mais forte das instituições públicas e com uma penetração mais profunda do Estado (Wacquant, 1992b, 1992d).

A "trama" distinta de cor, de classe e de local de ambos os lados do Atlântico não exclui, porém, a possibilidade de que as transformações recentes dos guetos nos Estados Unidos, da *banlieue* francesa e das *inner cities* britânicas e holandesas anunciem a cristalização de uma nova e ainda incipiente, porém distinta, forma de marginalidade urbana, diferente do gueto norte-americano tradicional (Trotter, 1993) e do "bairro operário" do século XX na Europa (Verret, 1979; Thrift e Williams, 1987).

Visto desse ângulo um tanto prospectivo, o "retorno das realidades recalçadas" de extrema pobreza e destituição social, as divisões etnoraciais (ligadas ao passado colonial) e a violência pública, e a sua acumulação nas mesmas áreas urbanas agonizantes, sugere que as cidades de Primeiro Mundo estão agora enfrentando o que podemos chamar de *marginalidade avançada*, isto é, novas formas de encerramento social excludente e de marginalização que surgiram – ou intensificaram-se – na cidade pós-fordista como resultado *não* do atraso, mas das transformações desiguais e desarticuladas dos setores mais avançados das sociedades e economias ocidentais, à medida que repercutem nos extratos mais baixos da classe trabalhadora e nas categorias etnoraciais dominadas, bem como nos territórios que estas ocupam na metrópole dividida (Sassen, 1991; Mingione, 1991; Thrift, 1993).

O termo "avançada" pretende indicar que aquelas formas de marginalidade não estão *em nosso passado*, nem sendo absorvidas progressivamente, seja pela expansão do "livre mercado" (isto é, por meio de um aprofundamento da mercantilização da vida social), seja através dos braços do Estado de Bem-Estar social, porém, mais exatamente, impõem-se *em nosso futuro*. A menos que novas formas de intervenção política sejam elaboradas para coibir ou redirecionar as forças estruturais que as produzem – entre outras, o crescimento econômico concentrado e a dualização do mercado de trabalho; a casualidade do emprego e a

⁵ "Raça" significa aqui a dicotomia peculiar da oposição "negro/branco" instituída nos Estados Unidos como herança histórica da escravidão, uma divisão que não permite um termo mediador e que é única no mundo por sua rigidez e persistência (Davis, 1991), e com relação à qual os outros grupos definem a sua posição.

autonomização da economia de rua em áreas urbanas degradadas; o desemprego em massa que conduz a uma completa desproletarização para grandes segmentos da classe trabalhadora, especialmente entre os jovens; e políticas estatais de contenção de gastos urbanos, quando não de total abandono – e que novos mecanismos de medição social sejam postos em prática para reincorporar as populações excluídas, espera-se que a marginalidade urbana continue a aumentar e a difundir-se, e, com ela, a violência de rua, a alienação política, a desertificação organizacional e a informalização da economia que infestam cada vez mais os bairros de excluídos das metrópoles na sociedade avançada.

ALGUMAS PROPRIEDADES DISTINTIVAS DA “MARGINALIDADE AVANÇADA”

Pode-se tentar elaborar, ainda que provisoriamente, uma caracterização típico-ideal dessa marginalidade *in statu nascendi*, contrastando-a com certos traços selecionados da pobreza urbana resultante do crescimento “fordista” no pós-guerra (1945-1975). Deve-se lembrar que tipos ideais não são “constructos sintéticos” puramente analíticos, mas abstrações sócio-históricas de exemplos reais de um fenômeno (Weber, 1949, p. 86-92). Eles nos auxiliam no processo de formação e comparação de hipóteses; oferecem uma linha-mestra para a identificação de variações significativas e suas possíveis causas. Como dispositivos heurísticos, contudo, tipos ideais não estão sujeitos a critérios de verdadeiro ou falso.

A caracterização resumida da marginalidade avançada que se segue é oferecida com reservas, sabendo-se muito bem que, como Wittgenstein (1977, p. 55) uma vez advertiu, “conceitos podem aliviar a má conduta ou podem piorá-la; alimentá-la ou coibi-la”. Oposições binárias como as promovidas por tais exercícios conceituais são propensas a exagerar as diferenças, confundir descrição e prescrição e estabelecer fortes dualismos que desconsideram continuidades, subestimam contingências e exageram a coerência interna de formas sociais. Com essas precauções em mente, podem ser destacadas aqui seis características distintas da marginalidade avançada a fim de serem minuciosamente examinadas.

1. O trabalho assalariado como parte do problema: enquanto nas décadas da expansão fordista ou do “capitalismo organizado” (Lash e Urry, 1988), a relação trabalho-salário foi uma solução eficiente para os dilemas da marginalidade urbana e da destituição social, parece que sob o regime em ascensão ela deve ser considerada (também) como parte do problema.

Tornando-se “internamente” instável e heterogêneo, diferenciado e diferenciador, o contrato de trabalho assalariado transformou-se numa

fonte de fragmentação e precariedade, em vez de homogeneidade e segurança, para os indivíduos mantidos na periferia do mercado formal. Vejam-se, entre outros sinais, o crescimento do meio expediente, dos cargos com horários variáveis, “flexíveis”, com menos benefícios, cláusulas de benefícios e de prorrogação negociáveis e os vários caminhos seguidos para evitar os efeitos homogeneizantes do padrão da regulamentação estatal do trabalho assalariado (por exemplo, a tentativa de criar um salário submínimo para jovens sem qualificações, malograda na França durante o governo Balladur). O ressurgimento das *sweatshops**, do trabalho por empreitada e dos trabalhos realizados em casa, o desenvolvimento do tele-trabalho, a escala dupla de salário e a institucionalização do trabalho “permanentemente temporário”: todos esses fenômenos indicam uma excessiva dessocialização do trabalho assalariado.

Ao lado da erosão da capacidade integradora da relação trabalho-salário, cada um dos elementos de segurança concedidos sob o contrato social fordista-keynesiano (Standing, 1993) tem sido enfraquecido ou está sendo atacado: a segurança do mercado de trabalho (esforços do Estado para alcançar o pleno emprego), a garantia de uma renda (por meio de provisões sociais, benefícios para os desempregados e pertencimento a sindicatos) e a segurança no emprego (a redução de contratação e demissão)⁶.

2. Desconexão funcional proveniente de tendências macroeconômicas: a marginalidade avançada parece estar cada vez mais desligada das flutuações de curto prazo da economia, de modo que as fases de expansão de emprego e consumo têm pouco efeito duradouro sobre ela.

Dessa forma, as condições sociais e as chances de vida em bairros de excluídos na Europa e nos Estados Unidos mudaram muito pouco, se é que mudaram, durante os anos de crescimento entre a década de 1980 e o início da de 1990; porém, pioraram sensivelmente durante as fases de recessão. O desemprego entre os jovens continuou aumentando no Cinturão Vermelho de Paris durante a administração de Rocard, mesmo quando o forte crescimento da economia havia contido o ataque violento do desemprego nacional. Em Chicago, aproximadamente 80% dos moradores do gueto relataram uma deterioração de sua situação financeira após quatro anos consecutivos de crescimento econômico durante a administração Reagan, e a maioria sentiu que seu bairro estava caminhando firmemente para uma maior dilapidação (Wacquant e Wilson, 1989, p. 21-22).

* Literalmente “lojas de suor”: empresas que exploram os empregados exigindo-lhes trabalho excessivo e pagando-lhes salários de fome. (N. do T.).

⁶ Sobre a “desorganização” do trabalho assalariado, ver Ebel (1995), Lash e Bagguley (1988), Pollert (1988), Burtless (1990) e Beaud e Pialoux (1991).

Considerando essa relação assimétrica entre o desemprego agregado nacional e regional, por um lado, e as condições dos bairros, por outro, e devido aos níveis atuais de aumento de produtividade e formas emergentes de "aumento do desemprego", seriam necessárias taxas milagrosas de expansão econômica para reabsorver no mercado de trabalho os que foram por muito tempo expulsos dele. Isso significa que, longe de realmente garantir empregos, as políticas sociais baseadas na impulsão da capacidade de absorção do mercado de trabalho são, na verdade, dispendiosas e ineficientes, pois os novos excluídos são os últimos a serem atingidos pelos seus benefícios, o que ocorre somente depois de todos os outros grupos mais privilegiados haverem sido beneficiados pelo crescimento econômico.

3. Fixação e estigmatização territoriais: em vez de difundir-se por todas as áreas da classe trabalhadora, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios bem-identificados, bem-demarcados e cada vez mais isolados, vistos por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde apenas o refúgio da sociedade aceita habitar. Um estigma referente ao lugar sobrepõe-se assim ao já universal estigma da pobreza e (onde aplicável) da raça ou da origem colonial-imigrante. Ao mesmo tempo, esses "espaços condenados" são, ou ameaçam tornar-se, instalações permanentes da cidade, e os discursos de difamação sobre os mesmos proliferam (Wacquant, 1993a)⁷. Em cada metrópole importante do Primeiro Mundo, distritos urbanos ou municípios têm-se tornado famosos pelo fato de a desordem, a ruína e o perigo serem vistos como acontecimentos comuns do dia-a-dia. A lista cresce a cada ano: o South Bronx e o Brownsville, na cidade de Nova York; Les Minguettes e Vaulx-en-Velin, perto de Lyon; Brixton e East End, em Londres; Gutleutiviertel, em Hamburgo; Rinkeby, nos arredores de Estocolmo; e em Amsterdã.

Morar em casas populares (os HLM), construídas para o (sub)proletariado na periferia de Paris, cria "um indizível sentimento de culpa e vergonha cujo peso não reconhecido perverte as relações humanas" (Pétonnet, 1982, p. 148): normalmente as pessoas escondem o endereço, evitam receber familiares e amigos em casa ou sentem-se obrigadas a inventar desculpas por morar em um local abominável, vivenciando uma sensação profunda de inferioridade e carregando uma mancha na auto-imagem. "Eu mesmo não sou da *citée*", insiste um jovem de Vitry-sur-Seine. "Eu agora moro aqui perto e estou com problemas. Mas não sou daqui e não tenho nada a ver com as pessoas daqui" (Pétonnet, 1982, p. 149). De forma similar, os habitantes do gueto em Chicago negam que pertençam ao bairro (uma rede entrelaçada de conheci-

⁷ Para uma análise mais detalhada do peso e dos efeitos da estigmatização territorial nas áreas de banimento na França, ver Pétonnet (1982), Avery (1987), Bachman e Basier (1989), Paugam (1991) e Dulong e Paperman (1992).

mento e de assistência mútua) e tentam distanciar-se de um lugar e de uma população que eles sabem que são universalmente ultrajados: "Pombas!, eu não sei o que as pessoas por aqui fazem, eu acho que estou praticamente sozinho. Eu não me misturo com as pessoas do bairro" (Wacquant, 1993a). Muitas vezes, o senso de indignidade social só pode ser desviado empurrando o estigma para o outro – os vizinhos do andar de baixo, a família de estrangeiros que mora em um prédio adjacente, os jovens do outro lado da rua que "usam drogas" ou os residentes da próxima quadra que são suspeitos de receber ilegalmente o seguro-desemprego ou a previdência social.

4. A alienação territorial, ou a dissolução do "lugar": o anverso desse processo de estigmatização territorial é a dissolução do "lugar", isto é, a perda de um local com o qual as populações urbanas marginalizadas identifiquem-se e no qual sintam-se seguras. As teorias pós-fordistas sugerem que a reconfiguração atual do capitalismo envolve não somente uma vasta mistura de empresas, empregos e pessoas no espaço, mas uma transformação marcante na organização e na experiência do próprio espaço (ver especialmente Harvey, 1989; também, Soja, 1989, e Shields, 1991). Isso encontra-se em conformidade com a modificação de ambos, o gueto e a *banlieue*, que de "lugares" comunais plenos de emoções compartilhadas, de significados conjuntos, de práticas e instituições de reciprocidade transformaram-se em "espaços" indiferentes de mera sobrevivência e luta.

A distinção entre essas duas concepções ou modos de apropriação do ambiente existente pode ser assim formulada: "lugares" são arenas estáveis, 'cheias' e 'fixas', enquanto 'espaços' são 'vácuos potenciais', 'ameaças possíveis', áreas que devem ser temidas, policiadas ou abandonadas" (Smith, 1987, p. 297). Smith acrescenta que a mudança de uma política de lugar para uma política de espaço é

encorajada pelo enfraquecimento das ligações comunais territorialmente situadas na cidade. Também é alimentada pela tendência de retrair-se para um domicílio particular e pelo fortalecimento de sentimentos de vulnerabilidade que emergem da busca de realização pessoal ou da de segurança. (Ibid.)

Deve-se tomar cuidado para não romantizar as condições de vida nos bairros proletários e nos enclaves segregados do passado. Nunca houve uma "época de ouro" na qual a vida no gueto norte-americano e na *banlieue* francesa tenha sido doce e as relações sociais tenham sido harmoniosas e gratificantes. Todavia, parece que a experiência de exclusão urbana vem se modificando, de maneira que hoje a situação está excepcionalmente mais opressiva e alienante.

Para exemplificar rapidamente: até os anos 1960, o gueto negro norte-americano ainda era um "lugar", um ecúmeno coletivo, uma

paisagem urbana humanizada (embora opressiva) com a qual os negros tinham uma forte identificação positiva, conforme expressa na retórica do "soul" (Hannerz, 1968), e sobre o qual se desejava estabelecer um controle coletivo – esse foi um dos objetivos do movimento *Black Power*. Hoje, o gueto é um "espaço" e, como tal, já não é mais um recurso comum que os afro-norte-americanos podem usar para proteger-se da opressão dos brancos. Ele se tornou, em vez disso, um vetor de divisão intracomunal e um instrumento para o aprisionamento virtual do subproletariado urbano de cor, um território temido e abominado do qual, como um informante do South Side de Chicago disse sucintamente, "todo mundo está tentando escapar".

Longe de proporcionar proteção às inseguranças e às pressões do mundo exterior, o espaço do "hipergueto" agora é um perigoso campo de batalha (Wacquant, 1994b), no qual uma disputa de quatro-cantos é travada entre, de um lado, os predadores de rua (gangues e especuladores), organizados e independentes, que procuram saquear quaisquer riquezas que por lá circulem, e, de outro, os moradores locais e suas organizações (tais como o MAD, "Mães contra Drogas", no West Side de Chicago, ou clubes de quarteirão e associações de comerciantes, onde não existem), que se empenham para conservar o valor de uso e de troca do bairro, os postos de vigilância do Estado encarregados de conter a violência e a desordem dentro do perímetro do núcleo urbano racialmente delimitado, bem como os predadores institucionais externos (especialmente corretores de imóveis), para quem a conversão das seções das margens do Cinturão Negro para o uso da classe média pode render lucros fenomenais⁸.

5. A perda do interior: relacionado ao desgaste do lugar está o desaparecimento de um interior viável. Em fases anteriores da crise e da reestruturação capitalista moderna, os trabalhadores rejeitados temporariamente pelo mercado de trabalho poderiam recorrer à sua comunidade de origem, fosse ela um bairro de trabalhadores, um gueto comunal ou uma vila rural no interior, ou mesmo ao seu país de origem (Kornblum, 1974; Lipsitz, 1989: capítulos 1 e 3; Sayad, 1991).

Quando, em função de uma queda cíclica da economia industrial de Chicago, os moradores de "Bronzeville" foram demitidos das fábricas e fundições, dos moinhos e revendedoras de automóveis, onde trabalharam arduamente, dependeram do amparo dos familiares, dos amigos mais próximos e da Igreja. A maioria dos residentes era assalariada, e uma rede densamente entrelaçada de organizações baseadas no bairro

⁸ Dois exemplos paradigmáticos de intromissões externas no gueto visando ao lucro são as tentativas permanentes da cidade de Chicago de dispersar e converter o projeto Cabrini Green no Near North Side, bem perto da opulenta Gold Coast, e os esforços da Universidade de Chicago para fechar e renovar os núcleos habitacionais dilapidados na área adjacente a Oakland.

ajudou a amenizar o choque da privação econômica, enquanto "empreendimentos duvidosos", ramificando-se através da estrutura de classe, proporcionaram o precioso emprego temporário (Drake e Cayton, 1993). Em contraste, a maioria dos residentes atuais do South Side é desempregada; a área vem sendo virtualmente esvaziada de seu meio de sustento coletivo e os vínculos com o trabalho assalariado externo vêm sendo drasticamente diminuídos pela desproletarização total de grandes segmentos da população local.

Atualmente, os indivíduos há muito excluídos dos empregos remunerados em bairros de excluídos não podem depender prontamente do amparo coletivo informal enquanto aguardam um trabalho posterior, que, além disso, talvez nunca apareça. Para sobreviver, eles têm de recorrer a estratégias individuais de "auto-abastecimento", "trabalho clandestino", comércio (informal) e a quase institucionalizada *hustling* – espécie de malandragem profissional, trapaça – (Gershuny, 1983; Smith, 1986; Inchiesta, 1986; Pahl, 1987; Eec, 1989; Wacquant, 1994b; Bourgois, 1995), que pouco fazem para aliviar a situação de precariedade, pois "as consequências relativas à distribuição do padrão de trabalho informal nas sociedades industrializadas reforçam, em vez de reduzir ou refletir, padrões contemporâneos de desigualdade" (Pahl, 1989, p. 249). O caráter da economia informal também vem mudando em muitas cidades. Parece que ela está cada vez mais desligada do setor comum do trabalho assalariado e que seus circuitos paralelos oferecem poucos pontos de entrada para o mundo de trabalho legal; assim, jovens envolvidos em trabalhos ilegais freqüentemente têm mais chance de ficar por longo tempo marginalizados.

6. Fragmentação simbólica e social: a marginalidade avançada também difere de suas predecessoras por desenvolver-se num contexto de decomposição de classe (Azémar, 1992) em vez de num contexto de formação ou de consolidação de classe, e sob a pressão da *desproletarização* em vez da pressão da proletarização. Está faltando, portanto, uma linguagem, um repertório de representação e de sinais compartilhados, por meio da qual um destino coletivo seja concebido e possíveis futuros alternativos sejam projetados. A ausência de uma linguagem comum que os unifique simbolicamente acentua a dispersão e a fragmentação social dos novos pobres urbanos. O instrumento organizacional permanente da voz coletiva e das reivindicações do proletariado urbano, a saber, os sindicatos, é completamente inadequado para enfrentar as questões que surgem e se estendem além da esfera convencional do trabalho assalariado regulamentado, e suas táticas tradicionais de defesa parecem somente agravar os dilemas enfrentados⁹.

⁹ Quando, por exemplo, os sindicatos, para evitar demissões em massa, renunciam a direitos coletivos conquistados duramente ou concedem a instituição de sistemas duplos de salário como meio de proteger seu desgastado quadro de filiados.

Se uma forma de marginalidade avançada “de terceiro tipo”, aproximada porém diferente da incorporada pelo histórico Cinturão Negro norte-americano e pelo tradicional Cinturão Vermelho na França, está de fato incubada na cidade pós-fordista, surgem dois desafios, um intelectual e outro político, que exigem uma renovação tanto dos modelos de análise social herdados quanto da ação política, quando se referem a questões de desigualdade urbana.

Para a pesquisa social, cada uma das características típico-ideais da marginalidade avançada esboçadas anteriormente fornece um tópico para investigação empírica¹⁰. De que maneira exatamente vem mudando a natureza da relação salário-trabalho e quais são seus efeitos sobre as estratégias de vida, e para quem (Mingione, 1991; Castel, 1995)? Como o desgaste do “trabalhador social” está relacionado com a diversificação interna da classe trabalhadora e com a distribuição do desemprego socioeconômico por grupos e áreas? Como as tendências agregadas do emprego, da flexibilidade, da produtividade, da remuneração e dos benefícios (Freeman, 1993) remodelam na prática os mercados de trabalho que os pobres urbanos têm de enfrentar? Seria pelo fato de o crescimento econômico não ter quase repercussões nos bairros de exclusão e de o estreitamento do mercado de trabalho, quando ocorre, não “reproletarizar” seus moradores (Osterman, 1991; Engbersen et al., 1993)?

É o estigma territorial simplesmente uma modalidade sutil de discriminação racial disfarçada ou pode-se sustentar que ele exerce efeitos reais – e letais – independentemente de distinções etnoraciais ou etnonacionais, ou que a elas se soma, incluindo as internas a um mesmo grupo (Wilkinson, 1992)? A perda de um sentido de lugar em territórios de exclusão urbana é uma peça de observação distante ou uma realidade profundamente sentida, e se assim o for, como esta se diferencia da experiência de desligamento do meio, dos costumes, da tradição nas épocas anteriores da formação e da transformação da classe trabalhadora (Thrift e Williams, 1987; Sayad, 1995)? Que linguagens o novo (sub)proletariado da cidade dividida toma emprestado ou forja de novo para entender sua situação e (re)articular uma identidade coletiva (Bourdieu et al., 1993): uma linguagem que o religue à classe trabalhadora da qual eles escaparam, que o ponha em luta contra o Estado ou ponha seus membros uns contra os outros? E como as estruturas, as políticas e as ideologias do Estado agem sobre a transformação social, espacial e simbólica da qual resultam os bairros de exclusão?

Uma das principais tarefas das futuras pesquisas sobre a marginalidade avançada será restabelecer o modo como cada uma dessas variá-

¹⁰ As poucas referências selecionadas que seguem servem para indicar os trabalhos existentes que fornecem modelos possíveis para outras análises ou linhas básicas e pistas para comparações e críticas.

veis ou processos se define de forma diferente em países diferentes e, ou em diferentes tipos de ambientes urbanos.

Observe-se que essas perguntas têm uma relevância política imediata, pois parece difícil tratar muitas das manifestações concretas de nova marginalidade, a menos que cheguemos, antes, a uma avaliação empírica de suas características distintas e das maneiras como essas características tornam ineficientes e por vezes até contraproducentes estilos tradicionais de soluções políticas.

Para os teóricos sociais, os dualismos urbanos de *fin-de-siècle* levantam, de forma aguda, a questão da adequação dos conceitos, das estruturas teóricas e das abordagens herdadas de uma era de organização capitalista que pode estar chegando ao fim. Será que os “excluídos” franceses e a “*underclass*” norte-americana – na medida em que se possa afirmar que essas categorias pré-construídas possuem quaisquer referências empíricas estáveis¹¹ – ainda devem ser considerados parte da “classe trabalhadora”, quando essa própria classe encontra-se em agonia, na verdade desaparecendo rapidamente da forma como a conhecemos durante boa parte do século? Ou devem os moradores dos bairros de excluídos ser considerados totalmente “fora” da estrutura de classe, pois caem em uma zona de marginalidade na qual um tropismo social específico opera isolando-os dos outros? De forma similar, não teriam as categorias de “raça” e de “imigrante” se tornado analiticamente problemáticas, talvez até obsoletas na sua definição atual, pelo fato de seu conteúdo empírico se ter tornado internamente diferenciado, instável e disperso, referido a diferentes grades de classificação e a diferentes posições sociais, experiências entre grupos e temporalidades?¹²

Finalmente, se a cidadania, e não a classe, a renda, o *status* do emprego ou a “raça”, está se tornando o pivô central do encerramento excludente e do direito às transferências de bens e serviços provenientes da coletividade nacional, então necessitamos seriamente de um

¹¹ Convém esclarecer que minha posição é que elas não possuem. Essas categorias, uma mistura de erudição com um pouco de bom-senso, são o que Kenneth Burke chamou de *terministic screens*: elas escondem mais do que revelam e ainda constituem um obstáculo adicional ao entendimento adequado da reconfiguração da marginalidade na cidade pós-fordista.

¹² Com medo de que isso seja confundido com um chamado “pós-modernista” para rejeitar os instrumentos indispensáveis de uma crítica e de uma ciência concreta de realidade empírica” (Weber, 1949), e com eles as menos imperfeitas armas intelectuais que temos à nossa disposição em nosso esforço para entender e modificar o mundo, sugiro que os conceitos de classe e de raça devam ser detidamente examinados e até mesmo revisados e modificados para aumentar seu poder cognitivo. Isso é diferente de afirmar que: (i) eles são inúteis; (ii) as divisões de classes objetivas e as divisões etnoraciais repentinamente dissiparam-se no ar; ou (iii) eles existam somente como conquistas “discursivas” locais, contínuas, altamente maleáveis e quase fugidias, como pensam algumas abordagens construcionistas.

entendimento sociológico adequado dessa instituição, central para a modernidade e ainda marginal para a teoria e a pesquisa sociais¹³. Por sua vez, repensar os mecanismos que vinculam o pertencimento a um grupo à marginalidade avançada irá requerer um exame minucioso de quais “instituições mediadoras” (Lamphere, 1992) necessitam ser inventadas para “re-solidarizar” a cidade e produzir a integração social que anteriormente se originava da incorporação a uma classe ou a uma comunidade etnoracial compacta. Tudo isso sugere a necessidade de ir além do paradigma rudimentar “Estado-mercado”, que implicitamente embasa muito do atual pensamento nas Ciências Sociais e na política social.

PARA UMA REVOLUÇÃO NA POLÍTICA DE ESTADO

Politicamente, o início e a expansão da marginalidade avançada apresentam formidáveis dilemas e exigem um questionamento radical dos modos tradicionais de intervenção estatal. Se a inclusão no mercado de trabalho pode não ser mais uma medida segura para reduzir a pobreza urbana – como demonstra claramente o aumento contínuo das fileiras de “trabalhadores pobres” nos Estados Unidos, enquanto a expansão da força de trabalho atinge números recordes juntamente com o subemprego –, pois a própria relação salário-trabalho tornou-se uma fonte de insegurança econômica e de instabilidade social, então os modelos francamente “socialdemocratas” de intervenção estatal estão condenados a estancar, desiludir e, eventualmente, decepcionar a si mesmos¹⁴.

Se é verdade que as ligações funcionais entre crescimento econômico e emprego, entre emprego e estratégias de subsistência familiar e individual via “salário-família” têm sido substancialmente ineficazes e, mais do que isso, interrompidas (Offe, 1993), então as políticas sociais destinadas a combater a marginalidade avançada terão de possuir um alcance “além do emprego” e fora do paradigma de mercado que as sustenta para dar apoio a soluções eficazes (Offe e Heinz, 1992). Devido às restrições crescentes da interdependência global, a “reflexão” generalizada da economia está agora além do controle de qualquer país e as políticas de criação de emprego são claramente insuficientes para

¹³ Ver, contudo, o marcante florescimento dos estudos sociológicos sobre cidadania durante os últimos anos, que têm contribuído para revisar o modelo excessivamente evolutivo, progressista e consensual herdado de T. H. Marshall: entre outros, Heisler (1991), Turner (1992), Roche (1992), Brubaker (1992), Morris (1993), Janoski (1993), Soysal (1994) e os artigos apresentados na sessão Cidadania: Ligações Conceituais com o Racismo e Conflito Étnico, organizada por Czarina Wilpert no Congresso Mundial de Sociologia, em Bremen, 1994.

¹⁴ Não precisamos discutir aqui as ciências políticas conservadoras de *laissez faire et laissez passer*, pois dificilmente elas levam em conta as causas da marginalidade avançada na sua terapêutica.

diminuir de forma consistente o desemprego estrutural e disfarçado (como a experiência da década de 1980 na França já nos ensinou). O caminho tomado pelos Estados Unidos (*low-level-service-jobs*), assim como a flexibilização do trabalho estimulada pelos empregadores em todo o mundo, prometem somente espalhar a pobreza e generalizar a insegurança (Freeman, 1993), por motivos óbvios.

Parece haver apenas uma solução viável: a curto prazo, restabelecer ou expandir os serviços públicos, a fim de garantir provisões iguais de bens públicos básicos a todas as áreas urbanas e aliviar imediatamente a miséria criada pelo desinvestimento social causado pelo corte parcial (na Europa continental) e em grande escala (nos Estados Unidos) nos gastos nas instituições públicas nos territórios de exclusão durante a década de 1980 (Wacquant, 1993b); a longo prazo, relaxar a obrigação de assalariamento e aumentar a distribuição social com a intenção de (i) reduzir a forte oferta de trabalho e (ii) reestabilizar o sistema de estratégias de reprodução e subsistência domésticas.

Abandonando a suposição altamente discutível de que a grande maioria dos membros das sociedades desenvolvidas podem ter ou terão suas necessidades básicas satisfeitas via emprego formal (ou pelo emprego de membros de suas famílias), as políticas públicas destinadas a conter a marginalidade avançada devem operar para facilitar e suavizar o fim da subsistência por meio do trabalho, a renda por trabalho pago e a participação social proveniente de ganho salarial, fatos que já vêm ocorrendo de maneira desigual e casual:

caso o mercado de trabalho não possa gerar segurança via renda, tal como se presumia na criação do consenso social pós-guerra, então, para permitir que “o mercado de trabalho” opere com eficiência, a política social deve desvincular a segurança via renda do mercado de trabalho. (Standing, 1993, p. 57)

Isso pode ser efetuado de uma só vez, com a instituição da garantia de uma renda mínima ou de “um plano de renda básica”, que conceda incondicionalmente meios adequados de subsistência e participação social para todos os membros da sociedade individualmente. As sociedades capitalistas ricas possuem meios para fazê-lo. Só lhes resta desenvolver vontade e inteligência políticas para tanto¹⁵.

¹⁵ A excelente coletânea de ensaios de Van Parijs (1992) apresenta argumentos a favor (e contra) da renda mínima com base na liberdade, na igualdade, na eficiência econômica (definida como a habilidade para atingir objetivos ou promover crescimento) e na comunidade. Ver também *Theory and Society* (1985), Brittan e Webb (1990) e a pesquisa compilada pela Citizens Income Study Centre de Londres; e comparar com as avaliações dos primeiros três anos do RMI da França, o plano nacional de renda mínima garantida, apresentadas em Castel e Laë (1992) e em Paugam (1993).

Se isso for feito de maneira crescente, seja por expansão gradual do alcance dos programas existentes de auxílio à renda, seja através de alguma criação *big-bang ex nihilo* de novíssimos conjuntos de programas de redistribuição, estabelecendo-se um "salário do cidadão", será uma medida ambiciosa que requererá uma completa revisão dos nossos conceitos, hoje aceitos, de trabalho, dinheiro, tempo, utilidade, previdência e justiça. Van Parijs (1992, p. 7) acertadamente enxerga nisso "uma profunda reforma no mesmo nível da abolição da escravidão ou da introdução do sufrágio universal". Ainda que possa parecer impalatável, irreal e custosa, uma coisa é certa: como a persistente e crítica marginalidade do tipo que vem contaminando cidades norte-americanas e européias na década de 1980 continua a aumentar, as estratégias para o "governo da miséria" (Procacci, 1993) terão de ser reorganizadas de modos tão drásticos que não podem ser hoje previstos. Antes da Revolução Francesa, a idéia de depor a monarquia era adequadamente inconcebível, pois como uma pessoa-criança poderia viver sem orientação de seu rei-pai (Hunt, 1992)? E ainda assim 1789 veio, e veio como uma tempestade. A institucionalização dos direitos de cidadania à subsistência e ao bem-estar social fora da tutela do mercado pode ser a Bastilha do novo Milênio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRI (Agence pour le Développement des Relations Interculturelles). *L'Intégration des minorités immigrées en Europe*. Paris: Editions du Centre National de la Fonction Publique Territoriale, 1992.
- ALLEN, Sheila; MACEY, Marie. Race and Ethnicity in the European Context. *British Journal of Sociology*, v. 41, n. 3, p. 375-93, 1990.
- AVERY, Desmond. *Civilisations de La Courneuve. Images brisées d'une cité*. Paris: L'Harmattan, 1987.
- AZÉMAR, Guy-Patrick. (Ed.). *Ouvriers, ouvrières. Un continent morcelé et silencieux*. Paris: Editions Autrement, 1992.
- BACHMAN, Christian; BASIER, Luc. *Mise en images d'une banlieue ordinaire*. Paris: Syros, 1989.
- BEAUD, Christian; PIALOUX, Michel. *The Slave and Technician*. Comunicação apresentada à conferência Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 9-11 maio 1991.
- BOURDIEU, Pierre et al. *La Misère du monde*. Paris: Editions du Seuil, 1993.
- BOURGOIS, Philippe. *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BRITTAN, Samuel; WEBB, Steven. *Beyond the Welfare State: An Examination of Basic Incomes in a Market Economy*. Aberdeen: Aberdeen University Press, 1990.

BRUBAKER, William Rogers. *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

BRUN, Jacques; RHEIN, Catherine. (Ed.). *La Ségrégation dans la ville*. Paris: L'Harmattan, 1994.

BURTLESS, Gary. (Ed.). *A Future of Lousy Jobs?* Washington, D.C.: Brooking Institution, 1990.

CASTEL, Robert. *Les Métamorphoses de la question sociale*. Paris: Flammarion, 1995.

CASTEL, Robert; LAË, Jean-François. (Ed.). *Le Revenu minimal d'insertion. Une dette sociale*. Paris: L'Harmattan, 1992.

CROSS, Malcom. (Ed.). *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DAHRENDORF, Ralf. *The Underclass and the Future of Britain*. Windsor: St. George's House Tenth Annual Lecture, 1989.

DAVIS, F. James. *Who is Black? One Nation's Definition*. University Park: Penn State Press, 1991.

DAVIS, Mike. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. Nova York: Verso, 1990.

DEVINE, Joel A.; WRIGHT, James D. *The Greatest of Evils: Urban Poverty and The American Underclass*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1993.

DRAKE, St. Clair; CAYTON, Horace R. *Black Metropolis: A Study of Negro Life in a Northern City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993 (primeira edição 1945).

DUBET, François. *La Galère. Jeunes en survie*. Paris: Editions du Seuil, 1987.

DUBET, François; LAPEYRONNIE, Didier. *Les Quartiers d'exil*. Paris: Editions du Seuil, 1992.

DULONG, Renaud; PAPERMAN, Patricia. *La Réputation des cités HLM. Enquête sur le langage de l'insécurité*. Paris: L'Harmattan, 1992.

EBEL, K. Social and Labor Implications of Flexible Manufacturing Systems. *International Labour Review*, v. 124, n. 2, p. 133-45, 1995.

ENGBERSEN, Godfried et al. *Moderne Armoede: Overleven op het sociaal minimum*. Leiden: H. E. Stenfert Kroese B. V., 1987.

_____. *Cultures of Unemployment: Long-Term Unemployment in Dutch Inner Cities*. Boulder: Westview Press, 1993.

EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY (EEC). *Underground Economy and Irregular Forms of Employment: Synthesis Report and Country Monographs*. Bruxelles, 1989. Mimeo.

FAINSTEIN, Norman. Race, Class and Segregation: Discourses About African-Americans. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 384-403, 1993.

FAINSTEIN, Susan S.; GORDON, Ian; HARLOE, Michael. (Org.). *Divided Cities: New York and London in the Contemporary World*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

FREEMAN, Richard B. (Org.). *Working Under Different Rules*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1993.

GANS, Herbert H. The Dangers of the Underclass: Its Harmfulness as a Planning Concept. In: *People, Plans and Policies: Essays on Poverty, Racism, and Other National Urban Problems*. Nova York: Columbia University Press, 1991.

GERSHUNY, J. I. *Social Innovation and the Division of Labor*. Oxford; Nova York: Oxford University Press, 1983.

GLASGOW, Douglas. *The Black Underclass*. Nova York: Vintage, 1981.

GODARD, Francis. (Ed.). *La Ville américaine: Futur de nos villes? PIR-Villes*, Paris: PIR-Villes, n. 2, p. 4-10, 1993.

GUIDICINI, Paolo; PIERETTI, Giovanni. (Ed.). *La residualità come valore: Povertà urbana e dignità umana*. Milão: Franco Angeli, 1993.

HANNERZ, Ulf. The Rhetoric of Soul: Identification in Negro Society. *Race*, v. 9, n. 4, p. 453-65, 1968.

HARRIS, Fred R.; WILKINS, Roger W. (Org.). *Quiet Riots: Race and Poverty in the United States – The Kerner Report Twenty Years Later*. Nova York: Pantheon, 1989.

HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HEIN, Jeremy. Ethnic Pluralism and the Disunited States of North America and Western Europe. *Sociological Forum*, v. 8, n. 3, p. 507-16, 1993.

HEISLER, Barbara S. A Comparative Perspective on Citizenship. *Theory and Society*, v. 2, n. 4, p. 455-84, 1991.

HUNT, Lynn. *The Family Romance of The French Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1992.

INCHIESTA. Economie informale, strategie familiari e mezzogiorno. *Special Issue*, n. 74, out./dez. 1986.

JANOSKI, Thomas. *Citizenship and Civil Society: Theoretical Frameworks*

and Processes of Right and Obligations in Industrialized Countries, Duke University, 1993. Manuscrito.

JAZOULI, Adil. *Les Années banlieue*. Paris: Editions du Seuil, 1992.

KATZ, Michael B. *The Underserving Poor: From the War on Poverty to the War on Welfare*. Nova York: Random House, 1989.

KORNBLUM, William. *Blue-Collar Community*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

LAMPHERE, Louise. (Org.). *Structuring Diversity: Ethnographic Perspective on the New Immigration*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

LAPEYRONNIE, Didier. *Individu et minorités*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

LASH, Scott; BAGGULEY, Paul. Labour Relations in Disorganized Capitalism: A Five-Nation Comparison. *Society and Space*, v. 6, n. 3, p. 321-38, 1988.

LASH, Scott; URRY, John. *The End of Organized Capitalism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

LEIBFRIED, Stephan. A Comparative Analysis of Welfare Regimes in Europe and the United States. Comunicação apresentada à conferência Pobreza, Imigração e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, maio 1991.

LE PUIILL, Gérard; LE PUIILL, Stéphane. *La Décennie des nouveaux pauvres*. Paris: Messidor; Editions Sociales, 1990.

LIPSITZ, George. *A Life in the Struggle: Ivory Perry and the Culture of Opposition*. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

MARCUSE, Peter. What's So New About Divided Cities? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 355-65, 1993.

MARKS, Carole. The Urban Underclass. *Annual Review of Sociology*, n. 17, p. 445-66, 1991.

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. *American Apartheid: Segregation and Making of the Underclass*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

McFATE, Katherine et al. (Org.). *Poverty, Inequality and Future of Social Policy: Western States in the New World Order*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1995.

MINGIONE, Enzo. *Fragmented Societies: A Sociology of Economic Life Beyond the Market Paradigm*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MOLLENKOPF, John; CASTELLS, Manuel. (Org.). *Dual City: Restructuring New York*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1991.

MORRIS, Lydia. *Dangerous Classes: The Underclass and Social Citizenship*. Nova York: Routledge, 1993.

NEGRI, N. *Povert  in Europa e trasformazione dello stato sociale*. Mil o: Angeli, 1989.

OFFE, Claus. A Non-Productivist Design for Social Policies. In: VAN PARIJS, Philippe. (Org.). *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. Londres: Verso, 1993.

OFFE, Claus; HEINZE, Rolf G. *Beyond Employment: Time, Work and Informal Economy*. Filadélfia: Temple University Press, 1992.

OSTERMAN, Paul. Gains From Growth? The Impact of Full Employment on Poverty in Boston. In: JENCKS, Christopher; PETERSON, Paul E. (Org.). *The Urban Underclass*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1991.

PAHL, Robert E. Does Jobless Mean Workless? Unemployment and Informal Work. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n. 493, p. 36-46, 1987.

_____. Is the Emperor Naked? Some Questions on the Adequacy of Sociological Theory in Urban and Regional Research. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 4, p. 709-20, 1989.

PARKIN, Frank. *Marxism and Class Analysis: A Bourgeois Critique*. Nova York: Columbia University Press, 1978.

PAUGAM, Serge. *La Disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

_____. *La Société française et ses pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

PÉTONNET, Colette. *Espaces habités. Ethnologie des banlieues*. Paris: Galilée, 1982.

POLLERT, Anna. Dismantling Flexibility". *Capital and Class*, n. 34, p. 42-75, 1988.

PROCACCI, Giovana. *Gouverner la misère. La question sociale en France, 1789-1848*. Paris: Editions du Seuil, 1993.

REX, John. *The Ghetto and the Underclass*. Avebury: Aldershot, 1988.

ROCHE, Maurice. *Rethinking Citizenship*. Cambridge: Polity Press, 1992.

SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. *L'Immigration ou les paradoxes de l'altérité*. Bruxelles; Paris: De Boeck, 1991.

_____. *Un Nanterre algérien, terre de bidonvilles*. Paris: Autrement, 1995.

SHIELDS, Rob. *Places on the Margins*. Londres: Routledge, 1991.

SILVER, Hilary. National Conceptions of the New Urban Poverty: Social Structural Change in Britain, France, and the United States. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 336-54, 1993.

SMITH, Dennis. Knowing your Place: Class, Politics, and Ethnicity in Chicago and Birmingham, 1890-1983. In: THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter. (Org.). *Class and Space: The Making of Urban Society*. Londres: Routledge; Kegan Paul, 1987.

SMITH, Susan. *Britain's Shadow Economy*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

SOJA, Edward R. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso, 1989.

SOYSAL, Yasemin Nuhiglu. *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

STANDING, Guy. The Need For a New Social Consensus. In: VAN PARIJS, Philippe. (Org.). *Arguing for Basis Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. Londres: Verso, 1993.

THEORY AND SOCIETY. A Capitalist Road to Communism. *Theory and Society*, n. 15, 1985. Edi o especial.

THRIFT, Nigel. An Urban Impasse? *Theory, Culture, and Society*, v. 10, n. 2, p. 229-38, 1993.

THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter. (Org.). *Class and Space: The Making of Urban Society*. Londres: Routledge; Kegan Paul, 1987.

TROTTER JUNIOR, William Joe. Blacks in the Urban North: The "Underclass Question" in Historical Perspective. In: KATZ, Michael B. (Org.). *The "Underclass" Debate: Views from History*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

TURNER, Bryan S. (Org.). *Citizenship and Social Theory*. Newbury Park: Sage Publications, 1992.

VAN PARIJS, Philippe. (Org.). *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. Londres: Verso, 1992.

VERRET, Michel. *L'Espace ouvrier*. Paris: Armand Colin, 1979.

WACQUANT, Loïc. What Makes a Ghetto? Notes Toward a Comparative Analysis of Modes of Urban Exclusion. Comunica o apresentada   conferência Pobreza, Imigra o e Marginalidade Urbanas, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 10-11 maio 1991.

_____. Pour en finir avec le mythe des "cit s-ghettos": Les différences entre la France et les Etats-Unis. *Annales de la recherche urbaine*, n. 52, p. 20-30, 1992a.

Lógicas de polarização urbanas: o olhar a partir de baixo *

Todos os fenômenos sociais são, até certo ponto, trabalho da vontade coletiva, e vontade coletiva implica escolha entre diferentes opções possíveis... O reino do social é o reino da vontade coletiva.

Marcel Mauss, *La Civilisation. Eléments et Formes* (1929)

Este artigo analisa as principais modalidades por meio das quais novas formas de desigualdade urbana e marginalidade estão se espalhando pelas sociedades avançadas do capitalismo ocidental, alimentando o processo de polarização "a partir de baixo", por assim dizer, multiplicando posições sociais inferiores e encurralando crescentemente populações retiradas das camadas médias e superiores da estrutura de classes. A discussão se desdobra em duas etapas.

Primeiro, eu esboço uma caracterização concisa do que penso ser um *novo regime de marginalidade urbana*. Esse regime tem sido predominante nas três últimas décadas aproximadamente, desde o encerramento da era fordista definida pela padronização da produção industrial, pelo consumo de massa e por um contrato social keynesiano que amarra todos sob a tutela do Estado do Bem-Estar social. No entanto, seu impacto total está à nossa frente, porque seu advento está vinculado aos setores mais avançados da economia – esse é o motivo por que me refiro a esse impacto como "marginalidade avançada". Não é um resíduo do passado, como as teorias de desindustrialização e de qualificação da força de trabalho ou de desajuste espacial (*skills or spatial mismatch*) apresentam, mas um precursor do futuro. Identificar propriedades distintivas desse regime de marginalidade urbana em consolidação, atrelado ao modo predominante de crescimento capitalista, ajuda a localizar o que exatamente é novo a respeito da "nova pobreza", da qual a cidade é o espaço e a fonte, e a descobrir por que velhas soluções como o aumento do crescimento econômico e de uma extensa esfera do trabalho assalariado mostram resultados insignificantes.

Segundo, eu me volto às questões que implícita ou explicitamente norteiam os debates europeus a respeito do ressurgimento da miséria, da divisão e da tensão nas metrópoles em transformação, isto é, estare-

* Publicado em Crompton, Rosemary; Devine, Fiona; Savage, Mike; Scott, John. (Org.). *Logics of Urban Polarization*. Cambridge: Basil Blackwell, 1999. Tradução de Raphael Millet Camarda Corrêa.

_____. Banlieues françaises et ghetto noir américain: de l'amalgame à la comparaison. *French Politics and Society*, v. 10, n. 4, p. 81-103, 1992b. (Incluído nesta publicação).

_____. Décivilisation et démonisation: la mutation du ghetto noir américain". In: FAURÉ, Christine; BISHOP, Tom. (Ed.). *L'Amérique des Français*. Paris: Editions François Bourin, 1992c.

_____. Fascia Rossa, Fascia Nera: Colori, Classi i Luoghi dei Ghetti di Chicago e della Periferia Parigina. *Inchiesta*, n. 97-8, p. 17-29, 1992d.

_____. Urban Outcasts: Stigma and Division in the Black American Ghetto and the French Urban Periphery. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 366-83, 1993a.

_____. Negative Social Capital and the Breakdown of Public Institutions in the Urban Core. Trabalho apresentado na conferência Social Capital and American Urban Problems. American Academy of Arts and Sciences, Cambridge, out. 1993b.

_____. O retorno do recalcado: violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 24, p. 16-30, 1994a. (Incluído nesta publicação).

_____. The New Urban Color Line: The State and Fate of the Ghetto in Postfordist America. In: CALHOUN, Craig J. (Org.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Basil Blackwell, 1994b.

WEBER, Max. *Methodology of the Social Sciences*. Glencoe: Free Press, 1949.

WILKINSON, Daniel. *Isolating the Poor: Work And Community in the Inner City*. Cambridge, 1992. Dissertação (Mestrado) – Harvard University.

WILSON, William Julius. *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

_____. (Org.). *The Urban Underclass: Social Science Perspectives*. Newbury Park: Sage Publications, 1993.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Vermischte Bemerkungen*. Frankfurt: Syndicat Verlag, 1977.

mos testemunhando uma *convergência épica de regimes de pobreza urbana através do Atlântico*? Eu penso que não, ao contrário dos retratos jornalísticos superficiais e dos pronunciamentos acadêmicos apressados. Embora o processo de transformação em curso seja fomentado por forças estruturais comuns, a reorganização urbana segue dinâmicas sociais e espaciais diferentes nos dois continentes, que correspondem às diferentes estruturas de Estado, aos caminhos de incorporação cívica e aos legados urbanos do Velho Mundo e do Novo Mundo. Amalgamar essas dinâmicas diversificadas sob a polivalente expressão “americanização” (ou sob uma de suas derivações, como racialização, guetização ou multiculturalismo, como muitos analistas urbanos têm feito) não é empiricamente esclarecedor, nem tampouco analiticamente frutífero. Esse ressurgimento combinado de desigualdade e crescente hegemonia de concepções norte-americanas sobre o planeta não nos deveria cegar para as persistentes divergências acerca das formas como a sociedade produz, organiza e reage à polarização urbana, mesmo quando suas origens estruturais são similares nas sociedades. Ao mesmo tempo, as elites estatais européias devem ter cuidado em adotar políticas públicas inspiradas pelo neoliberalismo, que reforçam sanções cegas ao mercado na alocação do espaço, do emprego e do povo, e tendem a isolar zonas urbanas e populações bem-definidas, encorajando-as desse modo a buscar estratégias de vida divergentes e até mesmo opostas, que podem deslanchar movimentos auto-alimentados de involução social semelhantes aos que sustentam a segmentação e a guetização nos Estados Unidos.

Este artigo, então, é um esforço para diagnosticar as amplas forças e formas sociais que impregnam a atual e difícil situação e que prometem alimentar a polarização na metrópole do amanhã – a não ser que exercitemos nossa “vontade coletiva”, como Marcel Mauss advertia, e ajamos para frear esses mecanismos e rumar assim para outra direção. No debate suscitado pela celebração da chegada do novo milênio, procura-se enfatizar o renascimento urbano e a prosperidade, mas para os destinados à esfera mais baixa da estrutura ocupacional dualizante e aos decadentes bairros de cidades outrora industriais, a prosperidade da “nova economia” ainda está por vir, e a auspiciosa promessa da “era da informação” permanece como um amargo conto de fadas.

SINTOMAS DA MARGINALIDADE AVANÇADA NA CIDADE

O fim do século XX testemunha momentos de transformação das raízes, da composição e das conseqüências da pobreza urbana na sociedade ocidental. Com a aceleração da modernização econômica causada pela reestruturação global do capitalismo, com a cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (promovida pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e pelo aumento da mobilidade de trabalhadores

através das porosas fronteiras nacionais) e com o crescimento de singulares indústrias de conhecimento intensivo baseadas em revolucionárias tecnologias de informação e geradoras de uma estrutura ocupacional dual, chegamos ao que se pode chamar de *modernização da miséria* – o surgimento de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana que contrasta com o regime predominante durante as três décadas do pós-guerra (para uma discussão mais completa, ver Wacquant (1996a)).

Onde a pobreza nas metrópoles ocidentais costumava ser amplamente residual e cíclica, encravada em comunidades proletárias, geograficamente difusa e considerada remediável por meio da subsequente expansão do mercado, parece estar agora cada vez mais desconectada, a longo prazo, se não permanentemente, das tendências macroeconômicas e fixada sobre mal-afamados bairros de exílio nos quais o isolamento e a alienação social se alimentam um do outro, enquanto o abismo entre os lá confinados e o resto da sociedade se aprofunda. A consolidação desse novo regime de marginalidade urbana está trilhando rumos diversos e tomando diferentes formas nos diversos países do Primeiro Mundo. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, tem sido intensamente facilitada pelas políticas indiscriminadas de contenção de despesas estatais, seguidas igualmente por partidos conservadores e liberais nas últimas décadas. O padrão norte-americano também é muito peculiar pelo rígido e contumaz ostracismo espacial e social imposto aos negros nos principais centros urbanos. Em outras nações, com fortes estados de previdência corporativista ou socialdemocrata e cujas cidades apresentam segregação muito menor, como a Europa setentrional e a Escandinávia, a instalação da marginalidade avançada foi parcialmente atenuada, mas não completamente eliminada. E isso confundiu-se com a perturbadora questão da integração de imigrantes e refugiados do Terceiro Mundo, como se percebe através da agonia em torno da cristalização de “guetos” de imigrantes, mobilizando o continente de Marselha a Munique, de Bruxelas a Brindisi (para exemplificar, Hadjimichalis e Sadler, 1995; Mingione, 1996).

Qualquer que seja o rótulo utilizado para designá-la – “*underclass*” na América do Norte e na Grã-Bretanha, “nova pobreza” nos Países Baixos, na Alemanha e no Norte da Itália, “exclusão” na França, na Bélgica e nos Países Nórdicos –, a propagação dos sinais da nova marginalidade torna-se imediatamente familiar até para o observador casual das metrópoles ocidentais: pessoas sem-teto e famílias revolvendo à sua volta em inútil busca de abrigo, pedintes nos transportes públicos cuspidos estórias comoventes de desastres pessoais e de abandono, pontos de distribuição de sopa para os pobres apinhados, não apenas mendigos, mas também desempregados e subempregados; o surto de crimes predatórios e a explosão da economia informal (e frequentemente ilegal) de rua encabeçada pelo comércio de drogas; o desânimo

e a fúria da juventude excluída de empregos remunerados e o ressentimento dos velhos trabalhadores tornados obsoletos pela desindustrialização e pelo aperfeiçoamento tecnológico; a sensação de retrocesso, o desespero e a insegurança que permeiam bairros pobres, presos em uma interminável espiral de deterioração; e a escalada da violência étnoracial, da xenofobia e da hostilidade dirigida aos pobres, como expressa, por exemplo, a proliferação de medidas penais e policiais contra vadiagem e outros “comportamentos subcriminosos”, que constituem uma “criminologia de intolerância” (Young, 1999, p. 121-40). Em toda parte, elites do Estado e especialistas em políticas públicas preocuparam-se muito em prevenir e conter as “desordens” nascentes dentro e em torno dos enclaves de declínio e abandono urbanos em expansão. Por isso, o crescimento do número de pesquisas sobre a destituição e o declínio urbanos financiadas por várias entidades nacionais e transnacionais, incluindo a Comissão Européia (com seu programa focalizado em área socioeconômica na exclusão e integração), a OCDE e até a OTAN, no lado europeu, e as principais fundações filantrópicas em portos norte-americanos.

QUATRO LÓGICAS ESTRUTURAIS ABASTECEM A NOVA MARGINALIDADE URBANA

Mas as propriedades estruturais distintivas da “miséria modernizada” são muito menos evidentes do que suas manifestações concretas. Esquemáticamente, o regime de marginalidade emergente pode ser definido como o produto de quatro lógicas que conjuntamente reconfiguram as características da pobreza urbana em sociedades ricas e promovem a multiplicação de posições situadas próximas ou na base da hierarquia espacial e social. Essas características apresentam-se em evidente contraste com os atributos-chefe da pobreza na era da expansão fordista desde aproximadamente a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970.

1. Dinâmica macrossocial – dualização ocupacional e o ressurgimento da desigualdade social: a marginalidade urbana não resulta do atraso econômico, da indolência ou da decadência, mas do *surgimento da desigualdade no contexto do avanço econômico global* e da prosperidade.

Possivelmente, a característica mais enigmática da nova marginalidade é, na verdade, sua propagação em uma era de crescimento robusto mas inconstante, que trouxe melhoramentos materiais espetaculares para os membros privilegiados das sociedades de Primeiro Mundo. Apesar dos pronunciamentos ritualísticos a respeito da “crise” feitos por políticos durante a maior parte das últimas duas décadas, todos os países capitalistas dominantes observaram o seu PIB se

expandir e a riqueza coletiva aumentar rapidamente a partir da “crise do petróleo” dos anos 1970. Opulência e indigência, luxo e penúria, profusão e míngua floresceram lado a lado. Assim, a cidade de Hamburgo, a mais rica da Europa segundo alguns cálculos, exibe tanto a maior proporção de milionários quanto a mais alta incidência de recebimento de assistência pública na Alemanha, enquanto Nova York abriga a maior classe alta do planeta, mas também o maior exército de sem-teto e destituídos do hemisfério ocidental (Mollenkopf e Castells, 1991).

Os dois fenômenos, apesar de aparentemente contraditórios, estão na realidade ligados. As novas formas de produtividade e a busca dos lucros no degradado setor manufatureiro “*high-tech*” e no setor de serviços produtivos e financeiros que conduzem o capitalismo *fin-de-siècle* estão fragmentando a força de trabalho e polarizando o acesso ao emprego e às suas recompensas. A modernização pós-industrial traduz-se, por um lado, na multiplicação de postos altamente qualificados e remunerados para profissionais com curso superior e para técnicos e, por outro, no engavetamento e na eliminação imediata de milhões de empregos, assim como no inchaço de vagas em serviços ocasionais, para trabalhadores desqualificados (Sassen, 1991; Carnoy et al., 1993). A crescente concentração de riquezas no topo da estrutura de classes, tanto na forma de renda como de propriedade, gerou uma forte demanda, emblemática da era pós-industrial, de trabalhadores domésticos urbanos, suprida em grande parte por trabalho imigrante barato que atende em todos os níveis às necessidades domésticas da nova nobreza corporativa: levar e trazer crianças para a escola, passear com o cachorro, cozinhar, limpar, além de manter a casa abastecida e de prover segurança pessoal. E, o que é pior, a produção e o crescimento dos sem-emprego em diferentes setores econômicos não são uma possibilidade utópica, mas uma realidade agrídoce. Veja-se o esvaziamento virtual do porto de Roterdã, talvez o mais moderno do mundo e o principal responsável pelo aumento do desemprego nessa cidade holandesa, acima da marca dos 20% no começo dos anos 1990.

Quanto mais a renovada economia capitalista avança, mais amplo e profundo é o alcance da nova marginalidade e mais repletas são as fileiras dos arremessados na garganta da miséria, sem trégua nem recursos, mesmo quando as taxas oficiais de desemprego caem e a renda aumenta no país. Em 1994, o U.S. Census Bureau relatou que a taxa de pobreza chegou ao índice mais alto dos últimos 10 anos, atingindo 15,1% (correspondentes a um desconcertante total de 40 milhões de pessoas pobres), apesar de dois anos de vigorosa expansão econômica. Passados cinco anos, a taxa de pobreza em grandes cidades mal saiu do lugar, não obstante a mais longa fase de crescimento econômico da história nacional e a mais baixa taxa de emprego oficial em três décadas. Simultaneamente, a União Européia registra um recorde com 52 milhões de

pobres, 17 milhões de desempregados e 3 milhões de sem-teto – e a contagem continua –, a despeito de um crescimento econômico renovado e da competitividade global aprimorada. Enquanto grandes firmas multinacionais, como a Renault e a Michelin na França, alcançam lucros sem precedentes e vêem os valores de suas ações dispararem, também dispensam trabalhadores aos milhares.

Dito de outra forma, a marginalidade avançada parece ter sido “desacoplada” das flutuações cíclicas da economia nacional. A consequência é que uma melhora evidente da receita agregada e do emprego tem pouco efeito benéfico sobre as oportunidades de vida nos bairros de exílio da Europa e dos Estados Unidos, enquanto uma piora evidente aumenta a sua deterioração e desgraça. A não ser que essa desconexão seja de alguma forma remediada, o crescimento econômico futuro promete produzir mais desarranjo urbano entre os submersos e aprisionados no fundo da ordem urbana emergente.

2. Dinâmica econômica – a dessocialização do trabalho assalariado: a nova marginalidade urbana é o subproduto de uma dupla transformação da esfera do trabalho. Uma é quantitativa e abrange a eliminação de milhares de trabalhos de pouca qualificação sob a pressão combinada da automação e da competição do trabalho estrangeiro. A outra é qualitativa, envolve a degradação e a dispersão de condições básicas de emprego, a remuneração e o seguro social de todos, à exceção dos trabalhadores assalariados mais protegidos. As duas condições combinadas alimentam o processo de polarização a partir de baixo.

Primeiro, desde o tempo em que Friedrich Engels fez sua clássica descrição sobre as condições da classe trabalhadora nas fábricas de Manchester até a crise dos principais centros industriais do capitalismo euro-norte-americano, um século e meio depois, pressupôs-se que a expansão do trabalho assalariado era a solução viável e eficaz para o problema da pobreza urbana. Sob o novo regime econômico, tal assunção é, no melhor dos casos, duvidosa, e, no pior, simplesmente incorreta. Uma significativa *fração da classe trabalhadora foi convertida em supérfluo* e compõe um “excedente populacional perfeito” que provavelmente nunca encontrará trabalho de novo. Isso é particularmente verdadeiro para velhos trabalhadores industriais dispensados devido ao fechamento e ao remanejamento de fábricas: é improvável que eles adquiram as habilidades e os contatos necessários para se converterem em trabalhadores flexíveis do setor de serviços. De qualquer maneira, dada a perda da ligação funcional entre atividade macroeconômica e condições sociais dos bolsões pobres das metrópoles de Primeiro Mundo e considerando os aumentos de produtividade possibilitados pela automação e computadorização, até mesmo taxas de crescimento milagrosas não poderiam absorver de volta à força de trabalho os que foram desproletarizados, isto é, firme e forçosamente expulsos do mercado

de trabalho assalariado e substituídos por uma combinação de máquinas, trabalho imigrante barato e trabalhadores estrangeiros (Rifkin, 1995).

Segundo, e mais importante, o caráter da relação trabalho-salário tem mudado nas últimas duas décadas de tal forma que não garante mais uma proteção infalível contra a ameaça da pobreza, mesmo para os que dela se beneficiam. Com a expansão de trabalhos de meio período, de jornada “flexível” (*flexitime*) e temporários, que oferecem menos benefícios, a erosão da proteção sindical, a difusão da escala dupla de salários (*two-tier scale*), o ressurgimento de “*sweatshops*”, da empreitada e de salários de fome, e o crescimento da privatização de bens sociais, como a saúde, o próprio contrato assalariado tornou-se uma fonte de fragmentação e precarização ao invés de homogeneidade social e segurança para os destinados aos segmentos periféricos da esfera do emprego (European Economic Community, 1989; Mabit, 1995; MacDonald e Sirianni, 1996). Durante a era dourada do fordismo, o trabalho assalariado tendia a homogeneizar a força de trabalho criando destinos em comum ao longo de uma vida presa ao esquema “40-50-60”: emprego de 40 horas semanais por cerca de 50 semanas ao ano até a aposentadoria aos 60. Com o início do “trabalho assalariado dessocializado”, o emprego não oferece mais uma estrutura temporal e social, porque os termos do contrato de trabalho estão cada vez mais diversos e personalizados, a garantia de emprego está curta e instável e cresce o número de postos de trabalho que não trazem com eles proteção contra a privação material, doenças, desemprego, para não mencionar uma aposentadoria decente. Resumindo, o crescimento econômico e sua correspondente expansão do setor assalariado, que costumava fornecer a cura universal contra a pobreza e a polarização, hoje faz parte da doença.

3. Dinâmica política – a reconstrução do Estado de Bem-Estar: a fragmentação e a dessocialização do trabalho não são os únicos fatores que alimentam o crescimento da nova pobreza urbana, uma vez que, junto com as forças de mercado, os Estados de Bem-Estar são grandes produtores e modeladores da desigualdade urbana e da marginalidade. Estados não apenas se municiam de programas e políticas com a intenção de “passar uma borracha” nas mais evidentes consequências da pobreza e de amortecer (ou não) seus impactos sociais e espaciais. Eles também ajudam a determinar quem será relegado, como, onde e por quanto tempo. Os Estados são, por si sós, os principais motores de estratificação, e em nenhum lugar isso é mais evidente do que no fundo da ordem socioespacial (Esping-Andersen, 1993): eles fornecem ou impedem o acesso à educação adequada e ao treinamento profissional; eles estabelecem condições para entrada e saída do mercado de trabalho

* Literalmente “lojas de suor”: empresas que exploram os empregados exigindo-lhes trabalho excessivo e pagando-lhes salários de fome. (N. do T.)

por meio de regulamentações administrativas de contratação, dispensa e aposentadoria; eles distribuem (ou falham em distribuir) bens de subsistência básicos, como moradia e complemento de renda; eles apóiam ou impedem ativamente o planejamento familiar e de moradia; e eles co-determinam tanto a intensidade material e a exclusividade geográfica quanto a densidade da miséria através de confusos esquemas administrativos e fiscais.

A *redução e a desarticulação do Estado de Bem-Estar* são as duas principais causas da deterioração e da destituição sociais visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas. Isso é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde a população assistida por planos da Previdência Social diminuiu nas últimas duas décadas enquanto programas direcionados aos pobres eram cortados e depois transformados em instrumento de fiscalização e controle. A recente "reforma da Previdência Social", maquinada pelos republicanos no congresso e sancionada pelo presidente Clinton no verão de 1996, é emblemática dessa lógica (Wacquant, 1997a). Ela substitui o direito ao auxílio público pela obrigação de trabalhar, se necessário em empregos inseguros, por salários abaixo do piso, para todas as pessoas fisicamente aptas, incluindo mães jovens com crianças dependentes. Ela reduz drasticamente os fundos para auxílio e cria um teto máximo possível para a assistência pública. Por último, ela transfere a responsabilidade administrativa do governo federal para os 50 estados e seus municípios, agravando assim as já existentes desigualdades de acesso à Previdência Social e acelerando a incipiente privatização de políticas sociais.

Uma lógica similar de redução e desobrigação norteou as mudanças, graduais e em grande escala, dos sistemas de transferência social no Reino Unido, na Alemanha, na Itália e na França. Mesmo os Países Baixos e os países escandinavos implementaram medidas para reduzir o acesso à assistência pública e frear o crescimento do orçamento social. Por toda parte, o pretexto da "globalização" e o estrangulamento fiscal imposto pelo tratado de Maastricht têm servido para justificar essas medidas e para desculpar o desinvestimento social em áreas outrora pertencentes à classe trabalhadora altamente dependente das provisões estatais de bens públicos. A crescente deficiência dos projetos nacionais de previdência tem estimulado autoridades regionais e locais a instituir seus próprios programas "tapa-buraco" de apoio (especialmente em resposta à falta de moradia e ao desemprego de longo prazo), que por sua vez têm aumentado a complexidade, a heterogeneidade e a desigualdade administrativa das provisões sociais.

Agora, a irrelevância do "Estado nacional" tornou-se um lugar-comum nos debates intelectuais ao redor do mundo. Está na moda, hoje em dia, lamentar-se da incapacidade de instituições políticas centralizadas em interromper a crescente marginalização social conseqüente da reestruturação global capitalista. Mas discrepâncias amplas e persis-

tentes na incidência e na pertinácia da pobreza, assim como nos padrões de vida, na (i)mobilidade e na diferenciação espacial dos pobres urbanos em diferentes países, sugerem que as notícias acerca do fim do Estado de Bem-Estar nacional foram em grande medida exageradas. Assim, no fim dos anos 1980, impostos e programas de transferência fizeram subir a renda da maioria dos domicílios pobres a índices próximos aos da média nacional nos Países Baixos (62%) e na França (52%); na Alemanha Ocidental, 1/3 das famílias pobres escapou da pobreza, graças ao suporte governamental, e nos Estados Unidos, virtualmente nenhuma. A destituição extrema foi eliminada entre as crianças nos países escandinavos, enquanto flagela uma em cada seis crianças (e uma em cada duas crianças negras) nos Estados Unidos (dados retirados de McFate, Lawson e Wilson, 1995; para uma revisão mais analítica sobre essa questão, ver Kangas, 1991). Estados fazem diferença – isto é, quando assumem a tarefa de proteção. Portanto, é imperativo trazê-los de volta ao epicentro da sociologia comparada da marginalidade e da polarização como instituições *preventivas* ou *remediadoras*.

4. Dinâmica espacial – concentração e estigmatização: nas décadas da expansão industrial do pós-guerra, a pobreza na metrópole se distribuía largamente pelos distritos proletários, que tendiam a absorver trabalhadores tanto manuais como desqualificados. Em contraste, a nova marginalidade apresenta uma tendência distinta em conglomerar-se e aglutinar-se em torno de áreas "barras-pesadas", "proibidas", que são claramente identificadas – não só por quem é de fora, mas por seus próprios residentes – como antros urbanos em privação, imoralidade e violência, onde apenas os párias da sociedade suportariam viver.

Nantua na Filadélfia, Moss Side em Manchester, Gutleutviertel em Hamburgo, Brixton em Londres, Nieuwe Westen em Roterdã, Les Minuettes no subúrbio de Lyon, e Bobigny na periferia parisiense: esses bairros arraigados na miséria "fizeram nome" como receptáculos de todas as doenças urbanas deste tempo, como lugares a serem evitados, temidos e condenados. Pouco importa que os discursos de demonização que proliferaram sobre eles tenham em geral apenas tênues conexões com a realidade do dia-a-dia. Um *estigma territorial impregnado*, fortemente atrelado aos residentes desses bairros de exílio socioeconômico, acrescenta o seu fardo à vergonha da pobreza e ao preconceito que ressuscita contra minorias etnoraciais e imigrantes (uma excelente análise desse processo de estigmatização pública é oferecida por Damer [1989] para o caso de Glasgow).

Junto com a estigmatização territorial vem uma pronunciada diminuição do senso de comunidade que costumava caracterizar as classes trabalhadoras locais mais antigas. Agora, o bairro não oferece mais um escudo contra as inseguranças e as pressões do mundo exterior; perderam-se uma paisagem familiar e reconfortante assim como pro-

pósitos coletivos e formas de reciprocidade. Ele se torna um espaço de competição e conflito, um campo de batalha repleto de perigos para a prova diária de sobrevivência e fuga. Esse enfraquecimento de laços comunitários baseados no território acarreta, por sua vez, um desvio para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento (“Eu não sou um deles”) que minam ainda mais as solidariedades locais e confirmam percepções depreciatórias da vizinhança. Precisamos estar atentos para a possibilidade de que isso possa ser um fenômeno transitório (ou cíclico), que eventualmente seguirá em direção a uma desconcentração espacial ou difusão da marginalidade urbana. Mas, para quem atualmente é relegada a base do sistema hierárquico dos lugares que compõem a nova ordem espacial da cidade, o futuro é agora. Da mesma forma, é necessário enfatizar que tais bairros de exílio são criaturas das políticas públicas habitacionais e urbanas e do planejamento regional. No fundo, então, sua emergência, consolidação e eventual dispersão são essencialmente questões políticas.

O ESPECTRO DA CONVERGÊNCIA TRANSATLÂNTICA

Uma questão vem à mente de todos, quando o assunto é a deterioração das condições sociais e das oportunidades de vida nas metrópoles do Velho Mundo: o crescimento da nova marginalidade revela uma reaproximação estrutural entre a Europa e os Estados Unidos nos moldes deste último país (ver, por exemplo, Cross, 1992; Musterd, 1994; van Kempen e Marcuse, 1998; Häußerman, Kronauer e Siebel, no prelo). Apresentada nestes termos simplistas, ou isto ou aquilo, a questão não permite uma resposta analiticamente rigorosa. Regimes de marginalidade urbana são feras caprichosas e complexas; são compostos por conjuntos de articulações imperfeitas de mecanismos institucionais que ligam economia, Estado, território e sociedade, que, por sua vez, não evoluem em uníssono e que, além disso, diferem significativamente de país para país, como concepções nacionais e institucionais de cidadania. É necessário, portanto, reformular essa questão.

Se convergência significa a disseminação por atacado da “americanização” dos padrões urbanos de exclusão na cidade européia, conduzindo ao caminho da *guetização*, como a imposta aos afro-norte-americanos desde sua urbanização no início do século XX (isto é, o surgimento de uma formação socioespacial segmentada, paralela, servindo ao duplo objetivo de exploração e ostracismo de uma categoria etnoracial determinada), então a resposta é claramente negativa (Wacquant 1996b). Contrária às primeiras impressões e ao relato superficial da mídia, a mudança total da metrópole continental não acionou um processo de guetização: não está espalhando conjuntos socioespaciais culturalmente uniformes baseados na relegação forçada de populações

estigmatizadas para bolsões onde elas desenvolvem grupos e organizações locais específicos que substituem e funcionam como réplicas da estrutura institucional da sociedade mais ampla, mesmo que em nível inferior e incompleto.

Não há gueto turco em Berlim, nem gueto árabe em Marselha, nem gueto surinamês em Roterdã e nem gueto caribenho em Liverpool. Agrupamentos residenciais e comerciais sustentados por afinidade étnica existem em todas as cidades. Discriminação e violência contra imigrantes (ou imigrantes putativos) são também aspectos brutais da vida em todos os grandes centros da Europa (Wrench e Solomos, 1993; Björge e White, 1993). A combinação da distribuição típica dos imigrantes nas classes inferiores e as altas taxas de desemprego explica a representação desproporcional de populações de origem estrangeira em territórios urbanos de exílio. Mas discriminação e até segregação não são guetização. Essas concentrações de imigrantes, tais como existem, não são produto do aprisionamento institucional do grupo mantido em um rígido confinamento espacial – como evidenciado pelas crescentes taxas de casamentos interétnicos e pela difusão espacial quando há melhoria de nível social e educacional (Tribalat, 1995). Realmente, se há algo que caracterize o bairro de exílio que se espalhou através do continente, quando os mecanismos de reprodução da classe trabalhadora enfraqueceram, são sua extremada heterogeneidade étnica e sua incapacidade de suprir as necessidades básicas e de encerrar a rotina diária de seus habitantes, duas propriedades que fazem dele um *antigueto*.

Se convergência sugere que *círculos autoconsolidados de dilapidação ecológica, privação social e violência*, que resultam em esvaziamento espacial e abandono institucional, estão agora ativos no continente, então novamente a resposta à nossa questão é negativa, porque as áreas européias de exílio urbano, que formam nós de polarização, de certo modo permanecem, com poucas exceções (como as cidades do sul italiano), profundamente permeadas pelo Estado. Essa forma de triagem e desertificação intencional de áreas urbanas para “economizar” serviços públicos em que caiu a metrópole norte-americana é inimaginável no contexto político europeu, com sua refinada burocracia monitorando o território nacional. Ao mesmo tempo, não há dúvidas de que a capacidade dos Estados europeus de governar seus territórios de exílio está sendo severamente testada e pode mostrar-se insuficiente para a tarefa, se a recente tendência em direção à concentração espacial de desemprego persistente se mantiver (Engbersen, 1997).

Finalmente, se a convergência tem a intenção, mais modesta, de realçar a *crescente proeminência das tensões e divisões etnoraciais* nas metrópoles européias, então a resposta é um qualificado e provisório sim, embora com as seguintes importantes condições. Primeiro, isso não implica necessariamente que o processo de “racialização” do espaço está a caminho e que as sociedades do Velho Mundo estão testemunhando

a formação de “minorias” no sentido de comunidades étnicas mobilizadas e reconhecidas *como tal* na esfera pública. Segundo, conflito etnorracial não é um fenômeno novo na cidade europeia: ele surgiu publicamente e repetidamente no século XIX durante os períodos de abrupta reestruturação econômica e social – o que significa também que há pouco nele que seja nitidamente “norte-americano” (Moore, 1989; Noiriel, 1989). Por último, e ao contrário do padrão norte-americano, o suposto conflito racial nas cidades do Velho Mundo é fomentado não por um crescente *abismo* entre imigrantes e nativos, mas por sua maior *proximidade* no espaço físico e social. Exclusivismo etnorracial, antes de expressar uma profunda conversão ideológica para uma expressão racista (ou racialista), é uma reação nativista da classe trabalhadora autóctone à sua abrupta mobilidade descendente. Apesar dos pronunciamentos coletivos com caráter de moda passageira sobre a “globalização da raça”, o aumento da importância de etnicidade no discurso público europeu pertence tanto a políticas de classe como a políticas individualistas.

ENFRENTANDO A MARGINALIDADE AVANÇADA: A EMERGÊNCIA DO ESTADO PENAL

Em seu esforço para atacar as formas emergentes de relegação urbana, Estados-nação têm pela frente três alternativas. A primeira, um meio-termo, consiste em *remendar* os programas existentes do Estado-previdência. Obviamente, isso não significa dar cabo do trabalho, ou os problemas impostos pela marginalidade avançada não exerceriam tanta pressão hoje. Pode-se até argumentar que tais respostas retificadoras dadas no plano local à dilaceração causada pela polarização urbana ajudam a perpetuar esta última na medida em que alimentam a cacofonia e a ineficiência burocrática.

A segunda, regressiva e repressiva, consiste em *criminalizar a pobreza através do confinamento punitivo dos pobres* em bairros cada vez mais isolados e estigmatizados, por um lado, e em cadeias e penitenciárias, por outro. Esse é o caminho seguido pelos Estados Unidos desde os levantes dos guetos nos anos 1960 (Rothman, 1995). Não é coincidência se a estupenda expansão do sistema carcerário do Estado norte-americano – a população encarcerada quadruplicou em 25 anos e as prisões chegaram a ser o terceiro maior empregador do país, embora os níveis de criminalidade tenham permanecido, *grosso modo*, constantes naquele período – ocorreu no momento mesmo em que o (sub)emprego ocasional disseminou-se e a assistência pública minguou, antes de ser “transformada” em um sistema de emprego forçado. A atrofia do Estado social e a hipertrofia do Estado penal são duas transformações complementares e correlativas que fazem parte da instituição de um novo governo

da miséria, cujas funções são precisamente impor trabalho assalariado dessocializado como norma de cidadania enquanto provê um substituto funcional para o gueto como mecanismo de controle racial (Wacquant, 1998).

Enquanto os Estados Unidos são verdadeiramente incomuns pelo empenho com que abraçaram essa “solução” para a polarização racial e pela proporção com que a implementaram, a Europa vive a tentação de contar com a polícia e as instituições carcerárias para frear os efeitos da insegurança social gerada pela difusão do trabalho precário e pelo retraimento do Estado do Bem-Estar social. Isso pode ser observado no aumento espetacular das taxas de encarceramento em grande parte dos países-membros da União Europeia nas últimas duas décadas; na maciça sobre-representação, na população encarcerada, de imigrantes não-europeus e de pessoas de cor, assim como de traficantes de drogas e viciados que são rejeitados pelo mercado de trabalho; no endurecimento das políticas penais, mais abertamente voltadas à incapacitação do que à reabilitação e tacitamente guiadas pelo princípio de “menor elegibilidade”; e na superpopulação de estabelecimentos carcerários, que reduzem o aprisionamento à sua função de isolar os indesejáveis. Mudanças recentes nos discursos públicos sobre desordem urbana revelam um impulso similar na direção de um tratamento penal para a pobreza e os deslocamentos sociais que, paradoxalmente, surgem do mutilamento da capacidade de intervenção social do Estado. É possível então prever que uma convergência “descendente” da Europa no campo social, acarretando futuras desregulações do mercado de trabalho e o contínuo esgarçamento da rede de segurança coletiva, irá inevitavelmente resultar em uma convergência “ascendente” no campo penal e em uma nova explosão de inflação carcerária através do continente (Wacquant, 1999).

Apesar dos colossais custos fiscais e sociais do confinamento em massa das populações pobres e dilaceradas, o aprisionamento continua a ser uma sedutora solução “tapa-buraco” para a grande quantidade de desarranjos urbanos, mesmo nas sociedades mais liberais (Christie, 1997). Mas, à parte os poderosos obstáculos políticos e culturais que permanecem no caminho da adoção por atacado da carceralização da miséria, caminho inerente à política de maquiagem dos Estados social-democratas na Europa, o refreamento punitivo deixa intocadas as raízes da causa da nova pobreza. A terceira, e progressista, resposta para a polarização urbana a partir de baixo aponta para uma fundamental *reconstrução do Estado de Bem-Estar*, que adequaria sua estrutura e políticas às condições sociais e econômicas emergentes. Inovações radicais, tais como a instituição de um salário cidadão (ou concessão de renda incondicional), desvinculariam a subsistência das condições e possibilidades do trabalho, expandiriam o acesso à educação durante a vida e efetivamente garantiriam acesso universal aos bens públicos, como moradia, saúde e transporte, que são necessários para estender os direitos sociais

e interromper os efeitos perniciosos da transformação do trabalho assalariado (Van Parijs, 1996). No final das contas, esta terceira opção é a única resposta viável ao desafio que a marginalidade avançada representa para as sociedades democráticas, enquanto se preparam para cruzar o limiar do novo milênio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BJÖRGO, Tim; WHITE, R. (Org.). *Racist Violence in Europe*. Nova York: St. Martin's, 1993.
- CARNOY, Martin et al. *The New Global Economy in the Information Age*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.
- CHRISTIE, Nils. *Éléments de géographie pénale. Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 124, p. 68-74, 1998.
- CROSS, Malcolm. *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- DAMER, Séan. *From Moorepark to "Wine Alley": The Rise and Fall of a Glasgow Housing Scheme*. Edimburgo: Edimburgh University Press, 1989.
- ENGBERSEN, Godfried. *In de schaduw van morgen. Stedelijke marginaliteit in Nederland*. Amsterdã: Boom, 1997.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. (Org.). *Changing Classes: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. Newbury Park: Sage, 1993.
- EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY. *Underground Economy and Irregular Forms of Employment: Synthesis Report and Country Monographies*. Bruxelas, 1989. Mimeo.
- HADJMICHALIS, C.; SADLER, David (Org.). *Europe at the Margins: New Mosaics of Inequality*. Nova York: Wiley and Sons, 1995.
- HAÜBERMAN, H.; KRONAUER, Martin; SIEBEL, Walter. (Org.). *Die Neue Armut und Exklusion in der Stadt*. Frankfurt: Suhrkamp, no prelo.
- KANGAS, O. *The Politics of Social Rights*. Estocolmo: Institute for Social Research, 1991.
- MABIT, Robert. (Org.). *Le Travail dans vingt ans. Rapport de la Commission présidée par Jean Boissonnat*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- MacDONALD, C. L.; SIRIANNI, C. (Org.). *Working in the Service Economy*. Filadélfia: Temple University Press, 1996.
- McFATE, Katharine; LAWSON, Roger; WILSON, William Julius (Org.). *Poverty, Inequality and Future of Social Policy*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1995.

- MINGIONE, Enzo. (Org.). *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- MOLLENKOPF, John H.; CASTELLS, Manuel. (Org.). *Dual City: Restructuring New York*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1991.
- MOORE, Robert. *Ethnic Division and Class in Western Europe*. In: SCASE, R. *Industrial Societies: Crisis and Division in Western Capitalism and State Socialism*. Londres: Allen and Unwin, 1989.
- MUSTERD, Stephan. *A Rising European Underclass? Built Environment*, v. 20, n. 3, 1994. Edição especial.
- NOIRIEL, Gérard. *Le Creuset français. Histoire de l'immigration, XIXe - XXe siècles*. Paris: Editions du Seuil, 1988.
- RIFKIN, Jeremy. *The End of Work: The Decline of the Global Work Force and the Dawn of the Post-Market Era*. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1995.
- ROTHMAN, David. *American Criminal Justice Policies in the 1990s*. In: BLOMBERG, T. G.; COHEN, Stanley. *Punishment and Social Control*. Nova York: Aldine de Gruyter, 1995.
- SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- TRIBALAT, Nicole. *Faire France. Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La Découverte, 1995.
- VAN KEMPEN, Ronald; MARCUSE, Peter. *The New Spatial Order of Cities*. Cambridge: Blackwell, 1998.
- VAN PARIJS, Philippe. *Refonder la solidarité*. Paris: Editions du Cerf, 1996.
- WACQUANT, Loïc. *The Rise of Advanced Marginality: Notes on its Nature and Implications*. *Acta Sociologica*, v. 39, n. 2, p. 121-39, 1996a. (Incluído nesta publicação).
- _____. *Red Belt, Black Belt: Racial Division, Class Inequality, and the State in the French Urban Periphery and the American Ghetto*. In: MINGIONE, Enzo. (Org.). *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford: Basil Blackwell, 1996b.
- _____. *Les Pauvres en pâture: la nouvelle politique de la misère en Amérique*. *Hérodote*, n. 85, p. 21-33, Printemps 1997a.
- _____. *L'Ascension de l'Etat pénal en Amérique*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 124, p. 7-26, set. 1998.
- _____. *Les Prisons de la misère*. Paris: Editions Liber-Raisons d'agir, 1999.
- _____. *Prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução de: *Les Prisons de la misère*. Paris: Editions Liber-Raisons d'agir, 1999.

WRENCH, John; SOLOMOS, John. (Org.). *Racism and Migration in Western Europe*. Nova York: Berg, 1999.

YOUNG, Jock. *The Exclusive Society: Social Exclusion, Crime, and Difference in Late Modernity*. Londres: Sage, 1999.

Se procurar nas livrarias um livro da Revan
e não encontrar

encontre-o em nossa loja na Internet:

www.revan.com.br

Todos os nossos títulos estão lá. Você poderá comprar
escolhendo a forma de pagamento (cartão, cheque ou depósito
bancário) e receberá a compra em sua casa.

*Estamos tornando nossa página mais atraente. Cada dia mais, você
poderá ler lá resenhas de imprensa, capítulos de livros e, em breve,
poderá também falar por e-mail com nossos autores e encontrar
outras atrações.*

Atendemos também a livrarias, diretamente.

Se preferir, podemos atendê-lo por telefone, fax ou carta.

Editora Revan

Avenida Paulo de Frontin, 163
20260-010
Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 21-25027495
Fax: 21-22736873

Nossos e-mails:

Editorial:
editorial@revan.com.br

Vendas:
vendas@revan.com.br

Divulgação:
divulg@revan.com.br

tam um papel decisivo no diferencial que costura cor, classe e localização em ambos os lados do Atlântico. Em consequência, a trajetória da marginalidade avança em cada país.

Especificando os diferentes mecanismos causais, modalidades sociais e formas experimentais assumidas pelo abandono nos Estados Unidos e na metrópole francesa, este livro também se esforça a fim de prover ferramentas com que repensar a marginalidade além das sociedades do Primeiro Mundo e, em particular, para revigorar a comparação sociológica da polarização social e a mudança urbana no Brasil e outros países da América Latina.



Loïc Wacquant é professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, e pesquisador no Centro de Sociologia do Collège de France, em Paris. É autor de mais de cem artigos e livros publicados e traduzidos em seis línguas.